



Percursos 63

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXXII : DEZEMBRO DE 2019

FRONTEIRAS E TRAVESSIAS

Desconstrução do narcisismo primário [René Roussillon] Violencias en familias con niños y adolescentes [María Cristina Rojas]
Wilhelm Reich e a relação entre psicanálise e política [Mario Pablo Fuks] À propósito dos sonhos em psicoterapia psicanalítica
de casal e família [Maria de Lourdes Caleiro Costa] Figuras da sedução em análise: a vitalização necessária [Luís Claudio Figueiredo]
Gênese e evolução do modelo tradutivo do recalçamento em Jean Laplanche: dos primeiros impasses aos desafios atuais
[Maria Tereza de Melo Carvalho] Perversão, transgressão e subjetividades [Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila)] Desafios
e especificidades da clínica psicanalítica com (i)migrantes e refugiados. Somos todos migrantes? [Caroline Yu + Cláudia Sagula
+ Heloisa Silva + Liliana Emparan + Lisette Weissmann + Pablo Castanho + Vania Prata] Um percurso de leitura sobre melancolia
e depressão: tempo, discurso e transferência [William Zeytounlian de Moraes] Sobre destinos nem tão funestos: o ensino
da psicanálise nas universidades [Cassandra Pereira França] Entrevista: Instituto AMMA Psique e Negritude [Racismo: por uma
psicanálise atenta, com Maria Lúcia da Silva + Marilza de Souza Martins + Deivison Mendes Faustino] Debate: Corpos que pedem para
serem ouvidos: as questões de gênero na infância [Adela Stoppel de Gueller + Alexandre Saadeh + Cassandra Pereira França + Margarida
(Kika) Melhem] Debate clínico: Territórios e fronteiras: por onde pisa o psicanalista de crianças? [Ane Marlise Port Rodrigues +
Eliana Rache + Audrey Setton Lopes de Souza] Percurso Digital: Anne Brun [Especificidades da simbolização nas mediações terapêuticas,
a partir da clínica da psicose e dos autismos] Mario Fuks no X Congresso da Flappsip [Vídeo com a apresentação de agosto de 2019]

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2018/2019

Ana Maria Siqueira Leal (Cursos), Ana Lucia Panachao (Transmissão, Pesquisa e Intervenções Externas), Elaine Armênio (Clínica e Instituições), Luciana Cartocci (Formação Contínua), Mabel Lidia Casakin (Eventos), Mara Selaibe (Relações Externas), Maria Cristina Petry Barros Martinha (Relações Internas), Nanci de Oliveira Lima (Administração e Finanças), Solange Maria Santos Oliveira (Comissão de Admissão)

Percurso

REVISTA DE PSICANÁLISE - ANO XXXII - DEZEMBRO 2019

Conselho Editorial

Cleusa Pavan, Luciana Cartocci, Marcia R. Bozon de Campos, Maria Aparecida Kfoury Aïdar, Maria do Carmo Vidigal M. Dittmar (Lila) e Maria de Lourdes Caleiro Costa.

Grupo de Entrevistas

Ana Claudia Patitucci, Bela M. Sister, Célia Klouri, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso, Silvio Hotimsky

Grupo de Debates

Cristiane Curi Abud, Gisela Haddad, Vera Blondina Zimmermann, Thiago Majolo

Grupo de Debates Clínicos

Beatriz Mendes Coroa, Paula Peron, Sérgio Telles (coordenador)

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves (coordenadora), Janaina Namba, Lia Novaes Serra, Sérgio Telles, Susan Markuszwover

Tesouraria

Elcio Gonçalves de Oliveira Filho

Conselho Científico, Consultores ad hoc

Abrão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena de Staal (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orlievsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingermann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luís Celes (Universidade de Brasília), Luis Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder Bacha (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Néelson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Purificación Barcia Gomes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Sergio Zlotnic, Urania Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia)

Linha editorial

Percurso é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, “a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir”.

Revisão

Cátia de Almeida • Tel.: (11) 9 9833-5521 • catia.almeida.pj@gmail.com

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon • A Máquina de Ideias • Tel.: (11) 9 9113-3243 • amaquina@aclnet.com.br

Assinaturas

Angela Maria Vitorio • Tel./Fax: (11) 3081-4851 • percurso@uol.com.br

Capa

Liana Cardoso Soares. Sem título. Acrílica sobre papel, 58 x 76 cm, 2015.

Coordenação editorial

Renato Mezan • Rua Amália de Noronha, 198 • 05410-010 São Paulo • Tel./Fax: (11) 3081-4851

Recepção de originais para publicação

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (Claudia Dametta) • Rua Ministro Godoy, 1484 • CEP 05015-900 São Paulo SP Brasil

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Site na Internet: <http://revistapercurso.uol.com.br> • e-mail: percurso@uol.com.br

Percurso é indexada na Biblioteca Virtual de Psicoanálise – BiViPsi.



Instituto Sedes Sapientiae

Rua Ministro de Godoy, 1484

05015-900 São Paulo SP

Tel.: (11) 3866-2730

Secretária do Departamento:

Claudia Dametta

deptodepsicanalise@sedes.org.br

Fronteiras e travessias

Percursos 63

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXXII : DEZEMBRO DE 2019

Sumário

Table of contents

3 Sumário
Table of contents

3

9 Editorial
Letter from the editors

TEXTOS

PAPERS

11 Desconstrução do narcisismo primário
Deconstruction of primary narcissism
René Roussillon [tradução Martha Gambini e Renato Mezan]

25 Violencias en familias con niños y adolescentes
Violence in families with children and teenagers
María Cristina Rojas

35 Wilhelm Reich e a relação entre psicanálise e política
*Wilhelm Reich and the relation between
Psychoanalysis and Politics*
Mario Pablo Fuks

43 À propósito dos sonhos em psicoterapia psicanalítica
de casal e família
*Dreams in psychoanalytic psychotherapy of couples
and families*
Maria de Lourdes Caleiro Costa

- 51 Figuras da sedução em análise: a vitalização necessária
Figures of seduction in analysis: the necessary vitalization
Luís Claudio Figueiredo
- 61 Gênese e evolução do modelo tradutivo do
recalcamento em Jean Laplanche: dos primeiros
impasses aos desafios atuais
*Genesis and evolution of Jean Laplanche's
translational model of repression: from the first
impasses to current challenges*
Maria Teresa de Melo Carvalho
- 73 Perversão, transgressão e subjetividades
*Perversion, transgression and different types of
subjectivity*
Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila)
- 85 Desafios e especificidades da clínica psicanalítica
com (i)migrantes e refugiados. Somos todos
migrantes?
*Challenges and specificities of the psychoanalytic
work with (im)migrants and refugees. Are we all
migrants?*
Caroline Yu + Cláudia Sagula + Heloisa Silva +
Liliana Emparan + Lisette Weissmann + Pablo Castanho +
Vania Prata
- 93 Um percurso de leitura sobre melancolia e
depressão: tempo, discurso e transferência
*Some readings on melancholy and depression: time,
discourse, and transference*
William Zeytounlian de Moraes
- 103 Sobre destinos nem tão funestos: o ensino da
psicanálise nas universidades
*On not so ominous fates: teaching Psychoanalysis in
universities*
Cassandra Pereira França

ENTREVISTA

INTERVIEW

113

Racismo: por uma psicanálise atenta

Racism: towards an attentive Psychoanalysis

Instituto AMMA Psique e Negritude

Maria Lúcia da Silva + Marilza de Souza Martins + Deivison Mendes Faustino

DEBATE

DEBATE

135

Corpos que pedem para serem ouvidos: as questões de gênero na infância

Bodies demanding to be listened to: gender issues in childhood

Adela Stoppel de Gueller + Alexandre Saadeh +

Cassandra Pereira França + Margarida (Kika) Melhem

DEBATE CLÍNICO

CLINICAL DEBATE

147

Territórios e fronteiras: por onde pisa o psicanalista de crianças?

Territories and borders: where does the child analyst step on?

Ane Marlise Port Rodrigues + Eliana Rache +

Audrey Setton Lopes de Souza

5

LEITURAS

BOOK REVIEWS

163

Psicanálise como direito [As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social]

Psychoanalysis as a right

Thiago P. Majolo

167

Identidade, alteridade, ficcionalidade em Fernando Pessoa e Sigmund Freud [Fernando Pessoa e Freud: diálogos inquietantes]

Identity, alterity, fictionality in Fernando Pessoa and Sigmund Freud

Sérgio Telles

171

Interloquções da psicanálise com a universidade

[Universidade e psicanálise: um espaço de interlocução]

Dialogues between Psychoanalysis and the Universities

Maria de Lourdes Turbino Neves

- 175 Melanie Klein: autobiografia comentada [*Melanie Klein: autobiografia comentada*]
Melanie Klein: a commented autobiography
Marina F. R. Ribeiro
- 179 Filosofia e metapsicologia [*Freud: filosofia e psicanálise*]
Philosophy and metapsychology
Augusto Stiel Neto
- 185 Ferenczi, o marginal imprescindível [*Por que Ferenczi?*]
Ferenczi, the indispensable outsider
Alfredo Naffah Neto
- 188 Os prazeres da história bem contada e a alegria da palavra justa [*Pecados do mundo*]
The pleasures of a well-told story and the joy of the precise word
Luís Cláudio Figueiredo
- 191 Psicanálise implicada [*Clínica psicanalítica: testemunha e hospitalidade*]
Implied Psychoanalysis
Any Trajber Waisbich
- 194 O noturno de todos nós: o conto-sessão [*O búfalo no laranjal*]
The nocturn of us all: the "short story session"
Miriam Chnaiderman

Anne Brun: Especificidades da simbolização nas mediações terapêuticas, a partir da clínica da psicose e dos autismos.

Anne Brun: Specificities of symbolization in therapeutic mediations, based upon work with psychotics and autists

Tradução: Regina Orth Aragão

Mario Fuks no x Congresso da Flappsip (agosto de 2019; vídeo com a apresentação)

Video presenting the lecture of Mario Fuks at the x Flappsip Congress (August 2019)

197

Colaboradores deste número

Contributors to this issue

7

199

Normas para envio de artigos e resenhas

Rules for contributors

201

Onde encontrar *Percurso*

Where to find Percurso

207

Para assinar *Percurso*

How to subscribe to Percurso

Editorial

Após a escolha dos textos para este número, encerrados os contatos com os autores, a edição dos artigos e o envio deles para revisão e edição gráfica, chega a hora do editorial e de nomear o número.

Propor um único nome para um conjunto de textos é sempre um chamado a voltar a percorrê-los e encontrar um dos fios que os atravessa em um alinhavo possível. Neste número, mais que uma temática, sobressaiu a força (*Drang*) que anima o autor diante do tema que o instiga a pensar e escrever. Psicanálise que flui, viva e implicada, instigada diante dos acontecimentos da clínica e do coletivo.

No enfrentamento das questões, alguns artigos buscam o trânsito possível entre diferentes aportes teóricos, enquanto outros aprofundam o pensamento de determinado autor ou perspectiva. Em ambas as direções, procura-se ampliar os limites de nosso fazer teórico-clínico. Dessa forma, o conjunto de artigos reflete um movimento, tão caro quanto profícuo, de “pensar contra si mesmo”, como disse Jean-Paul Sartre, problematizar certezas, destravar e ultrapassar repetições rumo ao alcance de ferramentas mais afiadas para uma clínica no e do contemporâneo.

O mesmo impulso está presente nas demais seções da revista. É assim que, na introdução da entrevista realizada com membros do Instituto AMMA Psique e Negritude, encontramos, mais que um convite, um desafio: “*Para nós, psicanalistas que trabalham no Brasil, trata-se da capacidade de desenvolver um pensamento e abrir a escuta para nossas especificidades históricas e culturais*”.

Este número de *Percurso* traz, excepcionalmente, duas traduções: o artigo “Desconstrução do narcisismo primário”, de René Roussillon, e o artigo “Especificidades da simbolização nas mediações

terapêuticas, a partir da clínica da psicose e dos autismos”, de Anne Brun. Em ambos, em uma perspectiva teórico-clínica bastante próxima, buscam-se caminhos para pensar tanto em formas de favorecer e identificar a emergência de processos de simbolização na clínica com pacientes graves como em vias possíveis de intervenção do analista nessas situações.

O artigo de Anne Brun estará disponível apenas na *Percurso Digital* (www.revistapercurso.uol.com.br). Trata-se de um atendimento em grupo,

e podemos acompanhar o trabalho clínico por meio das imagens dos desenhos realizados por duas das participantes. Nesse sentido, o artigo é especialmente adequado a ser veiculado por mídia digital. A *Percurso Digital* é também o meio que nos permite tornar acessível o vídeo da conferência “Wilhelm Reich e a relação entre psicanálise e política”, de Mario Pablo Fuks, apresentada no Congresso Flappsip Configurações Atuais da Violência, cuja versão escrita se encontra na revista impressa.

Boa leitura!

Desconstrução do narcisismo primário

René Roussillon

Tradução Martha Gambini e Renato Mezan

Este texto, originalmente publicado no *International Journal of Psychoanalysis* (vol. 91, p. 821-837, 2010), é aqui reproduzido com permissão do autor. O artigo pode ser encontrado também em *L'année psychanalytique internationale* (vol. 2011, p. 177-193, 2011).

Resumo O autor examina a contribuição de Donald Winnicott para a análise do narcisismo e das formas do postulado de autoengendramento que ele engloba. Em “Luto e melancolia”, Sigmund Freud constrói o fundamento dessa análise, mas Winnicott torna-a clinicamente utilizável. A seguir, são examinadas diversas proposições de Winnicott que esclarecem essa análise: o objeto criado-encontrado, a função “espelho” da mãe e a experiência da troca na amamentação primeira, a questão da “utilização do objeto” e seu lugar no reconhecimento da alteridade do objeto.

Palavras-chave narcisismo, criatividade, destrutividade, reflexo, rosto da mãe, ilusão.

René Roussillon é membro titular da Sociedade Psicanalítica de Paris (França) e professor de psicologia clínica e psicopatologia na Universidade de Lyon (França). Recebeu o prêmio M. Bouvet em 1991 por seu livro *Paradoxes et situations limites de la psychanalyse*. Também é autor, entre outras obras, de *Le plaisir et la répétition: Théorie du processus psychique*, *Agonie, clivage et symbolisation*, *Le jeu et l'entre(jê)*, *La naissance de l'objet*, *Le transitionnel*, *le sexuel et la réflexivité*.

Introdução

Neste trabalho, dedicado ao narcisismo primário e à sua análise, parto de três ideias de Donald Winnicott, que podem ser consideradas como premissas da teoria da transicionalidade e da ilusão. Elas introduzem uma reflexão sobre a análise do narcisismo e as condições teóricas que o tornam interpretável. A obra de Winnicott “prolonga” o pensamento de Sigmund Freud e ao mesmo tempo o renova. Seu pensamento se situa no interior da configuração global proposta pela metapsicologia freudiana.

Este artigo desenvolve as três proposições seguintes:

- ✦ Ao introduzir a função dos cuidados maternos e da presença do ambiente na construção do narcisismo primário, Winnicott torna o narcisismo “analisável”. Ele permite dar um passo para fora do solipsismo que caracteriza a posição narcísica, segundo a qual tudo procede do sujeito e apenas dele mesmo, o que tende a minimizar a parte dos objetos e do ambiente na construção de si. No mesmo movimento, Winnicott torna interpretável a própria teoria do narcisismo, desconstruindo a maneira pela qual ela é infiltrada por certo número de postulados narcísicos.
- ✦ Entre o sujeito e ele mesmo, interpõe-se o objeto materno e sua função de “espelho afetivo”, que mediatiza a organização da identidade. A identidade primeira constitui-se por meio da construção e do desaparecimento de uma identificação narcísica, a qual adquire sentido no interior de uma relação homossexual primária “em duplo”.



*nos estados de sofrimento
narcísico-identitários, o sujeito
permanece preso à ilusão primeira.
Ele busca se pensar unicamente
em função de si mesmo*

- + Finalmente, um processo de diferenciação que preside à descoberta do objeto entra em relação dialética com essa identificação narcísica. Esse processo só pode ser compreendido em função das respostas dadas pelo ambiente primário à destrutividade do sujeito.

Esses três enunciados são “áridos” e evocam alguns comentários.

Decomposição do narcisismo primário

A contribuição de Freud centra-se principalmente na análise dos diferentes “estados” da psique (neuróticos, narcísicos, psicóticos) com base na exploração dos efeitos sobre a identidade das contingências da estruturação da diferença dos sexos e das gerações e das contingências da organização da diferença que une e separa o sexual e a sexualidade infantil do sexual e da sexualidade adulta. Winnicott nos convida a prolongar e completar a contribuição de Freud, dedicando-se a pensar o impacto da construção primária da diferença eu/não eu sobre os estados narcísicos e sua regulação. Ele é um dos autores essenciais para a análise dos “estados narcísicos” da psique e das formas patológicas dos processos de defesa do eu-sujeito diante das ameaças traumáticas precoces.

Para Winnicott, o narcisismo primário não pode ser concebido de modo “solipsista”. Sua

instalação tem de ser pensada no interior da relação primeira que se estabelece com o ambiente, levando em conta as particularidades deste último. No entanto, capturado por uma forma de ilusão primitiva, o sujeito tende a apagar esse dado da sua constituição. Assim, analisar o narcisismo primário significa reintroduzir aquilo que a ilusão narcísica primária apagou. Significa reintroduzir a parte dos objetos primeiros em sua instauração: o narcisismo deve ser pensado a dois, e até mesmo a três.

Nos estados de sofrimento narcísico-identitários, o sujeito permanece preso à ilusão primeira. Ele busca se pensar unicamente em função de si mesmo. Aí reside seu impasse; ele “esquece” que não se autoengendrou, nem em seu ser carnal, nem em sua psique. É esse o sentido do artigo de Winnicott “O uso do objeto”, no qual ressalta que não é possível conceber o narcisismo de um sujeito sem considerar o objeto como “outro-sujeito”, ou seja, um sujeito outro, habitado por uma vida psíquica e por desejos que lhe são próprios. Esse outro-sujeito pode ser tanto “atual” – isso se tornou clássico desde a resoluta tomada em consideração da contratransferência como “reveladora” dos aspectos ocultos da transferência – quanto “histórico”, ou seja, aquele com o qual o sujeito se construiu. Para compreender bem os enunciados de Winnicott, é preciso partir novamente da contribuição de Freud.

Na fórmula presente em “Luto e melancolia” – “a sombra do objeto caiu sobre o eu” – Freud fornece a primeira referência fundamental para pensar a “confusão” do eu e do objeto. Ele indica de modo decisivo a orientação a ser dada para a análise do narcisismo. De fato, se o sofrimento provém da “sombra do objeto caída sobre o eu”, o analista deve tentar ajudar o sujeito a “devolver ao objeto a sua sombra”, a fazer com que o sujeito saia da confusão na qual suas defesas narcísicas o colocam, a desconstruir o postulado narcísico básico do autoengendramento da sua vida psíquica.

Freud sublinha a seguir (1923, 1926) que uma das características do narcisismo é, de fato, não somente que ele “remete tudo” a si, que traz todos

os investimentos em direção ao eu, mas que, além disso, faz sumir ou tende a fazer sumir aquilo que vem do outro. Desde 1923, em “O eu e o isso”, e mais ainda em 1926. Em “Inibição, sintoma e angústia”, Freud enfatiza o processo pelo qual o eu “assimila” e se assimila àquilo que não consegue reduzir. O narcisismo “assimila” o objeto, e assimila a sombra dos objetos que “caíram sobre o eu”. Simultaneamente, ele oculta o fato de que uma “sombra” caiu sobre o eu, e agora está misturada com ele. O objeto “perdido” não enluta o eu. Traçando o investimento do objeto perdido para ele mesmo, o eu também incorpora os traços desse objeto. Voltaremos mais adiante ao sentido que deve ser dado à fórmula “sombra do objeto”, que a contribuição de Winnicott também esclarece.

O processo narcísico não apaga somente o traço do objeto, apaga também o processo por meio do qual ele é apagado; apaga para o sujeito aquilo por meio do qual este se constitui, aquilo que “deve” aos objetos com os quais se construiu; e, por fim, o próprio movimento pelo qual o sujeito assimilou a parte do outro na sua organização própria. São esses os processos constitutivos da ilusão narcísica primeira.

O objeto-espelho primeiro

Podemos agora começar a situar a contribuição mais específica de Winnicott. Como suas hipóteses nos auxiliam, na prática psicanalítica, a buscar e a identificar retrospectivamente os traços que agora se tornaram “silenciosos” e que permanecem “mudos”, assimilados, o impacto do que foram as respostas primeiras dos objetos, os primeiros “espelhos” humanos diante dos ímpetos pulsionais e das necessidades primeiras do sujeito?

Ali onde o quadro clínico apresentado pelo sujeito parece se desdobrar unicamente na relação consigo mesmo, Winnicott nos convida a reintroduzir a parte histórica do objeto primeiro, a reconstruir aquilo que “deve” ter se passado entre sujeito e objeto, para que a configuração narcísica atual seja o que é.

»
*na relação que o sujeito
mantém consigo mesmo,
Winnicott reintroduz a distância,
a bifurcação produzida pelo espelho
primeiro do objeto, e faz da identidade
o “precipitado” das identificações
narcísicas primárias*

A hipótese central de Winnicott é que o objeto primeiro é esperado pelo sujeito como um “espelho afetivo e representativo” de si mesmo. Na relação que o sujeito mantém consigo mesmo, Winnicott reintroduz a distância, a bifurcação produzida pelo espelho primeiro do objeto. Restabelece o paradoxo da identidade, que se constitui num movimento de “retomada” do reflexo produzido pelo outro. Faz da identidade o “precipitado” das identificações narcísicas primárias, das identificações incorporativas de um objeto-espelho e duplo de si. Mais adiante, falaremos do modelo teórico aqui implicado, pois no momento é a questão clínica que está nos ocupando.

Uma consequência clínica concreta da hipótese de Winnicott é que, ali onde o sujeito se “define” intimamente como idêntico a ele mesmo, ali onde ele se identifica e identifica seus estados internos, existe algo de um outro, de uma alteridade produzida pelo “reflexo” do outro, resultante da identificação com aquilo que seus objetos primeiros refletiram dele.

Tentar restabelecer “psicanaliticamente” a parte dessa alteridade, desconstruir o postulado narcísico solipsista de identidade consigo, é tornar possível ou restabelecer a função “objetivante” da pulsão. Trata-se de permitir “reencontrar” o traço do objeto “perdido” no eu, a sombra assimilada.

Uma primeira sequência clínica, retirada de um tratamento padrão de uma paciente que



*no momento do nascimento
de sua irmã, Eco sentiu-se
brutalmente desinvestida,
pois a mãe dirigia toda a atenção
ao bebê, como se fosse incapaz
de pensar em duas crianças
ao mesmo tempo*

apresentara no passado uma anorexia severa, pode ilustrar essa problemática e o tipo de trabalho que ela implica.

Eco¹ é uma mulher cuja anorexia alimentar clínica está desaparecendo no decorrer da análise. Em contrapartida, sua vida social é ainda extremamente restrita. Ela “se poupa”, convencida de que consegue diminuir o ritmo do tempo, e mesmo pará-lo. Reduz o conjunto de suas interações sociais ao mais estritamente necessário. Ela própria quebra seus tímidos ímpetos, reprime os afetos. Durante as sessões permanece frequentemente imóvel, silenciosa. É com a maior parcimônia que evoca alguns aspectos de sua vida interior. Digo a mim mesmo que ela “anorexiza” o trabalho psicanalítico, assim como “anorexiza” a totalidade de sua vida e do seu funcionamento psíquico, que ela os “neutraliza”. Mas essa constatação tem pouca utilidade prática. A ideia de que Eco me faz experimentar – e assim me comunica – aquilo que ela própria sofreu, numa forma de transferência “reversa” e procurando me fazer compartilhar seu mundo interno, só serve para que eu concorde em aguentar sem represálias excessivas as particularidades da transferência.

É em outro lugar, em outra face da transferência, que será preciso encontrar as condições para relançar os processos pulsionais. Quando Eco puder começar a sair da sua defesa “de si para si”, da sua defesa “narcísica”, ela abrirá essa problemática à transferência, e o processo analítico,

vai adquirir sentido. Vou começar a ajudar essa externalização da sombra do objeto, chamando a atenção para o fato de que ela parece se tratar, e me tratar, segundo o modelo com o qual seu ambiente primeiro tratou dela própria.

De fato, a continuação do trabalho analítico conduz pouco a pouco à instalação na transferência da seguinte conjuntura intersubjetiva: Eco começa progressivamente a formular o que acontece com ela ao vir para a sessão. Ela chega com certo prazer, tem vontade de me explicar isso ou aquilo que se disse ou que compreendeu entre as sessões. Mas assim que se encontra diante de mim, no momento em que entra em meu consultório, a fonte e a vontade desaparecem imediatamente. Ela se sente seca, sem qualquer impulso. De repente, o que teria a dizer lhe parece insípido, sem interesse, e isso antes mesmo de começar a falar. O desejo que experimenta antes de estar em presença do analista se rompe subitamente. Às vezes, essa transformação acontece quando vou buscá-la na sala de espera, assim que abro a porta no momento mesmo em que me vê.

Pouco a pouco, o pensamento fugidio que se apodera dela nesse momento começa a se tornar formulável. Vendo meu consultório repleto de dossiês e de livros, pensa que sou um homem muito ocupado, sem dúvida bem pouco disponível, e que ela não passa de uma coisinha de pouquíssima importância para mim, “o grande professor”. Progressivamente, esses elementos transferenciais vão poder ser ligados a certas particularidades da história da relação com a mãe. No momento do nascimento de sua irmã, Eco sentiu-se brutalmente desinvestida, pois a mãe dirigia toda a atenção ao bebê, como se fosse incapaz de pensar em duas crianças ao mesmo tempo². Algum aquecimento pulsional se produz após a perlaboração desse momento da sua história. Mas o fundo da relação de Eco com o mundo permanece globalmente inalterado.

Será preciso perlaborar do mesmo modo as condições do cotidiano da sua vida de criança, bem além do acontecimento singular do nascimento da irmã, pois as características então

evidenciadas parecem atravessar o conjunto da sua história relacional com a mãe. No dia a dia, no cotidiano da vida familiar, a mãe vai se revelando como uma mulher hiperativa, sempre em movimento, nunca acessível, atingível. À mesa, por exemplo, a mãe se agita, serve um e outro, come de pé num canto da mesa, sem se sentar, sem nunca se acalmar. Ela serve a todos, começa a tirar a mesa antes mesmo que a refeição tenha terminado, numa espécie de “furacão doméstico”. Quando Eco esboça um movimento em direção a essa mãe, quando sente um impulso, este não tem sucesso, pois a mãe já está em outro lugar: já se virou, ocupada com outra coisa. Eco desliza sobre um objeto liso, inatingível. O movimento pulsional se quebra, tomba, a pulsão se decompõe, recua, se retrai. Ao mesmo tempo, a vida se restringe. O objeto não é “utilizável”, e a pulsão não consegue realizar o seu movimento: ela terá de ser neutralizada o mais rapidamente possível. Eco vai necessitar de numerosas repetições dessa sequência durante as sessões, e o mesmo número de interpretações repetidas na transferência sobre o efeito de “decomposição” das “respostas” maternas sobre seus movimentos pulsionais e afetivos, para que mudanças significativas no seu modo de relação com a vida pulsional e afetiva possam ser integradas.

Essa conjuntura clínica não seria inteligível se recorrêssemos a um pensamento solipsista. Ela implica uma concepção intersubjetiva da vida pulsional e uma concepção intersubjetiva da organização da pulsão. A noção de uma pulsão “mensageira”, ou seja, dirigida a outro-sujeito, dependendo para seu desenvolvimento da “resposta” desse outro-sujeito, impõe-se então ao clínico. Essa noção permite uma ampliação da escuta psicanalítica e do pensamento clínico psicanalítico.

No exemplo de Eco, fui inicialmente confrontado com um comportamento “dela para ela”

»
*fui inicialmente confrontado
com um comportamento
“dela para ela” no centro
de seu quadro clínico atual.
Esse comportamento tem
um valor “auto”, solipsista,
e não parece ser dirigido
a ninguém em particular*

no centro de seu quadro clínico atual. Esse comportamento tem um valor “auto”, solipsista. Ele se dá no seu funcionamento narcísico, e não parece ser dirigido a ninguém em particular. Fora das sessões, Eco se “comporta” da mesma maneira. A sombra do objeto caiu sobre o eu, que assimilou seu impacto: o problema tornou-se “auto”, interno. Mas, na medida em que esse comportamento se introduz nas sessões, assume um valor interativo, afetando o analista no interior do espaço analítico e adquirindo o valor de “mensagem agida”, de mensagem transferencial. Acabei por lhe atribuir o valor de uma forma particular da transferência, de um *agieren* de transferência. Na medida em que afeta o analista, na medida em que outro-sujeito se sinta concernido e possa refletir o comportamento como uma mensagem agida e dirigida, a questão de uma dimensão intersubjetiva do comportamento e de sua ação sobre o outro pode ser aberta.

Ao fazer da melancolia o modelo fundamental do impasse narcísico, Freud propõe uma direção para a análise, oferecendo-lhe um vetor do qual Winnicott vai tirar o melhor partido clínico e técnico. Graças à hipótese de um objeto “espelho afetivo” do sujeito, Winnicott torna a intuição de Freud operacional para a análise das figuras psicopatológicas dos estados narcísico-identitários.

Vou desenvolver mais adiante essa questão com base no “estádio do espelho” de Lacan e da inflexão que Winnicott lhe dá. Antes, gostaria de

- 1 Eco, em memória à maneira como Narciso tratou os ímpetos amorosos de Eco, produzindo nela vergonha, anorexia e ressecamento.
- 2 Todos os numerosos filhos dessa família vão mal; toxicomania, psicose, comportamentos antissociais estão presentes como “soluções” encontradas por eles.



*evocando uma mãe “caótica”,
Winnicott permite que sua paciente
não sinta seu caos interno como
o simples efeito de uma pulsão
anárquica e desorganizadora
ou como efeito de uma libido
ávida e sem limite*

assinalar outro aspecto das hipóteses de Winnicott pelos diferentes complementos que ele introduz e que tornam possível uma “desnarcisação” da própria teoria.

A teoria “narcísica” da pulsão destaca unicamente a tendência à descarga: o objeto é considerado apenas como aquilo pelo qual a pulsão consegue se descarregar. O objeto não está implicado como “outro-sujeito”. Se o objeto estiver presente, a pulsão poderá ser “descarregada”, “liberada”. Se estiver ausente, o sujeito corre o risco de uma perda: então, ele terá de desenvolver autoerotismos paliativos para enfrentar essa ameaça e esperar o retorno benéfico do objeto. Quando se enfatiza a função do objeto na construção de si, insistindo em suas “respostas” aos movimentos libidinais do sujeito, é introduzida uma nova dimensão da vida pulsional, que contém implicitamente a ideia de que a pulsão também traz uma “mensagem” dirigida ao objeto, uma “mensagem” à espera de uma resposta. A pulsão é construída no interior do interjogo (*interplay*) que se estabelece entre sujeito e objeto.

Um rápido primeiro exemplo vai permitir que se compreenda melhor o que essas hipóteses acarretam no trabalho clínico.

Um paciente declara durante a sessão que se sente “vazio”, “com a mente em branco”. Uma interpretação “clássica” desse estado, como me foi ensinada quando eu aprendia o ofício de psicanalista durante as supervisões, relacionava esse

“vazio” interno à falta ligada à avidez pulsional do sujeito. A orientação da análise era a de ir em direção dos processos de tudo ou nada que caracterizam a primeira avidez. Mais tarde, aprendi a relacionar – além disso – esse sentimento de “vazio” interno aos processos de alucinação negativa do pensamento. O vazio também aparecia, eventualmente, como um espaço côncavo, em espera, um espaço de recepção possível. Com Winnicott, outra interpretação complementar se delineia, sem anular a pertinência das duas precedentes, mas as orientando de modo diferente. O vazio pode ser considerado como o efeito sobre o eu da “sombra” de um objeto que permaneceu sem responder, silencioso, diante dos apelos do sujeito, um sujeito insensível aos seus impulsos e que até o evitou com hostilidade. “O absurdo”, declarava Albert Camus na abertura de seu ensaio sobre mito o de Sísifo, “nasce da confrontação entre o apelo humano e o silêncio despropositado do mundo”. O “vazio” da resposta do objeto é a seguir “incorporado” e deixa no eu o traço do eco do silêncio e da maneira pelo qual este conseguiu “quebrar” o *élan* pulsional anterior do sujeito. Eco fornece uma boa ilustração desse processo.

Quando Winnicott declara a Margareth Little³, durante o seu tratamento, que “sua mãe era caótica”, não está buscando designar a mãe com o “objeto mau”, o que não seria pertinente nem psicanaliticamente útil, na medida em que essas noções de “bons” e “maus” objetos são formas emprestadas de definições infantis do objeto, que não correspondem a categorias utilizáveis pelo analista para pensar a história. Evocando uma mãe “caótica”, Winnicott permite que sua paciente não sinta seu caos interno como o simples efeito de uma pulsão anárquica e desorganizadora ou como efeito de uma libido ávida e sem limite. Permite que ela encontre a inteligibilidade de um impulso interno confrontado a uma resposta caótica e desorganizadora do ambiente. Reestabelecer, na relação de si a si, o impacto e a forma do que foi a “resposta” histórica do objeto-espelho primeiro permite que o movimento inicial seja reencontrado e que haja uma nova chance de receber, na

relação presente, outro tipo de resposta à “mensagem” dirigida ao objeto pelo movimento pulsional.

Meu exemplo clínico para ilustrar essas últimas considerações diz respeito a um homem que apresenta acessos de colapso de tipo melancólico, caracterizados por uma queda do tônus vital e, sem dúvida, das defesas imunitárias. Ele melhorou bastante com um primeiro período de análise com uma analista mulher, mas, quando me procurou para continuar a exploração psicanalítica de seus estados internos, ainda sofria de um estado depressivo global e de numerosas inibições do seu potencial vital. Ele havia assistido a diversas conferências minhas sobre os estados narcísicos e acreditava que eu poderia lhe trazer algo diferente da sua primeira análise.

Resumidamente, a primeira parte do processo analítico foi dedicada à elaboração transferencial de sua relação com um pai não afetivo, rígido e pouco presente. A elaboração de uma hostilidade intensa diante de um personagem paterno que frustrava o amor de seu filho e que manifestava por ele pouco interesse verdadeiro melhorou a depressividade, mas não de forma decisiva. A relação transferencial começou a deixar emergir e a tornar sensíveis os efeitos da relação do sujeito com uma mãe que sofria de uma psicose maníaco-depressiva e que apresentava aspectos delirantes. Quando essa relação veio para o primeiro plano na análise, ocorreram dois episódios depressivos graves, com aspectos melancólicos marcantes. A cada vez, manifestou-se uma desorganização psicossomática grave, na qual o sujeito se “decompôs”, ao mesmo tempo que suas defesas imunitárias colapsaram. O episódio decisivo da elaboração dos colapsos depressivos produziu-se no momento em que puderam ser relacionadas as quedas de tônus vital do sujeito, seus momentos de “decomposição” e a resposta do objeto materno aos impulsos da criança que ele tinha sido. Foi preciso reconstruir, passo a passo, as características da “conversa primitiva” entre o bebê – e depois entre a pequena criança que o paciente

»»

*a resposta da mãe
a qualquer movimento afetivo era
desviar o rosto, retirar-se, ou mesmo
rejeitá-lo por meio de um ataque.
A confusão é uma confusão entre amor
e ódio, entre impulsos amorosos
e movimentos hostis*

foi – e essa mãe, que alternava momentos melancólicos e momentos maníacos.

Na perspectiva aberta por Winnicott, prolongando a observação de Freud sobre a sombra do objeto, o trabalho psicanalítico permite reconstruir e perlaborar o efeito do caráter caótico e inconsciente das respostas afetivas maternas. Por vezes, a mãe aceitava seus *élans*, chegando até a permitir que se incrementassem de forma exagerada, para depois mudar bruscamente de atitude, rejeitando-os. Na maior parte do tempo, a resposta da mãe a qualquer movimento afetivo era desviar o rosto, retirar-se, ou mesmo rejeitá-lo por meio de um ataque. A confusão é uma confusão entre amor e ódio, entre impulsos amorosos e movimentos hostis. Então, o impulso se rompe, o tônus decresce, entra em colapso, então ele se decompõe. Os ímpetos afetivos próprios mostram-se à criança como destrutivos para o objeto, e o paradoxo introduzido por esta confusão perturba a atividade psíquica. Se para o bebê o bom (o amor) e o mau (a destrutividade segundo a interpretação materna) não se opõem mais, se passam a se engendrar reciprocamente, o princípio do prazer e sua forma transformada em princípio de realidade entram em parafuso, e a atividade psíquica tende a cessar.

Nas diferentes situações clínicas evocadas, a parte mais fundamental do meu trabalho foi reintroduzir na dinâmica psíquica do sujeito as particularidades das respostas e reações do objeto

3 Para um desenvolvimento sobre este exemplo, cf. R. Roussillon, *Le transfert délirant*.



o processo se desenvolve em dois tempos. O primeiro é atual e acontece na transferência. Ele é inicialmente acolhido e trabalhado nesse nível. Como o processo “insiste”, a reconstrução histórica torna-se possível num segundo momento

primário aos seus movimentos pulsionais. Ali onde o quadro clínico apresenta o impasse de um sujeito cujos processos psíquicos andam em círculos e tendem a se repetir sem mudanças, eu reintroduzi a particularidade do que foi a resposta do objeto. Busquei reconstruir essa resposta a partir dos indícios transferenciais que o sujeito produzia durante a sessão.

O processo se desenvolve em dois tempos. O primeiro é atual e acontece na transferência. Ele é inicialmente acolhido e trabalhado nesse nível. Como o processo “insiste”, a reconstrução histórica torna-se possível num segundo momento: ela permite estabilizar o processo, tornando a mudança durável.

Essas considerações conduzem naturalmente a um aprofundamento da contribuição de Winnicott, que diz respeito, de um lado, ao processo de identificação subjetivante e, de outro, à hipótese proposta por ele quanto ao que chama de “utilização do objeto”.

O processo de subjetivação:
a identificação subjetivante

Minha leitura de Winnicott “com Freud” levou-me a propor o conceito de relação homossexual primária “em duplo” para designar as condições primeiras do encontro mãe-bebê. Elas desembocam no processo de subjetivação que origina

a organização da configuração narcísico-identitária primeira.

Os teóricos de língua francesa diferenciam “sexual” e “sexualidade”. Utilizam o termo “sexualidade” para designar um comportamento, e o conceito de “sexual” para os fatores de prazer/desprazer que infiltram todos os processos psíquicos. Nessa perspectiva, o “sensual” é, portanto, uma forma do sexual. Assim, para um psicanalista de orientação francesa, embora nem tudo seja sexual, há algo de sexual em tudo, na medida em que o investimento pulsional nunca deixa de acompanhar um processo psíquico ou um procedimento de encontro intersubjetivo. Falar de “homossensualidade primária” ou de “homossexualidade primária” para qualificar essa relação ressalta o fato de que prazer e desprezer são relativos ao movimento no qual o outro é encontrado ou perdido como “duplo” de si.

Três propostas de Winnicott parecem contribuir para refinar essa concepção: o objeto criado-encontrado, a função “espelho” da mãe e a experiência de troca da amamentação primeira.

Segundo a concepção do objeto criado-encontrado, a adequação do ambiente materno que “apresenta” o seio no momento apropriado e de maneira adequada para o bebê permite que este viva a ilusão fecunda de ser capaz de criar, graças à alucinação, o seio que na verdade ele “encontra” na percepção. Diferentemente da descrição metapsicológica habitual do funcionamento psíquico, que enfatiza a oposição entre alucinação e percepção, Winnicott descreve um registro metapsicológico “paradoxal”, “transicional”, no qual essa oposição é suspensa. O seio “percebido” vem ao encontro do seio “alucinado”: sobrepõe-se a ele como um duplo real, concreto. Tal processo está na origem da criação, no bebê, da ilusão subjetiva de ser capaz de criar a satisfação que encontra. Graças à adequação materna, a alucinação primitiva se transforma numa ilusão positiva, que sustenta a crença do bebê em suas capacidades de “produzir” um mundo satisfatório. Investimento de objeto e narcisismo não se opõem necessariamente: ambos conjugam seus efeitos para “produzir” um estado



subjetivo particular, “transicional”, no qual a representação alucinada do objeto e o objeto “objetivo” contribuem para a obtenção do prazer. Assim, autoconservação e investimento pulsional andam de mãos dadas, autoerotismo e investimento de objeto são convergentes. O prazer resulta da confluência deles, sendo produzido como “sinal” de seu encontro, de seu amálgama.

Uma concepção desse tipo supera de saída o impasse metapsicológico produzido pela oposição entre teoria da pulsão e teoria da relação de objeto. Não posso abordar, nos limites desta reflexão, todas as consequências de uma concepção que supõe que em certas condições o aparelho psíquico pode, sem confusão, perceber e alucinar simultaneamente⁴. Prefiro prolongar meu levantamento sobre as formas de relação em duplo no pensamento de Winnicott.

Um segundo aspecto do pensamento de Winnicott diz respeito à concepção proposta por ele do rosto da mãe como “espelho” dos estados internos do bebê. Winnicott apresenta sua hipótese como um desenvolvimento da intuição de Jacques Lacan sobre a função do estádio do espelho, e situa o lugar dela na problemática das identificações, no ponto de articulação da identificação “narcísica” e da identidade. O essencial da hipótese de Winnicott é que aquilo que o bebê “vê” quando olha o rosto da sua mãe é um reflexo de seu próprio estado interno, de seu próprio estado afetivo.

Essa teoria sugere diferentes comentários e complementos.

O primeiro comentário se refere à concepção da mãe “suficientemente boa” implícita nessa hipótese. A mãe, assim como o ambiente que a rodeia e que contém o pai, ajusta-se e ajusta suas expressões mimo-gesto-posturais às do bebê. Afina-se afetivamente ao bebê, cujos estados internos ela partilha e com os quais empatiza à sua maneira. O “rosto” da mãe reflete

o essencial da hipótese de Winnicott é que aquilo que o bebê “vê” quando olha o rosto da sua mãe é um reflexo de seu próprio estado interno, de seu próprio estado afetivo

para o bebê esse acompanhamento “em duplo”, tanto no plano estético e sensorial quanto no plano afetivo. No entanto, parece-me necessário ir além da proposição de Winnicott e considerar que não é apenas o “rosto” da mãe, mas todo seu corpo e seu comportamento que formam esse primeiro “espelho”.

Esse “espelho”, encarnando no corpo da mãe quando esta é suficientemente adaptada, suficientemente “maleável”⁵ e sensível aos estados internos de seu bebê, produz um efeito de duplo “narcísico”. Um duplo é um mesmo, um semelhante a si, mas é também um outro. Um duplo não pode ser somente um mesmo, pois neste caso ele produziria um estado confusional, e não um reflexo de si. Assim, a mãe vai ter também de marcar sua alteridade pela maneira com a qual ela reflete para o bebê sua própria partilha de afeto. As emoções e estados internos que ela “reflete” são “semelhantes”, mas não idênticos. Eles têm o mesmo fundo, a mesma matriz, mas não a mesma forma. Os reflexos maternos são idênticos aos do bebê, mas não completamente: eles são homomórficos, mas não isomórficos. O ajustamento materno é intermodal. G. Gergeli⁶ observou que, ao lado desse acompanhamento “em duplo” intermodal, a mãe também “marcava” que os estados afetivos que apresentava em reflexo aos do seu bebê não eram seus próprios estados afetivos, mas sim os do bebê. Enviando uma mensagem de metacomunicação,

4 Para mais detalhes sobre este ponto, cf. R. Roussillon, *Le plaisir et la répétition*.

5 Para mais detalhes sobre este ponto, cf. R. Roussillon, *Le plaisir et la répétition*.

6 G. Gergeli, Naissance de la capacité de régulation des affects.



se um movimento psíquico do bebê pode ser “ecoado” pela mãe, ele não é mais somente “descarga”, mas começa a fazer parte do sistema de comunicação primitiva, tomando a forma de um “signo partilhado”

a mãe pode se “designar” a si própria como simples “espelho” dos estados internos do bebê. Ela pode se refletir como “espelho”. É claro que para poder ser o espelho dos estados internos do outro, ela também deve ser capaz de sentir empatia com os estados afetivos dele, de identificá-los, reconhecê-los e, portanto, também de comparilhá-los, ao menos em parte.

A concepção de uma mãe “espelho” primeiro do bebê pressupõe que a relação primeira é organizada e investida como uma tensão, como um movimento para construir o encontro com o outro enquanto duplo potencial de si. Aqui também satisfação e prazer dependem da capacidade dos dois parceiros de se encontrarem e se apreenderem como “duplo” outro, como outro e mesmo. É esse movimento, essa tensão, esse balé, que o prazer e o desprazer regulam. Esse jogo de trocas entre mãe e bebê começa a construir a pré-forma dos símbolos, isto é, das representações do encontro primeiro, da partilha e da união para a qual ele tende. Se um movimento psíquico do bebê pode ser “ecoado” pela mãe, ele não é mais somente “descarga”, mas começa a fazer parte do sistema de comunicação primitiva, tomando a forma de um “signo partilhado”, de uma mensagem, que pode ser dirigida ao objeto. Esse comportamento é a primeira condição para que emergja um símbolo, considerado como símbolo de encontro e de união. O bebê

e a mãe se encontram e se reconhecem no símbolo e, inversamente, o símbolo carrega o traço desse encontro e dessa união.

Mas o comentário da hipótese de Winnicott, para ser completo, tem de detectar outro aspecto implícito dessa concepção. Dizer que o rosto da mãe “é” o “espelho” do bebê significa não somente dizer que a mãe deve se comportar de maneira a se oferecer como “espelho” para seu bebê. É também dizer que, *independentemente do que aconteça*, o bebê trata aquilo que o rosto e o corpo da mãe manifestam como um “reflexo” de si mesmo, que ele se identifica com aquilo que é reverberado pelo modo de presença da mãe ou dos personagens significativos de seu ambiente. *Independentemente do que aconteça* significa que ele trata aquilo que a mãe manifesta como uma mensagem que lhe diz respeito “efetivamente”, como uma forma de resposta aos seus próprios movimentos em relação ao objeto. Não importa se a resposta materna é um reflexo “fiel” dos seus movimentos, ou se é apenas o efeito do estado pessoal interno dela, ou da maneira com a qual ela interpreta e sente os sinais emitidos: o bebê recebe essas mensagens como outros tantos reflexos. Presentimos a importância dessa observação para a compreensão da patologia do narcisismo, que aparece então como relativo às particularidades da maneira pela qual o “espelho” primeiro cumpriu a função que lhe é potencialmente atribuída: quer o (espelho) tenha refletido para o bebê um material insuficiente para que ele identifique seus próprios estados internos, quer estes tenham sido assim “neutralizados” pela ausência de resposta “em duplo”, quer tenham sido “distorcidos” por um reflexo excessivamente deformado.

Essa concepção permite propor uma hipótese sobre aquilo que devemos compreender pela enigmática fórmula de Freud: “sombra de objeto”. Em “Luto e melancolia”, Freud ressalta que na origem do sentimento de perda do objeto na melancolia há uma decepção que provém do objeto. Minha hipótese é de que a sombra do objeto seria aquilo que ele não teria refletido

para o sujeito dos seus próprios movimentos e estados internos, ali onde ele teria falhado na sua função de espelho, ali onde frustrou a expectativa narcísica primária do sujeito. Para prosseguir além de Freud e Winnicott, eu diria que o sujeito tende então a incorporar o objeto e a parte de si que ele sente como que confiscada por tal objeto quando não lhe reflete nada. Ele se cola ao objeto, num processo que os pós-kleinianos designaram como identificação adesiva. Essa identidade adesiva, para ser preciso e retomar o conceito de Esther Bick, encontra-se na origem de uma zona de não diferenciação do objeto e do sujeito, de uma zona comum que mantém fantasmaticamente objeto e sujeito colados um ao outro, como siameses. O luto pelo objeto é então fulminado em sua base e capturado por um paradoxo, já que renunciar ao objeto significaria ao mesmo tempo renunciar à parte de si sequestrada no objeto. Ora, a renúncia ao objeto, por exemplo, no luto, realiza-se em nome da preservação de si ou da sua integridade (como na angústia da castração, por exemplo).

A terceira vertente do meu levantamento aparece mais tardiamente na obra de Winnicott. É num artigo de 1969 que identifiquei seu traço mais manifesto, embora possamos suspeitar que aquilo que é formulado claramente naquele momento já estivesse implícito antes. Nesse artigo, Winnicott sublinha a importância da troca e da reciprocidade na primeira amamentação e, posteriormente, no conjunto da relação. Ele observa um movimento dos bebês para colocar o dedo na boca da mãe e, assim “alimentá-la”, por sua vez, também aqui “em duplo”. Da mesma forma, enfatiza a importância dessa reciprocidade na boa integração da experiência da amamentação. O “espelho” materno não é mais apenas um efeito de ilusão derivado do encontrado-criado, apenas um efeito de reflexo emocional ou estésico, mas implica também troca e reciprocidade, uma “amamentação mútua” e talvez também uma “transformação” mútua. O “espelho” materno contribui, também aqui, para a emergência de um modo de troca simbólico.



*Winnicott observa
um movimento dos bebês
para colocar o dedo na boca
da mãe e, assim “alimentá-la”,
por sua vez, também
aqui “em duplo”*

Processo de objetivação, descoberta da alteridade do objeto

A concepção da relação homosensual primária “em duplo”, pressuposta na construção progressiva de um encontro do objeto como “duplo” de si, só é sustentável se for acompanhada e dialetizada por uma teoria da alteridade do objeto. O processo é de mão dupla: identificar-se ao outro e se identificar pelo outro; diferenciar-se do outro e diferenciar o outro de si. A diferenciação só tem sentido contra o fundo da construção do outro como duplo de si. É porque o outro é em primeiro lugar concebido como um “duplo” que a diferença pode ser construída de modo diverso como uma forma de clivagem ou de repúdio. Também nesse domínio Winnicott inova: completa as proposições de Freud e nos obriga a “escavá-las”.

Para Freud, a realidade é um “dado” perceptivo primeiro. Existe desde o início um “eu-realidade”, em relação dialética e de conflito com o eu-prazer. A prova de realidade se apoia na percepção e no par percepção-motricidade para exercer sua função e manter ativa, no estado de vigília, a diferenciação alucinação-percepção. Entretanto, em certos momentos de sua obra, sentimos como que um embaraço na reflexão. De fato, a realidade é mais que uma questão de percepção: é igualmente uma questão de concepção. Da mesma maneira, na relação com o objeto, não se trata apenas de “percepção”,



de nada adianta querer “provar” para o sujeito a irrealidade da ilusão ou da alucinação. A ilusão não se opõe à realidade; a ilusão faz parte da relação com a realidade, diz o desejo que comanda a relação com a realidade

mas também de “concepção”. O enunciado de Freud de 1915 – “o objeto nasce no ódio” – implica mais do que a questão da “percepção” do objeto. O que complica o problema, como se pode imaginar, é o fato de que o investimento alucinatorio do objeto vem se misturar à simples “percepção” desse objeto. Alucinação e percepção podem manter uma relação dialética, de conflito, ou ainda correr o risco de se confundirem.

Winnicott propõe a hipótese de uma sobreposição possível da alucinação e da percepção, hipótese para a qual o próprio Freud se dirige, em 1938, para solucionar o problema da psicose em “Construções na análise”. Winnicott traz para o problema uma complicação adicional, e ao mesmo tempo permite renovar o tratamento dele.

Quando a percepção é investida, quando a alucinação do traço anterior se mistura com a percepção, produz-se uma experiência de ilusão sobre a qual paira uma ameaça potencial de confusão. Freud aponta isso desde 1926 e retorna à questão em 1938: de nada adianta querer “provar” para o sujeito a irrealidade da ilusão ou da alucinação. A ilusão não se opõe à realidade; a ilusão faz parte da relação com a realidade, diz o desejo que comanda a relação com a realidade. A prova de realidade não pode se fundar na percepção ou na motricidade quando estas se encontram libidinalmente investidas. Tampouco as experiências de prazer podem fundar as bases dessa diferenciação, porque desde a origem se baseiam

na sobreposição e no encontro “em duplo” da alucinação e da percepção.

A ilusão produz afetos de desprazer, mas embora resulte em insatisfação, tampouco essa experiência produz uma desilusão capaz de diferenciar a realidade interna da externa. É essa a observação central de Winnicott. Na verdade, a experiência de desprazer produz o que propus chamar⁷ de “ilusão negativa”, que não é a desilusão, mas uma forma negativa de ilusão, que se funda na impressão subjetiva de que o sujeito destruiu sua capacidade de produzir a satisfação. Ela desencadeia dor, raiva e destrutividade, que por seu caráter desorganizador acabam levando o sujeito a restringir seu investimento do mundo exterior, a se retrair, a se fechar, o que leva à desobjetivação e à não descoberta da alteridade do objeto.

A hipótese de Winnicott torna o problema mais complexo, porque introduz entre experiência de desprazer e “descoberta” da realidade ou da alteridade do objeto uma etapa suplementar, um momento estrutural que inclui a parte do ambiente e da “resposta” dele ao movimento pulsional do sujeito.

O objeto é “encontrado” no ódio, é preconcebido na experiência de desprazer e na reação do sujeito a esse desprazer. O objeto é potencialmente percebido a partir de uma experiência de desprazer que mobiliza um movimento de destrutividade. A destrutividade não produz diretamente a desilusão, mas uma ilusão negativa: a ilusão de estar na origem do “mal” que habita o mundo⁸. Segundo Winnicott, o que vem depois vai depender da maneira pela qual o objeto reagir à destrutividade da criança. É aqui que o véu do “espelho” do objeto vai se manchar e se rasgar, endurecer ou endurecer seu reflexo.

Se o objeto exercer “represálias”, mimetizando em “espelho” ou em duplo os movimentos pulsionais da criança, se realizar movimentos de revide, se retirar do vínculo ou da relação, essas “respostas” vão legitimar a “ilusão negativa” e fixar a vivência de um mal no ser, de um “mal-estar”, de um núcleo de culpabilidade primária pré-ambiental não dialetizado com o amor. A destruição

ocorre: ela não é mais “mensagem” de desprazer, “sinal interno”, “potencialidade” de diferenciação, mas se tornou um estado de fato, é uma destruição afetiva. O narcisismo permanece trancado no solipsismo.

Ao contrário, se o objeto “sobreviver” aos movimentos de destrutividade ou de raiva impotente, se se mostrar atingido sem exercer represálias, sem se retirar perceptiva e afetivamente da relação, se continuar a manter o vínculo, então a destrutividade não vai “quebrar” nada, permanecendo “potencial”. Uma “prova de realidade” torna-se possível, uma diferenciação entre objeto interno e objeto externo começa a se tornar viável. O objeto é “descoberto” em sua exterioridade: não é mais somente “percebido” como exterior – isso acontece muito cedo, como sabemos hoje –, mas é “concebido” como exterior, concebido como objeto libidinalmente investido e exterior, outro, não simples duplo ou reflexo de si. A experiência de uma diferenciação entre o objeto interno – o da fantasia destruído pela destrutividade e pela raiva impotente – e o objeto externo – o outro, aquele que “sobrevive” – pode começar a adquirir sentido. A partir de então, a tópica psíquica pode começar a se organizar. É em dois ou três que saímos do solipsismo narcísico; é pensando a resposta do objeto, sua questão e suas formas, que saímos da ilusão narcísica primária e dos seus impasses existenciais.

O objeto investido como “duplo homossexual” de si, o objeto presente nessa função de reflexo de si, é investido e “amado”. O objeto ausente, ou seja, o objeto que se ausenta dessa função, que se torna outro, não presente como “duplo” de si, o objeto não “narcísico”, será odiado por sua ausência, pela falta que escava. A falta toma o lugar da ilusão negativa, e o conflito de ambivalência pode começar a se organizar. O objeto é amado por sua presença e odiado por sua ausência, o que quer dizer em sua presença “em outro lugar”, sua abertura ao terceiro.

7 Cf. R. Roussillon, *Paradoxes et situations limites de la psychanalyse*.

8 Para complementações sobre este ponto, cf. R. Roussillon, *Agonie, clivage et symbolisation*.

»
*se o objeto “sobreviver” aos
movimentos de destrutividade
ou de raiva impotente,
a destrutividade não vai
“quebrar” nada, permanecendo
“potencial”. Uma “prova
de realidade” torna-se possível*

A resposta do objeto sela o destino da destrutividade e sua função na economia psíquica. Por um lado, ela vai se encapsular, voltando-se ou voltando seus efeitos contra a psique e contra o investimento psíquico; por outro, ela vai permitir a diferenciação entre um mundo interno, mundo da representação psíquica, mundo da fantasia, e o mundo externo, mundo da percepção investida, mas localizado fora da onipotência criativa do sujeito.

Conclusão

Tanto na construção do narcisismo primário quanto na experiência da sua desconstrução, Winnicott introduz uma distância entre o sujeito e si mesmo. Estabelece a distância que torna “analísáveis” e simbolizáveis narcisismo e saída para fora do narcisismo. Introduce aquilo que rompe a identidade consigo e que coloca a análise num impasse. Introduzindo uma fase suplementar, na qual se situa a questão do “reflexo” do objeto, das suas respostas aos movimentos pulsionais do sujeito, da sua parte própria na construção e desconstrução do narcisismo, ele “desnarcisa” a teoria. Winnicott pensa e torna pensável, com a ajuda de uma teoria na qual o solipsismo foi analisado e desconstruído, como o narcisismo se organiza ou se desorganiza, como se coloca em impasse ou encontra a saída da organização da falta, da descoberta dos objetos que o constituem.

Referências bibliográficas

- Camus A. (1942). *Le mythe de Sisyphe*. Paris: NRF.
- Freud S. (1915a). Deuil et mélancolie. In *OCF.P. XIII*. Paris: PUF.
- Freud S. (1915b). Deuil et mélancolie. In *Métapsychologie*. Paris: Gallimard.
- Freud S. (1923). Le moi et le ça. In *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot.
- Freud S. (1926). Inhibition, symptôme et angoisse. In *OCF.P. XVII*. Paris: PUF.
- Freud S. (1938). Constructions dans l'analyse. In *Résultats, idées, problèmes*. Paris: PUF.
- Gergeli G. (2003). Naissance de la capacité de régulation des affects. In G. Appell & A. Tardos. *Prendre soin du jeune enfant*. Toulouse: Érès.
- Lacan J. (1966). *Écrits*. Paris: Seuil.
- Roussillon R. (1991). *Paradoxes et situations limites de la psychanalyse*. Paris: PUF.
- Roussillon R. (1999). *Agonie, clivage et symbolisation*. Paris: PUF.
- Roussillon R. (2001). *Le plaisir et la répétition*. Paris: Dunod.
- Roussillon R. (2002). *Le transfert délirant*. In P. Fédida (ed.). *Transfert; États-limites*. Paris: Dunod.
- Winnicott D. W. (1969). *De la pédiatrie à la psychanalyse*. Paris: Payot.
- Winnicott D. W. (1970). *Le processus de maturation chez l'enfant*. Paris: Payot.
- Winnicott D. W. (1971a). *La consultation thérapeutique et l'enfant*. Paris: Gallimard.
- Winnicott D. W. (1971b). *Jeu et réalité*. Paris: Gallimard.
- Winnicott D. W. (1989). *La crainte de l'effondrement et autres situations cliniques*. Paris: Gallimard.

Deconstruction of primary narcissism

Abstract The author discusses D. Winnicott's contribution to the analysis of narcissism and of the different forms assumed by the postulate of self-creation that is its "trademark". In "Mourning and Melancholy", Freud establishes the basis for this analysis, but it is Winnicott who makes it clinically useful. Roussillon examines several propositions of Winnicott about these issues, among them the found/created object, the mirror function of the mother, the experience of exchange in the first breast-feeding, and the "use of an object" as a step towards the recognition of the otherness of objects in general.

Keywords narcissism, creativity, destructiveness, reflex, mother's face, illusion.

Violencias en familias con niños y adolescentes

María Cristina Rojas

Resumen Este trabajo, referido a familias con niños y adolescentes, plantea algunas conceptualizaciones acerca de la violencia intrafamiliar, a la cual pone en relación con distintas modalidades socio-culturales. Analiza en especial la violencia de los discursos sacralizados y formas actuales ligadas a violencia y desamparo, incluyendo en ambos casos escenas clínicas. Propone una clínica de enfoques complejos, apta para develar las violencias invisibilizadas.

Palabras llave dominio, reconocimiento, indefensión, diversidad, complejidad, desamparo.

María Cristina Rojas es psicóloga por la Universidad de Buenos Aires (Argentina). Miembro titular de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo.

En las familias se espera de los otros amor y apuntalamiento, es decir, sostén, apoyo, regulaciones. Cuando las figuras significativas actúan con violencia en forma reiterada, se organizan verdaderas paradojas vinculares, que exacerbaban los efectos propios de las violencias: las ambivalencias, la perplejidad, el enloquecimiento. Sufrimiento, dolor. Pensemos en especial en la posición del niño, cuando es maltratado por aquel de quien espera amor y sin cuyos cuidados no sobrevive.

Entonces, cuando la violencia física y/o emocional es perpetrada precisamente por quienes tienen la responsabilidad social y legal de ejercer cuidados, es más devastadora. Además, la violencia intrafamiliar se inserta en un contexto semántico de justificación que mistifica las claves por las cuales es posible reconocerla. (“Me provocó”, “Es por su propio bien”, “Busca ser castigado”). “Esta transformación del carácter protector en carácter violento ocurre en un contexto y en un discurso que destruye o falsea los significados y deniega esta transformación”¹.

La violencia, más allá del ataque físico, se expresa a través de palabras denigratorias que lastiman los procesos de construcción del psiquismo, a expensas de la autoestima y la creencia en el propio pensamiento del niño o adolescente víctima.

A menudo, en grupos así afectados, la palabra, vaciada de sentido, puede adquirir valor de proyectil (cosa que hiere), manteniéndose fuera del discurso. Ya no se sostiene en la dimensión tierna del lazo, sino en el territorio del dominio².

Para que el discurso violento obre en toda su eficacia afectando la conformación subjetiva del niño, deben cumplirse las condiciones que Bateson³ propone para la paradoja y que hago extensivas a otras

1 C. Slutzki, *Violencia familiar y violencia política. Implicaciones terapéuticas de un modelo general*, p. 351.

2 F. Ulloa, *La novela del psicoanalista*.

3 G. Bateson, *Pasos hacia una ecología de la mente*.



la familia burguesa, sostenedora fundamental de un espíritu de época, situó al niño en una posición que Freud conceptualizó como “His Majesty the baby”, puntal del narcisismo parental

modalidades: que sea reiterativa; que se dé en un vínculo asimétrico, como es el parentofíal; que no sea posible la reacción modificadora (denuncia, humor). Todo ello puede dar lugar a algún modo de distorsión del pensamiento propio, a fin de sostener al otro como incuestionable, ya que para quien depende ese otro es también objeto de necesidad.

En relación con esto, algunos enfoques terapéuticos, también los vinculares, al enfatizar la circularidad de la violencia pueden ratificar, sin advertirlo, las asignaciones del sometedor. Me refiero, por ejemplo, a la insistencia en señalar a la víctima como desencadenante de la irrupción violenta: es castigado quien no aprende a no provocar, es decir, quien se somete.

El niño tiende por sí mismo a someterse a sus maltratadores, al padecer esa encerrona trágica vincular, ya que, pese a todo, busca el reconocimiento de las figuras cuya asistencia necesita. Señala Benjamin: “Esta lucha por ser reconocido por un otro, y de tal modo confirmarnos, constituye el núcleo de las relaciones de dominación”⁴.

Violencia y niñez

La niñez, por su dependencia e indefensión, ha sido destinataria privilegiada de diferentes formas de violencia. Brujas, ogros y otros desalmados devoran

niños desde el fondo mismo de los tiempos. El propio infanticidio fue una práctica entre ignorada y tolerada hasta el siglo xvii.

Alrededor del advenimiento del segundo milenio, la Iglesia impuso a la población rural europea, y después a la aristocracia, el cumplimiento de la monogamia y la exogamia; esto último, con la prohibición del casamiento entre primos. Así, tendía a la construcción de un marco estable, la familia, en el cual se pudiera criar y defender a los hijos, como señalan estudios históricos. Ese marco se ha ido transformando en el devenir de los tiempos.

Es en la era moderna tardía, y particularmente a partir del siglo xviii, en que se inaugura el reconocimiento social de la niñez como período diferenciado y específico y se formula al niño como sujeto de derecho. Surge entonces, al decir de Lasch: “un nuevo concepto de la familia como refugio frente al mundo comercial e industrial, altamente competitivo y frecuentemente brutal”⁵.

La familia burguesa, sostenedora fundamental de un espíritu de época, situó al niño en una posición que Freud conceptualizó como “His Majesty the baby”, puntal del narcisismo parental; continuidad y trascendencia de sus progenitores, eslabón en la cadena entre antepasados y descendientes⁶. Sin embargo, estos modos del lazo familiar generaron sus propias formas violentas, algunas socialmente legitimadas, como lo era el castigo corporal de los niños, tanto en la familia como en la escuela, y otras encubiertas, como castigos mayores, abuso sexual o excesos discursivo/emocionales. Las formas autoritarias que desfavorecían las elecciones por fuera de los mandatos familiares también tenían consenso epocal. Familia cerrada, autoprotegida, no mostraba en su fachada las fisuras de la violencia y su “interior” era considerado no accesible. En un contexto donde el mundo adulto era todavía casi inimputable en cuanto a su trato con niños y adolescentes.

Diversidad de violencias epocales

A lo largo de los años, trabajando y pensando en relación con las violencias en el seno de la clínica

familiar, fuimos visitando distintas modalidades predominantes, entretejidas en cambiantes tramas epocales.

Ya en las décadas del 1960 y 1970 del siglo xx, algunas investigaciones afirmaban que un altísimo porcentaje de los agresores físicos en los casos de maltrato infantil estudiados eran padres u otros familiares allegados. Habían nacido los especialistas en infancia y familia, que hurgaban en un grupo familiar ya no tan cerrado; la sociedad irrumpía en el sacralizado espacio familiar e interpelaba el poderío patriarcal incuestionable. Se asomaban a la transformación de la familia burguesa, que en la clínica pudo advertirse, en Argentina, al promediar los años 1980.

La familia nuclear moderna ocultaba en su interior mil secretos; cuando la sociedad transformada penetrara su recinto, esa llamada “célula básica de la sociedad” estallaría en complejas diversidades.

Aun así, el abuso sexual permanecía todavía casi innombrable, y en el seno del psicoanálisis protegido por la idea de fantasía⁷.

La familia burguesa iba detonando, las manifestaciones clínicas del sufrimiento se transformaban y esto fue dando lugar también a la transformación de múltiples referentes conceptuales. Se fueron generando otras conceptualizaciones y abordajes clínicos, habilitados a la vez por cambios de los paradigmas de pensamiento, como la epistemología de la complejidad, aportes filosóficos y el pasaje de una lógica de la diferencia, binaria, a otra, de la diversidad.

El término violencia, de intensa connotación afectiva y usos coloquiales múltiples, requería ser situado en el cuerpo del psicoanálisis a

»»

*el término violencia,
de intensa connotación afectiva y usos
coloquiales múltiples, requería ser
situado en el cuerpo del psicoanálisis
a través de precisiones conceptuales
pensadas en clave vincular*

través de precisiones conceptuales pensadas en clave vincular.

Dentro de la investigación sobre el tema, en el seno del psicoanálisis vincular, caracterizamos como violencia al ejercicio absoluto del poder de uno o más sujetos sobre otro, que queda ubicado en un lugar de desconocimiento; esto es, no reconocido como sujeto de deseo y reducido, en su forma extrema, a un puro objeto. Considerábamos así a la violencia por su eficacia, la de anular al otro como sujeto diferenciado, sumiéndolo en una pérdida de identidad y singularidad que señala el lugar de la angustia⁸; concepción que retomé en el *Diccionario de psicoanálisis de las configuraciones vinculares*⁹.

En la familia nuclear o conyugal moderna, como en numerosas consultas actuales, encontramos problemáticas ligadas a excesos en las formas disciplinarias: me ocuparé aquí en especial de distintas formas de violencia emocional y discursiva. Si el golpe lesiona a veces en forma irreparable, la violencia también denominada psicológica, a su vez cosifica al otro al desconocerlo en su singularidad deseante y produce daños psíquicos que, en sus formas extremas, suelen ser condición de emergencia de problemáticas severas, como la psicosis, la enfermedad psicosomática grave, el accidente-suicidio, o las patologías del acto y la pulsión. Por lo demás, la

4 J. Benjamin, *Lazos de amor*, p. 24.

5 C. Lasch, *Refugio en un mundo despiadado: reflexión sobre la familia contemporánea*, p. 28.

6 S. Freud, *Introducción del narcisismo*.

7 S. Freud, Carta 69, p. 301.

8 M. C. Rojas *et al.*, La violencia en la familia: discurso de vida, discurso de muerte.

9 C. Pachuk e R. Friedler, *Diccionario de psicoanálisis de las configuraciones vinculares*.



modos actuales de violencia familiar pueden articularse con sucesos de otros tiempos, desplegados en la red social y familiar propia de los antepasados, aunque aparezcan hoy bajo figuras novedosas

palabra y el acto violentos pueden ser rastreados en algunas familias como modo de relación privilegiado a través de varias generaciones. Nos referirnos entonces a una transmisión intergeneracional del maltrato.

Podemos así pensar a la violencia familiar tanto en términos de vinculaciones actuales como conectada con fenómenos de descontextualización y transmisión de acontecimientos transgeneracionales. Es decir, enfocando a los personajes violentos y sumisos en tanto expresivos de determinaciones concernientes también a otros tiempos y contextos.

Las violencias no metabolizadas del pasado funcionaron en tales casos a la manera del trauma, es decir, como impacto psíquico desorganizador, productor de dolor, a la vez que de fallas en las barreras represivas y de contención. Es así que modos actuales de violencia familiar pueden articularse con sucesos de otros tiempos, desplegados en la red social y familiar propia de los antepasados; aunque aparezcan hoy bajo figuras novedosas, acordes al ideario de la época. Se presentifican acontecimientos que, por fuera de la significación, no lograron devenir pasado, conservaron actualidad y siguen produciendo efectos. Ello transforma a la construcción/reconstrucción de la historia en herramienta del análisis.

Discurso sagrado

En relación con el maltrato psicológico, el discurso sagrado me parece un exponente paradigmático de la violencia emergente en grupos endogámicos y totalitarios, que constituyeran un prototipo de época cuando el acatamiento incuestionable del discurso encarnado en el patriarca era parte de esa producción cultural llamada “normalidad”. Si retomo este tema aquí, cuando la familia devino “las familias” y se percibe abierta y entramada en la red sociocultural, es porque estas problemáticas continúan, con formas singulares, apareciendo en la clínica, particularmente de las violencias y patologías graves.

Se trata de un discurso incuestionable, caracterizado por certezas compartidas que impiden las diferencias y la singularidad. Se transmite transgeneracionalmente, tendiendo a mantenerse tan sólido y estable como los dogmas religiosos y a perpetuarse por vía de la repetición. Puede así apoderarse de los sujetos restringiendo su libertad, aun la del pensamiento.

De tal modo, se propone a sí mismo como yo ideal y congela las significaciones, instaurando la primacía absoluta de un único sentido sobre el significante. Además, contiene aseveraciones que avalan al propio discurso, así como descalifican a cualquier otro que no acuerde con su verdad. Es sostenido por los adultos y se espera de los niños la adhesión incondicional.

A fin de sostener cerrados sus umbrales, los grupos así conformados rechazan los intercambios con los otros que puedan contradecir el modo en que el propio argumento familiar describe y explica el mundo, la vida, la plenitud supuesta de los interrogantes y respuestas. A su vez el hijo, en tanto “nuevo”, resulta inquietante, tiende a ser especialmente controlado, debe ser firmante de las alianzas y decretos preexistentes, pues su posible alteridad amenaza al statu quo.

“Sácame el algodón”

Relataré la apertura de una entrevista familiar diagnóstica realizada durante un proceso de

consulta por un niño. Se trata de una familia que llega derivada por el Jardín de Infantes al que el hijo concurre; el mismo ha presionado para la realización de un diagnóstico, poniéndolo como condición de pertenencia a la institución. Ellos son la madre, su marido, denominado “padre” ante el alejamiento del padre biológico, y Facundo, hijo único, de 5 años.

Facundo llega semidormido, con un gran tapón de algodón en el oído.

Madre (a la terapeuta, agresivamente): ¿Cuántas veces faltan?

Padre: Como dijo cinco más o menos ¿van cuatro?

Madre (a Facundo): ¿Te sigue doliendo el oído?

Facundo: No.

Padre (al niño): Toma, dibuja un Papá Noel. (Le da los materiales, él y la madre hablan entre sí en voz muy baja, de modo que no puedo escucharlos.)

Facundo (angustiado): Sácame el algodón.

Madre: No, déjalo que te da calorcito.

Facundo (se cubre la oreja con la mano, me mira fijamente y empieza a llorar pidiendo que le saquen el algodón): ¡Así no puedo escuchar!

Madre: Si te lo sacas te va a doler más, *mamá sabe*.

Facundo: Entonces quiero ir al médico. Pero papá ¿me aseguras que después vamos a ir a comprar la careta?

Poco después, se saca el algodón con violencia, mientras mira a la madre desafiante. De pronto empieza a llorar muy angustiado, gritando: ¡Me duele muy fuerte!

El ámbito familiar cierra los oídos a los no pertenecientes. La careta y el oído tapado de Facundo lo aíslan del mundo que, como terapeuta, represento y se contraponen a la función analítica de develación y conocimiento. El analista, a su vez, no debe escuchar, no debe saber.

Dominio, encierro, dogmas. El hijo deberá asociarse a esta convicción, desmentir que hubo – ¿hay? – otro padre (Papá No (es) él). Aprender qué es en esta familia lo que más duele. Saber

»
¿puede aquello que se repite perder hegemonía dando paso a intersticios de opción, al despliegue de singularidades deseantes?

que el sometimiento se premia con lo que ellos denominan amor, por eso es aconsejable aceptar el mandato y abolir el desafío. *Si me duele más fuerte es que mamá sabe.*

El discurso de certeza genera una angustia que lleva al sometimiento o a la rebeldía, esta última debe ser aniquilada, pues es evidencia de deseo. En esta patria monolítica, el deseo en tanto singularidad es “extranjero,” aquel que torna al otro potencialmente indomitable, hasta enemigo.

El psicoanálisis del discurso sagrado interviene en los dogmas, esa suerte de penumbra contrapuesta a todo descubrimiento. ¿Puede aquello que se repite perder hegemonía dando paso a intersticios de opción, al despliegue de singularidades deseantes? ¿Serán ellos capaces de enunciar al menos una interrogación que profane la religiosidad de los enunciados?

Violencia y desamparo

Hoy, cuando la sociedad transparente exhibe los ocultos interiores, tan resguardados en la era burguesa al amparo de la privacidad, se diluyen gran parte de las fronteras casi infranqueables que sacralizaran la familia, se modifican las vinculaciones y los modos de circulación de los afectos y el



*heterarquía: circulación
del poder en grupos humanos
donde cada uno lo ejerce cuando
está mejor posicionado para hacerlo,
con liderazgos alternantes*

poder. Entonces aparecen en las consultas otras formas predominantes de violencia familiar, que no destierran totalmente formas anteriores, ya que coexisten en la multiplicidad.

Algunas familias, como antes señalé, presentan sufrimientos y patologías ligados a problemáticas del desamparo, y relacionados con cierta fragilización de los lazos que afecta el sostén e interdicción que el psiquismo infantil requiere. Se supone a veces una paridad adulto-niño que deja a los menores en crecimiento librados a su albedrío, esto es, conlleva en algunos casos vivencias de abandono, desborde pulsional, inhibiciones. Del discurso completo y cerrado pasamos a otro, vaciado y lacunar.

En relación con esto, en las consultas por niños y adolescentes encontramos problemáticas de separación y dificultades en la inserción extrafamiliar: niños requeridos de acompañamiento para desplegar el quehacer propio de su momento vital. Lo que aparece de manera manifiesta como trastorno del desprendimiento puede relacionarse con carencias o disfunciones en los apegos vinculares que sustentan y regulan. Una rápida autonomía de los hijos, favorecida por el consenso social, obvia a veces los apoyos que habilitan los procesos elaborativos del desasimiento.

Cuando estas modalidades epocales se extreman, devienen violencia desamparante. Las

alteraciones en los cuidados ligados a la autoconservación y la empatía amorosa afectan la construcción de la capacidad para estar solo y las formas de conexión con los otros. Se resquebraja el “yo piel” familiar como envoltura protectora, representación de un espacio de contención que sostiene la conformación yoica. Un borde familiar evanescente conlleva así fallas en la constitución del narcisismo, dando lugar a vulnerabilidad y vacíos subjetivos, en relación también con falta de otras pertenencias consistentes¹⁰.

Pocas cosas tan fácilmente invisibilizadas como las carencias en el amparo, encubiertas por ideologías epocales que las convalidan: sociabilidad y autonomía tempranas, valor de la autodeterminación y el manejo en el mundo social; igualación generacional, levedad de las prohibiciones y la contención. Así encontramos niños/grandes, aparentemente tiránicos, pero profundamente desamparados. Estoy destacando entonces que la ausencia de una posición adulta que asuma el poder y la responsabilidad de contener y prohibir, en casos extremos produce efectos de violencia. La disminución de la autoestima oscila respecto de un ideal grandioso que intenta compensarla y las patologías del acto emergen, a menudo, como defensa ante la depresión.

Claro está que en las familias se han modificado los modos de circulación del poder, antes cristalizado en el patriarca, sin que esto constituya una patología. Por el contrario, cuando el poder circula de modo heterárquico los niños pueden construirse en tanto singulares, escuchados y apuntalados por el mundo adulto. Heterarquía: circulación del poder en grupos humanos donde cada uno lo ejerce cuando está mejor posicionado para hacerlo, con liderazgos alternantes. Es cuando estas modalidades se exceden y distorsionan, por ejemplo, en lo que denomino “asimetría invertida” –cuando el poder cristaliza en los hijos– que emergen estos modos de violencia y desamparo que aquí analizo.

Aun sin llegar al extremo legal abarcado por la figura de la negligencia, encontramos faltas a veces severas de sostén e interdicción que

llevan a los hijos al desvalimiento afectivo. En un mundo exigente, hostil, que también desprotege a los adultos, estos suelen encontrar dificultades en satisfacer los requerimientos del psiquismo infantil. Se produce una cierta presencia/ausencia del adulto que no es privativa del mundo familiar, aunque me ocupe de las familias especialmente en este punto.

“La niña que iba a la escuela en camisón”

Recibo una familia, integrada por los padres y dos hijas de 8 y 5 años, la menor se halla en tratamiento individual por crisis de ira y dificultades de desprendimiento de los padres y en cada salida de la casa. Lograda la separación, ella se muestra contenta en distintas situaciones sociales. Abro la puerta, la pequeña, gruñendo, trata de embestirme tirando puntapiés, con más histrionismo que fuerza. La evito e ingresan al consultorio. La hermana mayor, vestida y sentada como una mujer adulta, comienza a relatar los problemas de la hermanita, que se arroja contra mí para golpearme, mientras los padres se limitan a mirar la escena en que yo la detengo con gestos y palabras. Digo a los adultos que en nuestros encuentros no puede haber golpes, ni entre ellos ni conmigo, esa sería una condición para compartir esta situación terapéutica. El padre reacciona, alza a la niña y la sostiene abrazada, con fuerza, pero sin violencia; en pocos minutos ella se calma, comienza a dibujar y a sonreír. Allí se inicia nuestro trabajo, en buena medida una construcción del sostén y la regulación adultas que habiliten la ruptura de la polaridad sobreadaptación/descontrol representada por las dos hijas.

Más adelante, el padre relata las resistencias de la niña cada día al levantarse, sus gritos y enojos y las dificultades para vestirla, peinarla y prepararla para ir al Jardín. Por esto, papá y mamá, impotentes, suelen llevarla al colegio en camisón, dejando la ropa en el Jardín para que el personal del mismo se haga cargo de la vestimenta.

»
*el niño, un ser dependiente y en
crecimiento, requiere para organizar
su vida psíquica sentir la mirada, la
potencia y la responsabilidad
del mundo adulto*

La impotencia parental deviene desprotección, la niña se encuentra carente de bordes para sus desbordes, que las reglas del Jardín y los brazos de los adultos –maestra, asistentes– allí contienen.

En estos casos se hace prioritario y urgente el trabajo psicoanalítico con el grupo familiar y sesiones con los adultos, para trabajar psicoanalíticamente las funciones de la parentalidad. Ya que el niño, un ser dependiente y en crecimiento, requiere para organizar su vida psíquica sentir la mirada, la potencia y la responsabilidad del mundo adulto. Este mensaje, que calma, que apacigua, está desdibujado en esta familia, como en otras de hoy con distintos grados y matices.

Esa cierta ausencia del adulto, vinculada a condiciones epocales que merecen análisis transdisciplinarios, favorece las respuestas médico psicológicas, que inundan familias y escuelas, mientras estas tienden cada vez más a tercerizar sus funciones en profesionales de la salud, auspiciando así la patologización de la infancia y de la vida misma. Los adultos, con frecuencia “desatentos e hiperactivos”, en una sociedad de alta complejidad y exigencia, miran hacia múltiples lugares más allá de los hijos. Digo “desatentos e hiperactivos” parafraseando los más que frecuentes diagnósticos y sobrediagnósticos infantiles de trastorno de desatención con o sin hiperactividad.



*es preciso seguir construyendo
una clínica situacional,
que considera el aquí y ahora,
y a la vez toma en cuenta
al niño o adolescente en el
conjunto de sus circunstancias,
sociales, vinculares, subjetivas*

Violencias imperceptibles

Junto a estas familias afectadas en la línea del apuntalamiento, con tendencia a la simetrización de los vínculos, coexisten otras donde las problemáticas de la era disciplinaria insisten, con mayor encubrimiento que en épocas previas, dado que son otras las políticas y los consensos de regulación, por ejemplo, acerca de los castigos corporales en la infancia.

A partir de la clínica de familias con niños y adolescentes he venido trabajando acerca de los modos de la detección y formas de acotar ciertas violencias que denomino imperceptibles¹¹. Formas de control abusivo, discursos desvalorizantes, a veces golpes y otras formas de abuso emocional de efectos avasallantes del psiquismo infantil suelen ser no reconocidas como tales por el grupo familiar, y desatendidas por los entornos, que parecen a su vez no percibir ni decodificar lo que, no obstante, está a la vista. Violencias imperceptibles sostenidas como tales por complicidades o implícitos pactos de negociación.

Solía pensarse que el ocultamiento de las violencias era factible en especial en familias en aislamiento: la clínica muestra que este no es un requisito para la invisibilización, muchas veces sostenida sobre dichos pactos familiares y sociales de desmentida.

La escuela y otros grupos e instituciones en las que niños y adolescentes participan son espacios aptos para la detección de violencias y sufrimiento; también lo es la consulta médica, en especial pediátrica.

Propuestas clínicas: “más allá de la piel”

En relación con la consulta psicoanalítica, entiendo que es preciso seguir construyendo una clínica situacional, que considera el aquí y ahora, y a la vez toma en cuenta al niño o adolescente en el conjunto de sus circunstancias, sociales, vinculares, subjetivas. Una clínica de perspectivas complejas que desbordan la piel del paciente designado, y con enfoques múltiples se descentran de él para tomar en cuenta la diversidad de condiciones operantes. De tal modo, habilita ir más allá de la fantasía infantil, para abarcar, por ejemplo, al conjunto conviviente: el dispositivo analítico familiar es apto muchas veces para hacer perceptibles los índices de la violencia.

Las violencias se invisibilizan también por su alto grado de naturalización, que conlleva no solamente el “de eso no se habla”, también sostenido en el miedo y el sojuzgamiento de los maltratados, sino una normalización de la violencia que en ocasiones llega a desestimarla como tal.

En las situaciones de violencia familiar deben jugarse otros apuntalamientos que contribuyan a la elaboración de la situación, es allí donde otras pertenencias y redes sociales constituyen recurso fundamental: la clínica vincular tiende a desarmar complicidades que liberen a los sometidos, pero también la escuela y otros dispositivos sociales habrían de ofrecer soportes y respuestas.

Una supuesta neutralidad frente a situaciones de violencia y abuso podría asociarse con mecanismos que favorecen la complicidad. No olvidemos que en tanto sujeto social el analista se halla también sujetado a regulaciones, leyes de la cultura y otras propias de la sociedad y época que habita, que exceden su singularidad y se entretrejen en la escena clínica.

El psiquismo humano cuenta con condiciones elaborativas y pensantes que pueden, en situaciones extremas, que son ocasión de dolor psíquico, preservar una supervivencia más allá aún de lo autoconservativo. Creación e ilusión, productividad representacional transformadora del mundo, son intrínsecas a la condición humana, constituida en la producción simbólica, que trasciende su sustrato productivo, el cuerpo biológico. No obstante, en situaciones amenazadoras cotidianas, como implica la violencia familiar, es posible la afectación del pensamiento, el cuerpo y la palabra; se trataría de una situación traumática acumulativa y persistente.

Tomar en cuenta los indicios de posible victimización, emocional y/o corporal, y el recurso del diagnóstico familiar está en nuestras manos, así como el trabajo en red con la escuela, con otros profesionales asistentes y posibles grupos de pertenencia de los niños.

En relación con la clínica de las violencias subrayaré algunos ejes, entre los ya mencionados, a tener especialmente en cuenta en tan vasta cuestión: uno, el valor del trabajo en equipo, intra e interdisciplinario, por las distintas formas de contención y las regulaciones que la red proporciona a los profesionales intervinientes. Otro, la importancia de la detección de aquellas formas de violencia que han sido invisibilizadas, a través de su naturalización, desmentida e instalación de la clandestinidad. Y por fin, el valor de los dispositivos analíticos vinculares que a menudo facilitan dicha detección; por lo demás, el análisis de las vinculaciones de familia y pareja puede transformar los diagnósticos de una presunta patología "individual". Aun cuando sabemos que los ámbitos clínicos compartidos resultan contraindicados en formas extremas de violencia, cuando la presencia del maltratador deviene inhibitoria y riesgosa.

Pese a que la escena vincular puede favorecer la detección de las violencias destaco que dicha

»
*los modelos teóricos
y nuestras creencias, pertenencias
institucionales, ideologías,
también actúan como esquemas
de percepción de la realidad,
determinan lo que vemos,
naturalizan o desmienten
algunos observables*

escena deviene reveladora si la percibimos e interpretamos a través de ciertos anteojos cognitivos, esto es, conceptualizaciones que condicionan aquello que observamos y pensamos. Los modelos teóricos y nuestras creencias, pertenencias institucionales, ideologías, también actúan como esquemas de percepción de la realidad, determinan lo que vemos, naturalizan o desmienten algunos observables. Destaco entonces que la incorporación dentro de nuestros referentes teóricos de ideas, tales como el fluir constante de un psiquismo abierto siempre vinculado con otros, la productividad constructiva de los vínculos actuales, además de los primarios y fundantes, la consideración de la frecuencia especialmente intrafamiliar de los abusos y maltratos de adultos sobre niños, y de categorías como "producción patriarcal de subjetividades y vínculos", "violencia del género y de género", constituyen anteojos cognitivos transformadores de los análisis y operaciones en la clínica.

La detección e interdicción de las violencias forma parte de nuestra responsabilidad, no solamente como adultos y profesionales sino como sujetos sociales y éticos.

Bibliografía

- Bateson G. (1976). *Pasos hacia una ecología de la mente*. Buenos Aires: Lohlé.
- Benjamin J. (1996). *Lazos de amor*. Buenos Aires: Paidós.
- Freud S. (1897/1976). Carta 69. In *Fragmentos de la correspondencia con Fliess*. Buenos Aires: Amorrortu, vol. I.
- Freud S. (1914/1976). *Introducción del narcisismo*. Buenos Aires: Amorrortu, vol. x1v.
- Kaës R. (1991/1992). Apuntalamiento y estructuración del psiquismo. *Revista de Psicología y Psicoterapia de Grupo*, xv(2), 15-36.
- Lasch C. (1996). *Refugio en un mundo despiadado: reflexión sobre la familia contemporánea*. Barcelona: Gedisa.
- Pachuk C. & Friedler, R. (coord.). (1999). *Diccionario de psicoanálisis de las configuraciones vinculares*. Buenos Aires: Ediciones del Candil.
- Rojas M. C.; Kleiman, S.; Lamovsky, L.; Levi, M. & Rolfó, C. (1990). La violencia en la familia: discurso de vida, discurso de muerte. *Revista de Psicología y Psicoterapia de Grupo*, XIII(1/2), 69-88.
- Rojas M. C. (1999). Violencia familiar. In C. Pachuk e R. Friedler (coord.). *Diccionario de psicoanálisis de las configuraciones vinculares*. Buenos Aires: Ediciones del Candil.
- Rojas M. C. (2009). Niñez y familia hoy: las problemáticas del desamparo. In L. Wettengel et al. *Patologías actuales de la infancia. Bordes y desbordes en clínica y educación*. Buenos Aires: Noveduc.
- Rojas M. C. (2014). Familia M: violencias imperceptibles. In L. Weissman e I. C. Gomes. *Atendimento psicanalítico de familia*. São Paulo: Zagodoni.
- Slutzki C. (1994). Violencia familiar y violencia política. Implicaciones terapéuticas de un modelo general. In D. F. Schnitman. *Nuevos paradigmas, cultura y subjetividad*. Buenos Aires: Paidós.
- Ulloa F. (1995). *La novela del psicoanalista*. Buenos Aires: Paidós.

Violence in families with children and teenagers

Abstract This work, referring to families with children and adolescents, raises some conceptualizations about intrafamily violence, which it relates to different sociocultural modalities. It analyzes in particular the violence of the sacred speeches and current forms linked to violence and helplessness, including in both cases clinical scenes. It proposes a clinic of complex approaches, that is apt to unveil the invisible violence.

Keywords domain, recognition, defenselessness, diversity, complexity, helplessness.

Texto recibido: 09/2019

Aprovado: 10/2019

Wilhelm Reich e a relação entre psicanálise e política

Mario Pablo Fuks

Resumo Wilhelm Reich defendeu a psicanálise como instrumento de compreensão e transformação dos conflitos políticos, e isso teve consequências na história institucional do movimento psicanalítico. Partindo de sua expulsão, analisam-se os efeitos da institucionalização da psicanálise, em especial sobre a relação entre psicanálise e política. Sua obra *Psicología de massas do fascismo* e a metapsicologia da cisão do eu, da recusa e do fetiche permitem refletir sobre o papel político das classes médias na ascensão do fascismo, tanto na Europa de 1933 como na conjuntura atual brasileira.

Palavras-chave Wilhelm Reich, psicologia de massas, cisão do eu, fascismo, conjuntura brasileira.

Mario Pablo Fuks é médico psiquiatra e psicanalista argentino formado na Universidade Nacional de Buenos Aires, radicado em São Paulo, Brasil, desde 1977. Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Professor do curso de psicanálise, coordenador do curso de psicopatologia psicanalítica e clínica contemporânea, membro da equipe editorial do *Boletim Online*, membro do Grupo de Psicanálise e Contemporaneidade do Departamento de Psicanálise e supervisor do Projeto de Pesquisa e Intervenção em Anorexia e Bulimia. Delegado do Departamento da Flappsip, no Congresso de Porto Alegre. Na Argentina, foi médico-chefe do Departamento de Adultos do Serviço de Psicopatologia do Policlínico de Lanús, professor adjunto da Cátedra de Psicologia Médica da Faculdade de Medicina da UNBA. Coordenador do plano piloto de formação do Centro de Docência e Investigação (CDI) da Coordenadora de Trabalhadores de Saúde Mental (CTSM) de Buenos Aires e professor adstrito ao Departamento de Investigação da Faculdade de Psicologia da UNBA.

¹ Uma versão ampliada de “Reich e a relação entre psicanálise e política” foi publicada em 2019 na revista *Intercambio Psicoanalítico*, VII(1), 130-142.

O artigo que o leitor encontrará a seguir foi originalmente apresentado no Congresso Flappsip, Configurações atuais da violência. Desafios à psicanálise latino-americana, realizado em Montevideu, nos dias 24, 25 e 26 de maio de 2019, através de gravação em vídeo (a gravação original, em espanhol, encontra-se disponível no site www.revistapercurso.uol.com.br)¹. Também foi apresentado pelo autor no evento Dia Flappsip, realizado pelo Departamento de Psicanálise em 10 de agosto de 2019 no Instituto Sedes Sapientiae. Nesse evento, foram apresentados 32 trabalhos de membros do nosso Departamento que integraram o Congresso de Montevideu.

O artigo de Mario Fuks foi escolhido pela Associação Escola de Psicanálise e Psicoterapia para Graduados de Buenos Aires, filiada a Flappsip, para ser lido na mesa realizada nessa associação após o congresso Flappsip. O autor recebeu a seguinte comunicação:

Nos complace en comunicarle que su trabajo “Reich y la relación entre psicoanálisis y política”, presentado por usted en el Congreso Flappsip, fue elegido para ser leído en el marco de la mesa Post congreso Flappsip, a realizarse en nuestra asociación el 17 de julio próximo ya que resulta representativo de la problemática del congreso y de los motivos fundacionales de nuestra federación. La lectura de su trabajo dará cuenta del espíritu del congreso para aquellos de nuestros socios y alumnos que no pudieron participar del mismo.

Reciba nuestro afectuoso saludo, Norberto Lloves y Nora Rabinovich, Delegados de la AEAPG en Flappsip.

É com satisfação que acompanhamos a escolha da AEAPG, publicando em Percurso este artigo. Além da importância do tema abordado, é também uma forma de representar a participação e implicação de tantos membros do Departamento naquele Congresso, através do artigo de Mario Fuks, psicanalista atuante na fundação e construção do Departamento de Psicanálise e que chegou ao Brasil já com uma longa história de engajamento político e clínico na Argentina.

Conselho editorial

A presença marcante e conflitiva de Wilhelm Reich no movimento psicanalítico foi processada institucionalmente pela via de sua expulsão da Sociedade Internacional de Psicanálise em 1934. Esse acontecimento coincide com o início de um longo período de fechamento ideológico e doutrinário da Associação Psicanalítica Internacional (IPA) e de suas filiais nos diversos países.

Nos anos 1930 em Viena (Áustria), a juventude intelectual era atraída intensamente pela psicanálise e pelo marxismo. Sigmund Freud e Karl Marx haviam criado duas ciências que traziam uma nova consciência ao homem. Um grupo significativo de analistas austríacos e alemães compartilhava esse interesse. O mais destacado foi Wilhelm Reich. Para ele, a aproximação e complementação entre os dois pensamentos iria enriquecer cada um deles. Para Emilio Rodrigué e Elisabeth Roudinesco, não há dúvida de que a expulsão de Reich foi uma decisão política. As posições ideológicas e políticas assumidas pelos analistas de esquerda, principalmente por Reich, entram em uma dinâmica de oposição com as posições dominantes na instituição psicanalítica, e isso desemboca na formulação, pela primeira vez, de uma *política oficial*. Rodrigué afirma que Wilhelm Reich foi o primeiro sintoma, no sentido psicanalítico do termo, da institucionalização da psicanálise.

Nos anos 1970, a relação política-psicanálise volta a movimentar a psicanálise e o “caso Reich” é retomado como um analisador dessa problemática e dos processos de institucionalização. A instituição psicanalítica “oficial” é questionada, e se produzem movimentos de inovação, ruptura e criação de novos projetos coletivos – como o Centro de Docência e Investigação da Coordenadora de Trabalhadores de Saúde Mental em Buenos Aires, o Curso de Psicanálise (1976) e o Departamento de Psicanálise (1985), ambos no Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo – como espaços psicanalíticos autônomos e politizados.

Marie Langer aporta seu testemunho direto sobre as circunstâncias reais político-institucionais. Ela, que tinha na época 24 anos, era médica e estava iniciando sua formação psicanalítica em Viena, relata que esteve em 1932 em Berlim (Alemanha), ouviu Adolf Hitler falar diante de uma concentração de nazistas e tomou a decisão de militar na esquerda. Sentia que era absurdo entregar-se sem lutar. Freud, diz ela, negava o perigo, idealizava a Alemanha de Goethe, que achava avessa às extravagâncias bélicas. “Nós, os jovens politizados, pensávamos diferente”, diz a autora.

Na Áustria todos os partidos de oposição foram proibidos; a metade da população pertencia a eles, e muitos militavam clandestinamente. Frente a isso, as autoridades da Associação Vienense decidiram que, para preservar a psicanálise, era necessário proibir seus integrantes de exercer qualquer atividade política ilegal e de atender pessoas que estivessem em tal situação. Precisavam optar. Frente à circulação de rumores quanto ao engajamento político de Langer, o seu analista lhe colocou as seguintes possibilidades: ou ela escolhia a militância política e abandonava a análise, ou ficava na psicanálise e renunciava à prática política. Havia uma terceira possibilidade, manter as duas coisas, mas evitar falar muito disso na análise. Solução obviamente problemática desde o ponto de vista dos princípios do método e da ética da psicanálise. Fica nessa situação por um tempo, mas após um incidente policial que complica sua situação na instituição, decide sair dela

e exilar-se. Vai para Espanha e se engaja como médica nas Brigadas Internacionais, que lutam contra o franquismo. Após a derrota dos republicanos, ela abandona Europa, vai para o Uruguai e acaba por radicar-se finalmente em Buenos Aires (Argentina), onde retoma o trabalho psicanalítico. Junto a colegas argentinos e outros analistas, também imigrantes, funda em 1946 a Associação Psicanalítica Argentina, a primeira na América do Sul a ser reconhecida pela IPA.

Com o início da Segunda Guerra Mundial se produz a diáspora dos analistas centro-europeus para diversas regiões do mundo, e a psicanálise torna-se não só apolítica como também acrítica, adaptativa, tendendo ao isolamento e ao encapsulamento intrainstitucional. As instituições psicanalíticas se transformaram em corporações profissionalistas, verticais, burocráticas. Segundo Roudinesco², os analistas da esquerda freudiana, assim como muitos outros da chamada segunda geração internacional, tiveram de enfrentar o exílio e a integração numa nova cultura. “Encontraram na IPA uma nova pátria freudiana, e foram então os artífices do legitimismo ou, ao contrário, contestaram o aparelho freudiano, chegando até a cisão, o exílio interior, ou ainda a mudança de prática.”³

Em 1971, Langer escreve *Psicanálise e/ou revolução social*. Afirma que nos anos 1930 os analistas da geração jovem foram convencidos pelo grupo de analistas mais velhos a optar por uma ou pela outra. Agora, em 1970, os analistas mais velhos acompanham os jovens que decidem questionar a instituição e construir um caminho que não exclui essas possibilidades, acrescento eu, não fomos poucos os jovens nem em número nem em entusiasmo. Langer se constituiu em porta-voz do Grupo Plataforma que, junto com o Grupo Documento, também da Associação Psicanalítica Argentina, protagoniza a primeira saída por motivos ideológicos e políticos na história do movimento psicanalítico. Além dos analistas europeus ligados à Plataforma Internacional, já existiam na

na América Latina, as instituições oficiais estiveram submissas e, às vezes, até sintonizadas com os regimes ditatoriais

América Latina outros grupos, como aqui em São Paulo, desde a década de 1960. Um deles, com Regina Schnaiderman entre seus líderes, funda em 1976 o já mencionado Curso de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, ao qual viemos nos somar analistas argentinos que migramos ao Brasil devido à repressão na Argentina.

Na América Latina, ao longo da Guerra Fria, e em diversos graus e formas, as instituições oficiais estiveram submissas e, às vezes, até sintonizadas com os regimes ditatoriais, fato que no Brasil existiram exemplos flagrantes.

Os acontecimentos na Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro se revestem de uma gravidade sem comparação. Descobriu-se ali que um candidato em formação, o Dr. Amílcar Lobo, desempenhava-se, de forma paralela e clandestina, usando o codinome “Dr. Cordeiro” como tenente médico das equipes de tortura da ditadura. A informação chega a Buenos Aires por meio de uma carta anônima que, logo depois, teve sua autoria identificada, mercê a utilização de estudos grafológicos de “corte” policial, na instituição do Rio de Janeiro, como sendo de Helena Besserman Viana, o que desencadeou pressões e ameaças por parte das autoridades. Anos depois, quando o escândalo estoura, ela publica um livro que intitula *Não conte a ninguém*, pondo em evidência a atitude de encobrimento por parte das autoridades nacionais e internacionais. O livro sacudiu o *establishment* psicanalítico. Obrigou a:

[...] tomar conhecimento dos sintomas que podem produzir na realidade, a implicação desconhecida da dimensão política na transmissão da experiência analítica e nas instituições psicanalíticas. Os sintomas que

2 E. Roudinesco e M. Plon, *Dicionário de psicanálise*.

3 *Idem*, p. 230 (ver verbete Fenichel).



por que a proposta socialista, com seus ideais de liberdade e igualdade, foi subjugada pela ideologia nacional-socialista?

se manifestaram no Rio não eram apenas locais ou regionais, mas internacionais, pois diziam respeito a todo o movimento desde a Segunda Guerra.⁴

Psicologia de massas do fascismo

São novas perguntas emergindo também de novos acontecimentos políticos, o que leva Reich a escrever uma de suas obras mais importantes: *Psicologia de massas do fascismo*. Por que a proposta socialista, com seus ideais de liberdade e igualdade, foi derrotada nas urnas, subjugada pela ideologia nacional-socialista? Hitler chega ao poder pela via eleitoral, e este é o fato mais inquietante, o fato maldito, para as forças de esquerda, e que requer novas respostas.

Foi a prática em Sex-Pol – movimento em que se debatiam desde problemas de moradia e dilemas religiosos até as atitudes negativistas dos educadores em relação à sexualidade e às dificuldades erótico-afetivas vivenciadas por crianças e adolescentes – o que possibilitou a Reich *ver* a crise em que estava imersa a juventude. *Ver* de que maneira e até que grau a moral autoritária implantada desde a infância, através da repressão sexual inerente ao patriarcado, entrava em choque com novos valores morais, formas de vida e concepções de mundo que irrompiam na cena social, sinalizados pelos movimentos artísticos de vanguarda, as revolucionárias descobertas científicas, a onda de impacto produzida pela Revolução Russa, a luta pelos direitos sociais da mulher, as formulações da psicanálise e a franqueza com a qual as questões sexuais começavam a ser abordadas. Esse conflito axial tornava o jovem apático

e temeroso de se responsabilizar por seu próprio destino. “As massas, frustradas sexualmente, tornam-se neuróticas, e o neurótico sabe sofrer, mas não sabe lutar”, dirá mais tarde Langer, comentando as conclusões de Reich⁵.

É nesse campo ideológico contraditório que o nazismo vai explorar e manipular a ideologia nacionalista, racista, da honra e do dever, da disciplina e da exaltação da virilidade.

Mas há um ponto importante a destacar de começo: é a análise que faz Reich da psicologia de massa da pequena burguesia, em função do papel determinante que lhe coube naquelas eleições. O sucesso de Hitler não reside em sua personalidade nem em sua ideologia objetiva e não se explica por uma “mistificação” das massas induzida só do exterior. A questão central é saber o que acontecia no seio das massas para que elas se somassem a um partido cujos chefes perseguiram uma política oposta aos interesses das massas trabalhadoras. O nacional-socialismo pôs a descoberto o conjunto de contradições que caracterizam a psicologia de massas da pequena burguesia.

O homem da classe média não pode solidarizar-se, nem com a própria camada social, nem tampouco com o proletariado; com a própria camada social, porque nela reina a concorrência, com o proletariado industrial, porque *que ele mais teme é precisamente a proletarianização*.⁶

A consciência social do funcionário do Estado e do empregado médio não se caracteriza pela consciência de uma comunidade de destino com seus colegas de trabalho, mas por sua posição em relação à autoridade pública e à nação. “Esta posição consiste *numa completa identificação com o poder de estado*; no empregado, numa identificação com a empresa que serve”⁷. Tudo se resume a uma fórmula: “Eu sou o estado, a autoridade, a empresa, a nação”; esta identificação “representa uma *realidade psíquica* e constitui um dos melhores exemplos de uma ideologia transformada em força material”⁸.

Trata-se, então, de algo da ordem do ser, que o coloca acima do proletário e no meio, entre ele e



a autoridade. Reich explicita claramente o sentido do conceito de identificação na psicanálise, que, conforme sabemos, foi amplamente trabalhado por Freud na *Psicologia das massas e análise do eu* como constitutivo da estrutura de uma *massa psicológica*, pela dupla identificação dos membros com o líder e consequentemente entre seus eus.

Essa identificação vertical não daria lugar a uma identificação solidária lateral com seus colegas, com sua classe, não só em razão da concorrência como também porque o que galvaniza o sujeito é a posição intermediária que ocupa entre a autoridade e o trabalhador manual ou proletário. É um subalterno com respeito a essa autoridade, e um representante dela em suas relações com seus subordinados, gozando, por esse motivo, de uma especial proteção moral (não material).

Poderíamos dizer que se trata de um halo⁹ protetor, de uma investidura emblemática, de um efeito fetichístico, resultado de um processo que começa com *buscar parecer* com seus superiores idealizados, para ir se transformando em algo à imagem e semelhança da classe dominante.

“Com o olhar constantemente virado para o alto [afirma Reich] o homem da classe média acaba formando *uma forquilha*¹⁰, uma bifurcação que vai se aprofundando *entre sua situação econômica e sua*

sentimos quanto ecoa – na ideia reichiana de “forquilha” ou de “fossa que é cavada” – o conceito de cisão ou clivagem vertical do eu

ideologia”¹¹. Vive em condições de penúria, mas se preocupa antes de mais nada com a aparência, o chapéu alto e a casaca, a vestimenta, o visível. Não aparece no texto de Reich nenhuma referência explícita aos conceitos de *cisão* ou *clivagem do eu*, de *recusa* e de *fetichismo*, introduzidos por Freud alguns anos antes, para explicar metapsicologicamente alguns aspectos do fetichismo e das psicoses¹². Mas não é difícil reconhecer sua possível pertinência nesse valioso estudo sobre a ideologia da pequena burguesia. Principalmente quando sentimos quanto ecoa – na ideia reichiana de “forquilha” ou de “fossa que é cavada” – o conceito de *cisão* ou *clivagem vertical do eu*. Esta se produz entre uma parte do *eu* que acolhe a percepção de uma realidade factual porém *recusada* (*verleugne*) em sua significação angustiante e outra parte do mesmo em que domina a aderência a uma crença narcísica onipotente à qual não se renuncia e que se teima em sustentar através do investimento perceptual repetitivo e estereotipado do fetichismo.

Aprendemos, por nossa parte, que os complexos processos de subjetivação contemporâneos impõem fragilizações e crises narcísicas que envolvem defesas desse tipo: *recusa da realidade* – ou de determinados aspectos dela – com sua concomitante *criação de realidade ou de uma neorealidade, que busca impor-se ao mundo dos objetos compartilhados com tenacidade adictógena*.

“Consumimos” angústia narcísica em suas diferentes formas de apresentação: paranoia, divisão e polarização “eles versus nós”, fabricação de bodes expiatórios, medo de estranhos atravessando as fronteiras e vindo bater em nossa porta, etc.

O espaço compartilhado se impregna desses objetos assustadores, formando uma trama, um véu

4 L. Duarte-Plon, O inconsciente sociopolítico.

5 M. Langer, Prefácio, p. 9.

6 W. Reich, *Psicologia de massa do fascismo*, p. 46. É o nacional-socialismo o que traz a possibilidade de um sentimento de união. *Como se forma e se sustenta dito sentimento?* O fato de o movimento fascista ter podido unificar a pequena burguesia se explica pela psicologia de massas. “A posição das classes médias é determinada *pela sua posição no modo de produção capitalista, pela sua posição no aparelho do estado capitalista, pela situação familiar particular*, que é determinada diretamente pelo processo de produção, mas que fornece a chave para compreender a sua ideologia. Podemos comprová-lo no fato de que os pequenos camponeses, funcionários e comerciantes médios mostram diferenças. econômicas entre si, mas se caracterizam por uma situação familiar, em seus grandes traços, *idêntica*” (*Idem*, p. 44).

7 *Idem*, p. 46-47, itálico do autor.

8 *Idem*, p. 47.

9 Sinônimos: halo, auréola, anel brilhante.

10 Segundo a tradução em espanhol, “*acaba por cavar una fosa*”. Ver W. Reich, *La psicología de masas del fascismo*.

11 W. Reich, *Psicologia de massa do fascismo*, p. 47.

12 S. Freud, “Feticismo”.



“costumo dizer que não falo
o que o povo quer.

Eu sou o que o povo quer”

[J. Bolsonaro]

embaixo do qual se escondem vivências diversas: ressentimento e frustração devido à redução do salário e ao *status* social e qualidade de vida, que geram *culpa* dada sua interpretação subjetiva neoliberal¹³ em termos de *fracasso pessoal*, ao mesmo tempo que o medo real da proletarização se incrementa ao máximo pela desumanização que transborda do passado de escravidão. “Socializado no mercado, o homem de classe média só busca neutralizar uma autopercepção desvalorizada e culposa de fracasso pessoal, capaz de levá-lo a uma autoagressão destrutiva de alcoolismo e depressão, canalizando essa agressividade para um objeto externo”¹⁴. Reich demonstra como ser portador de uma moral de *honra e dever*, é possuir uma diferença essencial, uma superioridade ligada a uma identidade *nacional e racial pura*. O eixo em torno do qual se organiza a ideologia fascista alemã e sua teoria racial. A tarefa mais nobre de uma nação consiste em salvaguardar a pureza da raça, e salvaguardá-la da mestiçagem, que conduz sempre à decadência da raça superior¹⁵. Se apoia em razões naturais (seleção natural, supervivência do mais forte), mas a mescla de sangue também implica um pecado, contrariar a vontade do Criador eterno. Sua realização prática e a perseguição e aniquilamento dos judeus, na Alemanha e nos territórios ocupados.

Mas observa, ao mesmo tempo, de maneira aguçada, que a expressão *mescla de sangue* (*blutschande*¹⁶) significa também *pecado*, contrariar a vontade do Criador eterno. São articuladas aí, dessa maneira, fantasias inconscientes de forte carga afetiva: a outra acepção de *blutschande* é *incesto*.

Na relação que a massa estabelece com o líder, está presente também essa identificação

profunda e fusional com ele e com a pátria, a nação, que ele encarna, que ele é. O líder constrói seu discurso sem necessidade de argumentos, com base em um apelo afetivo direto de modo a propiciar essa identificação.

Em uma declaração, em junho de 2016, do deputado Jair Bolsonaro, referida ao povo, na ocasião de responder se adequaria seu discurso à situação de pré-candidatura: “Costumo dizer que não falo o que o povo quer. *Eu sou* o que o povo quer”¹⁷ (itálico meu). Trata-se aqui, novamente, de algo posto no sentido de um ser: ser completo, autossuficiente, que não representa, que não precisa de mandato, que é propriamente o soberano absoluto, ao modo do pai onipotente e despótico da horda primitiva postulado por Freud.

Já havia protagonizado diversos episódios de ressonância, como sua homenagem pública, durante o *impeachment* de Dilma Rousseff (agosto de 2016), dirigida ao coronel Brilhante Ustra – torturador que chefiou um dos maiores órgãos de repressão da ditadura –, suas tomadas de posição sexistas, homofóbicas e misóginas violentas, seu desprezo pelas minoras étnicas.

O *fato inaudito* dessas evidências de fascismo no pré-candidato, em ascensão em 2016, transforma-se no *fato maldito*, em novembro de 2018, em que ganha o primeiro e o segundo turno das eleições. Não dá para dizer que não se sabia do que se tratava. A classe média voltou a jogar seu papel. Igual ao candidato de ultradireita, é uma classe “ferida”. Revoltada com o desemprego estrutural, ameaçada pelo sentimento de fracasso derivado de sua ideologia, ela tem despejado toda sua fúria agressiva contra um bode expiatório: o Partido dos Trabalhadores (PT) esquerdista e corrupto. A ideologia fascista serviu para projetar para fora essa agressão, configurando um laço paranoico que impregna o ambiente político cultural, incrementa a hostilidade e empobrece a reflexão e o debate.

O antipetismo é incentivado como modo de colonizar o sentimento antipopular da classe aliada da elite conservadora e tropa de choque de seus interesses. *Ódio e desprezo pelo povo* são

encobertos por um discurso de *ódio e desprezo pela política*. Destinado a impedir, sendo isso o que teria sido fundamental, sua identificação com os mais pobres. *Estes precisam, “sim”, da política*.

Repetindo. O perigo da proletarização é real. Ao mesmo tempo, a sensibilidade moral que exibem demonstra uma *superioridade* – de halo, de fetiche – que faltaria às pessoas inferiorizadas que aceitam a corrupção seletiva, porque supostamente sobrevivem à custa do Estado.

Por aí é que colhe o bolsonarismo. Tenderá a expressar-se no ódio ao pobre e à sua representação política, a esquerda. Esse parece ser o aspecto crucial da prédica política de Bolsonaro. Sem explicitar qualquer tipo de proposta política, expressa o ódio e a frustração de classe dos ameaçados pela decadência social¹⁸.

Uma parte menor, porém importante, da classe média apoiou o candidato petista e se sentiu representada, configurando a base potencial para uma frente antifascista, possibilidade que começou a circular entre o primeiro e o segundo tempo eleitorais. Muitos psicanalistas brasileiros comprometidos na luta, apoiaram ativamente essa iniciativa em defesa dos direitos conquistados e em apoio da democracia – e continuam a fazê-lo – criando diversos espaços de articulação

sem explicitar qualquer tipo de proposta política, expressa o ódio e a frustração de classe dos ameaçados pela decadência social

e expressão. Formaram amplas redes organizativas, formularam declarações coletivas, difundiram-nas dentro e fora do Brasil, publicaram-nas em FLAPPSIP. Criaram em seus âmbitos institucionais dispositivos originais como as *rodas de conversa*, horizontais e abertas a uma escuta ampla, solidária e reflexiva das demandas emergentes.

No entanto, a frente política antifascista não vingou. Foi consagrado um político de ultradireita, negacionista da ditadura militar, autoritário e fascista, como presidente do Brasil.

A classe média quebrou o pacto democrático para abraçar a ideia de que a corrupção do Estado é a fonte de todos os males do Brasil e não, por exemplo, o saqueio “legalizado” pelos bancos e as grandes corporações. É óbvio que a corrupção é recriminável, mas não foi ela que deixou a população mais pobre.

A análise do papel desempenhado pelo fascismo vem ganhando relevância a partir dos acontecimentos políticos dos últimos tempos no continente, nos Estados Unidos e na Europa. Entretanto, depois dos últimos acontecimentos no Brasil, torna-se imperioso instaurar este debate na América Latina, por tudo o que já temos atravessado, por tudo o que nos irmana, por tudo o que nos une, aprofundando e ressignificando juntos, a partir de conjunturas novas, a relação entre psicanálise e política.

13 “O sujeito contemporâneo, forte candidato à depressão, está encerrado num círculo de ferro. Ele tem, por um lado, uma exigência de autonomia proveniente dos ideais da época associados a um impeditivo de gozo consumístico que transforma os bens em suprimentos narcísicos. E tem, por outro lado, a impossibilidade crescente de gerir autonomamente sua existência, dados os limites impostos por enormes poderes que não controla” (M. P. Fuks, *Nos domínios das neuroses narcísicas e suas proximidades*, p 212).

14 J. Souza, *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*.

15 No capítulo III, “A teoria racial”, Reich cita *Mein Kampf*, de Hitler (p. 224): “A mistura de sangue e o abaixamento por ela ocasionado do nível da raça, são a causa única da morte das civilizações antigas; pois os homens não perecem perdendo guerras mas perdendo essa força de resistência que é própria apenas do sangue puro” (W. Reich, *Psicologia de massa do fascismo*, p. 74-75).

16 Literalmente, “crime de sangue”, significa também pecado.

17 Ver T. Bilenky, Pré-candidato, Bolsonaro tenta criar a “extrema direita light”, *Folha de S. Paulo*, 9 jun. 2016, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1779759-pre-candidato-bolsonaro-tenta-criar-a-extrema-direita-light.shtml>, consultado em: 15/2/2020.

18 J. Souza, *op.cit.*



Referências bibliográficas

- Althusser L. (1976/1978). Marx y Freud. In *Novos escritos: la crisis del movimiento comunista internacional frente a la teoría marxista* (pp. 197-135). Barcelona: Laia.
- Arantes M. A. A. C. & Ferraz, F. C. (orgs.). (2016). *Ditadura civil-militar no Brasil: o que a psicanálise tem a dizer*. São Paulo: Escuta.
- Bedani A. & Albertini, P. (2009). Política e sexualidade na trajetória de Reich: Berlim (1930-1933). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(2), 1-10.
- Besserman-Viana, H. (1994). *Não conte a ninguém...: contribuição à história das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago.
- Cytrynowicz M. M. & Cytronowicz, R. (2006). *História do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo: Narrativa Um.
- Duarte-Plon L. (2003). O inconsciente sociopolítico. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Caderno Mais, 12 de outubro (entrevista de René Major).
- Fuks M. P. (2003). Nos domínios das neuroses narcísicas e suas proximidades. In L. Barbero Fuks e F. C. Ferraz (orgs.). *Desafios para a psicanálise contemporânea* (p. 212). São Paulo: Escuta.
- Freud S (1927). Fetichismo. *Obras Completas, vol. XXI*. Buenos Aires: Amorrortu, 1978.
- Katz C. S. (1985). *Psicanálise e nazismo*. Rio de Janeiro: Taurus.
- Katz C. S. (2014). Não nos curaremos somente com palavras. *Percurso*, ano xxiv, (52).
- 42 Laclau E. (2013). *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas.
- Langer M. (1973). Prefácio. In M. Langer (org.). *Questionamos a psicanálise e suas instituições* (pp. 9-13). Petrópolis: Vozes.
- Langer M. (1971). Psicanálise e/ou Revolução Social In M. Langer (org.). *Questionamos a psicanálise e suas instituições* (pp. 251-263). Petrópolis: Vozes.
- Langer M. (org.). (1973). *Cuestionamos II: Psicoanálisis Institucional y Psicoanálisis sin Institución*. Buenos Aires: Granica.
- Meirelles M. L. A. (2016). Apresentação do livro *Ditadura civil-militar no Brasil: o que a psicanálise tem a dizer*. *Boletim Online*, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, (39).
- Reich W. (1933/1974). *Psicología de massa do fascismo* (Trad. de J. Silva Dias da versão francesa de Éditions La Pensée Molle). Porto: Escorpião.
- Reich W. (1933/1973). *La psicología de masas del fascismo* (Trad. de R. M. Ruiz da edição alemã de Sex-Pol Verlag). México: Roca.
- Reich W. (1933/1989). *The function of the orgasm: Sex-economic problems of biological energy*. (Trad. V. R. Carfagno). London: Souvenir Press.
- Rodrigué E. (1995). O caso Reich. In *Sigmund Freud: o século da psicanálise – 1895-1995* (Vol. 3, pp. 189-198). São Paulo: Escuta.
- Roudinesco E. & Plon M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Sollers P. (1974/1976). A propósito da dialética. In A. Verdiglione (org.). *Locura y sociedad segregativa* (pp. 30-52). Barcelona: Anagrama.
- Souza J. (2018). *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil.
- Wagner C. M. (1995). *Freud e Reich: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Summus Editorial.

Wilhelm Reich and the relation between Psychoanalysis and Politics

Abstract Wilhelm Reich defended psychoanalysis as an instrument to understand and to transform political conflicts, and this had consequences on the institutional history of the psychoanalytic movement. Beginning with Reich's expulsion of the International Psychoanalytical Association, this text analyses the effect of institutionalization of psychoanalysis, bringing light specially to its relation with politics. Reich's *Psychology of the Masses* of Fascism and the metapsychology of the splitting of the ego, disavowal and fetish allow the reader to think on the middle classes' political role in the rise of fascism, both in Europe, in 1933, and in the current Brazilian conjuncture.

Keywords Wilhelm Reich, mass psychology, splitting of the ego, fascism, Brazilian conjuncture.

Texto recebido: 10/2019

Aprovado: 11/2019

À propósito dos sonhos em psicoterapia psicanalítica de casal e família

Maria de Lourdes Caleiro Costa

Resumo Determinadas características dos sonhos nas psicoterapias psicanalíticas de casal e família chamam especial atenção. Neste artigo, retomamos propostas centrais de René Kaës em *Polifonia dos sonhos*, procurando evidenciar as discussões desde Sigmund Freud acerca de espaço psíquico e sonhos. A obra teórico-clínica de diversos autores ao longo do século XX evidencia a necessidade de abertura desse espaço. Kaës propõe a concepção não mais de um, mas de três umbigos do sonho. Texto também clínico, compartilhamos aspectos do atendimento de casais e famílias que vêm ao encontro de tais discussões.

Palavras-chave sonhos, psicoterapia psicanalítica de casal e família, família, casal, grupos, René Kaës.

Maria de Lourdes Caleiro Costa é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, no qual integra o conselho editorial da revista *Percurso*, membro da Associação Brasileira de Psicanálise de Casal e Família (ABPCF) e da Associação Internacional de Psicanálise de Casal e Família (AIPCF).

“Se dizia que aquela terra era sonâmbula.

Porque enquanto os homens dormiam, a terra se movia espaços e tempos afora.”¹

Os sonhos têm lugar marcante na terapia psicanalítica de grupos. Características muito específicas no que diz respeito a processos vinculares chamam a atenção. Na clínica de casal e de família, pela intensidade dos vínculos, isso tende a se acentuar.

Filhos têm sonhos que retomam questões do vínculo dos pais com os avós e que se repetem nessa segunda geração, possibilitando aos pais o processamento de determinadas questões que até então não eram mais que sombra paralisante. Por vezes, narrativas oníricas que falam do que foi silenciado há duas ou três gerações, muitas delas de violência e desamparo, que se repetem com outras faces no presente. Cônjuges que tomam em seus sonhos questões da família de seus parceiros e que, na sequência, se repetem no sonho deste último, evidenciando uma questão da relação do casal. Multiplicam-se imagens que surgem no sonho de pais, de irmãos, de cônjuges e que são retomadas logo adiante no sonho de outro, possibilitando a expressão onírica do que ainda não tinha encontrado palavras.

Esses sonhos nunca deixam de provocar muita reflexão. Que condições possibilitam esses processos de produção de sonhos a partir dos sonhos de outros? Como se dá isso de imagens do sonho de um serem tomadas para sonho de outro? Sim, é para; porque antes esse sonho não seria possível. Que papel os processos de figuração têm nisso? E o analista? Intervenções, interpretações, presença. Posto grupos, casais e famílias,

¹ Crença dos habitantes de Matimati (M. Couto, *Terra sonâmbula*, p. 17).



*Kaës fala de um segundo
e mesmo de um terceiro
umbigo do sonho*

que magnitude ganham os processos de apresentação/apresentação? Pensar essas questões com base em *Polifonia dos sonhos*, de René Kaës, será o percurso deste artigo. Outros autores se seguirão.

Nesse livro de 2002 de Kaës ganham destaque a leitura de *Interpretações dos sonhos*, de Freud, pedra angular da psicanálise, e as questões trazidas desde então, com base na clínica com crianças, com psicóticos, com *borderlines* e com autistas, da clínica voltada para os traumas de guerras e para o atendimento de grupos. Afirmam-se seus desdobramentos teóricos-clínicos. Kaës fala de um segundo e mesmo de um terceiro umbigo do sonho. Mas vamos ao início.

Considerações iniciais

De *Interpretações dos sonhos* a *Além do princípio do prazer*, o fundamental. No interior da língua, uma outra língua, estranha. O sonho, por suas funções de elaboração e ligação, constrói outras cenas, cenas possíveis, a partir de cacos, restos, excessos. Proteção do sono, realização de desejos. Via régia de acesso ao inconsciente, primeira instância e, depois, a partir de 1920, quando corpo e psique estão expostos às forças pulsionais, qualidade de processos psíquicos, representações a serem construídas. Mas em Freud, sempre intrapsíquico, individual, os dispositivos da análise refletem esse espaço assim circunscrito.² Fechado mas vasado, desde sempre pelo umbigo do sonho, lugar do desconhecido, vórtice de onde o desejo se impõe. Diz Freud:

[...] foco de convergência das ideias latentes, nó impossível de desatar... ponto pelo qual está ligado ao desconhecido. *As ideias latentes descobertas na análise nunca chegam a um*

*limite e temos que deixá-las perder-se por todos os lados no tecido reticular do nosso mundo intelectual.*³

Kaës sublinha na obra de Freud e em autores subsequentes momentos de possíveis aberturas do espaço psíquico. Marco forte nesse sentido, *Mal-estar na civilização* põe em evidência o sofrimento psíquico de origem social, o sujeito sendo atravessado por efeitos psíquicos dos grupos aos quais pertence. Porém, o espaço psíquico de produção dos sonhos continua fechado.

Em Melanie Klein, outras perspectivas. Ela fala dos fantasmas inconscientes, do sonho como cena de uma ação e dos mecanismos de identificação projetiva e de introjeção. Esses três conceitos geram a noção de espaço psíquico interno em estreita relação com o espaço psíquico de outros. A identificação projetiva, por seus efeitos emocionais, pode ser pensada como um primeiro aspecto relacional do inconsciente. Mas, apesar dessas aberturas, o sonho permanece como determinação e produção intrapsíquica.⁴

Finalmente, Kaës aponta Bion, Meltzer e Winnicott como os autores que trouxeram as bases de todas as pesquisas ulteriores acerca dos grupos e dos sonhos.

Bion, com base no atendimento de esquizofrênicos, estuda os sonhos ao procurar compreender processos do pensamento desses pacientes.⁵ Propõe a função alfa, exercida pela mãe, que metaboliza e interpreta o que o bebê não pode acolher. Esses elementos apropriados pelo bebê constituem sua possibilidade de sonhar. O psicótico estaria saturado de elementos beta, não transformados. Afirmo Kaës: “Com a capacidade de *rêverie*, Bion faz bascular a pesquisa sobre os sonhos na direção das condições intrapsíquicas e intersubjetivas da atividade onírica”.⁶ Meltzer fala da “experiência vivida do sonho” e joga luz sobre os processos pelos quais o analista coloca à disposição de seu paciente a mesma capacidade de *rêverie* da mãe em relação a seu bebê.⁷ E Winnicott, entre muitas de suas contribuições, fala da qualidade do espaço transicional e da capacidade de utilizá-lo. O que se destaca aqui como questão,

com base nesses três autores, diz Kaës, é a *capacidade onírica de um outro*, especialmente da mãe.⁸

Destaca ainda o trabalho de inúmeros psicanalistas que, a partir de suas clínicas, contribuíram para a discussão desses “limites sempre moventes” do que seja espaço interno e espaço externo: Bion, relações de continente-conteúdo; Sami-Ali, inclusão mútua; Green, duplo(s) limite(s) do espaço psíquico; Anzieu, envelopes psíquicos individual e grupal. Também Ferenczi, quando diz que o destinatário do sonho faz parte do próprio sonho; Pontalis, cuja citação “o sonho não é mais o que era” abre o livro de Kaës, fala – baseado na clínica e na escrita – da matriz materna do sonho; Bleger, por seu conceito de comunicação sincrética e tantos outros. Em acordo com Janine Puget e Isidoro Berenstein, Kaës fala da especificidade do conceito de vínculo em psicanálise e da necessidade de diferenciá-lo da relação de objeto. Nas palavras de Joubert, diz: “O aparelho psíquico grupal é um modelo de partida para pensar a questão do vínculo, com os conceitos de alianças inconscientes, espaço onírico comum e

- 2 Kaës destaca as contribuições de Green e Laplanche “para qualificar o espaço do sonho em Freud. O fechamento do espaço psíquico é necessário para que o sonho advenha: nenhum sonho é possível sem isso. Essa hipótese forte estabelece o quadro das concepções freudianas do trabalho do sonho, do sonho como cena intrapsíquica, como realização alucinatória do desejo e, sobretudo, do desejo de retorno ao espaço materno. Correlativamente, o conhecimento do espaço do sonho permitiu conhecer as qualidades do espaço onírico: são homólogos” (R. Kaës, *La polyphonie du rêve*, p. 24).
- 3 S. Freud, *Interpretação dos sonhos*, p. 666 (tradução de L. Ballesteros). Na tradução de Paulo César de Souza, lemos: “na interpretação percebemos que há ali um novelo de pensamentos oníricos que não é possível desembaraçar... o ponto em que ele assenta no desconhecido. Os pensamentos oníricos que encontramos na interpretação têm de permanecer geralmente inconclusos” (S. Freud, *Interpretação dos sonhos*, p. 575).
- 4 R. Kaës, *La polyphonie du rêve*.
- 5 Em *El grupo y el inconsciente*, Anzieu destaca o pioneirismo de Bion e faz uma descrição detalhada do início de seus atendimentos de grupo como psiquiatra militar, em um hospital durante a Segunda Guerra Mundial (p. 134).
- 6 R. Kaës, *La polyphonie du rêve*, p. 4.
- 7 *Idem*, p. 5.
- 8 R. Kaës, *op. cit.*
- 9 C. Joubert, *La théorie du lien. Esquisse d'une metapsychologie du lien en psychanalyse*, p. 2.
- 10 Expressão de P. Aulagnier, *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*.
- 11 C. Joubert, *op. cit.*, p. xx.

»
*no trabalho com grupos,
Anzieu é provavelmente
o interlocutor principal de Kaës*

vínculo como objeto específico no campo da psicanálise”⁹

“O vetor sensorial”¹⁰

Piera Aulagnier e Didier Anzieu têm lugar preponderante nas concepções de Kaës sobre o trabalho com grupos, sonhos, espaço psíquico, configuração de vínculos, processos psíquicos e seus efeitos. Anzieu, em relação a quem Kaës marca diferenças fundamentais, é provavelmente seu interlocutor principal.

Estamos no registro do sensorial, do Originário (P. Aulagnier, 1975). Essa busca da dependência originária se manifesta nos grupos e, portanto, no grupo da família, nos diz Kaës, pela busca *imperiosa* do ambiente. Nas sessões de terapia de família, afetos, emoções, o que é da ordem do sensorial, circulam também aquém da linguagem.¹¹

Aulagnier sublinha a necessidade de a mãe satisfazer as necessidades pulsionais do recém-nascido, antecipando-as, interpretando-as, de maneira que se possa ir constituindo uma possibilidade de o recém-nascido produzir objetos de satisfação. Marcas mnêmicas do encontro boca/seio constituem o pictograma; quando a experiência é prazerosa, o registro é de união, quando desprazerosa, de rejeição. Um desdobramento disso é: boa-boca produz seio; prazer; má-boca destrói seio: sofrimento.

Essas experiências, não se inscrevendo no psiquismo por meio da imagem de palavra, não podem ser lembradas e:

[...] só se tornam dizíveis pelo analista através da reconstrução teórica [...] porém, tudo o que se construir no primário terá a marca do originário. É através do primário



o sonho é uma polifonia de muitas vozes

que a psique representa um não-eu, espaço no qual ela projetará a causa dos afetos que invadem seu campo, o que os tornará aptos a serem *secundariamente* dizíveis.¹²

Essas afirmações de Aulagnier ajudam a pensar uma questão frequente na clínica de casal e família que é a das fronteiras (dentro/fora, eu/não eu, pais/filhos, mãe/filhos, pai/filhos, e todas as outras configurações possíveis, família/fora da família, familiar/não familiar – ambos – dentro e fora da família) vividas muitas vezes como ameaçadoras, sendo que é a invasão ou falta de contenção, por vezes vazio – pela mistura bastante nuançada disso – o que sobrevém. É preciso notar também que Aulagnier fala da alternância, ao longo da vida, dos três processos de constituição do psiquismo: originário, primário e secundário.

Anzieu dedica-se ao estudo minucioso dos processos inconscientes e dos grupos e propõe uma série de conceitos que continuam bastante atuais para se pensar situações clínicas. Em um artigo de 2007,¹³ Kaës escreve sobre o Eu-pele e os envelopes psíquicos e assinala a necessidade desses envelopes (onírico, sonoro, grupal) para a formação do “pré-Eu corporal”. Nesse momento, o autor está muito próximo de Aulagnier ao falar de pictograma; os dois se referindo ao momento primordial de constituição do psiquismo de tal forma que, pelo uso das expressões Eu-pele, pré-Eu, e união-rejeição, ficam evidenciados nesse mergulho do que é da ordem do sensorial, “o contato possível e o limite provável”.¹⁴

Em *O grupo e o inconsciente*, Anzieu fala do grupo e do sonho como vias reais de acesso ao inconsciente. Trabalha as manifestações do inconsciente no grupo, mas esse inconsciente permanece individual. É nesse ponto que a concepção de grupo proposta por Kaës se distancia daquela

de Anzieu e se afirma na direção da abertura do espaço psíquico:

Para mim o grupo não é só uma tópica projetada, contendo inconscientes individuais projetados no eu do grupo. O grupo é um aparelho de transformação da matéria psíquica, dos processos e das formações inconscientes e conscientes individuais. Os efeitos dessas transformações precedem cada sujeito, elas se transmitem e informam seu próprio espaço psíquico. A hipótese e o modelo que propus implicam a noção de um inconsciente que não corresponde aos limites do aparelho psíquico individual.¹⁵

A polifonia dos sonhos

Nove anos antes, Kaës publica *A polifonia dos sonhos*, um estudo teórico-clínico minucioso em que articula muitos dos aportes da psicanálise para compreensão das relações entre sonho e espaço psíquico. Com base em processos que ocorrem na clínica de grupos, notadamente de casal e família, propõe a ideia de um segundo umbigo do sonho, conceito por meio do qual as discussões acerca dessa clínica, com consequências também para as discussões da tópica psíquica, ganharam novas articulações e perspectivas. Fala da tessitura onírica, a matéria onírica sendo sustentada pela tessitura do grupo, toda atravessada por ressonâncias identificatórias e fantasmáticas. O sonho é uma polifonia de muitas vozes; cada sonhador sonhando no cruzamento de muitas vozes. A “segunda fábrica do sonho transforma essas produções polifônicas para que sejam restituíveis com o lastro de uma figurabilidade inédita, pré-consciente, no discurso do grupo pelo intermédio do porta-voz”.¹⁶ Esses processos associativos, sustentados pelo pré-consciente, pelos movimentos de identificação, tornam possíveis ligações, *antes não possíveis*, entre processos primários e secundários. Mergulhados nesse banho sonoro, olfativo, visual, tátil e nos muitos processos de transferência, tornados possíveis em um grupo, é que outros sonhadores, continua Kaës, podem encontrar apoio para sua própria atividade de

representação e deixar seus próprios pensamentos se formarem.¹⁷ Esses sonhos acontecem em função do próprio sonhador, mas também, como porta-voz, em função de outro participante e em função do processo do grupo.

Com nítidas marcas de figuração do que está acontecendo no *espaço comum e compartilhado*, esses sonhos se apoiam e se nutrem no desconhecido intrapsíquico e no desconhecido intersubjetivo, sendo que cada um desses espaços psíquicos tem formas de funcionamento próprios. No grupo, ilusão grupal, alianças inconscientes, dentre as quais os pactos inconscientes, ideologias, pensamentos mitopoiéticos e cadeias associativas específicas concorrem para a formação de um “tecido germinativo do sonho”, e Kaës, com Mikhail Bakhtine, interroga: “Quem pensa, quem experimenta, quem sonha?”¹⁸

Retomando os estudos de Bakhtin sobre a estrutura do romance polifônico, quando propõe a noção de polifonia do discurso, os de Freud, quando primeiro diz que não há comunicação nos sonhos, mas suas análises nunca os separaram de seu relato, aqueles de Ferenczi que, desde cedo, diz que o relato faz parte do sonho, os de K. Abraham acerca dos sonhos coletivos, e considerando o que a clínica de grupos evidencia sobre os processos de figuração, Kaës afirma: o endereçamento do sonho se constitui antes do sonho, em sua fabricação e no seu relato, mas, “aquém disso, sua formação traz a marca do encontro com o outro, o outro do objeto, e o outro *no* objeto, porque ele se produz em um espaço onírico comum, um espaço poroso, estranho e algumas vezes inquietante”.¹⁹ Considera-se aqui o campo da intersubjetividade todo

12 P. Aulagnier, *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*, p. 276, grifo da autora.

13 R. Kaës, *Du Moi-peau aux enveloppes psychiques. Genèse et développement d'un concept*.

14 *Idem*, p. 38.

15 R. Kaës et. al., *Penser l'inconscient; Développement de l'oeuvre de Didier Anzieu*, p. 124.

16 R. Kaës, *La polyphonie du rêve*, p. 3.

17 R. Kaës, *op. cit.*, p. 118.

18 R. Kaës, *op. cit.*, p. 9.

19 R. Kaës, *op. cit.*, p. 216.

20 R. Kaës, *op. cit.*, p. 47.

21 R. Kaës, *op. cit.*, p. 58.

»
*a clínica de família se desenvolveu
em grande parte em torno do
atendimento a psicóticos*

atravessado – que também é – por fantasmas e significantes comuns e compartilhados.

Sendo essas as bases da psicoterapia psicanalítica de grupos, com relação à família, “berço onírico”, isso se intensifica e ganha contornos específicos.

Kaës cita Ruffiot, que leva adiante a proposta de Aulagnier: “O pictograma é uma espécie de escritura ilegível sem o espelho da família”²⁰.

A clínica de família e as discussões clínico-teóricas consequentes se desenvolveram em grande parte em torno do atendimento a psicóticos. Do “berço onírico originário”, evidenciam-se sonhos que não puderam ser sonhados, contidos, compartilhados. A possibilidade de *rêverie* da mãe se desdobrando na capacidade do bebê de sonhar seus próprios sonhos, a chegada do outro, a presença do pai, da figura paterna, contornos necessários, mas não instituídos, limites turvados, corpos alienados. Os sonhos que não puderam acontecer dentro, acontecem fora, diz Recamier.²¹ Cenas de violência, abandono, perseguição. Quem sonha? Quem não pôde sonhar?

Isso se dá de modo diferente, mas chama a atenção a frequência com que casais e famílias trazem a mesma imagem: despedaçamento. Ou sua ameaça.

Encontramos em Anzieu a mesma expressão. Ele se reporta a imagens de crianças esquizofrênicas bem pequenas e também ao momento inicial de grupos: um retorno a essas imagens, face a um espelho fracionado pela presença de desconhecidos, incapaz de refletir qualquer unidade. Fala de Ego ideal e feridas narcísicas. Podemos pensar que encontramos esses mesmos efeitos de múltiplos espelhos quando os pais estão *com-fundidos* com as próprias figuras parentais, por vezes justamente pela violência, e os repetem também



*Kaës aponta falhas de continência,
distúrbios narcísicos e a multiplicação
exponencial de quadros somáticos*

com os filhos. Podemos pensar em Ego ideal em relação a famílias, contrastando enormemente com as crises por que passam essa instituição e as consequentes feridas narcísicas. Em outros casos, sua idealização, como último refúgio narcísico – e a impossibilidade de mantê-lo.

Houve uma quebra de paradigmas nos anos 1950, 1960 e 1970 que continua a ter seus efeitos. Saiu-se de uma estrutura mais rígida para uma ordem social em que pais estão mais ausentes, porque de alguma forma precisam, sem que haja uma rede de proteção afetiva de outros agentes nem mesmo da família estendida. Algo não foi construído, constituído no meio do caminho, dentro, entre.

Kaës aponta falhas de continência, distúrbios narcísicos e a multiplicação exponencial de quadros somáticos. Além da impossibilidade crescente de se sonhar. Benghozi concorda. “Estamos preocupados por problemáticas de continência. As sintomatologias evidenciam essencialmente problemas narcísicos. O mecanismo de defesa central é a clivagem”. O que encontramos essencialmente na clínica, diz ele, são “patologias de continência genealógica”.²² Urribarri fala de “uma progressiva perda de legitimidade e de crédito das instituições e de uma aceleração da temporalidade e da lógica da urgência, defasando a transmissão dos legados genealógicos”.²³

Demandas sob a égide da urgência chegam à clínica evidenciando a eminência de rupturas; ruptura de si, de um outro, da família.

Benghozi fala da necessidade da abordagem psicanalítica de grupo, de casal, de família e de instituições que trabalhe a garantia de um enquadre de continência que, por sua vez, permita acolher o depósito de incrustações sensoriais e afetivas, dispersadas, despedaçadas.

Necessidade de continência, escuta e presença

Diante das patologias do novo mal-estar na civilização, assinala Kaës, ganham sentido as propostas de Anzieu, do Eu-pele e, mais tarde, as de Green sobre o duplo limite, incisivo ensaio para se articular as bordas internas e externas do espaço psíquico individual.²⁴ Eu-pele; envelope sonoro, olfativo, auditivo, tátil e também onírico, grupal, familiar. De uma cisão inicial à possibilidade de continência.

Cada família tem uma sonoridade. Um fundo sonoro com o qual é preciso entrar em ressonância, diz Aulagnier; camadas e camadas de memória, algumas nas falas, nos relatos de sonhos, e, outras sem palavras, marcas mnêmicas.

É preciso escutá-las.

E “constituir uma história, racional e original, para se sustentar”²⁵.

Escutar a fala de cada um, que muitas vezes se sobrepõem à de outros, mas é preciso também garantir o espaço da fala de cada um – eu *quero* escutar cada um, todos terão seu tempo. O prazer de escutar. “O prazer ligado à criação de um novo pensamento.”²⁶

“O ouvir precede o entender, mas o desejo de entender-compreender o signo determina, a partir daí, o efeito do escutado.”²⁷

É preciso que cada um possa se ouvir, ouvir o outro; adiante escutar. Envelope sonoro, envelope onírico.

Rêverie. Função alfa, a confiança na capacidade de sonhar seus próprios sonhos, função gama, o grupo, a família, o casal poder sonhar seus próprios sonhos.

Numa semana, ela sonha que suas roupas transbordam; todas espalhadas pelo quarto, não cabem mais nos armários. Rimos; o prazer das conquistas, a análise caminhando. Algumas semanas depois, o primeiro sonho dele, seus livros, espalhados pelo chão da casa, alguns abertos, páginas marcadas.

Às vezes, riso, outras vezes, indignação, ora surpresa, ora uma voz mais forte, outras vezes uma mudança de lugar – ao lado de quem luta para dizer algo; presença.

Polifonia, multiplicidade de vozes; a transferência existe, por vezes insiste, e são muitas. Às vezes, mais maciças, alianças mais compactas; às vezes, de um em um; três, um, da família, do casal; todas as direções e combinações possíveis. Algumas para serem interpretadas, outras informadas e muitas vezes memorizadas, aguardando eventualmente a hora de sua cena.

Os sonhos; escutá-los, acolhê-los. Interpretações mais voltadas para sua função no que diz respeito ao processo do grupo. A escuta simultânea das dimensões intrapsíquicas e interp-síquicas, os dois umbigos do sonho. As primeiras permanecem sobretudo como informação, memória. Talvez em outro momento, transformadas em outras figuras, somadas às do grupo, geralmente porta-vozes do que ali acontece; e pedem passagem.

Em determinados momentos, a necessidade de trazer figuras, pessoas, cenas para se fazerem presentes – e outras imagens, falas, expressões, sentidos podem vir. Podem ser vistos, espelhos, espelhos invertidos, os que se desdobram, imagens que se multiplicam. Cenas em ação, dramatização. Muitas vezes surgem determinados sons, determinados cheiros abrindo caminho para retomada de determinados elos – e outras falas serem possíveis. Outras vozes, outras vocalizações. Na feliz expressão de Sonia Kleiman, “Fazer com, entre e outros. Esse é o trabalho do vínculo, cenas de produção e afetação de presença”.²⁸

Tendo como norte a afirmação, a independência de cada um dos sujeitos. Não mais a alienação em outros da família, mas a abertura afetiva para Outros desses vínculos.

22 P. Benghozi, *Le travail psychanalytique de rêverie et de figurabilité en psychanalyse groupale et familiale*, p. 6.

23 F. Urribarri, *Contribuciones al psicoanálisis del malestar contemporáneo. Aportes a una genealogía del psicoanálisis argentino*, p. 17.

24 R. Kaës, *Du Moi-peau aux enveloppes psychiques. Genèse et développement d'un concept*, p. 22.

25 P. Aulagnier, *op. cit.*

26 P. Aulagnier, *op. cit.*, p. 94.

27 *Idem.*

28 S. Kleiman, *apud* C. Joubert, *La théorie du lien...*, p. XX.

29 R. Kaës, *op. cit.*, p. 204.

30 J. L. Borges e O. Ferrari, *Sobre os sonhos e outros diálogos*, p. XX.

»
“fazer com, entre e outros. Esse
é o trabalho do vínculo, cenas de
produção e afetação de presença”

[S. Kleiman]

O terceiro umbigo do sonho

A experiência do sonho nas civilizações é vasta. Estudos antropológicos encontraram suas marcas nos primeiros grupos humanos, experiências da véspera, e memórias anteriores, sendo transformadas para melhores condições de sobrevivência no dia seguinte. Outros saltos foram dados quando começaram a ser compartilhados. Seus relatos fortaleciam as condições de vida do grupo.

Memórias do passado, mensagens dos parentes mortos, predições para o futuro tonaram-se estruturantes para a vida dos grupos, para a instituição – neles – do lugar de cada um. Grandes grupos, civilizações.

Quando, dentro do quadro da psicanálise, esses sonhos, verdadeiras narrativas mitopoiéticas, foram estudados, sua compreensão ficou mais voltada para aquela do contexto social e cultural. Considerando numerosos desses estudos, bem como de etnólogos, experiências xamânicas e diversos antropólogos, Kaës supõe um “terceiro umbigo do sonho, um terceiro lugar onde o sonho se liga ao desconhecido, um terceiro novelo de relações sociais, representações culturais, onde se articulam com o sonho o rito e o mito”.²⁹

Um terceiro lugar de estranhamento e constituição dos sujeitos.

Por ora, mal-estar de nossa civilização, muitos têm sonhado cada vez menos.

Na voz dos poetas, isso ganha a dimensão de pesadelo e de morte.

Borges, que já havia escrito nos versos de seu poema, *O sonho*: “Serei todos ou ninguém. Serei o outro / Que sem sabê-lo sou, aquele que olhou / Esse outro sonho, minha vigília. A julga, / Resignado e sorridente”.³⁰ Em páginas sombrias, escreve:

[...] a Biblioteca, na rua México, entre a Perú e a Bolívar. Meus sonhos comumente se situam ali. Então, eu sonho que estou em um lugar qualquer e depois, por algum motivo, quero sair desse lugar. Consigo, e novamente me encontro em um lugar exatamente igual, ou no mesmo lugar. Agora, isso se repete um par de vezes, e então eu já sei que é o sonho do labirinto. Eu sei que isso continuará se repetindo indefinidamente, que esse quarto será sempre o mesmo, e o quarto contíguo será o mesmo, e o contíguo do contíguo também. Então eu digo: bem, esse é o pesadelo do labirinto, tenho que tentar tocar a parede, e tento tocá-la e não consigo.³¹

Mia Couto responde:

A guerra é uma cobra que usa nossos próprios dentes para nos morder. Seu veneno circulava agora em todos os rios de nossa alma. De dia já não saíamos, de noite não sonhávamos. O sonho é o olho da vida. Nós estávamos cegos.³²

E Kaës enfatiza o quanto todas essas pesquisas vêm reafirmar a descoberta central de Freud: o sonho como realização de desejo. Sim, diz ele, elas mostram que “o desejo de sonhar no espaço onírico comum e compartilhado é uma realização do desejo mais antigo do ser humano”.³³

31 J. L. Borges e O. Ferrari, *op. cit.*, p. 157.

32 M. Couto, *op. cit.*, p. 17.

33 R. Kaës, *op. cit.*, p. 216.

Referências bibliográficas

- Anzieu D. (1978). *El grupo y el inconsciente*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Aulagnier P. (1989). Le temps de l'interprétation. In VIII *Fórum internacional de psicanálise*, Rio de Janeiro. (Texto apresentado em conferência.)
- Aulagnier P. (2009). *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago.
- Benghozi P. (2015). Le travail psychanalytique de rêverie et de figurabilité en psychanalyse groupale et familiale. *Revue de psychothérapie psychanalytique de groupe*, 65(2), 39-54. Disponível em: doi:10.3917/rppg.065.0039. Consultado em: 29/-2/2020.
- Birman J. (1989). A interpretação e a singularidade do sujeito na experiência psicanalítica. In VIII *Fórum Internacional de Psicanálise*, Rio de Janeiro. (Texto baseado na conferência de P. Aulagnier.)
- Borges J. L. & Ferrari, O. (2011). *Sobre os sonhos e outros diálogos*. São Paulo: Hedra.
- Couto M. (2007). *Terra sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud S. (1973). A interpretação dos sonhos. In *Obras completas*. Tradução de L. Ballesteros. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Freud S. (2019). *A interpretação dos sonhos*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.
- Joubert C. (2011). La théorie du lien. Esquisse d'une metapsychologie du lien en psychanalyse. *Psicoanálisis e Intersubjetividad*, 9(1). Disponível em: <http://www.intersubjetividad.com.ar>. Consultado em: 29/2/2020.
- Kaës R. (2002). *La polyphonie du rêve*. Paris: Dunod.
- Kaës R. (2005). À propôs de la polyphonie du rêve. *Le Coq-héron*, 191(4), 45-57. Disponível em: https://www.cairn.info/article_p.php?ID_ARTICLE=COHE_191_0045. Consultado em: 29/2/2020.
- Kaës R. (2007). Du Moi-peau aux enveloppes psychiques. Genèse et développement d'un concept. *Le Carnet psy*, 117(4), 33-39. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/lcp.117.0033>. Consultado em: 29/2/2020.

Kaës R. (2016). Polyphonie et polytopie du rêve. L'espace onirque commun. *Revue internationale de psychanalyse du couple et de la famille*, 15, 1-21.

Kaës R. et. al. (2011). *Penser l'inconscient. Développements de l'oeuvre de Didier Anzieu*. Paris: Dunod.

Melsohn I. (1995). O mítico, o estético a psicanálise. *Percurso*, ano VIII, (15).

Urribarri F. (2019). Contribuciones al psicoanálisis del malestar contemporáneo. Aportes a una genealogía del psicoanálisis argentino. *Percurso*, ano XXXI, (62).

Dreams in psychoanalytic psychotherapy of couples and families

Abstract Certain characteristics of dreams in psychoanalytic psychotherapies of couples and families draw special attention. In this article, we resume some significant ideas proposed by René Kaës in *Polyphony of the dreams*, focusing the discussions regarding psychic space and dreams since Sigmund Freud. The clinical and theoretical work of several authors throughout the 20th century highlights the need to open this space. Kaës proposes the conception of no more one, but three navels of the dream. Also a clinical text, we share some aspects of psychotherapy sessions with couples and families that meet such discussions.

Keywords dreams, psychoanalytic psychotherapy of couple and family, couple, family, groups, René Kaës.

Texto recebido: 09/2019

Aprovado: 11/2019

Figuras da sedução em análise: a vitalização necessária¹

Luís Claudio Figueiredo

Resumo No presente texto propõe-se uma reavaliação da problemática da sexualidade e da sedução na situação analisante. Considera-se que em todos os campos das relações constitutivas e reparadoras (terapêuticas) do psiquismo é indispensável considerar a sexualidade e a sedução sexual em suas diferentes e contraditórias facetas: excitação e ligação, vitalização e risco de destruição. Essa problemática se mostra particularmente importante no atendimento a pacientes traumatizados e apassivados como vistos a partir da matriz ferencziana que inclui, além de Sándor Ferenczi, Michael Balint e Donald Winnicott. Alguns autores contemporâneos como Anne Alvarez, Dianne Elise e Thomas Ogden nos ajudam nesta elaboração.

Palavras-chave sedução, sexualidade, situação analisante, vitalização.

Luís Claudio Figueiredo é psicanalista, membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

¹ Texto baseado em palestra ministrada na Formação Freudiana (RJ), em abril de 2016. Esta comunicação antecipava ideias do livro *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura*, em coautoria com Nelson Coelho Junior, Paulo de Carvalho Ribeiro e Ivanise Fontes, publicado em 2018, pela Editora Blucher. A presente versão foi atualizada para a publicação em *Percurso* com base em uma série de debates no GRAPA dos textos de Nelson Coelho Junior, Dianne Elise, Paulo de Carvalho Ribeiro e André de Martini.

² S. Freud, *Primeras publicaciones psicoanalíticas*.

A má fama da sedução: Freud, a sedução e o traumatismo na produção da neurose

Sabemos como Sigmund Freud iniciou seu percurso²: até a famosa carta a Wilhelm Fliess de 1897, casos de adoecimento neurótico eram universalmente atribuídos a episódios de sedução sexual da criança pelo adulto – vividos com muita excitação, algum prazer, talvez um pouco de desconforto, mas sem censura – e que mais tarde serão ressignificados, tornando-se assim verdadeiramente traumáticos. É a antiga teoria do trauma em dois tempos na eclosão das neuroses.

Freud rapidamente superou essa concepção e desacreditou os depoimentos de suas pacientes históricas, elaborando uma concepção do adoecimento que enfatizava a própria sexualidade da criança e suas fantasias eróticas endógenas. O que, segundo muitos analisantes, também foi um exagero – ao ignorar a ocorrência e a força das seduções traumáticas reais – senão um equívoco: é, por exemplo, a posição de Jean Laplanche, para quem a sexualidade vem sempre ‘de fora’ e nunca é uma pura força interna ao psiquismo infantil.

Até hoje, contudo, a sedução goza daquela má fama que a torna equivalente a um episódio traumático mais ou menos devastador e neurotizante (ou psicotizante). Na verdade, ainda que a sedução haja sido superada como a principal e quase exclusiva causa do adoecimento psíquico, a problemática clínica da sedução continua válida nos casos de adoecimento neurótico. Daí, talvez, a persistência dessa apreciação negativa. No entanto, como se verá a seguir, em muitos casos de adoecimentos não neuróticos somos obrigados a reconsiderar a importância



atualmente, a visão tradicional está se alterando de forma muito significativa. Os efeitos antianalíticos e antissimbolizantes da sedução e da excitação não podem ser escamoteados

da sedução na constituição do psiquismo, na etiologia dos adoecimentos e na situação analisante.

Atualmente, a visão tradicional está se alterando de forma muito significativa. Embora os riscos da sedução e da violação de fronteiras no *setting* não possam ser ignorados, a dimensão erótica e sedutora da situação analisante passou a ser reconhecida como um aspecto central e indispensável nos tratamentos psicanalíticos. Isso seria verdade também na psicanálise ‘clássica’ destinada ao tratamento dos adoecimentos neuróticos, mas, ainda mais, em processos que envolvem outras formas de adoecimento psíquico³. Às obras dessas analistas retornaremos adiante.

Em contrapartida, os efeitos antianalíticos e antissimbolizantes da sedução e da excitação não podem ser escamoteados⁴.

Ou seja, a sedução em análise (e fora dela) precisa ser cabalmente reavaliada em seus múltiplos aspectos, e este é o propósito do presente texto.

Uma reconsideração da sedução: a contribuição de Jean Laplanche para a teoria da constituição psíquica e o postulado da ‘sedução generalizada’

Muitas décadas depois dos estudos pioneiros de Freud, Jean Laplanche introduziu uma ideia

que tinha o poder de alterar substancialmente nossa visão negativa da sedução: não haveria nenhum processo de constituição psíquica se não fosse a sedução de um psiquismo infantil, em grande medida inerte e frágil, pela ação sedutora do adulto, uma ação sedutora inconsciente que atravessa os cuidados mais necessários e inocentes que o adulto proporciona ao infante. Enfim, Laplanche passa a ver a ação sedutora inconsciente do adulto como um trauma constitutivo e indispensável no desenvolvimento emocional do bebê⁵. Assim como o bebê precisa de cuidados, precisa também, para iniciar sua marcha psíquica, de uma sedução adulta. Claramente há uma dimensão traumática nesse processo, mas, longe de ser devastador ou desestruturante, trata-se de um trauma constitutivo. Laplanche denominou sua concepção de ‘teoria da sedução generalizada’. Como antecipamos anteriormente, esta força estruturante da sedução não nos dispensa de reconhecer seus ‘efeitos colaterais’ antianalíticos e antissimbolizantes, como sugere Ribeiro⁶, mas nos aproxima do ‘elogio da sedução’ materna e analítica, tal como efetuada por Elise⁷.

Não obstante, a ‘reabilitação da sedução’ realizada por alguns poucos analistas recentemente ainda não alterou muito o panorama: o trauma e a sedução continuaram a ser vistos quase que exclusivamente pelo vértice negativo, principalmente quando o contexto é o da situação analisante.

No que segue procuraremos reconstituir brevemente a história dessa questão.

A alternativa à perspectiva freudiana: Sándor Ferenczi, a passividade original do ‘sujeito’ e o ambiente acolhedor convidativo (sedutor)

Laplanche apoiava-se parcialmente em proposições formuladas ainda na época de Freud por seu discípulo Sándor Ferenczi, que passara a presumir uma espécie de *passividade original* no

infante. Uma condição de passividade que evoca no adulto atividades de investimento narcísico e erótico, no sentido amplo do termo. Ferenczi, a bem da verdade, não via nada de ‘traumático’ nessa cena, como fará Laplanche. Nem chega a falar em ‘sedução’, embora suas considerações nos levem necessariamente a esta ideia, desde que nos livrems da conotação estritamente negativa desse conceito.

Ainda que não supusesse a ausência de vida pulsional, como veio a fazer Laplanche, Ferenczi⁸ admitia que no começo da vida as pulsões de morte fossem muito mais operantes e efetivas que as de vida. Era necessário um *prodigioso aporte de amor*, carinho e atenção do adulto para que o bebê ‘vingasse’, para que ele fosse, por assim dizer, *convidado à vida*. E era preciso ainda que tal oferta fosse autêntica e não formal e ‘burocrática’. Esse investimento do psiquismo adulto no infante daria às suas pulsões de vida a força e a vitalidade necessárias à entrada na vida desse pequeno ser que ainda se encontrava no vestibulo:

»»

*para Ferenczi, era necessário
um prodigioso aporte de amor,
carinho e atenção do adulto
para que o bebê ‘vingasse’,
para que ele fosse, por assim
dizer, convidado à vida*

se a entrada no salão principal é difícil e obscura, nada mais fácil que desistir do ingresso e ‘cair fora’, morrer. Sabemos que, mesmo quando a morte não é completa, algo sobrevive, mas fraturado, com uma cisão interna, o que mais tarde foi chamado por Balint de “falha básica”.

Ou seja, não se trata absolutamente de supor – como veio a fazer Laplanche – que a própria pulsionalidade é inoculada no bebê pela sexualidade adulta recalcada, inconsciente, mas que a vitalidade do infante, esta, sim, precisa da ação do ‘objeto’, um outro sujeito, para se fortalecer e tirar o infante da inércia desvitalizada, da tendência à regressão à passividade absoluta da morte ou dos estados de cisão.⁹ Contudo, se para Ferenczi a passividade absoluta é a morte (no que ele concorda com Freud), certa passividade, vale dizer, a possibilidade de *ser objeto passivo de investimentos* do adulto é condição de vida. Nessa medida, há uma passividade estreitamente associada às pulsões de vida.¹⁰ Isso cria uma situação paradoxal: a passividade associada às pulsões de vida guardam em seu bojo um potencial de atividade, desde uma forma puramente reativa até uma reatividade mimética e, indo mais longe, uma espontaneidade inesperada e imprevisível, tal como a da criatividade primária explicitamente postulada por Winnicott, mas já implícita em Ferenczi.

- 3 Cf. A. Alvarez, *Play and imagination: where pathological play may demand a more intensified response from the therapist*; D. Elise, *Creativity and the erotic dimension of the analytic field*.
- 4 Cf. P. C. Ribeiro, *Pânico e dessexualização*. Ver também as autoras já mencionadas.
- 5 Antes dele, Heinz Lichtenstein, em 1961, já havia ressaltado a importância da sedução nos processos mais básicos de identificação (cf. P. C. Ribeiro, *Identité et séduction chez Heinz Lichtenstein*). Contudo, como sabemos, para muitos analistas, tanto a sedução como o trauma continuam sendo vistos apenas em seus vieses negativos, com o que não concordamos (cf. L. C. Figueiredo, *A metapsicologia do cuidado*).
- 6 P. C. Ribeiro, *Pânico e dessexualização*.
- 7 D. Elise, *op. cit.* A autora em muitas ocasiões reporta-se a um trabalho de Julia Kristeva sobre o erotismo materno como uma importante fonte de suas elaborações. Contudo, o confronto dos trabalhos da estadunidense com o da búlgaro-francesa (J. Kristeva, *Reliance, or maternal eroticism*) não nos parece suportar essa ligação e, por isso, não o mencionaremos, apesar de sua relevância para o tema geral do erotismo materno.
- 8 S. Ferenczi, *A criança mal acolhida e sua pulsão de morte*.
- 9 Bem afinada a essa ideia ferencziana é a proposta de André Green: o objeto, além de conter a pulsão – o que ele aprendeu com Melanie Klein e Wilfred Bion – deve ser capaz de *despertá-la*.
- 10 Frequentemente, encontramos na clínica pacientes que resistem a essa passividade e não se deixam cuidar; nesses casos, há um trabalho básico de reconciliar o sujeito com tal condição original da qual se pode partir, mais tarde, para um ‘novo começo’, nos termos de Balint. Para o próprio Ferenczi, tal reconciliação vem a ser um dos objetivos de uma análise e um dos critérios para seu término.



*a passivação pode ocorrer
por duas modalidades traumáticas:
a ausência radical e sistemática
de sustentação, acolhimento e cuidados
genuínos, e, no outro polo,
os abusos, excessos, impingements,
na terminologia de Winnicott*

O adoecimento por passivação e o trauma; a criança mal acolhida e a confusão de línguas

Se de um lado, encontramos em Ferenczi uma avaliação positiva da passividade original – à qual se junta a atividade consciente e inconsciente do outro sujeito como fonte de vida –, será a partir dele que podemos vislumbrar uma modalidade de adoecimento que denominaremos *adoecimentos por passivação*. A distinção sugerida por Green entre ‘passividade’ e ‘passivação’¹¹ mostra-se absolutamente pertinente para falarmos de Ferenczi: há uma passividade como *condição de vida*, além da passividade da morte (em que se inclui a passividade do gozo), mas pode ocorrer também um processo de *passivação*. Este é justamente o contrário da vitalização que pode ser proporcionada pelo ambiente acolhedor e capaz de investir narcisicamente o infante. A *passivação* pode ocorrer por duas modalidades traumáticas: a ausência radical e sistemática de sustentação, acolhimento e cuidados genuínos, e, no outro polo, os abusos, excessos, *impingements*, na terminologia de Winnicott. Em ambas as vertentes, a passivação é mortífera: mata ou deixa partes mortas e cindidas por onde passa. Em especial, mata o potencial de atividade espontânea preservado na condição passiva associada às pulsões de vida.

A linhagem ferencziana:
Balint, Winnicott e Kohut

Os horizontes abertos por Ferenczi foram explorados por seu discípulo direto Balint e também por Winnicott e Heinz Kohut¹².

Há diferenças entre eles, mas o que os reúne é tanto a ênfase no que estamos chamando *adoecimentos por passivação* (seja por *déficits*, seja por excessos traumáticos) quanto a ideia de uma passividade original: para os três psicanalistas, ‘ser amado’, ‘ser cuidado’, ‘ser sustentado’, ‘ser investido’, mantendo-se numa relativa passividade, é a condição do vir a ser psíquico do bebê.

É claro que essa passividade não é absoluta. Como vimos antes, para os três autores, ela sempre comporta um potencial para alguma atividade, já possível mesmo no recém-nascido, mas esse potencial só se firma e desenvolve a partir das atividades conscientes e inconscientes do mundo adulto na sua condição de ‘ambiente facilitador’, na feliz expressão de Winnicott, que é, igualmente, um ambiente ‘sedutor’ nesse sentido amplo que estamos adotando.

A estratégia vitalizante:
os usos da sedução

Em que pesem diferenças teóricas e clínicas entre estes autores, em todos eles encontram-se traços de uma estratégia terapêutica necessária no tratamento de pacientes cujo sofrimento decorre de um processo de passivação: trata-se de uma estratégia vitalizante.

É aqui que reencontramos a velha conhecida sedução, mas agora em sua feição ‘benigna’. Reconquistar a confiança de indivíduos profundamente desconfiados com o ambiente e desalentados com a vida, reacender a esperança de pacientes profundamente desesperançados, convidar a brincar, a jogar e a fantasiar, reconhecer necessidades rudimentares de se sentir vivo e com valor, tudo isso, de uma forma ou de outra, pertence ao campo da clínica pós-ferencziana.



Curiosamente, no contexto das obras destes autores que fazem um uso terapêutico da sedução – a ‘sedução para vida’ –, nunca se fala em sedução, o que nos acarreta diversos problemas.

O primeiro é o de reduzir o termo sedução à sua conotação negativa. Em relação a isso, uma passagem por Laplanche (ou por Heinz Lichtenstein) pode ser proveitosa: não há vida e constituição psíquica sem sedução.

O segundo é o de ocultar ou não dar destaque à dimensão da *sexualidade*, na acepção psicanalítica do conceito, o que vai muito além da genitalidade e do prazer do orgasmo. Quem fala em sedução, fala necessariamente em sexualidade e libido.¹³ Pensar na sexualidade, na libido e, mais que tudo, em Eros é pensar não apenas em *excitação, descarga e prazer*, mas também nos processos de ligação intrapsíquica e intersubjetiva sem as quais a vida não se instala e expande. Ora, a estratégia vitalizante é fundamentalmente uma estratégia terapêutica de erotização, o que inclui a excitação, mas vai além. Sim: o prazer compartilhado que nessa situação deve imperar entre analista e paciente estará a serviço tanto da *ex-citação* (um chamar para fora) como das *ligações*; ou seja, trata-se de dar início, pela via da vitalização, a um processo trabalhoso e que precisa ir na direção

*pensar na sexualidade,
na libido e, mais que tudo,
em Eros é pensar não apenas
em excitação, descarga e prazer,
mas também nos processos
de ligação intrapsíquica
e intersubjetiva sem as quais
a vida não se instala e expande*

das simbolizações. Não se trata, afinal, de divertir pacientes severamente deprimidos, mas de abrir horizontes vitais para uma ampliação de suas capacidades egoicas, em especial, a capacidade de ligar, simbolizar e transformar suas experiências emocionais. Como sabemos, simbolizar é fundamentalmente o antagonístico do separar e cindir¹⁴.

Mas há um terceiro problema, decorrente dos dois anteriores: ao ocultar a dimensão erótica, ao não reconhecer a sexualidade tal como vista pela psicanálise, corre-se um risco imenso na condução de uma análise. O risco é o de não nos darmos conta dos efeitos potencialmente deletérios da erotização na situação terapêutica, mesmo quando alguma erotização é sumamente necessária. Ou seja, se a erotização pode contribuir nas ligações, como sabemos, a excitação também exerce efeitos de desligamento¹⁵, além de poder produzir ligações, mas já no campo dos adocimentos psíquicos, como nas ligações não simbólicas teorizadas por René Roussillon. O excesso de erotização ou sua inadequação às capacidades egoicas e de simbolização do sujeito é certamente algo prematuro, invasivo e traumatizante no velho sentido do termo (quanto a isso, certamente Winnicott e seus seguidores estão cobertos de razão).

Ou seja, a vitalização inclui o risco de um excesso que contraria e obstrui a marcha do psiquismo no rumo de sua expansão e integração.

11 A. Green, *Passivité-passivation: jouissance et détresse*.

12 M. Balint, *Primary love and psycho-analytic technique*; M. Balint, *A falha básica: aspectos terapêuticos da regressão*. Cf. também D. Winnicott, *Metapsychological and clinical aspects of regression within the psychoanalytic set-up*; H. Kohut e E. S. Wolff, *Os distúrbios do self e seu tratamento*.

13 Ignorar ou, mais ainda, negar essa dimensão, talvez seja um dos principais problemas do pensamento clínico de Winnicott. Parece haver aqui, mais que tudo, um mal-entendido conceitual que remonta a uma concepção pré-psicanalítica de sexualidade.

14 O cindido, assim como o recalado, sempre retorna e o faz ‘diabolicamente’, como uma força estranha, alienígena e demoníaca atuando no sujeito; cabe sugerir, talvez, uma oposição fundamental entre o diabólico e o simbólico: a capacidade de simbolizar nos salva dessa ação insidiosa dos (nossos) demônios. Para exercer algum controle sobre esse retorno do diabólico, são acionadas algumas defesas na forma de ligações não simbólicas (cf. R. Roussillon, *Primitive agony and symbolization*).

15 Por essa razão, Laplanche fala de uma pulsão sexual de vida (responsável pelas ligações) e de uma pulsão sexual de morte (produtora de desligamentos). Ainda que não concorde com essa maneira de entender a ‘dualidade pulsional’, ajuda a assinalar a dupla face da sexualidade.



Balint, seguidor próximo de Ferenczi, mas ainda assim ligado ao legado freudiano, não desconhecia a dimensão da sexualidade, a dimensão erótica, embora a tenha deixado parcialmente na sombra a partir de uma fase de sua trajetória

Alguns textos de Dianne Elise, valiosos por fazer o elogio de Eros nas relações entre a mãe e seu bebê e entre o analista e seu paciente, deixam um pouco na sombra esses riscos, que são mais profundos que os da violação dos limites do *setting*, tema que ela não ignora (a isso a autora dedica o último capítulo de seu livro)¹⁶. Paulo Carvalho Ribeiro, ao contrário, a partir de uma plataforma teórica laplancheana, tanto insiste na sedução indispensável quanto nos perigos que ela comporta, sempre que a excitação ultrapassa a ligação, ou seja, a sexualidade coloca, paradoxalmente, um desafio incontornável para as forças de Eros¹⁷.

Os usos da sedução:
o valor terapêutico da regressão
na situação analisante e seus riscos
(regressões benignas e regressões malignas)

A distinção proposta por Balint entre regressões benignas e regressões malignas corresponde, no fundo, a usos curativos e usos patogênicos da sedução em análise. Regressões malignas muito provavelmente decorrem de erros diagnósticos: a sedução estaria sendo usada abusivamente no campo dos adoecimentos neuróticos, confundidos com os chamados ‘pacientes da falha básica’,

embora nesses casos também possa haver extravios, como se verá adiante.

Balint, seguidor próximo de Ferenczi, mas ainda assim ligado ao legado freudiano, não desconhecia a dimensão da sexualidade, a dimensão erótica, embora a tenha deixado parcialmente na sombra a partir de uma fase de sua trajetória. De qualquer forma, ele percebia que em certos casos a estratégia terapêutica vitalizante que requer um processo regressivo ao ambiente maternante¹⁸, gerava uma ‘regressão maligna’. Pensamos que nessas situações a erotização da situação analisante produz ou reproduz uma condição de adoecimento por excesso de excitação e consagração da posição passiva original. Pode também ativar modalidades extremamente adoecidas de se manter vivo e excitado, como veremos mais adiante considerando o trabalho da psicanalista Anne Alvarez, o que mostra que as regressões malignas também podem ocorrer no tratamento de adoecimentos não neuróticos. O trabalho psíquico da simbolização fica assim obstruído, e as ligações que aí se manifestam seriam as ligações não simbólicas focalizadas por Roussillon. Estas, apesar de tentarem ‘amarrar’ o retorno do cindido, facilitado justamente pelo retorno à vida pela via da excitação sexual, não simbolizam nem transformam as experiências emocionais perturbadoras e agônicas, repetindo os processos primários de cisão¹⁹.

Caminhos extraviados da sedução
em análise: pedofilia e perversão

Na vigência das chamadas por Balint ‘regressões malignas’, a excitação despertada e reinstalada pela estratégia vitalizante provavelmente assumiu contornos extremamente nocivos e retraumatizantes na situação analisante. Esse risco tende a passar despercebido se o analista ignorou o caráter sedutor e sexual da sua estratégia terapêutica.

O que, apesar do peso das palavras, merece ser reconhecido é que na vigência da clínica



ferencziana, e na contramão do que o próprio Ferenczi assinalava, pode-se repetir a cena de certa 'pedofilia' entre o analista e seu paciente. Trata-se aqui, evidentemente, de algo não intencional e que pode ocorrer por uma espécie de 'ingenuidade', embora, como psicanalistas, devamos estar atentos a essas dimensões inconscientes de nossas experiências. Isso ficará mais claro no que se segue.

No texto de 1932, *Confusão de línguas*, Ferenczi²⁰ apontava para a ocorrência de um quiproquó em que a 'língua infantil da ternura' é violentada pela 'língua adulta da paixão', gerando uma situação traumática para a criança. Contudo, ao não dar destaque ao fato de que a suposta 'língua da ternura' é também uma língua sexual e erótica, fica o analista relativamente despreparado para entender o que ele mesmo está fazendo: por mais consciência que tenha de que uma situação traumática possa ter ocorrido no passado, pode não se dar conta de que outra situação traumática possa se repetir no aqui e agora da sessão. E não se trata de um trauma produzido pelo choque entre as duas línguas, mas, ao contrário, pelo acordo harmonioso entre elas, mas no qual opera o inconsciente do adulto, ou seja, sua sexualidade infantil reprimida se infiltra nos cuidados terapêuticos que proporciona e desperta a sexualidade infantil do paciente. Seria uma sedução que não se reconhece como tal, mas que é ainda mais eficaz porque é terna, suave, sensível, 'bem-intencionada'. Aliás, essa má consciência pedagógica e

no texto de 1932, "Confusão de línguas", Ferenczi apontava para a ocorrência de um quiproquó em que a 'língua infantil da ternura' é violentada pela 'língua adulta da paixão', gerando uma situação traumática para a criança

amorosa está presente em muitos episódios de pedofilia efetiva, já agora no campo da perversão, que, ao fim e ao cabo, é uma modalidade de 'filia'. Os efetivos pedófilos adoram as crianças e não é por acaso que são frequentemente professores, padres, pastores, treinadores de times juvenis, orientadores de almas e corpos infantis.

Em correspondência a essa modalidade de 'pedofilia', exercida inconsciente e involuntariamente pelo analista, pode-se observar eventualmente a emergência de condutas e fantasias perversas por parte do paciente. Nelas, a oferta de vitalização é transformada pelo paciente em 'soluções' em que a excitação e a passividade são instaladas em detrimento do crescimento psíquico e da capacidade de elaboração das experiências emocionais. O sujeito mantém-se protegido da morte pelas vias de fantasias e condutas perversas, de encenações violentamente sádicas ou masoquistas na relação transferencial²¹. É, enfim, o campo das ligações não simbólicas teorizadas por Roussillon²², entre as quais, pactos denegativos (conluíes), pactos sádicos e voyeuristas entre o paciente e o analista e condutas aditivas em jogos e brincadeiras entre ambos²³. O analista, por exemplo, pode ser convocado para a formação de alianças incestuosas, arrogantes e manipuladoras com seus pacientes, como foi observado por Alvarez em alguns casos. Como ela nos alerta, será

16 Para sermos justos, desde a introdução ao livro de 2019, Elise nos adverte: "Naturalmente, superestimulação pode levar à patologia, tal como as manifestações perversas do erotismo materno" (D. Elise, *op. cit.*, p. 4).

17 Seria uma forma de entender o que Laplanche chama de 'pulsão sexual de morte'.

18 Cf. L. C. Figueiredo, A tradição ferencziana de Donald Winnicott. Nesse artigo sobre a regressão terapêutica na tradição ferencziana, o leitor encontra esclarecimentos sobre esse processo regressivo à dependência absoluta, ou seja, ao ambiente primário maternante.

19 R. Roussillon, *op. cit.*

20 S. Ferenczi, *Confusão de línguas entre os adultos e a criança*.

21 Cf. A. Alvarez, *op. cit.*

22 R. Roussillon, *op. cit.*

23 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 156-162.



na terceira parte
de seu livro *The thinking heart*,
de 2012, dedica-se justamente
à clínica de ‘pacientes apassivados’
e, por isso, destituídos de imaginação,
capacidade real de brincar
e, sobretudo, de esperança

preciso reconhecer e enfrentar essas situações sem renunciar à sedução.

O elogio da sedução e seus contratempos

Apesar dos riscos e possibilidades de extravios, quase inevitáveis, por sinal, as estratégias de sedução para a vida precisam ser consideradas em todos os casos em que se manifestam os efeitos de um adoecimento por passivação. Nesse sentido, vale a pena considerarmos as clínicas de Anne Alvarez e de Dianne Elise²⁴.

A primeira, formada na matriz freudo-kleiniana (e que não cita Ferenczi), movida pelos casos muito graves que atende em sua clínica com crianças, aproximou-se da matriz ferencziana pela via de Winnicott. Na terceira parte de seu livro *The thinking heart*, de 2012, dedica-se justamente à clínica de ‘pacientes apassivados’ e, por isso, destituídos de imaginação, capacidade real de brincar e, sobretudo, de esperança. São estados, enfim, de morte psíquica revelados por esses sobreviventes de privações e maus-tratos.

A parte III intitula-se “The intensified vitalizing level” e seus capítulos trazem exemplos clínicos e uma instigante discussão teórica acerca desse nível do tratamento analítico, o da ‘vitalização intensificada’. No primeiro capítulo dessa

parte, “Play and imagination: where pathological play may demand a more intensified response from the therapist”, ela dá sequência à noção de *reclaiming* que já propusera no seu livro famoso *Live company*, de 1992 (*A companhia viva*). O que estamos aqui sugerindo é que o que Alvarez chamou de *reclaiming* corresponde perfeitamente a uma modalidade de sedução: pacientes retraídos, encapsulados, inacessíveis, silenciados parcial ou completamente são ‘chamados para fora’ – *excitados* – resgatados para a vida desde as regiões mortas em que se alojaram.

Mas aqui, não apenas Alvarez faz o elogio da sedução como acompanha certos efeitos da excitação provocada ou reclamada: observa então jogos perversos, brincadeiras aditivas (viciadas) e brincadeiras frenéticas (*frenzied*). Muitas vezes, a sobre-excitação será mantida por esses pacientes exibindo crueldade, e convocando o analista para assistir ou mesmo participar de cenas de violência sexual e abusivas. Fica nítida nessas soluções a proximidade entre a sexualidade, reduzida à sua eficácia excitante, e a morte. Certamente, era vida o que Alvarez havia instalado em seus pacientes, mas a isso eles respondiam com soluções mortíferas.

Alvarez demonstra uma notável percepção do que está envolvido nesses casos e situações clínicas. Diz-nos, por exemplo: “Desencorajar as excitações perversas precisa ser acompanhado da afirmativa confiável de que há outras maneiras de se sentir vivo. Caso contrário, o paciente pensa que só há duas alternativas: o excesso de excitação ou o abismo”²⁵. Não se trata apenas de uma consideração genérica, mas de algo muito concreto e amparado em exemplos clínicos impressionantes em que a saída vitalizada do vazio e do abismo precipita o sujeito na sexualização destrutiva que só não se consuma porque o sujeito se ‘amarra’ por meio de ligações não simbólicas²⁶ igualmente mortificantes. É o caso, por exemplo, da ligação não simbólica pela via de pactos e conluios perversos.

Ou seja, Alvarez pertence àquele grupo de psicanalistas contemporâneos que mantém um pé

em cada uma das matrizes – a freudo-kleiniana e a ferencziana, embora nesta, apenas pela via winnicottiana. O fato é que não recusa a sedução – uma forma de *reclaiming* –, mas não deixa de reconhecer que a vitalização intensificada pela resposta implicada do analista comporta uma dimensão erótica capaz de gerar extravios no curso do tratamento ao obstruir os processos de simbolização.

A vitalização necessária, e arriscada

Diversos psicanalistas insistem na importância de se manter um senso de vitalidade ao longo dos processos analíticos e terapêuticos. Desde há muitos anos, Thomas Ogden²⁷ já nos ofereceu textos decisivos sobre o *sense of aliveness*, o que para ele é uma meta e um critério da qualidade de um processo de análise. Na verdade, em todos os casos e com todos os pacientes, a sustentação dessa vitalidade é indispensável. Para tanto, a permanente dinâmica de implicação e reserva (Figueiredo, 2009) torna-se um elemento fundamental da situação analisante com virtudes terapêuticas intrínsecas. Mais recentemente, a já mencionada Elise²⁸ foi ainda mais longe e dedicou uma série de trabalhos a essa questão.

Nos casos de adoecimento por passivação a problemática da vitalização cresce ainda mais de importância. Trata-se, sem sombra de dúvida, da

»
Thomas Ogden já
nos ofereceu textos decisivos
sobre o *sense of aliveness*,
o que para ele é uma meta
e um critério da qualidade
de um processo de análise

vitalização do campo, da vitalização da própria situação analisante, o que inclui a vitalização do analista, vale dizer, a sua maior disponibilidade de implicação. Isso, obviamente, não o dispensa de manter-se em posição reservada, mas dele se requer um “prodigioso aporte de amor e cuidado”, para retomarmos as palavras de Ferenczi em “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte”. Nessas condições, a sedução é absolutamente necessária, sem deixar, por outro lado, de ser uma fonte de riscos. Mas o que não é ariscado, se preserva alguma eficácia transformadora e curativa?

Terminemos, enfim, com a inspiração ferencziana: “É preciso muito otimismo para não se perder a coragem diante deste estado de fato”²⁹.

24 A. Alvarez, *op. cit.*; D. Elise, *op. cit.*

25 A. Alvarez, *op. cit.*, p. 158.

26 R. Roussillon, *op. cit.*

27 T. Ogden, *Analysing forms of aliveness and deadness*.

28 D. Elise, *op. cit.*

29 S. Ferenczi, *Confusão de línguas entre os adultos e a criança*.

Referências bibliográficas

- Alvarez A. (1992). *Live company*. London: Routledge.
- Alvarez A. (2012). Play and imagination: where pathological play may demand a more intensified response from the therapist. In *The thinking heart: three levels of psychoanalytic therapy with disturbed children*. London: Routledge.
- Balint M. (1952). *Primary love and psycho-analytic technique*. London: The Hogarth Press.
- Balint M. (1968/2014). *A falha básica: aspectos terapêuticos da regressão*. São Paulo: Zagodoni.
- Elise D. (2019). *Creativity and the erotic dimension of the analytic field*. London/ New York: Routledge.
- Ferenczi S. (1924/1992). Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade. In *Obras completas* (vol. III). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi S. (1929/1992). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In *Obras completas* (vol. IV). São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi S. (1932/1992). Confusão de línguas entre os adultos e a criança. In *Obras completas* (vol. I V). São Paulo: Martins Fontes.
- Figueiredo L. C. (2002). A tradição ferencziana de Donald Winnicott. Apontamentos sobre regressão e regressão terapêutica. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 36(4), 909-927.
- 60 Figueiredo L. C. (2009a). A metapsicologia do cuidado. In *As diversas faces do cuidar*. São Paulo: Escuta.
- Figueiredo L. C. (2009b). Presença, implicação e reserva. In L. C. Figueiredo e N. Coelho Júnior. *Ética e técnica em psicanálise*. 2. edição. São Paulo: Escuta.
- Freud S. (1883-1899/1978). Primeras publicaciones psicoanalíticas (1883-1899). In *Obras completas* (vol. III). Buenos Aires: Amorrortu.
- Green A. (2012). *Passivité-passivation: jouissance et détresse. La clinique psychanalytique contemporaine*. Paris: Éditions d'Ithaque.
- Kohut H. & Wolff, E. S. (1978). Os distúrbios do self e seu tratamento. *International Journal of Psycho-Analysis*, 59, 413-425.
- Kristeva J. (2011/2014). Reliance, or maternal eroticism (Trad. R. Widawski e P. Zurn). *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 62(1), 69-84.
- Laplanche J. (1988). *Teoria da sedução generalizada*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ogden T. (1999). *Analysing forms of aliveness and deadness. Reverie and interpretation*. London: Karnac.
- Ribeiro P. C. (1993). Identité et séduction chez Heinz Lichtenstein. *Psychanalyse et Université*, 18, 71-79.
- Ribeiro P. C. (2018). Pânico e dessexualização. (inédito)
- Roussillon R. (2012). *Primitive agony and symbolization*. London: Routledge.
- Winnicott D. W. (1954). Metapsychological and clinical aspects of regression within the psychoanalytic set-up. In *From paediatrics to psycho-analysis*. London: The Hogarth Press.

Figures of seduction in analysis: the necessary vitalization

Abstract In this text, a reassessment of the problem of sexuality and seduction in the analyzing situation is proposed. It is considered that throughout the fields of constitutive and reparative (therapeutic) relationships of the psyche it is essential to consider sexuality and sexual seduction in its different and contradictory facets: arousal and connection, vitalization and risk of destruction. This problem is particularly important in the care of traumatized and 'passivized' patients as seen from the ferenczian matrix point of view, that includes, in addition to Sándor Ferenczi, Michael Balint and Donald Winnicott. Some contemporary authors such as Anne Alvarez, Dianne Elise and Thomas Ogden help us in this elaboration.

Keywords seduction, sexuality, analyzing situation, vitalization.

Texto recebido: 09/2019

Aprovado: 11/2019

Gênese e evolução do modelo tradutivo do recalçamento em Jean Laplanche

dos primeiros impasses aos desafios atuais

Maria Teresa de Melo Carvalho

Resumo Ao retrazar a gênese e a evolução do modelo tradutivo do recalçamento em Jean Laplanche, busca-se, primeiramente, evidenciar suas fontes de inspiração em Sigmund Freud e Jacques Lacan e a formulação original que adveio da interpretação dessas fontes. Em seguida, busca-se identificar os principais impasses desse modelo e as vias abertas pelo próprio autor, bem como por alguns estudiosos de seu pensamento, para a superação de tais impasses.

Palavras-chave Laplanche, modelo tradutivo do recalçamento, inconsciente, teoria da sedução.

Maria Teresa de Melo Carvalho é doutora em psicanálise pela Universidade de Paris VII, na França.

Introdução

O modelo tradutivo do recalçamento é um dos pilares da teoria da sedução generalizada (doravante TSG) de Jean Laplanche, ao qual o autor dedicou boa parte de sua obra. O tema da tradução esteve no horizonte de duas de suas principais atividades ao longo da vida, como ele mesmo declarou em 2002: “a tradução de Freud e uma elaboração metapsicológica já antiga que se explicita nos termos de ‘teoria tradutiva do inconsciente’”¹. Qual seria o elo entre essas duas atividades? Qual o trânsito possível entre a concepção da tradução interlingual que orientou os trabalhos de Laplanche, tradutor de Sigmund Freud, e a concepção do inconsciente como resíduo de tradução, resultado das elaborações de Laplanche, intérprete de Freud? A relação entre as duas concepções compõe o tema central de, pelo menos, dois importantes artigos de Laplanche, a saber, “Le mur et l’arcade”² e “Os fracassos da tradução”³. Em ambos o autor mantém a sutileza e a reserva que lhe são características ao tratar da aproximação de dois campos do conhecimento distintos, a fim de evitar assimilações apressadas, cuidando assim da especificidade do objeto da psicanálise. Podemos dizer, de forma bastante breve, que o pano de fundo da aproximação entre as duas concepções de tradução é a homologia entre aquilo que move o tradutor ante o texto a traduzir e aquilo que move o *infans* ante as mensagens que lhe chegam do mundo adulto. Em outras palavras, o enigma do texto a traduzir e o enigma do outro têm um solo comum. No presente artigo, nosso foco incide sobre o modelo tradutivo como elaboração metapsicológica, deixando as referências

1 J. Laplanche, Os fracassos da tradução, p. 117.

2 J. Laplanche, Le mur et l’arcade, p. 287-306.

3 J. Laplanche, Os fracassos da tradução, p. 116-130.



*acompanhamos, então,
a gênese e a evolução do modelo
tradutivo do recalçamento
para colocar em relevo, primeiramente,
suas fontes de inspiração em Freud
e Jacques Lacan*

já citadas como ponto de partida ao leitor interessado em adentrar-se na rica seara constituída pelos elos entre a tradução interlingual e a tradução como conceito no interior da TSG.

O modelo tradutivo do recalçamento foi retomado por Laplanche ao longo de sua obra, nas sucessivas espirais de seu pensamento e até mesmo nos seus últimos textos, é apresentado como um modelo que ainda deixa várias questões em aberto. Além daquelas que ele próprio formulou, há aquelas que foram, e continuam sendo, aventadas pelos estudiosos de seu pensamento. A própria concepção de tradução no âmbito da TSG merece um questionamento para o qual nos convoca C. Dejours, na introdução da coletânea que reúne os artigos das Jornadas Internacionais Jean Laplanche, de 2016, ao lançar a seguinte pergunta: qual a especificidade da tradução relativamente aos termos de ligação e de simbolização, termos que muitas vezes parecem se equivaler no pensamento de Laplanche?⁴ Questão certamente pertinente, que retomaremos sucintamente neste artigo e que nos indica que a teoria tradutiva do recalçamento permanece, de fato, uma teoria inacabada, tal como assinalado no título da coletânea já citada. Inacabada, mas nem por isso frágil. Ao contrário, e por isso mesmo, revela-se como uma teoria de grande complexidade e de grande fecundidade em sua abertura a novos prolongamentos incitados pela tarefa clínica.

Acompanhamos, então, a gênese e a evolução do modelo tradutivo do recalçamento para colocar em relevo, primeiramente, suas fontes de

inspiração em Freud e Jacques Lacan e a formulação original que adveio da interpretação dessas fontes. Em seguida, buscamos ressaltar os primeiros impasses com os quais esse modelo se deparou, as vias indicadas pelo seu autor para o enfrentamento desses impasses, para chegar, finalmente, aos questionamentos e prolongamentos encontrados nos trabalhos de alguns dos estudiosos da TSG.

Gênese e evolução do modelo tradutivo do recalçamento

Uma formulação precursora do modelo tradutivo do recalçamento, senão a formulação precursora deste modelo, encontra-se no texto “O inconsciente um estudo psicanalítico”, escrito em colaboração com Serge Leclair para o colóquio de Bonneval, em 1960, texto de grande importância histórica e teórica na trajetória de Laplanche. Importância histórica por representar o início de sua ruptura com Lacan, que teve consequências significativas para a história da psicanálise na França, uma vez que esse momento se inseriu num movimento de cisão mais amplo, envolvendo também outros personagens no seio do grupo lacaniano. Importância teórica por conter o germe da reflexão que levou Laplanche a questionar a linguística estruturalista como fundamento para a psicanálise e a propor os elementos que antecipam o seu modelo tradutivo do recalçamento e a concepção do inconsciente que lhe é correlativa.

O início desse texto tem também significativo valor histórico ao propor uma reflexão e uma tomada de posição relativamente à importante crítica de G. Politzer que, em 1928, publicou o primeiro volume de sua *Critique des fondements de la psychologie*, obra que, segundo Laplanche, teve grande influência sobre o devir da psicanálise na França, tendo funcionado, para toda uma geração, como uma verdadeira introdução à descoberta freudiana. Politzer, filósofo marxista, buscava fundar o que chamou de *psicologia concreta*, desembaraçada tanto de uma abordagem

fisiológica quanto de uma abordagem introspectiva, e encontrou na psicanálise, em particular no modelo do tratamento psicanalítico, uma via fecunda na direção de seu objetivo. Ao valorizar a descoberta da psicanálise, tal como esta se configura no tratamento psicanalítico, Politzer convocava os jovens psicanalistas a se liberar do apego ao aparelho conceitual da metapsicologia ao qual uma adesão enrijecida acabaria por funcionar como defesa contra o pensamento. Advertência pertinente, sem dúvida, mas cuja consequência não deveria ser um decreto de “morte à metapsicologia”⁵. Se Politzer considerava a metapsicologia como um “entulho metafísico, coisista e idealista”⁶, Laplanche pensava, ao contrário, que “existe uma verdade do coisismo em psicanálise”⁷ e que devemos, sim, conceber o inconsciente em termos de coisas introjetadas, objetos internos que, no entanto, não têm a inércia das coisas porque são fontes de excitação. O que está em questão na primeira parte do texto de Bonneval é, portanto, a defesa do realismo do inconsciente contra uma concepção que acaba por tomá-lo como puro fenômeno de sentido, o que aproximaria a psicanálise de uma fenomenologia. Trata-se então, para Laplanche, de afirmar o inconsciente como uma realidade e não como um sentido imanente subjacente ao conteúdo manifesto, comparável à relação que liga uma peça de teatro a seu tema, conforme defendia Politzer.

Para proceder à defesa do realismo do inconsciente, Laplanche encontra apoio tanto em Freud quanto em Lacan. A realidade ou materialidade do inconsciente estaria afirmada em Freud na noção de representação, quando este fala de representações inconscientes. Do mesmo modo, estaria afirmada na noção de significante

»»

*no início do texto, Laplanche
está em sintonia com Lacan ao
recorrer à relação entre inconsciente
e linguagem para tentar apreender
a materialidade do inconsciente*

em Lacan, que adota esse termo em sua acepção mais material. Portanto, no início do texto, Laplanche está em sintonia com Lacan ao recorrer à relação entre inconsciente e linguagem para tentar apreender a materialidade do inconsciente. Como podemos conceber a relação das representações de coisa, que, de acordo com Freud, constituiriam os conteúdos do inconsciente, com o significante linguístico? Em primeiro lugar, é necessário reiterar a concepção do inconsciente como sistema, diferenciado dos sistemas pré-consciente e consciente, com leis próprias de funcionamento e com conteúdos próprios, tal como Freud formulou no seu texto “O inconsciente”, de 1915, principal baliza da argumentação de Laplanche. Se num primeiro momento a aproximação entre inconsciente e linguagem parece promissora para se definir a materialidade dos conteúdos inconscientes, à medida que o texto avança o autor vai se distanciando das teses lacanianas que ligam o inconsciente e a linguagem e sua interpretação do texto freudiano acaba levando-o a inverter a asserção segundo a qual *a linguagem é a condição do inconsciente* ao afirmar que *o inconsciente é a condição da linguagem*. Essa questão, que diz respeito ao estatuto da linguagem na tópica psíquica, passou a representar o ponto chave da divergência entre os dois autores. Não cabe entrar aqui nos meandros dessa divergência que já foi explorada por outros autores⁸. O próprio Laplanche a retomou em detalhes em suas *Problématiques IV* e também de forma breve em *Novos fundamentos para a psicanálise*, momento

4 C. Dejours, Introduction, p. 10.

5 J. Laplanche e S. Leclair, O inconsciente um estudo psicanalítico, p. 216.

6 J. Laplanche, *Problématiques IV: o inconsciente e o id*, p. 35.

7 *Idem, ibidem*.

8 A esse respeito, destacamos as seguintes referências: J. Fletcher, *La lettre dans l'inconscient: le signifiant énigmatique dans l'oeuvre de Jean Laplanche*, p. 29-55; A. Costes, *Lacan: le fourvoisement linguistique La Méthaphore introuvable*.



*se no início de suas elaborações
Laplanche estava em sintonia
com Lacan na defesa do realismo
do inconsciente, ele acaba por afirmar
um tipo de realidade dos conteúdos
inconscientes bem diferente*

em que seu distanciamento em relação à tese segundo a qual *o inconsciente está estruturado como uma linguagem* já estava suficientemente elaborado a ponto de se autorizar a conceber uma nova inversão de uma máxima lacaniana, propondo a seguinte formulação: “o inconsciente é um como-uma-linguagem não estruturado[a]”⁹. Formulação provocativa, sem dúvida, porém no bom sentido, isto é, no sentido de um convite à reflexão sobre a natureza dos conteúdos inconscientes. Que tipo de realidade possuem? Qual sua relação com os significantes linguísticos? Ora, se no início de suas elaborações Laplanche estava em sintonia com Lacan na defesa do realismo do inconsciente, ele acaba por afirmar um tipo de realidade dos conteúdos inconscientes bem diferente daquele ao qual subscreveria Lacan. Pois bem, vejamos a seguir a concepção do recalçamento originário precursora do modelo tradutivo do recalçamento:

A *origem* do inconsciente deve ser procurada no processo que introduz o sujeito no universo simbólico. Poderíamos abstratamente descrever duas etapas desse processo. Num primeiro nível de simbolização, a rede, a trama das oposições significantes, é lançada sobre o universo subjetivo; mas nenhum significado particular é colhido em *uma* malha particular. O que é simplesmente introduzido com esse sistema coextensivo ao vivenciado é a pura diferença, a escansão, a barra: no gesto do “fort-da”, a borda da cama. Trata-se, cumpre repetir, de uma etapa puramente mítica, mas os fenômenos da linguagem psíquica mostram que ela pode ressurgir a “posteriori” na

“regressão”, sob a forma do shift incontrolável de um par de elementos diferenciais.

O segundo nível de simbolização é o que descrevemos, segundo Freud, como recalçamento originário, segundo J. Lacan como metáfora. É esse segundo nível que realmente cria o inconsciente, introduzindo assim esse lastro que faltará sempre a uma linguagem unilinear e que está ausente – de modo mais ou menos extenso – no mundo simbólico do esquizofrênico.¹⁰

Nessa formulação encontram-se alguns elementos tributários da abordagem da linguística estrutural do inconsciente, tais como a relação estreita entre a fundação do inconsciente e o acesso ao universo simbólico e o caráter mítico desse momento fundante, elementos que são refutados no percurso subsequente de Laplanche. Contudo, é mantida e valorizada a ideia segundo a qual não há um inconsciente inato constituído por fantasias filogenéticas, sendo o recalçamento originário o processo que funda o inconsciente. Ideia extremamente cara a Laplanche, tal como lhe é cara a hipótese dos dois tempos ou duas etapas do recalçamento, o que é objeto de criteriosas argumentações ao longo de sua obra.

Na passagem citada, há ainda a referência à concepção lacaniana da metáfora no processo de simbolização e a fórmula da metáfora, retomada do texto de Lacan sobre as psicoses¹¹, é utilizada para representar o recalçamento como um processo de substituição de significantes, na seguinte apresentação:

$$\frac{S}{S'} \times \frac{S'}{S} \rightarrow S \times \frac{I}{S} \quad (\text{esquema 1})$$

A fórmula da metáfora, se não é explicitamente enunciada por Lacan como modelo para o recalçamento originário, presta-se bem para representá-lo, sobretudo se nos lembramos da metáfora paterna na qual *o desejo da mãe significado ao sujeito* sofre a ação metaforizante do significante *Nome do Pai*, que passa a substituí-lo na cadeia de significantes e marca a introdução do sujeito no universo simbólico. Ao retomar essa

fórmula, Laplanche espera que ela possa contemplar também as exigências da concepção freudiana do inconsciente como sistema e a especificidade atribuída a seus conteúdos. Valendo-se de um artifício matemático, transforma-a na apresentação mostrada a seguir, que passa a representar seu próprio modelo do recalçamento:

$$\frac{S'}{S} \times \frac{S}{s} \rightarrow \frac{S'}{S} \quad (\text{esquema 2})$$

Essa nova apresentação tem para Laplanche um valor sugestivo, isto é, vêm sugerir o realismo dos sistemas psíquicos como sistemas distintos, porém correlativos: o Pcs./Cs. representados pelo par S'/s, no andar de cima e o Ics. representado pelo par S/S, no andar de baixo. Por outro lado, a conservação daquilo que foi simplificado pela substituição de significantes, isto é, o par S/S no denominador do lado direito, sugere o realismo do conteúdo inconsciente, formado por um significante que remete a ele próprio e não a um significado. O que isso quer dizer? Isso visa a indicar sua especificidade como representação de coisa sem ligação com a representação de palavra correspondente, tal como propôs Freud. Seria melhor designá-lo como representação-coisa, isto é, um significante tornado coisa, sujeito a uma circulação não regulada, afastada de todo objetivo referencial e, portanto, *sem respeito pela estrutura linguageira*. A linguagem do inconsciente, “se possui o caráter essencial de ser uma circulação de *Vorstellungen*, só é comparável àquela camada vertiginosa da linguagem que certos poetas [ou certos esquizofrênicos, poder-se-ia acrescentar] nos deixam entrever”¹².

Com essa divergência, Laplanche abre mão do recurso à linguística estruturalista para

»»

*depois da parceria com Leclaire,
foi com Jean-Bertrand Pontalis
que nosso autor deu
o passo seguinte na busca
de apreensão do originário*

fundamentar a descoberta da psicanálise e inicia, à sua maneira, o retorno ao texto de Freud, o incansável trabalho de tradutor e intérprete de Freud. Depois da parceria com Leclaire, foi com Jean-Bertrand Pontalis que nosso autor deu o passo seguinte na busca de apreensão do originário, no texto escrito a quatro mãos: *Fantasme originaire Fantasme des origines Origine du fantasme*. Nesse texto, buscam uma via alternativa para a concepção do originário diferente daquela que o postula como momento mítico e o atrela ao acesso ao Simbólico. Porém, conservam ainda uma perspectiva estruturalista ao postularem que a estrutura configurada no conflito psíquico do adulto reproduzir-se-ia nas fantasias da criança, ou seja, a dimensão *estrutural* que une as fantasias de desejo e a interdição do lado do adulto é o que daria forma às fantasias e aos conflitos da criança¹³. Portanto, nesse texto, o privilégio é ainda concedido às estruturas transindividuais e não à alteridade do outro, como será posteriormente na TSG. Entre esse texto em colaboração com Pontalis e os *Novos fundamentos para a psicanálise*, no qual o modelo tradutivo do recalçamento é apresentado, a teoria de Laplanche vai sendo gestada com base em extensas análises do paradigma freudiano da teoria da sedução, desenvolvido entre os anos 1895 e 1897. Esse paradigma, ele o elege por considerá-lo a tentativa mais bem elaborada e única em toda a obra de Freud no sentido de explicar as engrenagens do processo de recalçamento que fazem com que a sexualidade infantil, e somente ela, constitua o recalçado

9 J. Laplanche, *Novos fundamentos para a psicanálise*, p. 58.

10 J. Laplanche, *Problemáticas IV: o inconsciente e o id*, p. 254-255, itálicos no original.

11 J. Lacan, *D'une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose*, p. 557.

12 J. Laplanche, *Problemáticas IV: o inconsciente e o id*, p. 217.

13 J. Laplanche e J.-B. Pontalis, *Fantasme originaire Fantasme des origines Origine du fantasme*.



*Laplanche busca superar,
por um lado, a oposição entre
a sedução como realidade
e a sedução como fantasia e,
por outro, a restrição ao caráter
patológico do adulto sedutor*

por excelência. No entanto, certos obstáculos impediram Freud de levar adiante sua teoria para conservá-la como eixo de sua metapsicologia. Analisando tais obstáculos, a interpretação de Laplanche busca superar, por um lado, a oposição entre a sedução como realidade e a sedução como fantasia e, por outro, a restrição ao caráter patológico do adulto sedutor. Chega assim à sua concepção da sedução generalizada como fundamento do inconsciente. Contemporânea da teoria freudiana da sedução, a famosa carta 112 da correspondência completa com Wilhelm Fliess, na qual Freud concebe o recalçamento como fracasso de tradução, é também tomada por Laplanche como fonte de inspiração para seu modelo tradutivo do recalçamento.

Vejamos então a concepção do recalçamento originário elaborada no interior da TSG, valendo-nos de um expediente que pode nos ajudar a ressaltar as diferenças dessa nova concepção relativamente a sua precursora. Vamos transcrever, a seguir, a primeira concepção, porém modificada com o recurso aos novos aportes teóricos que se encontram nos *Novos fundamentos para a psicanálise*:

A origem do inconsciente deve ser procurada na situação originária de sedução da criança pelo adulto. Podemos descrever dois tempos desse processo fundante do psiquismo. O primeiro tempo corresponde à implantação do significante enigmático, antes de qualquer tentativa de tradução. Nesse primeiro tempo, poder-se-ia dizer que o significante enigmático é concretamente implantado

na periferia do indivíduo, em particular nos pontos que chamaremos zonas erógenas.

O segundo tempo do recalçamento originário é o tempo da tradução, pela criança, do significante enigmático, correlativo da constituição do inconsciente, que conterà os restos não traduzidos, e do Eu, que conterà as traduções. É esse segundo tempo que realmente cria o inconsciente, no mesmo movimento em que se passa do Eu-corpo ao Eu-instância. Não se trata de uma etapa mítica, mas de um movimento real de constituição do aparelho psíquico, que, embora não possa ser diretamente observado, pode ser cercado como se cerca um elemento na tabela periódica de Mendeleiev, para retomar uma feliz metáfora empregada por Sílvia Bleichmar.¹⁴

Passamos a enumerar e a comentar as diferenças entre a nova concepção e aquela do texto de Bonneval.

1) Na nova concepção a origem do inconsciente é correlativa da sedução originária da criança pelo adulto e não do seu acesso ao universo simbólico. A sedução se dá pelo endereçamento de significantes enigmáticos do adulto à criança. Não se trata somente de significantes verbais, nesse termo estão também incluídos significantes não verbais e mesmo comportamentais. O que é essencial agora no uso do termo significante não advém de sua inserção numa estrutura de linguagem, mas de sua característica de interpelação; o significante é enigmático não por sua polissemia no interior da linguagem, mas por conter um endereçamento portador de um significado que não é nem pode ser fornecido pelo adulto à criança, pois o próprio adulto o desconhece. Para realçar a dimensão de interpelação do significante e para marcar mais explicitamente seu afastamento em relação à abordagem lacaniana, Laplanche passa a empregar, nos seus textos subsequentes, o termo *mensagem enigmática*, em vez de *significante enigmático*. Pois bem, essa mensagem enigmática Laplanche a equipara ao primeiro registro psíquico mostrado no esquema freudiano da carta 112 e nomeado como *signo de percepção* (Wz). Mas podemos também equipará-la ao “desejo da mãe”, para retomarmos o primeiro termo

da metáfora paterna de Lacan. No entanto, em Laplanche, o desejo da mãe, veiculado nos cuidados dispensados à criança, não se define na forma pela qual a criança está presente no seu discurso (da mãe), ele não se define na estrutura da linguagem ou na cadeia de significantes na qual a criança será capturada. O desejo da mãe encontra-se no modo, bem singular e bem concreto, como a mãe se ocupa da criança. Os cuidados, as manobras, as atenções e atitudes que a mãe dirige à criança veiculam e ao mesmo tempo escondem um significado que ela própria desconhece, uma vez que é habitado por suas fantasias inconscientes.

2) Na nova formulação, tal como na primeira, concebe-se dois tempos do recalçamento originário, mas trata-se agora de momentos reais e não de momentos míticos. A referência a Silvia Bleichmar é significativa nesse contexto. Laplanche orientou a tese de doutorado dessa autora na mesma época em que formalizava sua TSG. Bleichmar, por sua vez, chegou até seu orientador com uma bagagem clínica expressiva, particularmente no atendimento de crianças, e com uma convicção muito firme de que a noção de recalçamento originário não era apenas uma necessidade lógica da teoria. Postulá-lo como um momento real na constituição do sujeito tem importância teórica e incidências na tarefa clínica. Do ponto de vista teórico, significa a defesa de uma gênese histórica, contingente do sujeito, contrária ao ponto de vista para o qual existiria uma estrutura fundamental transcendente que rege e predetermina as vicissitudes individuais e factuais. Do ponto de vista clínico e, em particular, da clínica com crianças, a suposição de que a tópica psíquica não se constitui de uma só vez e, sim, em momentos renovados da história da criança, leva-nos a acreditar que o tratamento psicanalítico pode ser capaz de recolocar em marcha os seus movimentos constitutivos, proporcionando aberturas àquilo que, porventura, esteja bloqueando o seu curso e em

14 Essa transcrição foi composta com passagens do livro de J. Laplanche, *Novos fundamentos para a psicanálise*, e do prefácio que esse autor escreveu para o livro de S. Bleichmar, *Aux origines du sujet psychique dans la clinique psychanalytique de l'enfant*.

15 J. Laplanche, *Court traité de l'inconscient*, p. 82.

»
o conteúdo recalçado
é um reliquat da mensagem
e não a totalidade desta
na medida em que a mensagem
é parcialmente traduzida
e parcialmente recalçada

via de ocasionar o fracasso do estabelecimento das fronteiras intrapsíquicas. Destaca-se, pois, a importância dessa autora no sentido de conferir maior peso ao realismo do inconsciente e também à realidade dos seus momentos fundantes.

3) O recalçamento originário define-se, na nova concepção, como um processo de *tradução* das mensagens enigmáticas inscritas no primeiro tempo, sendo o inconsciente constituído pelos elementos que escapam à tradução, pelos resíduos da tradução representados por s/s no esquema 2. Também denominado por Laplanche *significante designificado*, s/s corresponde a fragmentos de percepções oriundas do sensorio visual ou do sensorio auditivo tais como restos de cenas, restos de palavras, de frases, de fonemas, etc.; fragmentos que se desprenderam das mensagens enigmáticas e que, perdendo sua inserção na linguagem, tornaram-se representação coisificada. O conteúdo recalçado é um *reliquat* da mensagem e não a totalidade desta, na medida em que a mensagem é parcialmente traduzida e parcialmente recalçada¹⁵. Essa definição vem reinterpretar a fórmula da metáfora constitutiva do inconsciente, doravante chamada *metábole recalcante*, para significar que a substituição de significantes que caracteriza a tradução pode se dar tanto pela via da metáfora quanto da metonímia e, ao mesmo tempo, que entre a inscrição da mensagem e sua tradução há, como no metabolismo, um processo de decomposição e recomposição. Retomando a questão mencionada no início deste texto a respeito da distinção entre tradução e simbolização em



onde e como estariam
as mensagens não traduzidas?
Para responder a essa questão,
“seria então necessário conceber
um processo que não seja
em primeira pessoa, nem mesmo
talvez em pessoa”

Laplanche, arriscamos dizer que toda tradução corresponde a uma simbolização, mas o termo simbolização não comporta, necessariamente, tal como o termo tradução, essa ideia de decomposição e recomposição, tampouco nos remete ao enigma da mensagem a traduzir.

4) Na primeira concepção, as implicações do recalçamento originário para o ponto de vista tópico já estavam indicadas, mas na nova concepção a tópica psíquica ganha maior relevo com a referência ao surgimento do Eu-instância, que se dá concomitantemente à instauração do Ics. e do Pcs. como sistemas diferenciados.

Conforme já mencionamos, o modelo tradutivo do recalçamento foi retomado e repensado por Laplanche até o final de sua obra. Passamos a discutir os desafios que levaram nosso autor a buscar um aperfeiçoamento de seu modelo para, em seguida, abordamos os questionamentos apresentados por estudiosos da TSG e as novas proposições que daí resultaram.

Primeiros desafios ao modelo tradutivo e seu enfrentamento por meio da concepção de uma nova tópica psíquica

O primeiro desafio colocado ao modelo tradutivo do recalçamento diz respeito ao seu alcance: poderia ele abranger em sua potencialidade elucidativa manifestações psicopatológicas diversas? O próprio Laplanche apontou, em seu texto de 1993, “Sédution, persécution, révélation”, a necessidade

de reavaliá-lo a partir da psicose. Em suas palavras: “Com aquilo que pressentimos da psicose, esse modelo só poderia ser invocado para mostrar seu fracasso radical”¹⁶. Com efeito, tendo como inspiração, por um lado, a teoria freudiana que buscava entender o recalçamento partindo do sintoma neurótico e, por outro lado, a concepção lacaniana da metáfora paterna, supostamente falha nos casos de psicose, esse modelo não poderia estar bem aparelhado para contemplar a psicose. Há de se considerar então que o modelo tradutivo fracassa diante do fracasso radical de tradução por parte do psicótico. Se a situação originária de sedução é a situação antropológica fundamental, logo o primeiro tempo do modelo tradutivo também é universal, ou seja, a mensagem enigmática inscreve-se em todos os seres humanos. “Seria necessário então supor que, na psicose, a mensagem permanece inalterada, em espera, suspensa? Em que estado? E onde?”¹⁷ A essas perguntas o autor não propõe respostas nesse texto, mas faz considerações que dizem respeito, justamente, à dificuldade de propor um modelo que não recorra a alguma forma de inclusão *dentro de um sujeito*. Onde e como estariam as mensagens não traduzidas? Ora, para responder a essa questão, “seria então necessário conceber um processo que não seja em primeira pessoa, nem mesmo talvez em pessoa”¹⁸, argumenta ele. Mas afinal, acrescenta, qualquer modelo corre necessariamente o risco de ser capturado pelo pensamento identitário, pelo recentramento ptolomaico, para retomar aqui a analogia entre a revolução freudiana e a revolução copernicana.

Essas primeiras questões colocadas ao modelo tradutivo do recalçamento permanecem em aberto nesse texto de 1993; são mencionadas em debates posteriores e somente em 2003, dez anos depois, são contempladas com um novo modelo. É curioso notar que esse novo modelo propõe, justamente, a inclusão *dentro de uma tópica* das mensagens não traduzidas. Estas encontram seu lugar no assim chamado *inconsciente encravado*, distinto do sistema inconsciente que abriga o recalçado. Com essa observação, queremos chamar a

atenção para o fato de que a resposta ao problema do fracasso radical do recalçamento é dada pela via da criação de uma nova tópica, ou seja, a nova proposição amplia a tópica psíquica criando o inconsciente encravado para abrigar as mensagens não traduzidas, deixando para futuras investigações os questionamentos mais diretamente ligados ao aspecto tradutivo do modelo, como, por exemplo: quais são as condições, as causas de um fracasso radical da tradução? O próprio Laplanche formula essa questão, mas limita-se a abrir uma pista de investigação que não explora nesse texto, “confiando a outros o cuidado de continuá-la caso se mostre viável”¹⁹.

Cabe então retomar, em linhas gerais, as vias que foram exploradas nos trabalhos de colegas que se debruçaram sobre a questão do *fracasso radical de tradução*, propondo soluções originais aos desafios postos ao modelo tradutivo do recalçamento, entre os quais destacamos M. R. Cardoso, L. C. Tarelho, P. C. Ribeiro e S. Bleichmar.

Questionamentos e prolongamentos ao modelo tradutivo do recalçamento nos trabalhos de estudiosos do pensamento de Laplanche

A primeira investigação de grande fôlego que chegou a propor hipóteses originais a respeito das características das mensagens não passíveis de tradução foi a tese de M. R. Cardoso sobre o supereu, defendida em 1995. Essa investigação tomou como ponto de partida proposições de Laplanche que destacam o caráter não metabolizável dos imperativos categóricos do supereu. Sobre a instância do supereu, nosso autor deixou pouco mais do que essas proposições, que seria melhor qualificar de indícios ou esboços, uma vez que

16 J. Laplanche, *Séduction, persécution, révélation*, p. 34, tradução nossa.

17 *Idem, ibidem*.

18 *Idem*, p. 35, tradução nossa.

19 J. Laplanche, Três acepções da palavra “inconsciente” no âmbito da teoria da sedução generalizada, p. 197.

20 M. R. Cardoso, *Superego*.

21 L. C. Tarelho, *Paranoia e teoria da sedução generalizada*, p. 20.

»»

*a primeira investigação
de grande fôlego que chegou a propor
hipóteses originais a respeito das
características das mensagens não
passíveis de tradução foi a tese
de M. R. Cardoso sobre o supereu,
defendida em 1995*

não as desenvolveu. Pois bem, esses indícios são tomados por Cardoso como uma instigação para o início de sua pesquisa: como entender essas proposições para extrair daí uma concepção do supereu condizente com a TSG? O que caracterizaria os imperativos superegoicos que os tornaria equivalentes a mensagens não metabolizáveis, portanto, intraduzíveis? Podemos acompanhar as elaborações de Cardoso sobre essas questões no seu livro *Superego*²⁰ e em artigos posteriores.

L. C. Tarelho dedicou-se também a investigar as características das mensagens que estariam destinadas a formar enclaves psicóticos no psiquismo. Na introdução à recente edição brasileira de sua tese de doutorado, ele é muito claro ao expor seu objetivo principal, isto é, ao afirmar que seu trabalho busca exatamente preencher a lacuna deixada pela teorização laplancheana a respeito daquilo que torna uma mensagem rebelde a todo tipo de metábole²¹. Tarelho retoma a questão dos paradoxos pragmáticos, já associada ao universo da psicose e aos entraves de simbolização e interpreta, à luz da TSG, a noção de *duplo vínculo* proposta pela escola de Palo Alto, o que o leva a formular a seguinte hipótese: o paradoxo seria, no campo das psicoses, o equivalente ao enigmático no campo das neuroses. Salientando o caráter paradoxal que uma mensagem pode conter, esse autor trabalha, em particular, o tipo de mensagem na qual a sexualização e seu combate mostram-se inseparáveis, tornando-a intraduzível.

Além da necessidade de aprofundamento da investigação sobre as mensagens intraduzíveis,



o movimento de excitação/contenção vindo do adulto está presente desde os primeiríssimos tempos, antes mesmo de qualquer possibilidade de ligação ou de tradução por parte da criança

diagnosticada pelo próprio Laplanche, novas críticas foram endereçadas ao modelo tradutivo do recalçamento, como a que foi formulada por F. Robert nos seguintes termos: “Pode-se dizer que a criança consegue simbolizar ou teorizar desde o início? Há aí um tipo de adultomorfismo latente em Jean Laplanche, que o leva a falar de uma criança traduzindo ou teorizando desde a origem, ainda que de maneira muito rudimentar”²². Essa mesma crítica é encontrada nos trabalhos de S. Bleichmar e de P. C. Ribeiro. Parece-lhes contraditório falar em tradução antes da constituição da instância egoica, que é justamente a instância tradutora e cuja gênese é correlativa do recalçamento originário. Em outros termos, se não há um Eu nas origens do sujeito, *quem* seria interpelado pelo enigma e *quem* proporia uma tradução para a mensagem enigmática?

Laplanche não se deteve nessas questões ainda que tenha reconhecido sua importância ao afirmar que, por ter insistido nos elementos de desligamento incluídos nas mensagens do outro, correu o risco de negligenciar o fato de que o outro, parental ou não, fornece também à criança o essencial de seu arsenal de ligação; seu amor, seus cuidados, sua manutenção (*holding*) e ainda os elementos verbais ou extraverbais indispensáveis à sua autoteorização, às suas traduções²³. Por seu lado, S. Bleichmar, imersa nos desafios colocados pela clínica com crianças, e muitas vezes com crianças muito novas, foi levada a deter-se nesse problema e a salientar, a partir daí, a dupla faceta do adulto na situação originária. O adulto,

como sujeito cindido, possui um inconsciente, sede das fantasias sexuais recalçadas que se infiltrarão nos cuidados com o bebê, mas possui, ao mesmo tempo, um Eu com sua capacidade de amor narcísico, que tornará possível a ligação das excitações que ele próprio gera na criança. Esse movimento de excitação/contenção vindo do adulto está presente desde os primeiríssimos tempos, antes mesmo de qualquer possibilidade de ligação ou de tradução por parte da criança, o que nos leva a propor uma distinção entre as noções de ligação e tradução. Toda tradução implica em ligações das representações que vão constituir a trama egoica, mas só há sentido em falar de tradução a partir do momento em que há um sujeito capaz de ser impulsionado pelo enigma da alteridade, de seu próprio inconsciente e do inconsciente do outro. Antes disso, isto é, no primeiro tempo do recalçamento originário, o termo ligação é mais conveniente para designar aquilo que se inscreve no incipiente aparelho psíquico a partir dos aportes continentais do adulto e que ocorrem essencialmente no domínio do sensorial: o olhar e a voz do adulto que cuida da criança, seus gestos de suporte e de aconchego, entre tantos outros.

Ribeiro concorda com Bleichmar sobre a prioridade do outro no que diz respeito às primeiras traduções, ou seja, sobre a posição do adulto como *tradutor originário*, agente do recalçamento originário. Mas ele enfrenta a aporia do *bebê tradutor* por vias diferentes dessa autora ao propor seu próprio modelo do recalçamento originário em seu livro *O problema da identificação em Freud*²⁴ e em textos mais recentes, entre os quais se destaca “Recalque originário, gênero e sofrimento psíquico”, em coautoria com F. F. Lattanzio²⁵.

O último questionamento ao modelo tradutivo do recalçamento que gostaríamos de salientar diz respeito ao primeiro tempo desse modelo. Conforme vimos, Laplanche define o primeiro tempo como o tempo da implantação da mensagem enigmática e afirma ainda que, nesse momento, a mensagem enigmática é externa, muito concretamente implantada na periferia

do indivíduo. Ora, essa proposição não deixa de nos interpelar: como conceber uma implantação de mensagem enigmática na periferia do indivíduo? Devemos tomá-la simplesmente como uma metáfora? Podemos constatar que, embora tendo sugerido o realismo dessas inscrições inaugurais, Laplanche não se deteve na sua elucidação, como fez com os conteúdos inconscientes. Cabe então perguntar pelo tipo de realidade dessas primeiras inscrições. Convém nomeá-las como mensagens enigmáticas se não há ainda um sujeito a ser interpelado?

Encontramos, mais uma vez em Bleichmar, um ponto de vista novo sobre essas questões. Não é possível retomar, dentro dos limites deste artigo, o extenso percurso da autora para construir sua concepção das inscrições inaugurais no aparelho psíquico, que contém divergências significativas em relação à concepção laplancheana, ao mesmo tempo que surge de um diálogo muito fecundo com a clínica. Para dar apenas uma primeira indicação, podemos dizer que ela concebeu essas primeiras inscrições a partir do paradigma freudiano da *experiência de satisfação*, desenvolvido no *Projeto de uma psicologia*, com sua concepção dos traços mnêmicos desprendidos das vivências que estiveram na sua origem²⁶. Segundo a autora, esses traços mnêmicos só se tornam *mensagens enigmáticas* no segundo tempo do recalçamento originário, momento em que começa a haver um sujeito capaz de ser impulsionado pelo enigma da alteridade.

»»

*para dar apenas uma primeira
indicação, podemos dizer que S.
Bleichmar concebeu essas primeiras
inscrições a partir do paradigma
freudiano da experiência de satisfação,
desenvolvido no Projeto de uma
psicologia*

Como o leitor pode constatar, são muitas e diversas as investigações que enfrentaram os problemas que foram sendo identificados à medida que Laplanche avançava na construção de seu modelo tradutivo do recalçamento. Privilegiamos aqui as referências aos autores brasileiros e a Bleichmar não só por estarem mais próximos de nós, mas por sua importância, sua fecundidade e pelas diferentes perspectivas que abrem no sentido indicado por Laplanche, isto é, na tentativa de minimizar o recentramento necessariamente operado pelos modelos teóricos. Esses autores enfrentaram os desafios ao modelo tradutivo a partir de seu ponto mais delicado, isto é, da paradoxal tarefa que consiste em apreender “um sujeito anterior ao sujeito e recebendo seu ser, seu ser sexual, de um exterior anterior à distinção interior-exterior”²⁷, conforme a bela formulação de Laplanche e Pontalis. Tarefa que buscamos relançar com a presente reflexão.

22 F. Robert, *L'inconscient erratique: métabole et métabolisation*, p. 87-95.

23 Cf. J. Laplanche, *Les forces en jeu dans le conflit psychique*, p. 142.

24 P. C. Ribeiro, *O problema da identificação em Freud: recalçamento da identificação feminina primária*.

25 F. F. Lattanzio e P. C. Ribeiro, *Recalque originário, gênero e sofrimento psíquico*.

26 Para um aprofundamento sobre essa concepção, remetemos o leitor a S. Bleichmar, *Simbolizações de transição: uma clínica aberta ao real*, p. 29-58.

27 J. Laplanche e J.-B. Pontalis, *op. cit.*, p. 28.

Referências bibliográficas

- Bleichmar S. (1985). *Aux origines du sujet psychique dans la clinique psychanalytique de l'enfant*. Paris: PUF.
- Bleichmar S. (2015). Simbolizações de transição: uma clínica aberta ao real. In *Do motivo de consulta à razão de análise e outros ensaios psicanalíticos*. São Paulo: Zagodoni.
- Cardoso M. R. (2002). *Superego*. São Paulo: Escuta.
- Costes A. (2003). *Lacan: le fourvoisement linguistique La Méthaphore introuvable*. Paris: PUF.
- Dejours C. (2018). Introduction. In C. Dejours e H. Tessier (orgs.). *Laplanche et la traduction: une théorie inachevée*. Paris: PUF.
- Fletcher J. (1994). La lettre dans l'inconscient: le signifiant énigmatique dans l'oeuvre de Jean Laplanche. In J. Laplanche et al. *Colloque international de psychanalyse: actes du colloque de Montréal (3-5 Juillet 1992)*. Paris: PUF.
- Lacan J. (1966). D'une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose. In *Écrits*. Paris: Seuil.
- Laplanche J. (1988/1992a). Le mur et l'arcade. In *La révolution copernicienne inachevée*. Paris: Aubier.
- Laplanche J. (1992b). *Problemáticas IV: o inconsciente e o id*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche J. (1992c). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche J. (1993a/1999). Court traité de l'inconscient. In *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: PUF.
- Laplanche, J. (1993b/1999). Séduction, persécution, révélation. In *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: PUF.
- Laplanche, J. (1994/1999). Les forces en jeu dans le conflit psychique. In *Entre séduction et inspiration: l'homme*. Paris: PUF.
- Laplanche J. (2002/2015). Os fracassos da tradução. In *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano – 2000-2008*. Porto Alegre/São Paulo: Editora Dublinense.
- Laplanche J. (2003/2015). Três acepções da palavra "inconsciente" no âmbito da teoria da sedução generalizada. In *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano*. Porto Alegre/São Paulo: Dublinense.
- Laplanche, J. & Leclaire S. (1961/1992b). O inconsciente um estudo psicanalítico. In J. Laplanche. *Problemáticas IV: o inconsciente e o id*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche J. & Pontalis J.-B. (1985). *Fantasme originare Fantasme des origines Origine du fantasme*. Paris: Hachette.
- Lattanzio F. F. & Ribeiro P. C. (2012). Recalque originário, gênero e sofrimento psíquico. *Psicologia em Estudo*, 17, 507-517.
- Ribeiro P. C. (2000). O problema da identificação em Freud: recalçamento da identificação feminina primária. São Paulo: Escuta.
- Robert F. (1994). L'inconscient erratique: métbole et métabolisation. In J. Laplanche et al. *Colloque international de psychanalyse: actes du colloque de Montréal (3-5 Juillet 1992)*. Paris: PUF.
- Tarelho L. C. (2019). *Paranoia e teoria da sedução generalizada*. São Paulo: Zagodoni.

Genesis and evolution of Jean Laplanche's translational model of repression: from the first impasses to current challenges

Abstract In retracing the genesis and evolution of Jean Laplanche's translational repression model, an effort is made to highlight his sources of inspiration in Sigmund Freud and Jacques Lacan and the original formulation resulting from the interpretation of these author's ideas. Then, the main impasses of this translational model are pointed out as well as the paths opened by Laplanche himself and some of his followers to improve it are commented.

Keywords Laplanche, repression's translational model, unconscious, seduction theory.

Texto recebido: 09/2019

Aprovado: 10/2019

Perversão, transgressão e subjetividades

Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila)

Resumo Com base em questões sobre os conceitos de perversão e transgressão, este artigo interroga as operações estruturantes do sujeito e a incidência das mudanças na cultura em sua constituição e na produção da subjetividade. Nesse percurso, aspectos concernentes à formação do eu na relação inicial com o outro ganham destaque, possibilitando pensar a origem do sujeito ético. Ao mesmo tempo, busca-se afirmar a importância da história vivida e da cultura de pertinência de cada um no que concerne a abrangência do reconhecimento do outro como semelhante humano. O trajeto percorrido convida a relançar a pergunta sobre quais são as características da atualidade e seus efeitos na relação do sujeito com a alteridade.

Palavras-chave perversão, transgressão, constituição do sujeito, subjetividade, sujeito ético.

Maria do Carmo Vidigal Meyer Dittmar (Lila) é psicanalista, membro dos departamentos de Psicanálise e de Psicanálise com Crianças do Instituto Sedes Sapientiae. Professora do curso psicanálise com crianças e membro do Conselho Editorial da revista *Percurso*.

¹ A origem deste artigo remonta ao final de 2012, quando iniciamos o grupo de estudos e pesquisa Ciranda: perspectivas teórico-clínicas na psicanálise com crianças, no setor Clínica e Pesquisa do Departamento Psicanálise com Crianças. A pergunta de Marcia Porto Ferreira sobre as perversões motivou nosso primeiro ano de trabalho. Passados sete anos, algumas articulações se colocam, e as questões seguem se desdobrando.

² C. A. Plastino (org.), *Transgressões*.

Introdução

Como pensar as operações estruturantes, imprescindíveis para a constituição do sujeito, diante da variabilidade das normas na cultura? E qual a incidência dessas pautas contingentes nas subjetividades? As muitas questões que podemos formular em torno do conceito de perversão são significativas para trabalhar tais temas¹. Embora muitas vezes associada, por oposição, à ordem moral prevalente em determinada época, a perversão é mais bem definida como uma perturbação que altera profundamente a relação do sujeito consigo mesmo e com os outros e, nesse sentido, requer ser entendida a partir das relações estruturantes do sujeito. Para Silvia Bleichmar, também a origem do sujeito ético remonta às relações iniciais. No entanto, por outro lado, a instauração no sujeito singular do que pode ser chamada de ética do semelhante não garante que se universalize e seja extensível a todos os humanos, o que nos leva a indagar acerca dos elementos que compõem nossa cultura de pertinência.

Neste artigo, parto dos estudos de Jean Laplanche, Silvia Bleichmar e Eugene Enriquez. Também trabalho com um texto de Flávio Ferraz sobre Masud Khan, com o objetivo de afirmar a importância e a possibilidade de articular diferentes perspectivas teóricas. A obra *Transgressões*², organizada por Carlos Alberto Plastino e publicada em 2001, trouxe contribuições essenciais. Na apresentação do livro, Plastino chama a atenção para a dupla face das normas: sua vertente organizadora e estruturante,



questionou algumas formulações tomadas como universais teóricos e apresentou sua definição de complexo de Édipo, castração e perversão

por um lado, e sua vizinhança com as questões da dominação, por outro. O autor também pergunta: como relacionar a inscrição das normas no registro singular com sua vigência ou não na vida social?

Édipo, castração e perversão em Silvia Bleichmar

Contava Bleichmar que, na defesa de seu doutorado, orientado por Laplanche, em 1983, ele lhe perguntou se não estava na hora de abandonar os tempos do Édipo de Jacques Lacan. Ela respondeu a ele: não vou abandonar nada que não saiba por que abandonar, sem ter pelo que substituir.

Podemos dizer que essa questão está presente em toda produção teórica de Bleichmar; em 2005, quando proferiu a conferência intitulada “O que resta de nossas teorias sexuais infantis”³, encontramos algumas posições muito claras. Nessa conferência, a autora questionou algumas formulações tomadas como universais teóricos e apresentou sua definição de complexo de Édipo, castração e perversão. Bleichmar busca diferenciar dos supostos universais teóricos aqueles que seguem tendo permanência daqueles que devem ser descartados. Para isso, como alternativa à oposição entre metapsicologia e mito⁴, proposta por Laplanche para pensar questão próxima a essa, a autora toma como eixo a oposição entre constituição do psiquismo e produção da subjetividade.

O conceito de perversão é, nesse sentido, exemplar, uma vez que costuma estar associado a pautas morais e, portanto, a produção das subjetividades, que é variável e concernente a determinados períodos históricos.

A primeira formulação freudiana sobre as perversões a apresentava como negativo das neuroses, como exercício das pulsões parciais – o que pode favorecer que, desligadas do contexto da construção teórica de Sigmund Freud, as perversões sejam compreendidas tomando como eixo a condenação moral de práticas sexuais não genitais. Sua formulação seguinte, ao trabalhar a questão do fetichismo, leva a pensar a questão da perversão como estando ligada ao não reconhecimento pelo sujeito da realidade da diferença sexual, o que posiciona a angústia de castração no centro das defesas acionadas pelo Eu. Para Bleichmar, ambas as teorias estão marcadas por formas contingentes de produção da subjetividade, e tais formas mudaram.

O complexo de castração, tal como descrito por Freud, baseia-se em uma teoria sexual infantil, que é construída pela criança diante de alguns ingredientes – como bem formula Laplanche, ao questionar a transposição dessas teorias singulares para um universal teórico da psicanálise: a ameaça de castração e a percepção da diferença sexual são elementos empíricos, circunstanciais à vivência de determinadas crianças e que podem não se apresentar para elas. Em Laplanche, o complexo de castração é uma teoria sexual infantil que opera como um organizador psíquico, sendo que a codificação da percepção da diferença sexual e sua articulação ao complexo de Édipo não é um universal a-histórico. Consequentemente, outras formas de organização são possíveis e precisam ser descritas⁵.

A isso, Bleichmar acrescenta que a produção da subjetividade, na época de Freud, estava baseada na ocultação da sexualidade dos adultos (e, de fato, em algumas descrições clínicas da época, podemos ver que aquilo que é dito e não dito pelos adultos imprime sua marca nessas teorias), enquanto que, atualmente, temos excesso de informação. Poderíamos discutir com Bleichmar: o excesso de informação não elimina os enigmas do nascimento, da sexualidade, da diferença, da morte, etc. Creio que ela não se oporia a essa afirmação. Seu alvo não é a inevitabilidade

dos enigmas e das teorizações a que conduz. Na mesma direção de Laplanche, o que Bleichmar questiona é a universalização das teorias sexuais infantis, contingentes e singulares, pelas teorias psicanalíticas.

Para Bleichmar, partindo da leitura que faz de Lacan, a castração deve ser pensada com relação à falta e à incompletude narcísica, por um lado, e à alteridade, por outro.

Bleichmar considera necessário redefinir o Édipo como o modo com que cada cultura pauta os limites de apropriação do corpo da criança como lugar de gozo do adulto. Ou seja, Édipo como exclusão da criança na circulação de prazer entre os adultos e como proibição do incesto como proibição do gozo intergeracional. Penso que a autora busca exatamente articular em relação ao mito edípico o que é contingente e imprescindível e, assim, designa que, além de alguma regulação ou pauta ser imprescindível, embora variável, tal regulação necessariamente incide sobre o desejo de apropriação do adulto em relação à cria, tendo, nesse sentido, uma especificidade. O que segue sendo estruturante é o interdito de apropriação da criança pelo adulto. Além disso, no livro *Paradoxos da sexualidade masculina*, Bleichmar faz menção a uma função terciária de mediação de desejos entre a criança e o adulto⁶.

Partindo dessa base conceitual, ela propõe que o que está no centro da problemática perversa não é o tipo de prática sexual, mas a dessubjetivação e o desconhecimento, tanto do outro como de si mesmo. Essa abordagem permite pensar no estatuto metapsicológico da perversão, diferenciando-a de seu aspecto moral e normativo. Para Bleichmar, o que está em jogo na perversão é a impossibilidade de reconhecer a totalidade do objeto de amor, impossibilidade que é correlativa à falta de apropriação psíquica de aspectos inconscientes

3 S. Bleichmar, O que resta de nossas teorias sexuais infantis?.

4 Sobre esse ponto, ver J. Laplanche, El psicoanálisis: mitos y teoría.

5 A esse respeito, ver J. Laplanche, *Castração simbolizações: problemáticas II*; S. L. Alonso, O conceito de gênero re trabalhado no marco da teoria da sedução generalizada.

6 S. Bleichmar, *Paradojas de la sexualidad masculina*, p. 228.

7 E. Enriquez, Um mundo sem transgressão.

»»

*Enriquez considera
a transgressão como um
movimento de rejeição da ordem
existente e de criação do novo*

do próprio sujeito, que, por sua vez, é dominado por correntes pulsionais parciais e levado a práticas compulsivas que não é capaz de integrar em seu próprio psiquismo. Considera ainda que essas práticas cumprem uma função defensiva diante do transbordamento pulsional, que colocaria em risco a estrutura do Eu. Esse aspecto me parece importante: o sujeito perverso não é apenas levado a exercer dominação sobre o corpo do outro. Ele próprio é passivo e dominado de forma incoercível por aspectos pulsionais inconscientes.

Perversão, transgressão, contestação

Perversão, transgressão e contestação são termos que remetem, por oposição, à vigência de certa normatividade organizadora, seja do sujeito, seja da sociedade. Como os diferenciar?

No artigo “Um mundo sem transgressão”⁷, que integra o já mencionado livro *Transgressões*, Eugène Enriquez nos oferece ferramentas importantes para pensarmos sobre a diferença entre pautas estruturantes e contingentes, embora coloque em foco a vigência das normas no campo social. Condizente com a perspectiva que dá direção ao livro, Enriquez considera a transgressão como um movimento de rejeição da ordem existente e de criação do novo, e não como mera violação da lei. A transgressão, assim concebida como positiva e criativa, só é possível quando da vigência de dada regulação social compartilhada. Ele enfatiza a dimensão coletiva da normatividade vigente e do movimento transgressivo. Chama a atenção para o fato de que, quando essa regulação definha, não é a transgressão que tem lugar, e sim a perversão e a paranoia. É essa formulação que dá origem ao título do artigo, sendo central em seu argumento.



em contraste com esse mundo profano e mutável, o mundo sagrado apresenta “as feições da ordem das coisas e dos seres”

A tese de Enriquez se apoia no trabalho efetuado por Georges Bataille e Roger Caillois sobre a existência de um mundo sagrado ao lado do mundo profano. Para o autor, o mundo profano é aquele das leis dos homens, que regula sua vida cotidiana, as quais, em sociedades democráticas, são suscetíveis de combate, contestação e, conseqüentemente, mudanças. Tais mudanças estão dentro da expectativa de todos e podem ocorrer com alguma frequência, sem que acarretem algum problema nos alicerces da sociedade.

Em contraste com esse mundo profano e mutável, o mundo sagrado apresenta “as feições da ordem das coisas e dos seres”⁸. Embora também seja um produto de cultura, é vivido pelos sujeitos como transcendente. A ele correspondem dois campos de fenômenos: as *proibições estruturantes fundamentais* e as *proibições essenciais a uma sociedade*. As *proibições estruturantes fundamentais* são a proibição do incesto e a proibição do assassinato de pessoas de uma mesma sociedade, ambas imprescindíveis no alicerce da existência coletiva. Nesse sentido, não podem ser realmente transgredidas coletivamente, embora o sejam excepcionalmente. Sua transgressão coletiva colocaria em questão a própria humanidade, embora o desejo de sacrilégio seja sua contraface intrínseca (se tais interditos existem, é porque designam o desejável e o perigo que o envolve). A transgressão radical das proibições estruturantes é impossível, sob pena de negar o trabalho da cultura e a imunidade da espécie humana. Se a transgressão desses interditos advém de modo “normal” ou instituído – como na obra de Sade ou por ocasião dos crimes nazistas, diz Enriquez –, transforma-se em seu contrário: na *perversão*.

No que diz respeito às funções estruturantes, tratamos aqui do plano social, e a referência

à *Totem e tabu* é explícita. Podemos relacionar a proposta de Bleichmar de sustentar como imprescindível e universal, no plano da estruturação psíquica do sujeito singular, a universalidade do interdito do gozo intergeracional (correspondente, como já foi dito, à exclusão da criança na circulação de prazer entre os adultos e à proibição da apropriação da criança como lugar de gozo do adulto).

No que diz respeito ao que Bleichmar circunscreve como produção da subjetividade, variável a cada momento histórico, interessa-nos o que Enriquez designa como *proibições essenciais a uma sociedade*. Elas são incluídas no campo do designado mundo sagrado, por serem experienciadas pelos sujeitos como sagradas, mas participam de fato do mundo profano, podendo mudar de época para época e de sociedade para sociedade. Essas *proibições essenciais* se exprimem nos valores e princípios centrais da sociedade, nos ideais do Eu coletivo e na força do supereu coletivo. “Dito de outro modo, elas enunciam não só a preeminência da sociedade sobre o indivíduo, como também o fato de que todo sujeito psíquico é um sujeito social, um sujeito de direito, um sujeito histórico [...] portanto criador, por menor que seja, da história coletiva.”⁹ E completa:

Cada um é atravessado (e é o representante) pela “consciência coletiva” (Durkheim), pelo “imaginário social” de uma época, e partilha as “significações imaginárias centrais” (Castoriadis) da sociedade. Quando este não é o caso, a sociedade tende a se decompor e a *anomia*, a prevalecer. Há, portanto, em todo conjunto organizado, uma certa “cultura”, quer dizer, um certo número de princípios, valores, práticas sociais, símbolos, significações imaginárias que orientam a ação dos indivíduos e dos grupos, que os socializam, que dão acesso a sua identidade e que forjam a coesão do grupo (seja qual for seu tamanho).¹⁰

É em relação a essa *cultura* compartilhada (tão bem definida por Enriquez), tomada como sagrada em determinado momento, que se coloca a questão da transgressão e também do

sacrilégio – que dela se avizinha, mas se diferencia. Enquanto o sacrilégio apenas torna profano o que era tido como sagrado, a transgressão pressupõe este passo, mas vai adiante: além de destruir antigos objetos, a transgressão instala novos valores. É nesse campo que o autor entende que alguns valores vividos como sagrados, tais como a racionalidade econômica e instrumental, os nacionalismos exacerbados e a heterossexualidade normativa, foram incluídos na categoria de profanos e volatilizados em prol de outros objetos de culto, como a dignidade de cada ser humano, a singularidade de cada cultura, a liberdade sexual, etc. Foi o que ocorreu entre os anos 1965 e 1980.

Considero importante destacar que alguns dos valores que colocamos no centro de nossas questões já se encontravam em pauta nos anos 1960. Fundamental que estejam presentes, pois está claro que não estão assegurados como princípios fundamentais, e a reação atual mostra como essa profanação dos antigos valores ainda é considerada como sacrilégio; se uma nova regulação social pôde se configurar desde então, não é hegemônica. Ao contrário, cinde a sociedade e desperta enormes e violentas resistências.

No entanto, o que há de novo no *front*? A reação dita conservadora é suficiente para explicar essa sensação de abalo sísmico, a romper o solo de valores mais humanitários, que, se não estavam assegurados, pareciam estar se consolidando?

Enriquez esboça uma visada aos movimentos históricos na construção desses valores. Ele considera que naqueles anos (1965-1980), algumas proibições sociais tidas como sagradas deram lugar a outras consideradas mais justas, mas que esse movimento foi interrompido entre os anos 1980 e 1995. Europeu, Enriquez passa ao largo do fato de que foi nesse período (1965-1980), dito libertário, que se instauraram as ditaduras na América Latina. De qualquer forma, diz ele, nas configurações sociais que se desenvolveram após esse processo, ditas pós-modernas, predominou o

»
no denominado
totalitarismo democrático
de tipo capitalista, o dinheiro
é o valor supremo

que denominou *totalitarismo democrático de tipo capitalista*. E aí, sim, podemos pensar que nós, latino-americanos, readquirimos a democracia quando esta já estava inserida nessa lógica, que ele considera como uma forma de totalitarismo. No denominado *totalitarismo democrático de tipo capitalista*, o dinheiro é o valor supremo e, embora a liberdade individual exista, a ausência de regulação mascara um tipo de totalitarismo que favorece a busca de sucesso individual e o desaparecimento dos ideais coletivos. Nessas condições, as práticas consideradas por muitos como transgressivas não o são. Na ausência de ideais e de um supereu coletivos, e muitas vezes também intrapsíquicos (nos sujeitos singulares), e de uma suposta liberdade individual, não restaria mais nada para transgredir. Ou melhor, só restaria o campo da perversão, em que cada um busca manipular e instrumentalizar o outro para seu próprio gozo.

No entanto, nesse texto escrito em 2001, Enriquez considera que, a partir de 1995, é possível detectar a configuração de um novo sagrado, que pode então se tornar objeto de contestação. Ele conclui afirmando que a transgressão, que não apenas profana o sagrado, mas propõe novos valores, só é possível se há objetos sagrados, e há de percebê-los, habitá-los, criticá-los – para que seja possível não só profanar como também construir algo novo. Afirmção que tomo como um convite para que nos perguntemos quais são as características deste momento, que *cultura* tomamos como sagrada e condiciona nossa subjetividade.

Por ora, interessa-me retomar a questão que não me parece suficientemente contemplada: como pensar o registro singular das normas e interdito na dinâmica dos sujeitos psíquicos e sua articulação ao registro da vida social? Seriam

8 E. Enriquez, *op. cit.*, p. 115.

9 E. Enriquez, *op. cit.*, p. 117.

10 E. Enriquez, *op. cit.*, p. 117.



a descrição de Ferraz,
seguindo Khan, é muito rica
e acrescenta bastante
à compreensão da perversão

registros completamente diferentes ou registros indissociáveis? Para tanto, parece-me interessante, antes, voltar à questão da perversão no psiquismo individual.

O sujeito perverso em Masud Khan

Seguindo Bleichmar, procuramos distinguir a configuração perversa, no sujeito singular, de sua conotação moral, ligada a normas contingentes. Ao entender a perversão como dessubjetivação de si e do outro, a autora nos permite aproximar perversão, apropriação do corpo do outro e ausência de interdito.

Buscando avançar na compreensão do funcionamento psíquico do sujeito perverso e de sua origem, recorro a um texto escrito por Flávio Ferraz¹¹. A escolha desse texto se deve a que, além de apresentar o pensamento de Masud Khan sobre a perversão, Ferraz procura pensar aspectos da metapsicologia subjacente, derivada de Donald Winnicott, em especial por meio da trajetória do conceito de dissociação a partir de Freud. Esse percurso de Ferraz me interessou particularmente por abrir uma série de questões interessantes em relação a conceitos fundamentais, e nos vemos diante da importância e dificuldade de trabalhar com base em diferentes perspectivas teóricas. No final do texto, o autor apresenta a proposta clínica de Khan.

A descrição de Ferraz, seguindo Khan, é muito rica e acrescenta bastante à compreensão da perversão. Destaco que, próximo à concepção de Bleichmar, Khan coloca no centro de sua concepção sobre a perversão o conceito de alienação, o que é enfatizado por Ferraz. O livro de Khan chama *Alienação nas perversões* e, nele, segundo

Ferraz, Khan resume o argumento básico de seu livro nos seguintes termos: “o perverso coloca um objeto pessoal entre seu desejo e seu cúmplice: este objeto pode ser uma fantasia estereotipada, um artifício ou uma imagem pornográfica. Os três o alienam de si mesmo, assim como, desafortunadamente, do objeto de seu desejo”¹².

A perversão é considerada uma patologia do ego, relacionada ao mecanismo de defesa da dissociação do ego e aproximada ao campo das psicoses. Nessa concepção, a forma de realização sexual do perverso, sempre compulsiva, visa a um alívio para os estados de angústia e, nesse sentido, a função sexual é usada para a satisfação de *necessidades pré-sexuais*, buscando reparar e compensar a insuficiência dos cuidados maternos originários e a conseqüente falha na transicionalidade. O caráter paradoxal da cena perversa consiste em que, apesar de uma suposta intimidade, que dissolve as fronteiras do Eu, o mecanismo da dissociação do Eu garante a ausência de envolvimento e entrega genuínos, de forma que a cena sempre fracassa e nunca representa, de fato, a gratificação esperada. Por isso se repete compulsivamente. O *acting-out*, em que o agir sobrepuja a elaboração psíquica, consiste na única forma de comunicação do perverso com o outro. Embora rudimentar e falseada, é uma experiência importante, em virtude do isolamento e do enclausuramento narcísico característicos dessa forma de funcionamento psíquico.

Como afirma Ferraz, Khan considera que Freud, ao tratar da clivagem do ego em seus últimos textos, abriu as portas para as patologias do ego em geral, mas discorda que tal mecanismo se limite a ser uma mera defesa contra a castração. Assim, extrai da teoria freudiana sobre o fetiche e a dissociação outras conseqüências. No entanto, para o autor, estamos aqui em outro paradigma metapsicológico que se aparta de Freud e também de Melanie Klein, embora tenha se originado desta segunda.

Ainda para Ferraz, o mecanismo da dissociação do Eu é peça central nessa mudança de paradigmas e, na segunda parte do texto, o autor

descreve a trajetória do conceito, partindo de Freud, passando por Klein até chegar em Winnicott. Neste último, a dissociação é uma defesa do bebê contra uma integração malsucedida, devido às falhas do ambiente. Nesse sentido, o processo de defesa não é *do Eu*, mas *no Eu*, comprometendo o processo de sua própria constituição diante da cisão que acontece primariamente na organização ambiente-indivíduo, sendo a cisão *no Eu* seu desdobramento. Considero essa perspectiva bastante interessante.

Nesse artigo, o que mobiliza Ferraz é realçar a precocidade do mecanismo de dissociação na problemática perversa em oposição à centralidade do complexo de Édipo e da angústia de castração na perversão, tal como pode se depreender do exemplo freudiano do fetichismo. Nesse sentido, a perversão é considerada como uma questão pré-edípica.

A direção proposta, de investigar processos precoces que alteram a formação do Eu na relação com o outro e as simbolizações iniciais, é interessante e creio que pode ser articulada à compreensão de Bleichmar, muito embora essa autora a inclua na dimensão edípica, na medida em que pensa o Édipo dos pais como determinante do lugar que a criança vem a ocupar para eles, o que enlaça a criança na cultura desde as origens.

É indubitável a importância que o psiquismo do adulto tem para a criança na vertente winnicottiana, mas considero que a possibilidade de compreender a *falha da mãe ambiente* se enriquece a partir do estruturalismo lacaniano. Nessa vertente, a estruturação psíquica dos pais antecede os movimentos estruturantes *na criança*, não cabendo falar em pré-edípico. É necessário, no entanto, chamar a atenção para o fato de que Bleichmar, com base em Laplanche, se apropria do estruturalismo, mas também o questiona, especialmente ao criticar seu caráter a-histórico,

11 F. Ferraz, Uma visão winnicottiana da perversão: os caminhos da dissociação em Masud Khan.

12 M. Khan, citado por F. Ferraz, *op. cit.*, p. 80.

13 A esse respeito ver, por exemplo, S. Bleichmar, *Clínica psicanalítica e neogênese*; J. Laplanche, *O inconsciente e o id: problemáticas IV*.

»»

*Khan descreve
a forma como as figuras
parentais se apresentam
para a criança*

e propõe pensar em termos de estrutura edípica de partida, que se inscreve no psiquismo infantil a partir de um processo de transformação e metabólie¹³. Ainda dentro dessa perspectiva, não é possível considerar que a formação do Eu ocorra em um campo de necessidades pré-sexuais, tal como concebido por Winnicott. Na teorização laplancheana, embora haja lugar para pensar o somatopsíquico pré-sexual inicial (nomeado campo autoconservativo), o termo pulsão designa o que se produz no bebê a partir do encontro com o outro originário, em uma relação essencialmente assimétrica, alterando em profundidade o organismo biológico da cria. Nessa concepção, pode-se dizer que não há pulsão sem objeto, e não há objeto sem pulsão.

No que diz respeito ao psiquismo do adulto, Ferraz nos conta como Khan descreve a forma como as figuras parentais se apresentam para a criança: o pai não é registrado como pessoa significativa, e a falha materna, que propicia a formação psíquica singular do perverso, relaciona-se com a presença simultânea e contraditória do excesso de cuidados e indulgência, que favorece a dependência e o infantilismo, e com as exigências traumatizantes baseadas na pressuposição de maior maturidade na criança, favorecendo, simultaneamente, um desenvolvimento precoce do ego. Uma mãe ao mesmo tempo sedutora e traumatizante, afirma Khan, recuperando a primeira teoria da sedução freudiana, e que cria uma aguda dissociação egoica na criança.

A proximidade com o pensamento de Bleichmar e, por que não, de Enriquez, é mais uma vez possível. Na descrição de Khan, podemos supor que é o funcionamento dissociado da própria mãe que causa a falha ambiental e determina a patologia, o que permite pensar em um adulto que se



como pensar o registro singular das normas e o interdito na dinâmica dos sujeitos psíquicos e sua articulação ao registro da vida social?

apropriada do corpo da criança, sem possibilidade de reconhecer sua alteridade.

Mas é necessário seguir assinalando diferenças. Em Khan, o adulto, por ser sedutor e traumatizante, causa a estruturação perversa, diferentemente da Teoria da Sedução Generalizada, que considera que o adulto é inevitavelmente sedutor¹⁴, o que acarreta a necessidade de interrogar a especificidade da sedução que está em jogo na relação entre o adulto e a criança no futuro perverso. Em alguns momentos, Laplanche buscou investigar as características específicas do que denominou mensagem enigmática, que dariam origem a configurações não neuróticas, mas a questão segue aberta para novos desenvolvimentos¹⁵. De qualquer forma, o autor deixa claro que pensar nos efeitos das mensagens sobre os sujeitos requer considerá-las no cerne da teoria tradutiva, que integra o conceito de *après-coup*. Não é possível aprofundar esse tópico neste momento, mas vale assinalar que é uma perspectiva que, tal como a ideia de *metábole*, rompe com a possibilidade de transpor de forma direta as condições do psiquismo do adulto para o que se inscreve na criança. Da mesma forma, em Bleichmar, um aspecto importante na compreensão clínica são os sucessivos movimentos de recomposição psíquica que ocorrem no decorrer da história do sujeito e que reinscrevem o que foi vivido inicialmente, alterando os efeitos das marcas precoces em um psiquismo que busca constantemente significar a experiência. Elas não deixam de existir, mas perturbam ou são reintegradas em novas narrativas pelas crianças. Consequentemente, a constituição psíquica e a subjetividade não se constroem de forma linear e definitiva com base na experiência precoce¹⁶.

Cabe, ainda, mencionar a terceira parte do texto de Ferraz, fundamental para defender a importância de uma perspectiva integradora das “diferentes psicanálises”. Nela, o autor chama a atenção para a clínica que deriva de colocarmos no centro de nossa atenção aspectos clivados do psiquismo. Salienta a complexidade da clínica na perversão, uma vez que a relação com o analista não propicia a satisfação física que cumpre função defensiva diante da angústia. Propõe, ao lado da interpretação do significado dos aspectos dissociados e atuados na realidade, dar atenção ao que de novo é possível produzir na experiência do paciente em presença do analista e coloca em destaque a necessária atividade do analista.

Embora não seja possível nos estendermos sobre esse modelo, acredito que tal perspectiva é essencial para os desafios com que nos defrontamos cotidianamente na clínica atual, e nos leva a reafirmar a importância de trabalhar no entrecruzamento de perspectivas teóricas diversas e também, em profundidade, sobre o campo que se estabelece entre analista e paciente, assim como sobre o funcionamento mental do analista.

Retomando a questão da articulação entre o psiquismo individual e social

Após essa retomada da perversão como configuração psíquica singular, retomo a pergunta de Plástino: como pensar o registro singular das normas e o interdito na dinâmica dos sujeitos psíquicos e sua articulação ao registro da vida social? Seriam registros completamente diferentes ou registros indissociáveis? A questão é de vulto, e apresento apenas alguns aspectos que contribuem para estabelecer diferenças e relações entre a figura clínica da perversão e a perversão nos vínculos e relações sociais.

Baseados em metapsicologias distintas, vimos que tanto Bleichmar (dessubjetivação e desconhecimento de si e do outro) como Khan (alienação de si e do outro) colocam no centro da problemática singular da perversão a compulsão e a impossibilidade de se relacionar com o outro

como alteridade, buscando circunscrever a questão que se apresenta para o sujeito.

A questão da alteridade é um tema fundamental para Bleichmar, que, tendo como referência a obra de Emmanuel Lévinas, pensa a ética a partir da perspectiva do reconhecimento da presença do semelhante em sua alteridade. Ela procura compreender a origem do sujeito ético a partir das relações iniciais com o adulto e, para dar conta desse processo, o conceito de narcisismo transvazante cumpre uma função importante¹⁷. É um conceito que surge no contexto de uma afirmação sobre a dupla função materna na constituição do aparelho psíquico, e que, a meu ver, tem potencialidade articuladora, estando situado em um lugar teórico que permite fazer trabalhos diferentes perspectivas do campo psicanalítico que procuram entender os primeiros movimentos de ligação pulsional e simbolização no aparelho psíquico incipiente do bebê.

Para compreender esse conceito, é preciso partir da Teoria da Sedução Generalizada, pois, como já afirmamos, Bleichmar pensa os momentos de instalação da pulsão com base em Laplanche. No entanto, em contraste com o que predomina na obra do autor, ela enfatiza a presença da sexualidade amorosa e terna do adulto na constituição dos movimentos de simbolização e do narcisismo da criança. Considera que, além de instalar o campo do pulsional desligado (tal como propõe Laplanche), o adulto permite que se estabeleçam as vias de ligação da excitação pulsional que ele mesmo criou, cumprindo uma função narcisizante e simbolizante. É o investimento

»»

para Bleichmar, as condições do narcisismo transvazante na mãe dependem de seu narcisismo secundário, decorrente da elaboração do Édipo

amoroso do adulto que tem, então, um papel decisivo nas ligações pulsionais que serão facultadas à criança e estarão na base da formação do Eu, sendo a contrapartida da implantação pulsional. Atravessado por seu inconsciente, o adulto tem, ao mesmo tempo, a partir de seu sistema egoico narcisista, uma representação totalizante do bebê, estabelecendo-se um jogo identificatório que não se reduz a especularidade, pois inclui o reconhecimento da alteridade do bebê, e será fundante do Eu da criança. É o fato de que a constituição da criança foi atravessada pela amorosidade do outro que dá origem na criança a essa mesma ética de reconhecimento do outro. Um tipo de amorosidade bastante singular, que possibilita ao adulto mergulhar e, de certa forma, perder-se no universo de sentidos do bebê, como descrito por Winnicott, e, ao mesmo tempo, reconhecer sua alteridade.

Para Bleichmar, as condições do narcisismo transvazante na mãe dependem de seu narcisismo secundário, decorrente da elaboração do Édipo. Nessa direção, podemos pensar que o interdito de apropriação do corpo da criança no psiquismo do adulto é uma das condições para que se relacione com a criança, pressupondo-a como um sujeito diferente de si mesmo, e que, muitas vezes, a origem de fracassos estruturais na criança, como a configuração perversa, decorre de uma falha na possibilidade de o adulto sair de si mesmo para reconhecer, simultaneamente, a identidade ontológica e a alteridade da criança. No entanto, além da estrutura psíquica singular do adulto, condições fortuitas podem obstar a função do sistema representacional do auxiliar materno/adulto, incidindo na relação originária. Em texto anterior, eu me referi a esse ponto da seguinte forma:

14 Aspecto destacado e trabalhado por Paulo Carvalho Ribeiro no artigo inédito “Pânico e dessexualização”.

15 Tema desenvolvido por Maria Tereza de Melo Carvalho no artigo “Gênese e evolução do modelo tradutivo do recalçamento em Jean Laplanche: dos primeiros impasses aos desafios atuais”, neste mesmo número de *Percurso*.

16 Essa perspectiva não exclui levar em conta que existem momentos estruturantes, em que a tópica psíquica se consolida, o que limita a possibilidade transformação.

17 Em artigo anterior, trabalhei sobre a ligação entre a origem da ética e as operações fundantes do sujeito no pensamento de Bleichmar. Cf. M. C. V. M. Dittmar, Narcisismo transvazante: sobre a singularidade do encontro adulto-criança na origem e na situação analítica.



o caminho percorrido nos mantém de acordo com as perspectivas teóricas que diferenciam a perversão, enquanto figura clínica, da perversão nas relações sociais

Esses obstáculos podem derivar da história pessoal, familiar ou coletiva, assim como também de fatores genéticos ou acidentais, que criam determinadas condições no corpo biopsíquico do bebê, durante a gestação ou nos primeiros tempos de vida. Ressaltamos que é uma perspectiva que dá grande importância aos tempos reais de construção do psiquismo na relação com o outro; e, nesse sentido, é preciso contemplar a forma como os acontecimentos históricos incidem tanto no psiquismo do adulto como no do bebê.¹⁸

Assim, mudanças importantes nas pautas que configuram nossa subjetividade produzem efeitos na constituição psíquica nas origens do sujeito. Além disso, se consideramos o psiquismo como estando aberto a recomposições, essas alterações sociais, por *après-coup*, produzem efeitos subjetivantes ou dessubjetivantes nas singularidades, nas relações interpessoais e coletivas. Novos acontecimentos podem não apenas desencadear algo que estava latente como também ressignificar o anterior e ter, inclusive, efeitos desestruturantes – sendo este um dos aspectos que nos permitem compreender vínculos perversos em sujeitos que não possuem, necessariamente, estruturação perversa.

O que considero, também, bastante interessante é que, para Bleichmar, uma vez instaurado no sujeito singular a possibilidade de reconhecimento do outro simultaneamente como semelhante humano e como outra pessoa (alteridade), nada garante que esse reconhecimento se universalize de forma a abranger todos os seres humanos. Ou seja, nada garante que a presença no aparelho psíquico singular de uma ética do reconhecimento do outro nas relações intersubjetivas opere também nas relações sociais. Será o discurso ideológico que definirá, para cada um, os atributos daqueles que serão considerados

semelhantes, a partir do que a cultura de pertinência valida como tal.

Cabe recuperar aqui a definição de Enriquez de *cultura* como conjunto organizado, que inclui um conjunto de práticas, símbolos e valores considerados essenciais a uma sociedade, incluídos no campo do sagrado e que se apresentam como não contestáveis, mas que podem sê-lo. Valores que, como afirma o autor, quando definham, não dão lugar à transgressão, mas à perversão e à paranoia no campo social.

Dessa forma, o caminho percorrido nos mantém de acordo com as perspectivas teóricas que diferenciam a perversão, enquanto figura clínica, da perversão nas relações sociais. Também nos permite sustentar a importância de a psicanálise seguir revisando seus fundamentos, para que possamos nos manter ocupando um lugar afirmativo na cultura, a partir de nosso próprio campo. Nesse sentido, a articulação entre diferentes perspectivas teóricas é imprescindível, dada a complexidade do humano.

À guisa de conclusão

Com base em metapsicologias distintas, vimos que tanto Bleichmar (dessubjetivação e desconhecimento de si e do outro) como Khan (alienação de si e do outro) buscam circunscrever a questão que se apresenta para o sujeito perverso de forma menos ligada a um julgamento moral. Ambos colocam no centro da problemática singular da perversão a compulsão, que submete o próprio sujeito, e a impossibilidade de se relacionar com o outro como alteridade. Essas observações nos levaram a investigar, nas duas perspectivas, aspectos do processo de formação do Eu na relação com o adulto das origens. Para Bleichmar, a origem do sujeito ético remonta a essa relação primária e é concomitante à formação do Eu, sendo dessa relação que advém a possibilidade para o sujeito de se relacionar com o outro como semelhante em sua alteridade. No entanto, afirma ela, é a cultura de pertinência que define, para cada um, aqueles

que vão ser considerados como semelhantes humanos e, conseqüentemente, tidos como merecedores dos mesmos direitos e submetidos aos mesmos deveres que cada um considera válido para si mesmo. Tal afirmação nos conduz de volta às perguntas acerca das mudanças na cultura que incidem sobre a produção da subjetividade e que podem favorecer ou legitimar relações perversas (que desconhecem a subjetividade do outro) em sujeitos que não são necessariamente perversos.

A pergunta persiste: quais são as características deste momento histórico que incidem na produção de nossa subjetividade e na configuração dos sofrimentos psíquicos? A partir das ferramentas oferecidas por Enriquez, podemos nos indagar se estamos em um mundo sem transgressão possível, diante do esgarçamento de princípios e valores, em que imperam a paranoia e a perversão no campo social, ou se podemos apreender, como diz ele, “diversos elementos que ‘fazem sistema’ [...] se reforçam uns aos outros e que se apresentam como não contestáveis e como devendo ser defendidos, pois prometem eles sozinhos a felicidade humana futura”¹⁹, configurando-se em um novo sagrado que, uma vez percebido, pode indicar os caminhos de uma necessária transgressão.

Acompanhando Enriquez, vimos que muitas das mudanças que têm nos impulsionado, enquanto psicanalistas, a operar transformações tanto em nossa prática clínica como no campo teórico já se encontram presentes desde os anos 1960. A dissociação que temos progressivamente efetuado entre família tradicional e as funções constituintes do psiquismo, assim como entre diversidade de escolha e práticas sexuais e psicopatologia, tem permitido acolhermos na clínica as diferentes formas de sofrimento humano, sem ter como referência pautas morais e contingentes. Trata-se de um trabalho teórico-clínico que permite, por um lado, melhor circunscrever a particularidade de determinadas figuras clínicas, tais

»
*o que é relativamente novo
é a onipresente e onisciente tecnologia
digital, incluídas a inteligência artificial
e as inúmeras redes sociais*

como buscamos fazer com a perversão, e, por outro, pensar nos efeitos das mudanças nas configurações familiares e nas complexas questões de gênero, levando em conta as singularidades. Nada é simples neste campo, e seguimos imersos em categorias que nos determinam, mas considero que estamos bem preparados. Afinal, temos tido mais de cinquenta anos para efetuar muitas das transformações e elaborações teórico-clínicas que nos têm sido imprescindíveis.

Creio que o que é relativamente novo e, articulado a elementos macroeconômicos e políticos, compõe e fortalece um sagrado incontestável é a onipresente e onisciente tecnologia digital, incluídas a inteligência artificial e as inúmeras redes sociais²⁰. As diversas telas incidem sobre nós, muitas vezes a partir de uma lógica invisível, interferindo profundamente na relação de cada um consigo mesmo, com o outro e com mundo. Diante delas, temos uma experiência paradoxal: elas nos unem e separam, informam e deformam, cristalizam e dissolvem fronteiras, para dizer o mínimo. De fato, cada um de nós tem muito a dizer sobre essa experiência, na qual estamos todos imersos e, de certo modo, seduzidos e encantados, muito embora também estejamos de alguma maneira temerosos e atentos, pois os efeitos de controle, recusa, paralisia, isolamento entre iguais e reiteração do mesmo tendem a se intensificar com o avanço da inteligência artificial e da biotecnologia. De qualquer forma, as telas e as redes nos atravessam e produzem, colocam em jogo a tensão entre a aspiração de um encontro, de convívio (com-vívio), de ser com o outro, e a experiência de apagamento e invisibilidade, diante da qual parece ao sujeito que não tem ninguém ali. Mas tem, sempre tem alguém ali. Mesmo que seja o próprio sujeito diante da tela.

18 M. C. V. M. Dittmar, *op. cit.*, p. 44.

19 E. Enriquez, *op. cit.*, p. 124.

20 Na revista *Percorso* n. 62 foram publicados dois artigos, de Ana Helena de Staal e Bruno Espósito, que contribuem para pensar sobre esse tema.

No contexto deste artigo, cabe perguntar a nós mesmos sobre o tipo de experiência que se produz nas telas e redes, como intervir – tanto na clínica como no cotidiano e no âmbito social – diante das

inúmeras figuras da perversão que se apresentam e como favorecer o encontro com o desconhecido em si e a alteridade do outro em tempos em que imperam a tecnologia e os encontros virtuais.

Referências bibliográficas

- Alonso S. L. (2016). O conceito de gênero retrabalhado no marco da teoria da sedução generalizada. *Percurso*, ano XXIX, (56/57), 81-90.
- Bleichmar S. (1999). *Clínica psicoanalítica y neogénesis*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Bleichmar S. (2005/2015). O que resta de nossas teorias sexuais infantis? *Percurso*, ano XXVIII, (54). (Conferência proferida em 2005.)
- Bleichmar S. (2007). *Paradojas de la sexualidad masculina*. Buenos Aires: Paidós.
- Carvalho M. T. M. (2019/2020). A teoria da sedução generalizada e o problema do enigma nas origens. *Percurso*, ano XXXIII, (63).
- Chauí M. (2019). Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gCQ-axQF6yo>. Consultado em: 15/2/2020. (Conferência em nov. 2019.)
- Dittmar M. C. V. M. (2017/2018). Narcisismo transvazante: sobre a singularidade do encontro adulto-criança na origem e na situação analítica. In R. C. Brandani e M. C. Perdomo (orgs.). *Campo clínico, educacional e social: o pensamento de Silvia Bleichmar*. São Paulo: Zagodoni.
- Enriquez E. (2001/2002). Um mundo sem transgressão. In C. A. Plastino (org.). *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Espósito B. (2019). Considerações sobre o brincar na era da tecnologia e dos jogos eletrônicos. *Percurso*, ano XXXI, (62).
- Ferraz F. (2002). Uma visão winnicottiana da perversão: os caminhos da dissociação em Masud Khan. *Percurso*, ano xv, (29).
- Laplanche J. (1973/1988). *Castração simbolizações: problemáticas II*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche J. (1977/1992). *O inconsciente e o id: problemáticas IV*. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche J. (1999/2001). El psicoanálisis: mitos y teoría. In *Entre seducción e inspiración: el hombre*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Plastino C. A. (2002). Apresentação. In C. A. Plastino (org.). *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Plastino C. A. (org.) (2002). *Transgressões*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Ribeiro P. C. (2018). Pânico e dessexualização. Inédito.
- Staal A. H. (2019). Contra a máquina de descerebrar: o que (ainda) pode a psicanálise? *Percurso*, ano XXXI, (62).

Perversion, transgression and different types of subjectivity

Abstract Based on some issues regarding the concepts of perversion and transgression, this article questions the structuring operations of the subject and the incidence of changes in culture both in its constitution and in the production of subjectivity. In this path, aspects concerning the formation of the self in the initial relationship with the other are highlighted, allowing us to think deeper about the origin of the Ethical Subject. At the same time, it intends to affirm the importance of the lived history and the culture of belonging of each person in what concerns the scope of recognizing the other as a human being. The route taken invites us to relaunch the question regarding the characteristics of our current days and their effects on the subject's relationship with alterity.

Keywords perversion, transgression, constitution of the subject, subjectivity, ethical subject.

Texto recebido: 10/2019

Aprovado: 11/2019

Desafios e especificidades da clínica psicanalítica com (i)migrantes e refugiados. Somos todos migrantes?

Resumo Este texto pretende refletir sobre a relação entre psicanálise e política no atendimento a migrantes com base na experiência do Projeto Ponte. A clínica com migrantes contorna uma particularidade na escuta dos efeitos do deslocamento de um sujeito “entre culturas”, desafiando-nos a pensar naquilo que se repete na história, sendo, portanto, da ordem do sintoma, mas que se atualiza frente aos conflitos contemporâneos com as ferramentas que a cultura oferece no tempo presente.

Palavras-chave psicanálise e política, clínica com migrantes, lugar do analista.

Caroline Yu é psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), aprimoranda do curso de terapia psicanalítica familiar e casal, do Instituto Sedes Sapientiae.

Cláudia Sagula é psicanalista, graduada em psicologia e pedagogia e com pós-graduação em psicopedagogia.

Heloisa Silva é mestre em psicologia escolar e do desenvolvimento pela Universidade de São Paulo (USP); graduada em psicologia pela mesma instituição.

Liliana Empanan é doutoranda em psicologia clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Mestre em psicologia e educação pela Faculdade de Educação da USP (FEUSP). Psicopedagoga, psicanalista e membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Formada no curso de teoria psicanalítica de casal e família do Instituto Sedes Sapientiae. Coordenadora do Projeto Ponte.

Lisette Weissmann é doutora em psicologia clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), mestre em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), especialista em psicanálise de casais e famílias pela Asociación Uruguaya de Psicoanálisis de las Configuraciones Vinculares (AUPCV). Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professora da BSP. Consultora intercultural com expatriados.

Pablo Castanho é professor doutor do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Supervisor externo para os grupos psicoterapêuticos do Projeto Ponte, como parte dos projetos de extensão universitária da Clínica de Grupos e Instituições na Abordagem Psicanalítica (Cligiap). Líder do grupo de pesquisa (CNPq) da Cligiap no IPUSP – Psicologia Clínica (PSC).

Vania Prata é psicóloga formada pela Universidade Metodista; psicanalista formada pelo Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP).

Caroline Yu
Cláudia Sagula
Heloisa Silva
Liliana Empanan

Lisette Weissmann
Pablo Castanho
Vania Prata

Este texto pretende refletir sobre a relação entre psicanálise e política no atendimento a migrantes com base na experiência do Projeto Ponte¹. Nós nos sentimos convocados a partilhar nossas reflexões, discussões e vivências que circulam no “entre”: entre muitos, entre pares, entre diferentes. Esse significado do “entre” nos remete, primeiramente, ao lugar do analista, bem como à sua posição e comprometimento ético, político e social. Mais além, nos faz refletir sobre o Projeto Ponte como termo que escolhemos para nos nomear e representar, fazendo alusão também a um entre: entre duas margens do rio, dois lados da fronteira, como um caminho a percorrer. Nesse sentido, tampouco podemos nos furtar de incluir em nossa reflexão as possibilidades e as falhas no atravessar desses percursos com as quais deparamos no trabalho com migrantes e refugiados.

É preciso refletir a respeito dos atravessamentos nesses percursos no trabalho com essa população, considerando suas possibilidades de ligação ou não.

Assim inauguramos os temas de nossa reflexão a seguir, apresentando mais adiante algumas vinhetas clínicas e referências teóricas.

O mundo globalizado, as migrações e a psicanálise

O aumento do fenômeno migratório e a produção de sujeitos migrantes, refugiados, exilados, retornados, “sem papéis” – como efeito político e multifatorial da globalização – têm provocado intensas discussões na sociedade em geral. Os diferentes discursos que procuram dar conta desse mal-estar contemporâneo revelam, para nós

¹ O Projeto Ponte foi criado em 2010 e funciona na clínica psicológica do Instituto Sedes Sapientiae. Somos uma equipe de psicanalistas e atendemos refugiados, imigrantes, migrantes internos, exilados, indocumentados, brasileiros retornados, apátridas e todos aqueles que apresentam uma demanda de análise relacionada à migração.



percebe-se no fenômeno migratório a manifestação latente de um conflito entre a constatação das condições precárias de vida do migrante no país de origem e a possibilidade de acolhida no país de destino

psicanalistas, fortes ambiguidades. Por um lado, observamos discursos que apontam para o desamparo, a perplexidade e as tentativas assistenciais de aplacamento da angústia que o estrangeiro provoca e, por outro lado, nos preocupamos com os movimentos de segregação, violência, xenofobia e exclusão da estranheza e da realidade disruptiva que o migrante e, especialmente, o refugiado delatam.

Percebe-se no fenômeno migratório a manifestação latente de um conflito entre a constatação das condições precárias de vida do migrante no país de origem e a possibilidade de acolhida no país de destino. A migração implica uma condição de estrangeiro, tanto no país de origem quanto no de acolhida. Essa ambiguidade é aprofundada pelo filósofo argelino Abdelmalek Sayad ao se referir a uma contradição fundamental do processo migratório:

Da mesma forma que se impõe a todos – aos imigrantes, é claro, mas também a sociedade que os recebe, bem como a sociedade da qual provém –, essa contradição fundamental, que parece ser constitutiva da própria condição do imigrante, impõe a todos a manutenção da ilusão coletiva de um estado que não é nem provisório nem permanente, ou, o que dá na mesma, de um estado que

só é admitido ora como provisório (de direito), com a condição que esse “provisório” possa durar indefinidamente, ora como definitivo (de fato), com a condição que esse “definitivo” jamais seja enunciado como tal.²

A angústia diante do estrangeiro pode encontrar na higienização uma possibilidade de restabelecimento do conforto, tendo como medida a aculturação na tentativa de anular a alteridade, obturando o horror que a singularidade provoca. A psicanálise, contudo, caminha na contramão, acolhe o conflito em vez de eliminá-lo, como Sigmund Freud anuncia: “eu trouxe a peste”. O autor pensa o conflito como constituinte do sujeito e, ainda assim, não se propõe a excluí-lo, mas fazer deste uma oportunidade de romper com o *status quo*, na medida em que diversas ideias – ainda que contrapostas – possam emergir e dialogar.

Sobre o lugar do estrangeiro/estranho e o sobre o ódio e repulsa a ele, Freud reflete em seu livro “Psicologia das massas e análise do eu”:

Nas antipatias e aversões não disfarçadas para com estranhos³ que se acham próximos, podemos reconhecer a expressão de um amor a si próprio, um narcisismo que se empenha na afirmação de si, e se comporta como se a ocorrência de um desvio em relação a seus desenvolvimentos individuais acarretassem uma crítica deles e uma exortação a modificá-los. Não sabemos por que uma suscetibilidade tão grande envolveria justamente esses detalhes de diferenciação; mas é inegável que nesse comportamento dos indivíduos se manifesta uma prontidão para o ódio.⁴

Podemos, dessa forma, fazer um paralelo entre o lugar que a psicanálise ocupa e o migrante reivindicado, enquanto estranhos/estrangeiros que trazem questionamento e ruptura da suposta homogeneidade subjetiva e social; ambos insistem em habitar antigas-novas terras e territórios recalçados-acessíveis. Sendo assim, tanto a psicanálise quanto a migração – seja pela cultura, língua, pelo estranhamento frente a esse “diferente” – promovem uma ruptura no encontro com o instituído, por vezes naturalizado, que ambos vêm questionar.

Tomamos como premissa que a psicanálise se propõe a escutar, acompanhar e sustentar o discurso do outro, estranho, diferente por excelência, independente se vem de terras estrangeiras ou se habita territórios locais. A escuta e o manejo do estranho-familiar permitem que se encene o conflito existente no jogo entre inscrição do desejo *versus* renúncia. Estranho que se contrapõe ao familiar irrompendo e causando o desconforto daquilo que fora banido da consciência e que retorna; estrangeiro que pressupõe uma cultura diferente, frente a uma suposta “identidade nacional e homogênea”. Stuart Hall aponta para a ilusão de unificação de um suposto sujeito não dividido e de uma imaginária cultura nacional única. E nos alerta:

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Entretanto – como nas fantasias do eu ‘inteiro’ de que fala a psicanálise lacaniana – as identidades nacionais continuam a ser representadas como ‘unificadas.’⁵

A clínica com migrantes: psicanálise e política

Decorrente dessa complexidade do estranho-estrangeiro, sustentamos a ideia que o migrante

2 A. Sayad, *A imigração*, p. 45-46.

3 Cabe apontar que temos pesquisado uma diferença nas diversas traduções do texto *Psicologia das massas e análise do eu*, de Freud, de 1921. Na tradução direta do alemão para o português de Paulo César de Souza (2011) consta a palavra “estranhos”, assim como na tradução de Luis Lopez-Ballesteros para o espanhol (1973): “personas extrañas”. Já Caterina Koltai (2000), que toma como base a edição francesa (1971), utiliza o termo “estrangeiros”. Essa diferença dá conta da complexidade do termo e de nosso próprio trabalho no sentido de pensar o lugar do estrangeiro, conceito contido no universo dessas “pessoas estranhas”, mas que não abrange completamente seu sentido. Ainda assim, assinalamos que a leitura psicanalítica do termo “estrangeiro” não se limita a sua acepção como pessoa de outro país, mas ao alheio, incluindo o sujeito do inconsciente como estrangeiro.

4 S. Freud, *Psicologia das massas e análise do eu*, p. 56-58.

5 S. Hall, *A identidade cultural na pós-modernidade*, p. 61-62.

»
*tomamos como premissa
que a psicanálise se propõe
a escutar, acompanhar e sustentar
o discurso do outro, estranho, diferente
por excelência, independente
se vem de terras estrangeiras
ou se habita territórios locais.*

porta uma dupla diferença que precisa de uma escuta atenta pela estranheza e alteridade radical que encarna. Dessa maneira, consideramos que os deslocamentos atuais dos sujeitos migrantes nos convocam como psicanalistas de três formas principais:

- ✦ pela necessidade de estudar e pesquisar as migrações atuais como fenômenos sociopolíticos que provocam efeitos na subjetividade;
- ✦ pela criação de diferentes formas de escuta e intervenção clínica desses sujeitos deslocados articulando migração, política, psicanálise, pela especificidade do lugar do analista;
- ✦ na construção de teorias que sustentem nossa clínica com migrantes.

Esta clínica, portanto, contorna uma particularidade na escuta dos efeitos do deslocamento de um sujeito “entre culturas”, desafiando-nos a pensar naquilo que se repete de tempos em tempos na história, sendo, portanto, da ordem do sintoma, mas que se atualiza frente aos conflitos contemporâneos com as ferramentas que a cultura oferece no tempo presente. Consideramos que migrar é um fenômeno humano atemporal



o trabalho clínico com migrantes consiste, portanto, na narrativa, construção e elaboração dos motivos e efeitos da migração, visando à apropriação da experiência migratória e desse duplo lugar de estrangeiro na transferência. Isso coloca o analista como testemunha do que acontece na contemporaneidade

e, ao mesmo tempo, um produto histórico, de forma tal que as causas do deslocamento devem ser pensadas e articuladas à história de cada povo e de cada sujeito, sem, contudo, abandonar o pressuposto psicanalítico da escuta ficcional. Como analistas devemos considerá-los sujeitos de sua história e suas escolhas, e não cair na armadilha de vitimá-los.

Assim, nós nos apoiamos na fala da psicanalista húngaro-brasileira Caterina Koltai e na sua interessante articulação entre psicanálise e produções sociais para pensar na dupla incidência do sintoma enquanto produção singular do social e como mal-estar na civilização.

Por isso, como sujeitos e profissionais inseridos no social, nós nos sentimos convocadas como analistas a dar uma resposta teórico-clínico-política às migrações atuais e a seus efeitos nas relações entre os sujeitos e o laço social. Com base nessa premissa e na reflexão sobre uma articulação entre o singular e o social na clínica com migrantes, Koltai sustenta a ideia do estrangeiro como conceito-limite entre psicanálise e ciências sociais⁶.

O trabalho clínico com migrantes consiste, portanto, na narrativa, construção e elaboração dos motivos e efeitos da migração, visando à

apropriação da experiência migratória e desse duplo lugar de estrangeiro na transferência. Isso coloca o analista como testemunha do que acontece na contemporaneidade e implica a sustentação de um lugar de escuta dessa diferença que o migrante encarna, um lugar (des)colonizado. O lugar do analista comporta, assim, uma sutileza, qual seja, a sustentação de um lugar enquanto representante sociopolítico que dá voz ao que a sociedade insiste em abafar, dirigindo os holofotes para às construções dos muros, a arbitrariedade das fronteiras, ao caos dos campos de refugiados e às fraturas sociais que essa tenta camuflar. Também enquanto escuta da subjetividade velada do migrante, da angústia que este provoca, pois o estrangeiro faz barulho, incomoda, insiste, mobiliza o que é de mais arcaico no humano.

Ilustrativa da dificuldade de lidar com o estrangeiro foi a situação vivida por E, migrante do Quênia – o quanto ele incomodou na sua chegada ao Brasil, por estar doente, ser africano, negro e necessitar de atendimento de saúde; sua presença e exclusão denunciaram a precariedade dos serviços e a falta de escuta. No serviço público acharam que, por sua procedência, teria ebola, deixando-o isolado no hospital. Ele não tinha essa doença: o desamparo o fez emudecer. No entanto, o grupo terapêutico pôde ajudá-lo a elaborar esta acolhida traumática; assim E. diz: “As pessoas não me dão informações corretas por acharem que eu não entendo muito bem o português. Vejo diferenças de tratamento no hospital entre brasileiros e estrangeiros”.

Maren Viñar e Marcelo Viñar abordam o lugar do analista na acolhida do traumático, do inominável, sempre presente na clínica com migrantes. Diz:

Cabe ao analista sustentar o reconhecimento das duas cenas, do fora e do dentro, sem os confundir, sem fazer conluio entre fantasma e realidade, posição que garante que haja análise. O silêncio indica, assinala este outro fora, faltante, mas ativo, o que não é ainda simbolizável.⁷

A especificidade desta clínica

Reconhecer nos nossos pacientes uma dupla diferença radical é o ponto de partida. Diferença dupla pela superposição entre o estranho ficcional da psicanálise e o estranho real desse migrante vindo de outro país. Radical por representar uma alteridade desafiadora que nos impulsiona a tentar conhecer algo da sua cultura original e compartilhada e os motivos da sua migração: há uma diferença fundamental de culturas, de línguas, de formas de organização social e uma diferença drástica entre as migrações livres e as forçadas.

Para além dessa hostilidade-hospitalidade sentida pelos migrantes, no país de origem e destino, há um trabalho de luto a ser elaborado. No trabalho clínico, seja grupal ou individual, nossos pacientes estão situados entre o luto daquilo que fora perdido ao migrar e o que se apresenta como novo e possibilitador de mudanças no país de destino. Dessa forma, pensamos que a psicanálise é não só possível como também necessária ao sustentar o campo da linguagem em que trabalha a reconstrução da história do sujeito via seu discurso.

Vejamos o caso de dois pacientes que demonstram dificuldades e diferentes posições na elaboração do luto. C., chinesa, está há sete anos no Brasil, diz: “Eu me sinto refém no Brasil, pois sou obrigada a viver aqui. Não posso ir embora com os meus filhos”. Com esta fala, C. se apresenta como se estivesse em uma situação de refúgio, embora sua migração tenha sido uma escolha familiar livre, evidenciando uma incidência do trabalho de elaboração tanto das migrações livres quanto das forçadas. Já o alemão, T., que está há quatro anos no Brasil, diz: “Meus amigos são muito brincalhões, fazem piadas com tudo. Essas coisas de brasileiro e, às vezes, minha namorada (brasileira) não entende e não gosta, fica muito brava”. T., como estrangeiro, estaria negando o luto da sua própria migração, aparecendo como mais bem adaptado que sua namorada brasileira,

»
o trabalho analítico supõe esse delicado trabalho de memória e narrativa, de alinhavo provisório de histórias. No nosso caso, relatos e narrativas ditas em línguas diferentes, em espaços geográficos diferentes e em tempos diferentes: antes e depois da migração

não se permitindo nenhum tipo de estranhamento frente à complexidade de uma manifestação local como a piada e o humor, complexos em qualquer cultura. Os dois falam de uma perda e da dificuldade de atravessá-la, desde lugares e posições diferentes.

Nas palavras de Koltai:

Parte desses deslocados é muitas vezes incapaz de fazer o luto da pátria e língua de origem. Movimento necessário para poder se sentir à vontade na terra e língua do país de acolhimento. Razão pela qual acaba se instalando numa eterna nostalgia. Sonhando com um retorno às origens. Excedendo-se em reivindicações identitárias. Cada vez mais mortíferas.⁸

Como Freud nos relembra nos trabalhos “Recordar, repetir e elaborar” (1914) e “Luto e melancolia” (1917), o trabalho analítico supõe esse delicado trabalho de memória e narrativa, de alinhavo provisório de histórias. No nosso caso, relatos e narrativas ditas em línguas diferentes, em espaços geográficos diferentes e em tempos diferentes: antes e depois da migração.

O analista deve tornar possível o exílio necessário que cada paciente experimenta como condição do advento da

6 C. Koltai, *Política e psicanálise: o estrangeiro*, p. 21.

7 M. Viñar e M. Viñar, *Exílio e tortura*, p. 82.

8 C. Koltai, *Identidades mortíferas em tempos de vitimização*, p. 175.



*somos analistas que exercemos
a clínica com migrantes
numa instituição que tem
sua história atravessada
por migração, exílio e luta
pelos direitos humanos.
O Instituto Sedes Sapientiae
acolheu perseguidos políticos*

sua palavra. Ser sujeito não é essência, mas movimento, errância, um caminhar incessante em seu pensamento, vida sem repouso, sem medir distâncias.⁹

Enquanto testemunha dessa narrativa, o analista precisa se encontrar com a própria castração, isto é, ficar de fora, ser excluído dessa costura que o migrante realizará entre as culturas de origem e a de destino, reconhecendo os limites do que não pode ser dito e compartilhado por conta dessa dupla estranheira.

Ao submeter-se ao terceiro, o analista se discrimina, escuta a angústia, sustenta essa passagem e, principalmente, é capaz de realizar mediações para além do assistencialismo e vitimização, movimentos que, acreditamos, obturam a falta, impedem que se anuncie o sujeito desejante.

Um paciente de origem congoleza G. desafiou sua analista ao lhe perguntar sem rodeios: “Você vai me dar um real? Eu preciso de ajuda!!”. Diante da posição da analista de não atender à falta para que ela possa circular, podendo deslocar para outros sentidos, G. suspira: “Bom, pelo menos você está sendo honesta... Todos me prometem coisas e não me dão!!”. O que seria, afinal, o pedido de um real para um refugiado?

Uma armadilha possível é patologizar o migrante devido a sua condição. A migração em si não é patológica, mas traz como efeito mudanças radicais que precisam de tempo e trabalho de elaboração.

Como diz Ana Costa: “a contribuição que a psicanálise pode dar às políticas públicas diz respeito especificamente a isso: considerar e apostar no sujeito e no seu tempo de elaboração”¹⁰.

J., colombiano, começa a elaborar os laços perdidos no seu processo de migração, após quinze anos no Brasil. Ele diz: “As pessoas estranham que eu ainda tenho um sotaque tão forte...”. O que essa colocação sobre “sotaque” revelaria sobre J.? E também começava a se questionar: “O que é vínculo de fato? Eu conheço pessoas diversas, mas não sei se tenho amizades formadas aqui no Brasil, e não mantenho muito contato com as pessoas na Colômbia. Será que é algo meu...?”. Perguntas que trazem pela primeira vez a possibilidade de desdobramentos e de se questionar por que e para que está no Brasil.

Palavras finais

Podemos pensar então no lugar do analista e suas interfaces. Somos analistas que exercemos a clínica com migrantes numa instituição que tem sua história atravessada por migração, exílio e luta pelos direitos humanos. O Instituto Sedes Sapientiae acolheu perseguidos políticos brasileiros, bem como exilados políticos das ditaduras militares de diversos países latino-americanos, sendo que muitos deles constituíram o Departamento de Psicanálise. Portanto, a partir dessa história que nos constitui, podemos pensar nas superposições entre migração e psicanálise, tanto na fundação do departamento como na história da instituição e do nosso trabalho com migrantes. Vemos assim como trazemos em nossa bagagem as marcas da migração, do silenciamento, dos conflitos políticos e da intolerância.

Paul Fustier¹¹ concede um lugar central na vida psíquica das instituições para as narrativas

sobre as suas origens que nelas circulam. Desde então, trabalhos importantes têm sido escritos sobre a problemática das origens e da transmissão psíquica nas instituições que enfatizam a centralidade do tema nos estudos psicanalíticos¹². Nesses trabalhos é notável constatar como elementos da história institucional podem retornar e fazer impasse no cotidiano das instituições.

De outro lado, lembremos o célebre aforismo de José Bleger de que “as instituições tendem a adotar a mesma estrutura dos problemas que têm que enfrentar”¹³. Retomado e aprofundado por Jean Pierre Pinel¹⁴ em termos de homologia funcional, tal efeito pode ser pensado como um dos destinos possíveis dos elementos psíquicos que os atendidos depositam nas instituições que os acolhem.

Ambos os eixos, o das origens e transmissão psíquica e o da homologia funcional, são centrais para as abordagens psicanalíticas contemporâneas das instituições. E ambos se sobrepõem no caso do Projeto Ponte no Instituto Sedes Sapientiae. Constatamos, assim, a complexidade do sintoma institucional e singular e a intrincada relação entre ambos. Como membros desta desafiadora clínica, percebemos que estudamos e trabalhamos com base naquilo que fora vivido e nos constituiu. Afinal, somos um desdobramento do próprio sintoma o qual nos dispomos a escutar e que novamente nos marca de forma perdurável.

Portanto, é uma clínica que aproxima a psicanálise da política, seja pelas evidentes causas que

»
ambos os eixos, o das origens e transmissão psíquica e o da homologia funcional, são centrais para as abordagens psicanalíticas contemporâneas das instituições. E ambos se sobrepõem no caso do Projeto Ponte no Instituto Sedes Sapientiae

provocam as migrações, seja pela posição que o analista encarna, seja pelo compromisso com o sofrimento desses sujeitos, sua luta pelo acesso à cidadania, moradia, emprego, documentação, saúde e educação, e ao reconhecimento de sua existência como sujeitos entre a origem e o destino.

Nesse sentido, como psicanalistas, precisamos estar em movimento, deslocando-nos pelos espaços de cultura e cidadania por onde os migrantes transitam. Ao mesmo tempo, o conhecimento e o trabalho em rede com outros profissionais e instituições que recebem esses migrantes se tornam fundamental.

Somos todos migrantes.

9 M. Debieux, *Metáforas do deslocamento: imigrantes, migrantes e refugiados e a condição errante do desejo*, p. 381.

10 A. Costa, *Trauma e diferentes relações à falta*, p. 101.

11 Paul Fustier, *Le travail d'équipé en institution. Clinique de l'institution médico-sociale et psychiatrique*.

12 O. Nicolle e R. Kaës, *A instituição como herança*.

13 J. Bleger, *Psicohigiene y psicología institucional*, p. 91, nossa tradução. “Por responder a las mismas estructuras sociales, las instituciones tienden a adoptar la misma estructura de los problemas que tienen que enfrentar.”

14 J.-P. Pinel, *Les fonctions du cadre dans la prise en charge institutionnelle*.

Referências bibliográficas

- Bleger J. (1966/1999). *Psicobiene y psicología institucional*. Buenos Aires: Paidós.
- Costa A. (2013). Trauma e diferentes relações à falta. In M. Debieux; T. Carignano e S. Alencar. *Desejo e política: desafios e perspectivas no campo da imigração e refúgio*. São Paulo: Max Limonad.
- Debieux M. (2007). Metáforas do deslocamento: imigrantes, migrantes e refugiados e a condição errante do desejo. In A. Costa e D. Rinaldi. *Escrita e psicanálise*. Rio de Janeiro: Cia de Freud.
- Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/entretanto/>. Consultado em: 15/2/2020.
- Freud S. (1914/1974). Recordar, repetir e elaborar. In *Obras psicológicas de Sigmund Freud* (vol. XLV). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud S. (1917/1974). Luto e melancolia. In *Obras psicológicas de Sigmund Freud* (vol. XLV). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud S. (1921/1973a). Psychologie des foules et analyse du moi. In *Essais de psychanalyse*. Paris: Petite Bibliothèque Payot.
- Freud S. (1921/1973b). Psicología de las masas y analisis del yo. In *Obras completas*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.
- Freud S. (1921/2011). Psicologia das massas e análise do eu. In *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- 92 Fustier P. (2001). *Le travail d'équipe en institution. Clinique de l'institution médico-sociale et psychiatrique*. Paris: Dunod.
- Hall S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Koltai C. (2000). *Política e psicanálise: o estrangeiro*. São Paulo: Escuta
- Koltai C. (2012). Identidades mortíferas em tempos de vitimização. In S. Pastori e R. Nicolau. *Encontro transcultural: subjetividade e psicopatologia no mundo globalizado*. São Paulo: Escuta.
- Nicolle, O. & Kaës, R. (org.). (2007/2011). *A instituição como herança*. São Paulo: Ideias & Letras.
- Pinel J.-P. (1989). Les fonctions du cadre dans la prise en charge institutionnelle. *Revue de psychothérapie psychanalytique de groupes*, (13), 77-87.
- Sayad A. (1998). *A imigração*. São Paulo: Edusp.
- Viñar M. & Viñar, M. (1992). *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta.

Challenges and specificities of the psychoanalytic work with (im)migrants and refugees. Are we all migrants?

Abstract This text intends to reflect on the relation between psychoanalysis and politics in the migrants' clinic, based on the experience of the Projeto Ponte. The clinic with migrants circumscribes a particularity in listening the effects of the displacement of a person "between cultures", challenging us to think about what is repeated in history, being, therefore, of the order of the symptom, but which is updated in the face of contemporary conflicts with the tools that culture offers in the present time.

Keywords psychoanalysis and politics, migrants' clinic, position of the analyst.

Texto recebido: 07/2019

Aprovado: 09/2019

Um percurso de leitura sobre melancolia e depressão

tempo, discurso e transferência

William Zeytounian de Moraes

Resumo O ensaio visa expor de forma breve os deslocamentos nosográficos das figuras clínicas do melancólico e do depressivo na emergência dos estudos de Sigmund Freud, bem como destacar aspectos distintivos da leitura de três autores contemporâneos sobre o tema: Maria Rita Kehl, Marie-Claude Lambotte e Pierre Fédida.

Palavras-chave Depressão, melancolia, tempo, discurso, transferência.

William Zeytounian de Moraes é mestre em história, tradutor e psicanalista.

Um percurso de leitura sobre melancolia e depressão: tempo, discurso e transferência

É traço marcante de um texto que seja considerado “clássico” – ou “crucial” – sua capacidade de inaugurar em torno de si ou genealogicamente um campo de investigações próprio. São textos cuja leitura inaugura leituras. Na psicanálise – em que a construção e a transmissão dos saberes se dão pela circularidade entre teoria e clínica –, inovações nas formas de ler reinventam as formas de escutar, e vice-versa.

São esses os méritos de um texto fundador como “Luto e melancolia”, de Sigmund Freud. Escrito em 1915 como parte dos artigos de metapsicologia – que ocuparam as horas de um Freud velho demais para a guerra, mas em franca militância pelo movimento psicanalítico –, o texto lança os fundamentos de uma teoria psicanalítica dos processos de luto e dos quadros melancólicos. A partir dele, autores posteriores puderam apresentar suas contribuições à constituição de uma nosografia psicanalítica, precisões sobre os mecanismos das patologias da depressividade e indicações clínicas preciosas para o terapeuta. Nesse sentido, meu objetivo aqui é expor muito brevemente aquilo que julguei serem as principais contribuições de autores propriamente contemporâneos – Maria Rita Kehl, Marie-Claude Lambotte e Pierre Fédida – com relação a aspectos relevantes do sofrimento e da clínica da depressão e da melancolia.

* * *



desde a Antiguidade clássica,
o tema do humor sombrio
foi alvo de descrições e teorizações
variadas na filosofia, na literatura
e na medicina

Freud não passou perto de ser o primeiro a produzir um estudo sobre a melancolia. Desde a Antiguidade clássica, o tema do humor sombrio foi alvo de descrições e teorizações variadas na filosofia, na literatura e na medicina. No caso da medicina, tornou-se paradigmática pela teoria hipocrática dos quatro humores que, durante séculos, ajudou a descrever traços caracterológicos e patológicos decorrentes de um excedente humorístico no corpo: fleuma, sangue, bile amarela ou bile negra. A bile negra, nesse sistema, correspondia à melancolia: teria por elemento a terra, o outono por estação, Saturno por planeta regente. Se o caráter melancólico era marcado por cautela, racionalidade e gosto pela lógica, tendo pendor para o sonho, suas manifestações sintomáticas seriam ânimo triste, retração da vontade e da fala, atração pela morte e certo entorpecimento seguido de euforia.

Com a emergência da ciência moderna, essas categorias foram gradativamente caindo em desuso para ceder lugar a novos dispositivos discursivos sobre os tipos cronicamente marcados pela tristeza e certo desajuste existencial. Se a Revolução Francesa legou à filosofia e à poesia do século seguinte o sentimento de *ennui* inspirado pela decadência do *Ancien Régime*, a psiquiatria em franca ascensão no século XIX despe o humor sombrio de seus floreios literários, reduzindo-o a uma doença mental e subtraindo-lhe até mesmo o nome: a melancolia é sucessivamente a “lipemania” de Jean-Étienne Esquirol (Figuras 1 e 2), a “loucura circular” de Jean-Pierre Falret e a psicose maníaco-depressiva de

Emil Kraepelin. Esta última designação é a mais corrente no mundo médico germanófono em que Freud se forma.

Foi no interior desse universo médico que Freud divergiu e criou sua teoria autoral. No contexto em que realizou o grosso de sua produção teórica, o que na tradição ocidental era designado como melancolia passou a ser descrito como depressão. Outra coisa era a psicose maníaco-depressiva kraepeliniana, caracterizada por certa produção delirante e quadros depressivos severos alternados por períodos de mania. Assim sendo, Freud abriu caminho para uma nosografia psicanalítica distinta da psiquiátrica com base em um quiasma que, caso não estejamos alertas, pode gerar equívocos: a melancolia clássica vai se transformar na depressão moderna, enquanto a psicose maníaco-depressiva/loucura circular/lipemania vai ser a “melancolia” na pena de Freud.

A posição de Freud consistiu em despsiquiatrizar a psicose maníaco-depressiva em um duplo movimento: o primeiro resgata o termo “melancolia” das mãos da fenomenologia e o segundo visa aproximá-la de uma experiência nada patológica, o luto. *Grosso modo*, Freud argumentou que, pelo trabalho do luto, o sujeito é capaz de se desligar do objeto perdido: trate-se de “uma pessoa amada ou de uma abstração que ocupa seu lugar”, a prova da realidade torna a confrontação com a perda incontornável¹. Com certa aplicação de tempo e energia psíquica, é possível para o sujeito se desligar dos antigos investimentos libidinais para, posteriormente, estabelecer novos vínculos: feito o trabalho do luto, o ego encontra-se novamente livre para investir novos objetos, isto é, amar *de novo*, amar *o novo*. O caso da melancolia é diferente. Nela o sujeito se supõe responsável pela perda ocorrida, nega-a e julga-se possuído pelo morto ou pela doença que acarretou sua morte (incorporação)². Freud descreve esse processo em um parágrafo que é, talvez, o mais importante de todo o texto:

Não há dificuldade, então, em reconstruir esse processo. Havia uma escolha de objeto, uma ligação a certa pessoa;



FIGURAS 1 e 2

Três séculos separam estas duas imagens. Na figura à esquerda, o filósofo Heráclito em detalhe de afresco de Rafael; na imagem à direita, Jean-Baptiste M. em gravura para o compêndio de Jean-Étienne Esquirol. A cabeça de ambos pende, mas se o primeiro, em toga e botas, parece demorar-se numa reflexão, o segundo, em camisão hospitalar, observa o próprio pé. Não é um filósofo, mas um doente. A legenda da figura indica que Jean-Baptiste M. geme sem parar. (Fontes: Wikimedia Commons e Gallica)

1 S. Freud, Luto e melancolia, p. 171-172.

2 “[...] a identificação é o estágio preliminar da escolha de objeto, e o primeiro modo, ambivalente em sua expressão, como o Eu destaca um objeto. Ele gostaria de *incorporar* esse objeto, e isso, conforme a fase oral ou canibal do desenvolvimento da libido, por meio da devoração. Abraham relaciona a isso, justificadamente, a recusa de alimentação que se apresenta na forma grave do estado melancólico” (*idem*, p. 182, grifo meu). Ainda sobre o tema da incorporação, cf. N. Abraham & M. Torok, Luto ou melancolia, in *A casca e o núcleo*



o texto de Freud, pouquíssimo tem a dizer sobre a depressão que, em fins do século XX, se tornou o que foi a histeria um século antes

por influência de uma *real ofensa ou decepção* vinda da pessoa amada, ocorreu um abalo nessa relação de objeto. O resultado não foi o normal – a libido a ser retirada desse objeto e deslocada para um novo –, e sim outro, que parece requerer várias condições para se produzir. O investimento objetal demonstrou ser pouco resistente, foi cancelado, mas a libido livre não foi deslocada para outro objeto, e sim recuada para o Eu. Mas lá ela não encontrou uma utilização qualquer: serviu para estabelecer uma *identificação* do Eu com o objeto abandonado. Assim, a sombra do objeto caiu sobre o Eu, e a partir de então este pôde ser julgado por uma instância especial como um objeto, o objeto abandonado. Desse modo, a perda do objeto se transformou numa perda do Eu, e o conflito entre o Eu e a pessoa amada, numa cisão entre a crítica do Eu e o Eu modificado pela identificação.³

No luto, o objeto é subtraído à realidade; na melancolia, “a perda do objeto se transformou em uma perda do Eu”.

Cabe destacar alguns desdobramentos importantes desse estudo. Em primeiro lugar, no artigo “Neurose e psicose”, de 1924⁴, Freud dá subsídios para a formalização nosográfica de uma organização psíquica [na fronteira entre a psicose e a neurose?], cuja [única?] figura clínica é justamente a melancolia⁵. Outro passo importante na despsiquiatrização da psicose maníaco-depressiva que nada teria de psicose (conflito entre ego e mundo externo) nem da neurose de transferência propriamente dita (conflito entre o ego e o id), constituindo, isso sim, uma “neurose narcísica” (conflito entre o ego e o superego)⁶.

A importância dessas indicações breves em um texto tão sintético é equacionada até hoje. Isso porque considerar que neuroses de transferência, narcísicas e psicoses apresentam diferenças estruturais na forma pela qual o sujeito se relaciona com o entorno afetivo implicaria a necessidade, imperiosa para o psicanalista, de determinar suas etiologias específicas, tema de estudo tão negligenciado pela psiquiatria – do niilismo terapêutico do século XIX às listas intermináveis de sintomas do DSM-5⁷.

Por outro lado, ainda que o texto de Freud enriqueça o psicanalista com formalizações metapsicológicas sobre o luto e a melancolia, pouquíssimo tem a dizer sobre a depressão que, em fins do século XX, se tornou o que foi a histeria um século antes: “uma verdadeira doença da época”⁸. Se no plano da sintomatologia a depressão e a melancolia apresentam manifestações em comum – negativismo, falta de ânimo, falta de autoestima, fantasias autodestrutivas, distúrbios somáticos, etc. –, tal semelhança não se sustenta em uma abordagem mais estrutural. Para dizer em termos mais claros: a melancolia seria uma estrutura propriamente dita – forma de ser com o Outro, de ser na linguagem, de ser na norma, como se queira dizer... –, enquanto a depressão poderia se configurar como uma psicopatologia passível de atravessar qualquer estrutura (neurótica, perversa, psicótica). Sendo estrutura e sintoma coisas diferentes. Evidentemente, por diversos motivos, esse ponto não é consenso entre os autores.

Isso permitiu que Maria Rita Kehl e Marie-Claude Lambotte propusessem perspectivas distintas. Em *O tempo e o cão*, Kehl argumenta em dois sentidos diferentes, mas confluentes. Por um lado, lança mão de uma leitura historicizante da depressão de modo a compreendê-la como sintoma social. Seu problema central se resume à seguinte problematização: para além do discurso psiquiátrico-farmacológico que literalmente “produz” a depressão como uma mercadoria-diagnóstica com vistas a vender a mercadoria-remédio, por que o momento atual de capitalismo avançado parece produzir formas de subjetividade



mais depressivas que qualquer outra época.⁹ Por outro lado, amparando-se em perspectivas caras à leitura lacaniana de Freud, a autora busca diferenciar a depressão da melancolia em termos de sua etiologia: o que, nas relações com os objetos primordiais, predispõe à depressão ou lança fundamentos para uma estrutura melancólica?¹⁰

Para esmiuçar o primeiro aspecto – “o que a depressão tem a ver com o momento histórico que vivemos?” –, Kehl recorre a três autores: o poeta francês oitocentista Charles Baudelaire, o filósofo berlinense Walter Benjamin e o filósofo francês Henri Bergson¹¹. Na poesia de Baudelaire, Kehl destaca os efeitos subjetivantes da experiência traumática de um tempo desprovido de devir: a aceleração produtivista da vida, a massificação das cidades e a destruição do passado fizeram emergir na pluma do “poeta maldito” uma estética de choque cuja riqueza simbólica deixa entrever o empobrecimento imaginário de um psiquismo incapaz de encontrar confiança na vida e no porvir¹². Benjamin, por sua vez, teorizou o fenômeno

para Benjamin, nossa [nova] forma de miséria consistiria na perda de uma dimensão do saber e da memória capaz de conferir sentido a uma trajetória humana coletiva

moderno do empobrecimento narrativo sobre a própria existência: nossa [nova] forma de miséria consistiria na perda de uma dimensão do saber e da memória capaz de conferir sentido a uma trajetória humana coletiva. Em outras palavras, a modernidade é marcada pela perda da experiência (rememorativa, transgeracional, produtora de sentido), em prol de repetições indefinidas de vivências (presentistas, individuais, produtora de estímulos)¹³. Bergson, por fim, empresta suas reflexões sobre a função da memória para que Kehl contraponha o tempo vazio das percepções, da informação, da cronologia, a um tempo de qualidade absolutamente diversa, tempo impregnado de passado, de sentimento de continuidade: a duração¹⁴.

Esse é um aspecto importante da abordagem proposta por Kehl. Há algo na forma como a modernidade produz o tempo que predispõe o sujeito à depressividade. A experiência foi substituída pela vivência; o passado, pelo presente; a memória, pela informação; a duração, pelo tempo do relógio. Nesse sentido, a psicanálise seria capaz de restituir ao sujeito arrastado pelo ritmo paradoxalmente produtor e destruidor do capitalismo uma experiência cronológica tornada obsoleta nas cidades modernas: a de um tempo que não passa segundo o relógio, tempo de demora e permanência – tempo do inconsciente.

Um tempo avesso às urgências da demanda do Outro, gancho usado por Kehl para pensar – e, aqui, já estamos em terreno inteiramente psicanalítico – as relações do futuro depressivo e

3 S. Freud, Luto e melancolia, p. 180-181.

4 S. Freud, Neurose e psicose, p. 176-183.

5 “A análise nos dá o direito de supor que a melancolia é um exemplo típico desse grupo, e reivindicaríamos para esses distúrbios o nome de ‘psiconeuroses narcísicas’” (*idem*, p. 181).

6 “Podemos, no entanto, postular provisoriamente que tem de haver afecções baseadas num conflito entre o Eu e o Super-Eu” (*idem, ibidem*).

7 Mais sobre o debate em torno das neuroses narcísicas, cf. M.-C. Lambotte, A deserção do Outro; e M. P. Fuks, Nos domínios das neuroses narcísicas e suas proximidades.

8 E. Roudinesco e M. Plon, Melancolia, in *Dicionário de psicanálise*, p. 507.

9 É o que a autora desenvolve nos quatro primeiros capítulos que compõem a primeira parte de *O tempo e o cão*.

10 Tema dos três últimos capítulos que formam a terceira parte de *O tempo e o cão*.

11 Desenvolvimento que amarra a primeira e a terceira parte do livro.

12 M. R. Kehl, *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*, p. 169-190.

13 *Idem*, p. 153-168. Vale aqui citar, nas palavras de Benjamin, os perigos implicados na ideologia do novo: “Ficamos pobres. Fomos desbaratando o patrimônio da humanidade, muitas vezes tivemos de empenhá-lo por um centésimo do seu valor, para receber em troca a insignificante moeda do ‘atual’. À porta temos a crise econômica, atrás dela uma sombra, a próxima guerra. ‘Preservar’ é um verbo que se aplica hoje a um pequeno grupo de poderosos que, Deus sabe, não são mais humanos do que a maioria; geralmente, são mais bárbaros, mas não da espécie boa” (W. Benjamin, Experiência e pobreza, in *O anjo da história*, p. 90).

14 M. R. Kehl, *op. cit.*, p. 137-151.



*o futuro melancólico seria
aquele cuja mãe não foi capaz
de simbolizá-lo, mãe “morta”,
enquanto a mãe do depressivo
teria possibilitado a identificação
do bebê com o falo*

melancólico com seus objetos primordiais. Para ser sintético e me ater apenas ao cerne do argumento, o futuro melancólico seria aquele cuja mãe não foi capaz de simbolizá-lo, mãe “morta”, deprimida, sem desejo, sem cuidados, enquanto a mãe do depressivo, em sentido completamente oposto, teria possibilitado a identificação do bebê com o falo. Essa identificação é cara ao futuro depressivo que posteriormente vai ser desbancado de seu lugar privilegiado, caso contrário se tornaria psicótico. O ponto crucial na configuração da “posição do depressivo” residiria em dois tempos: primeiramente, a mãe “sufoca” o bebê com sua ansiedade e presença desmedida.

Na origem da predisposição à depressão – que ocorre com frequência, a meu ver, nas estruturas neuróticas – não está uma mãe que não deseja nada além do que seu bebê representa para ela. Mas pode estar uma mãe ansiosa, insegura, hiperativa, amorosa demais – uma que *atropela*, com sua pressa e solicitude, ou seja, com sua própria demanda, a delicada constituição do tempo psíquico de seu bebê.¹⁵

Posteriormente, na travessia edípica, diante da rivalidade fálica, a criança recua para junto da mãe como a criança castrada que nada pode¹⁶. A entrada no Édipo é o período-chave para a constituição das fantasias infantis que visam reverter a perda narcísica implicada na entrada do pai em cena. No futuro depressivo envergonhado de sua impotência, porém, só resta defender-se da demanda voraz do Outro retirando-se

passivamente a um tempo que não passa, a um espaço que não produz, a uma vida sem desejo¹⁷.

Assim, o destino que muitas vezes parece ser partilhado pelos melancólicos e depressivos no plano da sintomatologia não corresponde a experiências infantis análogas. O melancólico experimentou de forma dolorosa uma ausência prolongada do Outro materno, ausência vivida como abandono e desinteresse. Já o depressivo, por ter sido atendido por uma mãe solícita e apressada, mãe que se antecipava às demandas do *infans* sem que este pudesse alucinar satisfações ou formular demandas, sofre de um tempo lento e vazio impregnado da presença do Outro. Outro demandante do qual é preciso fugir sob a ameaça de não poder lutar por seu próprio desejo, uma vez que o empobrecimento imaginário do depressivo não o ampara com cenas triunfantes de vitórias projetadas no devir. Fatalista que é, sua luta está perdida de antemão.

Adentrando o *setting*, Lambotte nos fornece indicações clínicas valiosas para a escuta de pacientes depressivos e melancólicos¹⁸. Se Kehl desdobrou suas reflexões a partir de uma dupla problematização sobre sintoma social e estrutura psíquica, ambas enlaçadas pela temática comum da experiência do tempo na contemporaneidade, Lambotte se debruça sobre a seguinte questão: considerando a pluralidade de manifestações melancólicas e depressivas, que elementos discursivos nos permitiriam realizar um diagnóstico diferencial entre as duas? Para a autora, a chave está no que denominou “discurso depressivo” e “discurso melancólico”. O depressivo, ainda que acometido de um sofrimento em maior ou menor medida excruciante decorrente de sua inibição e tristeza, seria capaz de se apropriar de sua biografia. Tem “condições de contar sua história”: “depois que me aconteceu isso eu estou assim, eu não consigo mais fazer nada, etc.”¹⁹.

Penso aqui, a título de ilustração clínica, no caso de um rapaz de 14 anos que atendo. Entrando em análise já medicado pelo psiquiatra, mostrou com o tempo ser capaz de uma produção onírica e associativa bastante fértil. Ainda na

primeira sessão me disse: “Vim aqui porque hoje percebo ‘minha tristeza’ [é como chama a depressão]. Todo mundo dizia que tinha algo errado comigo, mas eu não via. Eu só sei que começou a acontecer há três anos, depois que saí da escola em que eu ia, no mesmo ano que meus pais se divorciaram...”. Meses depois, era possível ver com clareza como a elipse de seu discurso ladeava a temática da humilhação sexual em diferentes períodos de sua infância. Foi, porém, o *a posteriori* da saída do pai da cena familiar – com dia, mês e ano precisos – que o fez reviver a trama pregressa de ataques sofridos como sintoma: “a minha tristeza”.

É diferente, afirma Lambotte, do discurso melancólico. Essas pessoas estão “em um estado de inibição total”²⁰. Seu sintoma não tem história. Puxar as tramas da tessitura de sua vida guia o analista a um caos original, anterior a qualquer criação: lugar sem sentido, sem calor nem amor. Enquanto o depressivo é capaz de nos guiar narrativamente para as datas comemorativas de uma falta, o melancólico nos conduz ao coração das trevas do nada: “Eu sempre fui assim, não tenho nenhuma história para contar, sempre foi assim, eu nasci sob uma estrela ruim e, de qualquer modo, a vida é assim, você sabe, não existe verdade, não tem sentido, estamos todos no mesmo barco”. É um discurso, assinala Lambotte, em que a própria pessoa se vê excluída em prol de elucubrações pseudofilosóficas de matiz niilista: algo sobre a verdade incontestável da ausência de amor e sentido nas relações, na vida, no universo...

Penso aqui em outro exemplo clínico: um homem de 52 anos, homossexual, cultíssimo, que experimentou ao longo de sua vida grande parte dos antidepressivos disponíveis no mercado. Seu

»»

*para Fédida, ainda é corrente
uma noção de cura que remete
genealogicamente à despossessão
demoníaca: cura à la Jean-Martin
Charcot, ou à la moderna*

discurso erudito sobre o desamparo e a solidão em que sempre se viu tinha no começo algo de cativante: combinava com suas roupas impecáveis e estilosas dignas de um dândi balzaquiano pronto para destilar ressentimento contra um mundo desprezível. Mas, com o tempo, além de repetitiva, sua fala e lógica se mostrou bastante pobre em associações. “Estou cansado”, era como rompia invariavelmente o silêncio inaugural das sessões. Era preciso dizer algo novo sobre si. Mas como? Poderíamos começar revisitando uma mãe, há 52 anos, que queria ter um filho para ocupar o lugar da filha anterior, natimorta. Uma mãe, talvez, muito triste...

Sem entrar em muitos detalhes, Lambotte assinala que tais particularidades discursivas, isto é, de laço, requerem sequências de tratamento semelhantes. Tanto na depressão como na melancolia, é preciso uma retomada do investimento em objetos exteriores. Por quê? É aqui que a leitura do texto de Pierre Fédida, “É preciso ser dois para curar”, pode nos auxiliar²¹. Em termos gerais, o problema que o psicanalista francês nos apresenta é o seguinte: o que cura em uma relação analítica? Para responder a essa pergunta, que nos remete ao cerne da ética da psicanálise, é preciso antes de mais nada nos interrogarmos sobre o que entendemos por cura. Para Fédida, ainda é corrente uma noção de cura que remete genealogicamente à despossessão demoníaca: cura à la Jean-Martin Charcot, se pensarmos no uso da sugestão hipnótica²²; cura à la moderna, tendo em vista as pretensas soluções farmacológicas

15 *Idem*, p. 141.

16 *Idem*, p. 201.

17 *Idem*, p. 233.

18 M.-C. Lambotte, *op. cit.*

19 *Idem*, p. 87.

20 *Idem*, *ibidem*.

21 P. Fédida, É preciso ser dois para curar, in *Dos benefícios da depressão: elogio da psicoterapia*, p. 111-140.

22 *Idem*, p. 122.



o que cura em uma relação analítica? Ora, o que cura em uma relação analítica é a relação. É preciso ser dois para cuidar

disponíveis na drogaria mais próxima. De um jeito ou de outro, tratar seria algo como arrancar o mal de dentro do paciente, posição a que, segundo Fédida, o analista não pode ceder. O autor argumenta que, paradoxalmente, o analista só é capaz de curar se tirar de seu horizonte a própria cura. Ou, pensando no sentido etimológico da palavra, o analista só é capaz de curar na medida em que isso diga respeito ao processo – curar é cuidar... – e não às finalidades. É por esse viés que o autor realiza o giro tautológico que lhe permite responder à pergunta inicial. O que cura em uma relação analítica? Ora, o que cura em uma relação analítica é a relação. É preciso ser dois para cuidar²³.

Em termos práticos, portanto, é preciso que o melancólico e o depressivo conquistem certa mobilidade interior a partir da aproximação ao entorno afetivo. No caso do melancólico, Lambotte nos alerta para não apoiar nem concordar apressadamente com as ruminções negativistas sobre a Verdade e o Nada que o paciente nos comunica. Fazer isso é fechar a única brecha que ele mesmo nos oferece como entrada para seu sofrimento²⁴. Por outro lado, inundar o analisando com assertivas rasas sobre o sentido maravilhoso da vida e da benevolência alheia é apostar no tratamento analítico como compensação, restauração ou reconstrução da falha estrutural do imaginário do sujeito o que, para a autora, também é um erro²⁵. Tal reconstrução está fora de cogitação. Com sua abstinência provocadora, o analista deve depositar suas fichas em outra formação imaginária que

não seja reconstrução do vínculo narcísico frouxamente estabelecido com a mãe, mas que se fundamente na construção – sem o prefixo “re” – ou na projeção de uma fantasia sobre o analista: a de que ele também esteve, só, no inferno, naquele mesmo inferno, e que voltou ileso. Assim, junto ao cadáver incorporado do Outro que desertou, o analisando pode ser capaz de voltar reiteradamente ao consultório para assimilar dessa vez o analista, sujeito suposto detentor de um saber sobre a vida e a morte²⁶.

Quanto ao depressivo, o outro analítico na transferência deve ser capaz de criar um ambiente de tempo ausente de demandas. Na contramão do ritmo acelerado da produtividade capitalista e do afobamento materno, em contraposição aos quais a lentidão depressiva se afigura como recusa, o analista se dispõe em uma nova duração, na qual o analisando pode se reposicionar frente ao seu desejo e ao Outro, de modo a dilatar sua vida retraída.

Ao deparar-se com o fato de que o Outro é um lugar simbólico, vazio de significações, vazio de amor e de demandas de amor, o sujeito está em melhores condições de sustentar sua posição a partir do desejo. Condição bem menos confortável do que a daquele que se imagina entregue às boas mãos de Deus, ou ao amor do Outro. Menos confortável e mais livre. Mais aberta à invenção, ao risco, à escolha.²⁷

O trabalho analítico com os depressivos consiste, assim, na busca da “duração de um tempo necessário para que o sofrimento se converta em experiência”²⁸. Sem excluir a dor da equação inerente a uma vida em expansão. Reconhecimento dos “benefícios da depressão” (Fédida), exercício da “capacidade de deprimir-se” (Winnicott).

Benjamin teve a intuição precisa de que Baudelaire era um “lírico no auge do capitalismo”. Enquanto lírico, vinculava-se a uma genealogia de cantadores cuja tradição acalentava certa ideia de gênio sonhador, triste, mas criador. A melancolia sempre jogou bem com os símbolos. Por outro lado, situá-lo no ápice do capitalismo localiza sua

depressividade em um tempo – acelerado, industrial, em que o passado se tornou ruína – e em um espaço – a cidade de Paris (França) massificada e desfigurada pelo higienismo haussmaniano. É um deslocamento importante. Baudelaire é um moderno. Mas um moderno cujo fatalismo de versos como “Relógio! deus sinistro, assustador, indiferente, / E cujo dedo ameaça a nos dizer: *Recorda!*” dificilmente não nos faz lembrar o lugar-comum pictórico de *vanitas*, as vaidades da época barroca, por exemplo. Não é mais o tempo dos devotos que, por séculos, fizeram conviver ambivalentemente com sua esperança em um porvir de redenção e eternidade, o medo do suplício infernal da condenação. Ainda assim, é um tempo que se alimenta da matéria da vida, que aniquila o desejo, que entedia, que ameaça. Baudelaire é um fatalista.

Em contraponto, gostaria de terminar este ensaio com os versos de outro poeta, Rainer Maria Rilke. Como bom herdeiro da tradição artística a que pertencia, Rilke não se esquivou diante da morte. Seu ciclo de *Elegias de Duíno* são cantos de desespero, perguntas solitárias acerca do sofrimento que os impasses de existir apresenta a todos nós. A todos invariavelmente. As respostas que obteve, porém, foram bem diferentes daquelas de Baudelaire, mesmo tendo escrito depois²⁹. Diferente do tédio e do ressentimento baudelaireano, de uma retirada fatalista ou de uma entrega ao mal digna de um dândi, Rilke se volta às coisas

»»

*diferente do tédio e do ressentimento
baudelaireano, de uma retirada
fatalista ou de uma entrega
ao mal digna de um dândi,
Rilke se volta às coisas e às pessoas
no sentido de construir uma nova
forma de lidar com o tempo*

e às pessoas no sentido de construir uma nova forma de lidar com o tempo, com a permanência, com a transitoriedade. É pensando na tarefa analítica com melancólicos e depressivos, tarefa de cuidado, de aproximação cautelosa e de experiência num tempo avesso à pressa dos negócios³⁰, que termino com estes versos de Rilke:

Sempre estamos em via.
Mas do tempo a passar,
o que há de ficar
é só ninharia.

O que hoje se apura
acabará logo, em breve;
só o que perdura
nos comove e compele.

Jovem, não gaste atitude
em ousada corrida,
ou voo tentador.

Tudo está na quietude:
breu, luz do dia,
livro e flor.³¹

23 “Quando se coloca a questão ‘O que cura numa psicoterapia?’, as respostas adequadas são as que mais geralmente afluem. A *relação*, poder-se-ia dizer, ou ainda a *transferência*, o *levantamento da amnésia infantil*, a *dissolução do complexo inconsciente*, etc.” (*idem*, p. 138).

24 M.-C. Lambotte, *op. cit.*, p. 91.

25 *Idem*, *ibidem*.

26 *Idem*, p. 92.

27 M. R. Kehl, *op. cit.*, p. 212.

28 *Idem*, p. 224.

29 Rilke morreu em 1926. Presenciou a Primeira Guerra Mundial. Há quem diga que ele é o poeta “jovem, mas já famoso” de que Freud fala em “A transitoriedade”.

30 Vale lembrar que “negócio” é a negação do ócio [neg-otium].

31 Tradução minha. Publicada pela primeira vez na revista *online Escamandro*. Disponível em: <https://escamandro.wordpress.com/2015/06/11/3-sonetos-a-orfeu-por-william-zeytounlian/>. Consultado em: 15/2/2020.

Referências bibliográficas

- Abraham N. & Torok M. (1995). *A casca e o núcleo*. São Paulo: Escuta.
- Benjamin W. (2013). *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Fédida P. (2002). *Dos benefícios da depressão: elogio da psicoterapia*. São Paulo: Escuta.
- Freud S. (1915/2010). Luto e melancolia. In *Obras completas* (vol. 12). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud S. (1916/2010). A transitoriedade. In *Obras completas* (vol. 12). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud S. (1924/2011). Neurose e psicose. In *Obras completas* (vol. 16). São Paulo: Companhia das Letras.
- Fuks M. P. (2003). Nos domínios das neuroses narcísicas e suas proximidades. In L. B. Fuks & F. Ferraz. (orgs.). *Desafios para a psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Kehl M. R. (2009). *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo.
- Lambotte M.-C. (2001). A deserção do Outro. *Revista da APPOA*, 20, 84-101.
- Roudinesco E. & Plon M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Some readings on melancholy and depression: time, discourse, and transference

Abstract This essay intends to briefly expose the nosographic displacements of the melancholic and depressive clinical figures within Sigmund Freud's investigations, as well as three contemporary authors' contributions on the same subject, namely: Maria Rita Kehl, Marie-Claude Lambotte and Pierre Fédida.

Keywords Depression, melancholy, time, discourse, transference.

Texto recebido: 03/2019

Aprovado: 09/2019

Sobre destinos nem tão funestos:

o ensino da psicanálise nas
universidades

Cassandra Pereira França

Resumo A autora escreve uma carta a Freud, comentando sobre a situação atual da Psicanálise no Brasil, especialmente na universidade.

Palavras-chave Psicanálise no Brasil, Psicanálise na universidade, ensino da Psicanálise, história da Psicanálise

Cassandra Pereira França é professora doutora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde atua como docente de graduação e pós-graduação do Departamento de Psicologia, desenvolvendo pesquisas sobre temas ligados a teoria e clínica psicanalítica e também violência sexual infanto-juvenil. Membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) – GT: Psicanálise e Clínica Ampliada. Membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi (dirigindo a seção Minas Gerais da associação). Possui doutorado e pós-doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Coordenadora do curso de especialização em Teoria Psicanalítica da UFMG. Coordenadora do Projeto CAVAS/UFMG (Projeto de pesquisa e extensão com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual). Autora e organizadora de diversos livros.

Belo Horizonte, 9 de julho de 2017.

Caro dr. Sigmund Freud,

Como tem passado?

Estive na casa do senhor algumas vezes, mas como não o encontrei e preciso muito desta conversa, farei isso por carta mesmo. Peço desculpa pela minha ousadia em me dirigir ao senhor e, mais ainda, pela esperança de que possa ter algum tempo para responder às aflições de uma professora universitária de um país tão distante como o Brasil. Por incrível que pareça, acho que nem mesmo o senhor chegou a imaginar que a psicanálise fosse se enraizar tanto em solo brasileiro, a ponto de colocar-nos no rol dos países onde a clínica psicanalítica tornou-se uma carreira possível e até mesmo promissora, permitindo a tantos profissionais sobreviverem, exclusivamente, de seu exercício – fato no qual nossos colegas europeus muitas vezes custam a crer. Além disso, era impossível imaginar a multiplicidade de institutos de formação analítica que brotariam por aqui e a seriedade com que levariam adiante aquele voto de “um próspero futuro”, enviado pelo senhor nas poucas e breves cartas escritas aos profissionais brasileiros na década de 1920.

A despeito de toda a minha angústia, também ousei escrever por saber o quanto o senhor sempre foi afeito a cartas. Aliás, talvez nem saiba que a estimativa é de que tenha escrito cerca de 20 mil cartas. Um historiador alemão, Gerhard Fichtner, fez um levantamento até 1989 e informou-nos¹ que, até então, eram conhecidas exatamente

¹ Esta informação encontra-se originalmente no artigo “Les lettres de Freud en tant que source historique”, publicado na *Revue Internationale d’Histoire de la Psychanalyse*, vol. II, 1989, citado em R. Mezan, *As cartas de Freud*, p. 83-99.



*as suas poucas cartas enviadas
aos brasileiros, felizmente,
estão muito bem guardadas
e podem ser lidas por todos*

4 899 cartas do senhor, das quais 3 123 haviam sido publicadas e 1 776 eram ainda inéditas. Infelizmente, uma grande parte dessas cartas desconhecidas deve ter se perdido ou extraviado nas inúmeras migrações, de país ou continente, que seus correspondentes tiveram de fazer pelo mundo afora. No entanto, as poucas enviadas aos brasileiros, felizmente, estão muito bem guardadas e podem ser lidas por todos. Vou lhe contar como aquelas breves palavras de entusiasmo pela produção científica brasileira foram significativas a ponto de impulsionarem o movimento psicanalítico brasileiro. Aliás, essa é uma característica do nosso país: com o pouco que temos, fazemos muito. Mas tudo foi tão rápido que vou lhe contar num piscar de olhos.

As ideias do senhor começaram a circular por aqui por volta de 1924 e, no ano seguinte, já influenciavam a clínica brasileira. Em 1928, foi lançada a primeira revista de psicanálise redigida no Brasil, da qual o senhor até chegou a receber um exemplar – não sei se o guardou nem sei bem se, em meio a tantas cartas, o senhor vai se lembrar das que escreveu aos brasileiros. Mas posso mencioná-las rapidamente.

Em 18 de novembro de 1926, o senhor escreveu a primeira carta ao dr. Durval Marcondes:

Meu prezado Senhor! Infelizmente não domino o seu idioma, mas graças aos meus conhecimentos da língua espanhola pude deduzir de sua carta e do seu livro que é sua intenção aproveitar os conhecimentos adquiridos em psicanálise nas belas-letas, e, de um modo geral, despertar o interesse de seus compatriotas por nossa ciência. Fico sinceramente grato pelos seus esforços, desejo-lhe muito sucesso e posso assegurar-lhe que achará rica e recompensadora em revelações a sua continuada associação com o tema. Cordiais saudações. Seu Freud.

Logo no começo do ano seguinte, em 10 de janeiro de 1927, o senhor se dirigiu a outro psiquiatra da capital paulista, muito famoso naquela época, o dr. Osório César:

Prezado colega! Agradeço-lhe a remessa do seu trabalho ‘Memórias do Hospital de Juquery’ ao qual pude ter acesso pelo menos no idioma francês. Caso seja sua intenção nos remeter a tradução para o alemão do seu novo trabalho, posso prometer-lhe que o mesmo será recebido de bom grado em nossa revista *Imago*. Causa-me grande satisfação a prova de interesse que a nossa psicanálise vem despertando no distante Brasil e apresento-lhe os meus protestos de estima e consideração. Seu Freud.

Naquele ano de 1927, o psiquiatra paulistano dr. Durval Marcondes, considerado o precursor do movimento psicanalítico no Brasil, empenhava-se na implantação das primeiras cátedras brasileiras de psicologia, psicanálise e higiene mental na Universidade de São Paulo (USP), onde acabou criando um grupo de *educadores sanitários* que trabalhavam com atendimento clínico infantil e, de forma inovadora, imagine só, em moldes interdisciplinares.

A iniciativa e o empenho do dr. Durval Marcondes em organizar a primeira coletânea de artigos brasileiros sobre psicanálise foi coroada pelas felicitações enviadas pelo senhor, no ano seguinte, em 27 de junho de 1928:

Caro colega, a visão da nova *Revista Brasileira de Psicanálise* me deu muito prazer. Que ela tenha um próspero futuro. O efeito seguinte deste envio foi que eu comprei uma pequena gramática portuguesa e um dicionário alemão-português. Durante estas férias, quero chegar ao ponto de poder ler pessoalmente a revista. Com meus agradecimentos e saudações. Seu Freud.

Logo depois dessas férias, em 11 de agosto de 1928, houve outra carta para o mesmo psiquiatra:

Prezado colega. Agradeço pelo seu minucioso relatório sobre os acontecimentos esperançosos no seu país. O Dr.



*o senhor acompanhava,
com atenção, o desenvolvimento
da psicanálise no Brasil*

Porto Carrero também me escreveu a respeito e eu repito para o senhor o pedido que enderecei a ele. Gostaria que os senhores elaborassem em conjunto uma exposição sobre estas ocorrências, destinada à *Revista Internacional de Psicanálise*, e a enviassem ao presidente Dr. Eitingon, para que, assim, o interesse pelo nosso novo grupo brasileiro possa ser despertado. Saudações, Seu Freud.

Ah... Já ia me esquecendo de contar para o senhor algo que pouca gente sabe: nos últimos anos do século xx, foi desenvolvida uma extensa pesquisa sobre a chegada das ideias do senhor aqui em nosso país. A proposta era preparar a exposição Brasil: Psicanálise e Modernismo², que foi realizada em São Paulo, em 2000. E qual não foi a surpresa, quando, durante esse trabalho, foi localizada em minha cidade, professor, Belo Horizonte (Minas Gerais), uma carta do senhor agradecendo um presente que recebera do Brasil, um livro intitulado *O dinheiro na vida erótica* (1937). Esse livro foi-lhe enviado pelo autor, Karl Weissmann, filho de uma família austríaca que imigrou para o Brasil em 1921, tentando escapar das ameaças da guerra que pairavam sobre a Europa. Weissmann, um autodidata, tinha notícias do trabalho do senhor e expressou nesse livro, que lhe deu de presente, a sua compreensão da psicanálise. Ele interessava-se pelo hipnotismo, praticava-o para grandes públicos, passou pelo Rio de Janeiro, trabalhou aqui no nosso estado, na Penitenciária de Neves, e escreveu inúmeros livros. Na carta³ que o senhor dirigiu a ele, no dia 21 de março de 1938, constam as seguintes palavras:

Mui prezado senhor, boas notícias são sempre bem-vindas, especialmente agradáveis em tempos como estes. Com grande interesse fiquei sabendo de sua atividade em prol da psicanálise em parceria com o Dr. Pereira da Silva, e, com grande pesar, da morte prematura do prof. Porto Carrero. Eu até leio espanhol com facilidade, mas a semelhança com a sua língua apenas torna confusa

minha tentativa de entender algo do conteúdo. Várias vezes o tentei sem sucesso e com o presente livro não me saí melhor. Espero que o estudo da psicanálise lhe traga cada vez mais satisfação à medida que o senhor se aprofunde. E, de coração, desejo-lhe um belo sucesso. Seu mui dedicado, Freud.

Dessa carta, podemos tirar dois aspectos de-
veras intrigantes: primeiro, o fato de termos descoberto que o senhor acompanhava, com atenção, o desenvolvimento da psicanálise no Brasil; segundo, o comprometimento interno mesmo com os seus interlocutores anônimos, ainda mais, em um momento extremamente delicado – dez dias antes, Adolf Hitler havia feito a sua entrada triunfal em Viena, pois a Áustria havia sido anexada ao Reich nazista. Marie Bonaparte já se encontrava em Viena, tentando convencer o senhor a deixar o país. Seu filho, Martin, já havia sido detido pelos soldados nazistas⁴. Como o senhor pôde ter cabeça para escrever essa carta a Weissmann? Apesar do meu espanto, isso aumenta a minha esperança de receber uma resposta.

Bem, mas enquanto o senhor desistia de entender o português somente com uma gramática e um dicionário em riste, a nova linguagem da psicanálise já frequentava os bancos universitários. O dr. Durval Marcondes já era assistente de psicologia social (1934-1938) e professor de psicanálise e higiene (1934-1937) no então Instituto de Higiene e Saúde Pública da USP. No entanto, foi somente em 1951 que foi constituída, oficialmente, a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (onde estão arquivadas as cartas do senhor) e, em 1954, foi criado o primeiro curso de especialização em psicologia clínica, na Faculdade de Filosofia da USP. Mas, professor, não lamente,

2 Brasil: Psicanálise e Modernismo (verbete).

3 A carta encontra-se guardada na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

4 M. A. Moretzsohn e M. H. Teperman, Uma carta, uma história.



*os efeitos da era
das escolas ainda chamuscam
os nossos estudantes
de psicologia*

nem por um minuto, ter tido dificuldades com o português. É uma língua muito difícil mesmo e, afinal, se o senhor não tivesse a língua germânica como língua materna, seus escritos talvez nem tivessem despertado tanto interesse nos países da Europa Central e no estrangeiro, onde o prestígio da medicina germânica era enorme naquela época e as fronteiras da psicanálise coincidiam com as da área cultural germânica: Viena, Berlim, Budapeste. A psicanálise iria prosperar, gradativamente, não fosse o massacre nazista, que, vendo a psicanálise como uma “ciência judaica e maléfica”, fez com que tivesse de abandonar sua terra natal e se exilar em vários recantos do mundo.

Com isso, professor, a psicanálise logo perdeu sua homogeneidade, uma vez que os psicanalistas que foram para Inglaterra, Estados Unidos, Argentina ou para outros países latino-americanos foram forçados a dialogar com diferentes realidades sociais, culturais e clínicas, criando, assim, estilos nacionais e mesmo “escolas”⁵. Só para o senhor ter uma ideia dessas mudanças nos ventos da história psicanalítica, o melhor exemplo que posso dar foi o que aconteceu aqui na nossa vizinhança, na Argentina: antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, já era o país mais adiantado da América Latina e, mais, onde o peronismo havia criado um sistema de assistência médica em que havia espaço para a saúde mental. Assim, ao receber imigrantes como Heinrich Racker e Marie Langer, produziu-se um viés psicanalítico que deu à psicanálise argentina visibilidade no cenário internacional, marcada, justamente, por dois traços típicos dos pampas: a atenção aos fatores sociais e políticos na organização psíquica e a tendência a estender os limites da clínica para além dos consultórios. Infelizmente, a Argentina também

foi palco de outra diáspora freudiana, dessa vez provocada pelos generais da ditadura, que se encarregaram de desencadear outro movimento de emigração de psicanalistas, fazendo com que as ideias psicanalíticas argentinas se expandissem para os quatro cantos do mundo, inclusive para o Brasil, trazendo uma contribuição importante para as universidades e os institutos de formação.

Bem, mas voltando ao que eu dizia sobre a quebra que o nazismo provocou na hegemonia centro-europeia no mundo analítico, teve início, então, o que é chamado pelos estudiosos de *era das escolas*. Nesse período, entre 1943 (quando aconteceram as grandes controvérsias de Londres) e 1980, seus discípulos duelaram, cada um querendo provar que era o mais fiel seguidor do senhor e acusando o outro de traição ao seu legado. A briga foi tão feia que, a partir de então, foram demarcadas rígidas fronteiras internas na psicanálise e instalada entre elas uma verdadeira Guerra Fria, à maneira daquilo que se via na política mundial. Assim se estruturaram quatro correntes:

- ♦ a escola kleiniana (com base na Inglaterra e forte influência na América Latina);
- ♦ a psicologia do ego estadunidense (a psicanálise berlinense/vienense transplantada para os Estados Unidos pelos fugitivos do nazismo e misturada com acréscimos de Heinz Hartman e outros);
- ♦ a escola britânica das “relações de objeto” (grupo independente inglês, cujos principais nomes são William Ronald Fairbairn, Michael Balint e Donald Winnicott);
- ♦ a escola lacaniana (na França, onde os discípulos de Jacques Lacan foram congregados em torno da bandeira do “retorno a Freud”).

Pois é, mas o senhor me desculpe, pois só estou tocando nesse assunto, que deve aborrecê-lo sobremaneira, para que o senhor possa acompanhar o raciocínio lógico, causador da minha angústia, uma vez que os efeitos da *era das escolas* ainda chamuscam os nossos estudantes de psicologia.

Aliás, nem falei ainda que, como o senhor mesmo esperava, a psicanálise acabou sendo ministrada, prioritariamente, nos cursos de psicologia. Assim, as paixões e intolerâncias existentes dentro e fora de cada uma dessas escolas, infelizmente, são refletidas nas cátedras de psicanálise de todas as universidades do país. O estudante fica atônito ao descobrir que os psicanalistas não falam a mesma língua, que chegam ao absurdo de dizer que a genuína psicanálise é aquela que ensinam (a mesma que, provavelmente, orientou a análise pessoal do professor e as supervisões que fez). Mas como as divergências não são escancaradas, o aluno acaba não entendendo o porquê de distintas teorias apresentadas em sala de aula (como se fossem simples prolongamentos das teorias freudianas) resultarem em deduções, às vezes, contrárias às do senhor. Com muito custo, entendem que os kleinianos privilegiam o *último* Freud; os lacanianos, o *primeiro* Freud – sendo que, em ambos, há o recurso a modalidades da experiência psicanalítica que o senhor pouco explorou: a análise infantil, em Melanie Klein, e a clínica das psicoses, em Lacan. Nossos alunos observam, intrigados e confusos, que a elaboração conceitual desses autores desloca o centro da gravidade: para a angústia e a posição depressiva em Klein; para a cadeia significativa e a simbolização no caso de Lacan.

É uma pena, professor, que não haja tempo suficiente, nas grades curriculares das universidades, para o aluno ter a chance de estudar os autores das principais escolas de psicanálise e enxergar quais são os pontos de convergência e de divergência entre elas. Sabemos que isso só será possível depois de ele ter estudado cada uma das escolas por muitos e muitos anos. Aí, sim, verá que as convergências se apoiam nos quatro pilares que sustentam o edifício dessa ciência:

5 A partir deste ponto, discorreremos sobre a Era das Escolas, apresentando, resumidamente, a linha de raciocínio de Renato Mezan, desenvolvida no livro *O tronco e os ramos: estudos de história da psicanálise*, de 2014, ganhador do Prêmio Jabuti, 2015 (1o lugar na categoria Psicologia, Psicanálise e Comportamento).

6 R. Mezan, *O tronco e os ramos: estudos de história da psicanálise*, p. 31.

7 R. Mezan, *op. cit.*, p. 32.

8 E. Roudinesco, *História da psicanálise na França: a Batalha dos Cem Anos 2: 1925-1985*.

»
*o estudante fica atônito ao descobrir
que os psicanalistas chegam ao absurdo
de dizer que a genuína psicanálise
é aquela que ensinam*

[...] em sua *metapsicologia*, elas preservam a descoberta básica de Freud – o *inconsciente* – e a ideia fundamental do *conflito psíquico*; em sua *teoria do desenvolvimento*, mantêm a ideia essencial de uma *permanência do infantil no psiquismo adulto*; em sua teoria do funcionamento normal e patológico, operam com a categoria basilar de *defesa*; e na forma de conduzir o *processo analítico*, trabalham com os conceitos de *transferência* e de *resistência*.⁶

E o aluno também conseguirá ver que, apesar das convergências, há diferenças cruciais:

[...] há sempre uma *tópica*, mas não é indiferente nomeá-la em termos de Id/Ego/Superego, ou em termos de Real/Imaginário/Simbólico, ou ainda, em termos de mundo interno ou posições. Há sempre *uma força motriz inconsciente*, mas não é indiferente caracterizá-la como sexualidade, desejo, angústia, necessidade de adaptação. Há sempre o emprego da *transferência*, mas não é indiferente manejá-la deste ou daquele modo...⁷

Porém, antes que eu despeje toda a minha angústia no senhor, que vai ficar achando que o futuro da nossa ilusão de docência em psicanálise na universidade vai ser a de enxergá-la sempre enclausurada numa verdadeira Torre de Babel, tenho de contar-lhe as boas-novas. Elizabeth Roudinesco, uma historiadora muito respeitada por gregos e troianos, tem registrado, passo a passo, a “abertura generalizada para o pluralismo” que vem acontecendo na psicanálise francesa, desde 1970, referindo-se tanto à difusão de variadas correntes do pensamento psicanalítico como ao surgimento de novas associações e de grupos abertos aos participantes de várias sociedades⁸. Essa abertura, sem dúvida alguma, vai



até mesmo no meu estado, Minas Gerais, já existe uma iniciativa de congregação, em um Fórum Mineiro de Psicanálise, de onze instituições psicanalíticas

gerando efeitos reverberativos pelo mundo afora. Na Argentina, já existem grupos compostos de psicanalistas de diferentes escolas que se reúnem para estudar teorias e discutir casos clínicos; em São Paulo, em muitas faculdades e institutos de formação analítica, diferentes correntes teóricas já convivem com civilidade; até mesmo no meu estado, Minas Gerais, já existe uma iniciativa de congregação, em um Fórum Mineiro de Psicanálise, de onze instituições psicanalíticas – o senhor acredita? – que querem conversar sobre as dificuldades da psicanálise.

Temos de ter fé que, se acaso a intolerância na sociedade dos porcos-espinhos diminuir, um dia nossos alunos poderão ter liberdade de acesso à produção teórica de toda uma geração que começou seu percurso analítico nos anos 1950 e da qual fazem parte: Piera Aulagnier, André Green, Jean Laplanche, Conrad Stein, Jean-Baptiste Pontalis, Guy Rosolato, Joyce McDougall, entre outros. Para todos esses autores, os anos 1960 foram os da constituição de sua própria perspectiva, que incorpora o que absorveram de Lacan e a crítica à qual submeteram as suas doutrinas. O conjunto dos trabalhos desses autores é o que se convencionou chamar de psicanálise contemporânea.

Mas, dr. Freud, antes mesmo de tomar a decisão de escrever-lhe, tentei dialogar, silenciosamente, com o senhor por meio daquele artigo, aparentemente ingênuo, que foi escrito para uma revista húngara, em 1918, na época do V Congresso Psicanalítico Internacional em Budapeste, em que lhe pediram para se expressar acerca das reformas na educação médica. Seu título, em húngaro, lançava uma questão atual e que deve ser re-lançada com frequência: “Deve a psicanálise ser ensinada na universidade?”⁹.

Em sua argumentação, o senhor conclui que “a universidade só teria a ganhar com a inclusão, em seu currículo, do ensino da psicanálise”¹⁰. No entanto, para chegar a essa conclusão, o senhor partiu de quatro premissas que eu gostaria de comentar e de fazer contrapontos a elas a partir da realidade da psicanálise aqui no Brasil. As quatro premissas foram as seguintes:

A inclusão da psicanálise no currículo universitário seria olhada com satisfação por todo psicanalista [...] Ao mesmo tempo, é claro que o psicanalista pode prescindir completamente da universidade sem qualquer prejuízo para si mesmo [...] No que concerne às universidades, a questão depende de decidirem se desejam atribuir qualquer valor à psicanálise, na formação de médicos e de cientistas. Em caso afirmativo, o problema seria então saber como incorporá-la à estrutura educacional vigente [...] Esse ensino, na verdade, só pode ser ministrado de maneira dogmática e crítica, por meio de aulas teóricas; isso porque essas aulas permitirão, apenas, uma oportunidade muito restrita de levar a cabo experiências ou demonstrações práticas.¹¹

Dr. Freud, o que vou comentar a seguir vem da minha observação durante os meus quase trinta anos de docência em psicanálise nas universidades. Quero deixar claro que as opiniões que vou expressar são particulares, e sei muito bem que outros colegas podem pensar de forma diferente. Retomemos, então, cada uma dessas premissas que o senhor elencou.

1. “A inclusão da psicanálise no currículo universitário seria olhada com satisfação por todo psicanalista”

Caro dr. Freud, nem todos os psicanalistas olham com bons olhos a psicanálise na universidade, acreditando que a formação nobre, legítima, de um psicanalista tenha de ser “intramuros”, isto é, apenas dentro dos muros das instituições de formação psicanalítica. Eu concordo, sim, que é apenas nas instituições psicanalíticas que se pode ter bem instalado o tripé que sustenta a formação: a teoria, a análise e a supervisão. Mas acredito

que é importante não nos esquecermos que o caminho passa pela universidade e que o curso de psicologia tem tudo para ser a grande porta de entrada de novos pensadores para a psicanálise: críticos, audazes, cheios de ideais. É o local onde os jovens buscam, majoritariamente, o encontro com a clínica e onde podem receber ensinamentos em diversas disciplinas que são fundamentais para uma futura formação em psicanálise em algum instituto de formação. Refiro-me aqui à riqueza que pode advir de disciplinas como psicologia do desenvolvimento, psicopatologia e psicologia social – todas fundamentais para uma compreensão mais ampla do indivíduo em sua interação com a sociedade. E é graças ao sucesso dos primeiros ensinamentos que um aluno decide, ou não, encaminhar-se para o estudo da psicanálise. Se deixarmos os alunos no vácuo, sem entenderem o que estamos transmitindo, se assumirmos uma postura arrogante, narcísica, superior, de quem detém o conhecimento, deixando os alunos com a sensação de ignorância, abandonarão seu projeto de vir a ser um psicanalista e procurarão outra via de escuta do seu fazer clínico. Portanto, as instituições de formação dependem, direta ou indiretamente, da *performance* didática, do pelo-tão da frente, que, se não for bem-sucedido, pode transformar os ursos de psicologia do nosso país em local de desencontro com a psicanálise.

Na segunda premissa registrada nesse texto, o senhor disse:

2. “Ao mesmo tempo, é claro que o psicanalista pode prescindir completamente da universidade sem qualquer prejuízo para si mesmo”

Desculpe discordar, professor, mas acho que hoje em dia, apesar da falta de consenso sobre o

»
é graças ao sucesso dos primeiros ensinamentos que um aluno decide, ou não, encaminhar-se para o estudo da psicanálise

papel da academia na difusão da psicanálise, uma coisa é certa: todos os psicanalistas do país estão bebendo água da fonte que jorra das pesquisas acadêmicas realizadas nos diversos programas de pós-graduação que possuem áreas de concentração em pesquisa psicanalítica. Toda a minha geração, formada nos anos 1980, sabe muito bem quanto apanhamos ao tentar estudar a metapsicologia freudiana, nas páginas da *Standard Edition*, lendo Freud atravessado pelas traições das traduções do alemão para o inglês e do inglês para o português. E o pior de tudo: sem a ajuda da sistematização da obra freudiana que foi feita por pensadores do quilate de Joel Birman, Luiz Alfredo Garcia-Roza, Renato Mezan, Luís Claudio Figueiredo, Luiz Roberto Monzani, Jurandir Freire Costa, entre tantos outros que implementaram a pesquisa em psicanálise nas universidades brasileiras. Pesquisas que poderiam ser agrupadas em grandes categorias: teses sobre questões metapsicológicas, teses sobre questões de psicopatologia, teses sobre fatores operantes no processo terapêutico, teses sobre a interface psique/sociedade.¹² Ou seja, uma verdade precisa ser reconhecida: a teoria psicanalítica encontrou lugar para se repensar e se deu muito bem nos programas de pós-graduação; é impressionante a qualidade de muitas dissertações e teses defendidas pelo país nas mais diversas academias. Se repararmos bem, há um predomínio de livros escritos por professores sendo estudados pelos clínicos simplesmente porque um professor aprende em sala de aula que, quanto mais se esforçar para falar de modo claro, menos o seu raciocínio será interrompido por perguntas aflitas. Assim, ao escrever, consegue imaginar quais perguntas lhe seriam feitas pelos “alunos imaginários” e vai dosando o texto no ritmo das possíveis respostas.

9 S. Freud, Sobre o ensino da psicanálise nas universidades.

10 S. Freud, *op. cit.*, p. 218.

11 S. Freud, *op. cit.*, p. 217-219.

12 Uma explicação sobre a escalada de sucesso das pesquisas acadêmicas em psicanálise no Brasil, acompanhada de um verdadeiro *boom* na explosão de programas de pós-graduação, pode ser encontrada em R. Mezan, Pesquisa em psicanálise: algumas reflexões, in *O tronco e os ramos: estudos de história da psicanálise*, p. 528-575.



*defendo, veementemente,
o princípio de que devemos
privilegiar na graduação o ensino
da metapsicologia freudiana*

A terceira premissa que o senhor lançou foi:

3. *“No que concerne às universidades, a questão depende de decidirem se desejam atribuir qualquer valor à psicanálise, na formação de médicos e de cientistas. Em caso afirmativo, o problema seria então saber como incorporá-la à estrutura educacional vigente”*

Há um consenso entre os professores de psicologia de que é fundamental a presença da psicanálise nas grades curriculares da psicologia; entretanto, alguns acham que sua presença é expressiva demais e ocupa mais cátedras do que deveria, enquanto outros, como eu mesma, acham que não dá nem para o cheiro o que é visto por lá. No entanto, professor, eu defendo, veementemente, o princípio de que devemos privilegiar na graduação o ensino da metapsicologia freudiana, que engloba os conceitos fundamentais do edifício teórico que o senhor criou (o inconsciente, o recalçamento, as pulsões, as fantasias, as instâncias psíquicas). O aluno precisa dominar esses conteúdos antes que lhe sejam apresentadas as outras escolas de psicanálise. Se não for assim, geramos um a-historicismo deformante, que deixará sequelas duradouras. Entretanto, professor, nem sempre isso é possível: em algumas universidades, a forte transferência com alguma instituição de formação analítica ou com alguns teóricos, com quem são muito identificadas, pode levar um professor a apresentar, precipitadamente, uma corrente de pensamento que o aluno não tem ainda maturidade para acompanhar. Tal despreparo pode levar o aluno a tomar o ensino como um axioma, uma verdade incontestável que deixará uma margem mínima para questionamentos. Diante disso, o aluno pode se deixar apassivar, identificando-se

com esse discurso que ele mal entendeu, passando apenas a ecoá-lo e a *ouvir com o ouvido com que convém ouvir*¹³, fechando-se em seus solilóquios ou ele desiste de vez de ser psicanalista.

4. *“Esse ensino, na verdade, só pode ser ministrado de maneira dogmática e crítica, por meio de aulas teóricas; isso porque essas aulas permitirão, apenas, uma oportunidade muito restrita de levar a cabo experiências ou demonstrações práticas”*

Caro dr. Freud, essa premissa de que o ensino da psicanálise teria de passar somente por aulas teóricas foi completamente derrubada pela prática, pois são os atendimentos clínicos nos diversos estágios supervisionados, instalados nos cursos de psicologia há mais de quatro décadas, que dão aos alunos “o gostinho da clínica”, exatamente como pretendiam sentir quando buscaram a faculdade. Mais ainda, a experiência de estágio é a bússola que avalia a eficácia dos conteúdos ministrados nas cátedras de psicanálise. É na sessão clínica que o aluno vai reconhecer se é capaz, ou não, de identificar os conceitos da teoria e da técnica psicanalítica. Ávidos por conhecer o funcionamento do método psicanalítico, querem sentir a psicanálise viva e, quando apresentamos os clássicos casos clínicos que funcionaram como andaimes para a construção teórica que o senhor edificou – o caso Hans, o caso Dora, o Homem dos Ratos, o Homem dos Lobos –, eles nos interrompem, a todo momento, querendo saber como seria a condução da técnica na atualidade, dentro do contexto sociopolítico em que estão imersos.

A psicanálise precisa mostrar sua faceta contemporânea, mais ainda, precisa mostrar o nosso fazer clínico, diante de tantas mudanças na subjetividade que a cultura ocidental sofreu. Entre os passos que precisamos dar para organizar o pensamento psicanalítico contemporâneo, a fim de que possa acompanhar, por exemplo, as mudanças da sexualidade nos últimos cem anos¹⁴ e no futuro, está a tarefa de separar o que é da ordem da “constituição psíquica” (diferenciação tópica em sistemas rígidos por leis e tipos de representação)

do que é da ordem da “produção de subjetividade” (modos históricos, sociais e políticos de produção de sujeitos em cada cultura).¹⁵

Sabemos que a complexidade da temática da construção da identidade de gênero, um assunto tão importante neste momento, ainda está se desmaranhando dos rastros deixados no texto dos três ensaios¹⁶, no qual o senhor deu a entender, no capítulo “A metamorfose na puberdade”, que a identidade sexual se articulava com a eleição de objeto, enlaçando, de modo contraditório, heterossexualidade, identidade e superego. O devir da clínica psicanalítica tratou de desmanchar essa associação, mostrando que a presença de um superego bem estruturado nos mais distintos aparelhos psíquicos era completamente independente das eleições homossexuais ou heterossexuais das pessoas. Mesmo assim, professor, no campo teórico-clínico, esse postulado desencadeou consequências nefastas durante muito tempo, quer deixando margem para que algumas correntes teóricas vinculassem a perversão adulta aos transtornos de gênero e à eleição homossexual de objeto, quer ainda deixando-nos despreparados para acompanhar as mais variadas demandas clínicas, como aquelas de pacientes em processos de redesignação sexual¹⁷.

Veja bem, professor, além do imbróglio da *era das escolas*, ainda temos de fazer um inventário daquilo que caducou após um século de psicanálise e do que segue vigente a respeito dos ordenadores do funcionamento psíquico. Precisamos fazer isso porque o senhor nos ensinou a ter um compromisso com o futuro da psicanálise, a fazer um ensino honesto, em que possamos mostrar

13 Faço menção ao título do precioso artigo “O ouvido com que convém ouvir”, de Leclair, no qual o autor faz uma série de críticas aos riscos da escuta estereotipada que alguns analistas podem oferecer a seus clientes.

14 Ver S. Bleichmar, *Paradoxos da constituição sexual masculina*, p. 185-195.

15 Sobre o desenvolvimento desse tema, deixo ao leitor a recomendação do livro *El desmantelamiento de la subjetividad: estallido del yo*, de S. Bleichmar.

16 S. Freud, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*.

17 Para acompanhar a bela discussão sobre essa temática, é necessário recorrer à leitura do livro *Las teorías sexuales en psicoanálisis: qué permanece de ellas en la práctica actual*, de S. Bleichmar.

»
*o que me preocupa na docência
da psicanálise nas universidades
brasileiras: a significativa diminuição
do tempo dedicado ao estudo*

não apenas o alcance das propostas psicanalíticas como também as suas limitações. Precisamos fortalecer o estudo de dois conceitos ainda muito frágeis no *corpus* teórico da psicanálise: o de narcisismo e o de identificação.

Após toda essa explanação, creio que posso resumir o que me preocupa na docência da psicanálise nas universidades brasileiras: a significativa diminuição do tempo dedicado ao estudo da sua obra, pois não há espaço para se estudar justamente os textos mais belos e didáticos ainda hoje produzidos pela psicanálise. Eu não sei se o senhor vai concordar com essa minha preocupação, pode até mesmo contra-argumentar que os institutos de psicanálise vão corrigir esse equívoco didático dos professores universitários. Pode querer me aquietar dizendo que, com o tempo, tudo se ajeitará. Sei que, de fato, a verdade é filha do tempo, mas também sei que a revolução que o senhor fez foi feita por meio do único método capaz de produzir verdades, a investigação científica; e é exatamente nesse terreno, o das pesquisas acadêmicas, que estão dando tão certo para o aprofundamento da teoria psicanalítica, que está a fonte maior da minha angústia. Por mais paradoxal que seja, os nossos candidatos a pesquisadores são cada vez mais jovens e passam pelo processo seletivo antes mesmo de atravessarem a longa jornada de estudos teóricos conduzidos pelas instituições. Vão fazer o seu mestrado num período de dois anos, tempo apertado, pois ainda terão de frequentar aulas de disciplinas que, muitas vezes, pouco vão acrescentar ao seu objeto específico de estudo. E, aí, vem o pior: é imprescindível que o aluno conheça os conceitos fundamentais da psicanálise – isso será exigido dele, seja qual for a escola do orientador. Quando for se doutorar, terá quatro anos de prazo para

produzir uma tese original e que possa, de fato, colocar um tijolo no edifício teórico da psicanálise. Muitas vezes, a falta de conhecimento da metapsicologia freudiana chega a levar ao desespero, tanto o aluno de pós-graduação como o orientador, que, impotente nesse momento, lembra-se de que foi um dos protagonistas do drama.

Tenho sido fiel ao que acredito ser o método correto de transmissão da psicanálise na universidade, e se insisto em sustentar essa agonia é porque tenho um comprometimento interno com aquilo que o senhor nos ensinou como sendo característico do tratamento psicanalítico: “a exigência de sinceridade, a recusa de qualquer subterfúgio e de qualquer compromisso com a hipocrisia”¹⁸. Porém, temo ficar rouca e, por isso mesmo, preciso dos seus conselhos, antes que a minha voz se cale. Muitas vezes me sinto sozinha nessa apreensão e, por isso, recorro ao senhor, dr. Freud, aquele que teve, como disse Renato Mezan, “a aventura mais

solitária e mais arriscada jamais empreendida por um ser humano: a descoberta de seu próprio inconsciente e a formulação das leis que regem não apenas este inconsciente individual, mas também o de todos nós”¹⁹. Aguardo, ansiosamente, uma resposta. Sei que não espero em vão. Se o senhor, 64 dias antes de deixar Viena para sempre, respondeu a Weissmann, uma pessoa desconhecida, que vivia em uma cidade também desconhecida, em um remoto país, eu também posso esperar uma resposta, pois são gestos grandiosos como esse, de carinho para responder a um desconhecido que espera uma explicação para uma dúvida, ou um aval para seus escritos, que o legitima, a meus olhos, como um professor: o nosso eterno e querido professor Sigmund Freud.

Com respeito e admiração profunda,

Professora Cassandra França
Universidade Federal de Minas Gerais

¹⁸ R. Mezan, *Freud: a conquista do proibido*, p. 63.

¹⁹ R. Mezan, *op. cit.*, p. 63.

Referências bibliográficas

- Bleichmar S. (1993). Paradoxos da constituição sexual masculina. In *Nas origens do sujeito psíquico: do mito à história*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bleichmar S. (2010). *El desmantelamiento de la subjetividad: estallido del yo*. Buenos Aires: Topia Editorial.
- Bleichmar S. (2014). *Las teorías sexuales en psicoanálisis: qué permanece de ellas en la práctica actual*. Buenos Aires: Paidós.
- Brasil: Psicanálise e Modernismo. (2000). In *Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento526666/brasil-psicanalise-e-modernismo-2000-sao-paulo-sp>. Consultado em: 15/2/2020. Verbetes de enciclopédia.
- Freud S. (1905/1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. VII, pp. 121-252). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud S. (1918-1919/1996). Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. In *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (vol. XVII, pp. 217-219). Rio de Janeiro: Imago.
- Leclair S. (1968/1986). O ouvido com que convém ouvir. In *Psicanalisar* (pp. 7-24). São Paulo: Perspectiva.
- Mezan R. (2000). *Freud: a conquista do proibido*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Mezan R. (2002). As cartas de Freud. In *Interfaces da psicanálise* (pp. 83-99). São Paulo: Companhia das Letras.
- Mezan, R. (2014). *O tronco e os ramos: estudos de história da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.

Moretzsohn, M. A. & Teperman, M. H. (2014). Uma carta, uma história. *Jornal de Psicanálise*, 32(4), 261-263.

Roudinesco, E. (1988). *História da psicanálise na França: a Batalha dos Cem Anos 2: 1925-1985*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

On not so ominous fates: teaching Psychoanalysis in universities

Abstract The author writes a letter to Freud, elaborating upon the state of Psychoanalysis in Brazil with emphasis on its insertion in undergraduate and graduate studies

Keywords Psychoanalysis in Brazil, Psychoanalysis at the university, teaching of Psychoanalysis, history of Psychoanalysis

Texto recebido: 08/2019

Aprovado: 09/2019

Instituto AMMA

Psique e Negritude

Maria Lúcia da Silva, Marilza de Souza Martins e
Deivison Mendes Faustino

Racismo: por uma psicanálise atenta

Realização Ana Claudia Patitucci, Bela M. Sister, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan Cardoso e Silvio Hotimsky

Colaboração Noemi Moritz Kon

Participação especial Kairú NKosi

Enquanto produzíamos a entrevista com o Instituto AMMA Psique e Negritude, em dezembro de 2019, ocorreu um massacre em uma festa na comunidade de Paraisópolis, em São Paulo. A Polícia Militar, órgão de segurança do governo do estado, chacinou nove jovens e feriu dezenas de outros em mais uma demonstração da violência efetuada como política, há séculos, contra as populações negras e pobres. Como pensar um Estado que, em vez de proteger, cuidar e cultivar a vida, criminaliza, encarcera e mata? Como pensar esse testemunho diário de brutalidade e irracionalidade?

Paraisópolis, tristemente, não é um acidente em nosso processo civilizatório no trato com essa parcela da sociedade.

A escravidão, ponto inicial da diáspora negra, tinha como princípio destroçar a vida e a dignidade daqueles que serviam aos interesses do modo de produção escravista colonial, que tratava essa população como mercadoria. Suas raízes e identidades originais, seus saberes e tradições, tinham de ser destruídos e esquecidos. As populações negras no Brasil vivem a marca dessa história, que nunca cessa de se reatualizar.

Nosso grupo de entrevistas tem se inquietado constantemente com os problemas sociopolíticos contemporâneos, tais como as imigrações em massa, a situação dos refugiados e os movimentos identitários. Estamos interessados em ouvir como os psicanalistas e as instituições de psicanálise trabalham com os efeitos psíquicos oriundos dessas questões. Seguindo esse fio, como em uma pesquisa, apresentamos aos leitores nosso diálogo com três integrantes do Instituto AMMA Psique e Negritude, pioneiro e referência no combate ao racismo por seus efeitos psíquicos e atuante há 25 anos nos âmbitos político, clínico e formativo. Desenvolve seu trabalho junto à população negra e aos profissionais de saúde e educação.

Fomos recebidos com carinho na sede do instituto. Conversamos por quase três horas. Ouvimos sobre as feridas produzidas por essa história de humilhação, os impactos na saúde física e psíquica, o efeito das marcas reais e simbólicas da violência da branquitude e de sua recusa em reconhecer a existência do racismo, o que dificulta a criação de movimentos concretos para transformar essa realidade.

O racismo, elemento estruturante da nossa sociedade, perdura enquanto silenciemos a história da negritude. O instituto compreende que a luta política e o cuidado com a militância são fundamentais na constituição de um movimento de enfrentamento do racismo. Racismo construído por historiadores, filósofos, cientistas que entenderam o homem branco como sinônimo do progresso e da civilização. Parisópolis é só mais um dos pesadelos dessa falácia.

Esta entrevista é uma pequena e respeitosa contribuição para a reflexão sobre um pensamento e uma política reparatória que só se concretizará quando assumirmos a dívida histórica com a população negra. Para nós, psicanalistas que trabalham no Brasil, trata-se da capacidade de desenvolver um pensamento e abrir a escuta para nossas especificidades históricas e culturais.

No decorrer deste trabalho, tivemos a contribuição essencial de nossa colega Noemi Moritz Kon (Noni), que sugeriu esta entrevista institucional com os colegas do instituto. Elas nos auxiliou com bibliografia e a formulação das questões e colaborou em nosso encontro.

O Instituto AMMA Psique e Negritude está representado por duas de suas fundadoras, as psicólogas Maria Lúcia da Silva e Marilza de Souza Martins, e pelo sociólogo Deivison Mendes Faustino, que faz parte do corpo institucional. Nossa conversa também foi enriquecida pela participação de Kairú Nkosi, com sua visão de jovem militante. A eles, nossa gratidão pelo que nos ensinaram nesse encontro, que nos desafiou como pessoas e como psicanalistas.

Maria Lúcia não nos poupou como alvo de suas críticas: “O Sedes é nórdico”. Nada mais evidente do que isso para demonstrar o quanto temos de caminhar para chegar ao Brasil. Que as marcas dessas lutas e desse trabalho de resistência possam



começamos a conversar e a pensar sobre o que ocorria na psicologia em relação ao racismo. Nessa conversa, surgiu a ideia de reunir um grupo de psicólogos e psicólogas para pensar as “sequelas do racismo”

nos nortear na construção de uma sociedade que supere seu estado cotidiano, naturalizado, de barbárie.

Ana Claudia Patitucci e Silvio Hotimsky

PERCURSO Pensamos esta entrevista como uma homenagem aos 25 anos de trabalho do Instituto AMMA Psique e Negritude, mas também como um movimento reparatório. Vamos começar perguntando sobre a história do AMMA e quais foram as motivações para sua fundação?

MARIA LÚCIA DA SILVA Em 1995, encontro com Marilza nos corredores da clínica de Liane Zink, psicóloga e terapeuta da linha bioenergética, onde fazíamos supervisão. Eu já era ativista, desde a década de 1970, e trabalhava com grupos. Começamos a conversar e a pensar sobre o que ocorria na psicologia em relação ao racismo. Nessa conversa, surgiu a ideia de reunir um grupo de psicólogos e psicólogas para pensar as “sequelas do racismo”. Com o tempo, passamos a chamar de “efeitos do racismo”. Para iniciar esse trabalho, chamamos duas companheiras, a Ana Maria Silva, que atuava na área clínica e no RH [recursos humanos], e a Silvia [de Souza], que era junguiana. Marilza



*localizamos o deus
AMMA, que tinha vários
significados, e o que nos tocou
foi “o início de tudo”, “a primeira
palavra” que associamos com
o início deste trabalho,
que era inusitado*

é da linha corporal, e eu alternei entre supervi-
sões na linha corporal e na psicanálise.

MARILZA DE SOUZA MARTINS Começamos a pensar esse trabalho quando notamos que havia uma total ausência de profissionais e de organizações, dentro da comunidade negra ou fora dela, que trabalhassem com a questão emocional no racismo. Percebíamos que as pessoas que estavam na militância adoeciam, morriam, completamente dissociadas de um trabalho sobre si. Isso foi superimportante e nos motivou a dar a arrancada para um tipo de abordagem que contemplasse os dois aspectos, a psique e a negritude, e que desse subsídio aos militantes.

O nome “AMMA” contemplava esses dois aspectos. Fizemos uma pesquisa no dicionário de símbolos do [Carl] Jung e na mitologia africana para encontrar um nome que fosse pertinente. Localizamos o deus AMMA, que tinha vários significados, e o que nos tocou foi “o início de tudo”, “a primeira palavra” que associamos com o início deste trabalho, que era inusitado.

MARIA LÚCIA Chegamos a esse nome, também, porque tínhamos a ideia de um trabalho que se desenvolveria em espiral. E no movimento espiralar se pode trabalhar o mesmo tema por toda

a vida, a cada rodada ele é trabalhado em uma dimensão diferente. E AMMA tem a conotação de algo espiralado, que não tem verticalidade ou horizontalidade, mas é circular.

Em oito meses, já com imagem e marca, anunciamos o Grupo AMMA Psique e Negritude, formado por quatro psicólogas negras, com a perspectiva de pensar os efeitos do racismo, e incluindo a responsabilidade da sociedade brasileira como integrante importante para o desenvolvimento do trabalho. Começamos a trabalhar, não só individualmente, mas no desenvolvimento de grupos e oficinas.

Nos primeiros cinco anos, éramos só nós quatro. O primeiro trabalho com grupos foi na Igreja Metodista (Avenida Tiradentes), com o reverendo Santana que desenvolvia ações importantes no enfrentamento ao racismo. Fizemos um levantamento com as pessoas que estavam ali nos bancos, no púlpito, sobre como elas se pensavam e viviam suas emoções em relação ao racismo. Pusemos um papel pardo na parede e fomos anotando. Foi o primeiro panorama que tivemos. Os grupos começaram a acontecer, tínhamos uma assessoria de comunicação que nos ajudou na divulgação. Saímos na imprensa e, a partir daí, passamos a ser chamadas para falar sobre o tema. Estávamos na clínica, nos grupos e na articulação do movimento. Eu vinha do Geledés – Instituto da Mulher Negra, trabalhando o tema do racismo e das questões das mulheres negras, onde fiquei de 1988 a 1992. Coordenava um projeto chamado “Construindo a nossa cumplicidade”, do qual a Silvia também fazia parte.

PERCURSO Vocês defendem que, para combater o racismo, é necessário somar o trabalho psíquico ao trabalho social e político. Existe uma especificidade nesse trabalho psíquico? Vocês falam de uma “psicanálise brasileira”, o que seria? Que autores vocês consideram referências importantes para pensar o trabalho sobre o racismo?

MARIA LÚCIA Na década de 1970, conhecemos Frantz Fanon que entra no Brasil primeiro como revolucionário, e é sua experiência política que

circula pelo movimento negro. Só vamos encontrar o Fanon, psiquiatra e psicanalista, em *Pele negra, máscaras brancas* (1963), livro que conhecemos na década de 1980. Deivison, você poderia contar um pouco da história dele?

DEIVISON MENDES FAUSTINO A produção intelectual antirracista está presente em toda a diáspora negra, com diversos enfoques. Em algum momento, a questão da subjetividade aparece nessa produção. Fanon é um marco nesse tema. É um negro martinicano, que vai estudar na metrópole francesa, onde tem contato com a psicanálise e com o existencialismo. Na década de 1950, suas reflexões sobre a subjetividade não circulavam tanto, porque naquele contexto se discutia a luta anticolonial. Somente a partir das décadas de 1980 e 1990, com a ascensão do pensamento pós-colonial na Inglaterra, fica conhecido internacionalmente pelo tema da subjetividade. Na literatura inglesa sobre o racismo, a subjetividade começa a aparecer em autores, como Marimba Ani, que vão dialogar com a literatura judaica pós-nazismo e fazer provocações sobre os efeitos não elaborados da escravidão na subjetividade negra. Assim começam a surgir discussões que pensam o racismo do ponto de vista da psicologia. E, no Brasil, um grande marco para nós é a Neusa Santos Souza. Embora já encontrássemos reflexões importantes na Virginia Bicudo ou mesmo no Guerreiro Ramos, que, apesar de fora da psicanálise, pensa a subjetividade. O AMMA esteve na vanguarda, no Brasil e no movimento negro, e tem uma influência muito grande na provocação desse tema na psicologia, não só na psicanálise. Fanon, sem dúvida, foi um grande subsídio teórico.

NOEMI MORITZ KON Seria importante se vocês pudessem detalhar o trabalho que vêm fazendo hoje, que tem a ver com a pergunta sobre a especificidade do trabalho psíquico que desenvolvem. **MARILZA** No início do AMMA, as atividades tinham um caráter diferente das que acontecem hoje, fazíamos muitas oficinas e grupos. Tinha um entusiasmo muito interessante, não só da nossa parte, mas das pessoas que estavam ávidas



a subjetividade começa a aparecer em autores, como Marimba Ani, que vão dialogar com a literatura judaica pós-nazismo e fazer provocações sobre os efeitos não elaborados da escravidão na subjetividade negra

de fazer parte de um espaço em que pudessem discutir temas que em outros contextos não seria possível. Lembro de uma oficina com o nome: “O isolamento social. Onde estão os meus pares?”, dirigida para profissionais que se sentiam isoladas. O tema da solidão é e sempre foi um tema presente, inerente à questão do racismo. A nossa ideia, e não tínhamos essa clareza na época, era possibilitar encontros onde as pessoas pudessem se reconhecer e discutir.

MARIA LÚCIA Diferente do ativismo, era um chamado para conversar, se olhar e dizer. Era uma experiência muito nova e as pessoas reconheciam a importância e a necessidade. Para nós também, estávamos começando a ver que caminhos iríamos tomar. Mas, fundamentalmente, era uma experiência de conversar sobre a vida, no *tête-à-tête*. Falar sobre o racismo, não na discussão política, mas no plano individual, da intimidade e da subjetividade. Esse foi um trabalho que fizemos de 1995 a 2000.

MARILZA Conseguir trazer as pessoas era um esforço, a tendência era a discussão do que já se vivia dentro do movimento negro. As pessoas falavam: “Olha, eu não quero psicoterapia, quero participar de grupo de reflexão”. Entendíamos



*eu já conhecia o AMMA,
organização muito respeitada
no movimento negro nacional.
A clínica e os trabalhos grupais
resultaram na mobilização individual
dos profissionais para atender pessoas
negras que não tinham acesso a esse
tipo de dispositivo de cuidado*

como uma defesa para não entrar em contato com questões que achávamos superimportantes para, posteriormente, fazerem a ligação com a questão política. Esses trabalhos, que fazíamos na Igreja Metodista, causavam nas pessoas admiração e surpresa: “Nossa, eu nunca tinha visto uma psicóloga negra e, agora, estou vendo quatro!”. Essas reações nos entusiasmavam. Fizemos alguns trabalhos fora de São Paulo até culminar no encontro do Maranhão.

MARIA LÚCIA Em 1998, fizemos o encontro em São Luís, no Maranhão, em que, pela primeira vez, as ativistas se encontraram, em torno de um projeto sobre Lélia Gonzalez. Lélia já tinha falecido e o encontro era em sua homenagem. Reunimos por volta de oitenta a noventa lideranças, negras e mulheres, de todas as áreas e de todo o Brasil. O AMMA foi convidado como facilitador. Passamos três dias em São Luís, todo o processo foi construído coletivamente, foi muito emocionante. A escolha dos grupos e dos facilitadores foi feita aleatoriamente para sairmos dos lugares-comuns. A perspectiva era desenvolver uma metodologia de encontro e de trabalho em grupo. Foi a primeira oportunidade de o movimento de mulheres negras desenvolver um trabalho reflexivo,

a partir da sua experiência e da sua perspectiva. Trabalhamos muito; a demanda foi grande. Entre outros temas, discutimos o mercado afetivo, o isolamento e a solidão. As mulheres produziram muito material, porque a metodologia pressupunha o pensar sobre si e transformar em representação gráfica. Depois, apresentar para o grupo e discutir coletivamente a subjetividade e o lugar de cada um. Nunca mais o movimento teve um trabalho como esse. Também tivemos a presença de Angela Davis, pela primeira vez, foi um presente para nós.

MARILZA Propiciamos um movimento intenso que foi favorecido pela escolha das dinâmicas, mas também pela grande disponibilidade dessas lideranças. As mulheres não ficavam nas cadeiras.

PERCURSO Vocês colocam esse encontro como um marco para o AMMA. Foi transformador?

MARIA LÚCIA Foi e continua sendo um marco. Toda vez que nos encontramos com alguma dessas mulheres, elas dizem: “Precisamos fazer aquele encontro de novo”. Nunca mais nos encontramos com aquela qualidade de trabalho, onde a tarefa era as mulheres serem cuidadas.

DEIVISON Eu queria aproveitar para falar da minha chegada ao AMMA, acho que ajuda a responder à pergunta que vocês fizeram sobre o trabalho psíquico. Eu venho do movimento negro, já há muitos anos, sou acadêmico, não sou psicólogo nem psicanalista, sou sociólogo. Já conhecia o AMMA, organização muito respeitada no movimento negro nacional, pois oferecia um cuidado e uma contribuição muito singular: a possibilidade de pensar a subjetividade e de olhar para si. Quando sou convidado a participar, havia três eixos de inserção: a clínica, a política e a formativa. Fui convidado para contribuir na dimensão formativa.

A clínica e os trabalhos grupais resultaram na mobilização individual dos profissionais para atender pessoas negras que não tinham acesso a esse tipo de dispositivo de cuidado. E em uma abertura na sociedade negra, que não tinha a



*Nas décadas de 1970 e 1980,
surgem várias organizações
de mulheres negras, entre elas o
AMMA, que conquista
uma inserção nos espaços políticos
de decisão do movimento,
como a Rede Nacional
de Mulheres Negras
e a Articulação Nacional*

cultura de procurar esse tipo de recurso. Essa mudança vai acontecendo, começa a haver uma demanda imensa e uma procura por psicólogas e psicólogos que estivessem atentos ao racismo. Como o AMMA era a referência nacional, entendemos que seria necessário que uma rede fosse criada para dar conta dessa demanda. E também que, na inserção clínica, começasse a formação e supervisão de psicólogos, brancos e negros, porque a organização não daria conta de resolver um problema que deveria ser de política pública.

A dimensão política é parte da história do AMMA, que se confunde com a história do movimento negro contemporâneo no Brasil. Nas décadas de 1970 e 1980, surgem várias organizações de mulheres negras, entre elas o AMMA, que conquista uma inserção nos espaços políticos de decisão do movimento, como a Rede Nacional de Mulheres Negras e a Articulação Nacional. Quando estudamos o histórico da política nacional de saúde da população negra, todos se referem ao AMMA como uma das organizações que ajudou a desenhá-la em rede com o Geledés e outros profissionais.

Ao se tornar referência, passa a fazer consultoria para prefeituras, empresas e organizações. Realiza trabalhos de leituras institucionais e de formação, compartilhando subsídios teóricos sobre o racismo. Daí decorre sua dimensão formativa. Demos muitos cursos para Secretarias de Saúde, para a Organização das Nações Unidas (ONU) e para organizações não governamentais (ONGs). Quando entro, é um momento de mudanças, Lúcia e Jussara [Dias] me falam: “Não vamos viver para sempre, precisamos renovar e agregar novas pessoas e contribuições”. Digo que não sou psicólogo, não entendo de psicanálise, e me respondem: “Nós sempre atuamos interdisciplinarmente”. Até então, o AMMA era uma organização de mulheres negras. Como seria ter homens? Outros também foram convidados. Era uma responsabilidade. Começaram a surgir questionamentos em relação aos três eixos que norteiam a instituição, e estamos em um momento de redefinição. Hoje, discutimos se é nosso papel

dar conta da ausência de políticas públicas, na área da saúde mental, para a população negra. Começamos a nos perguntar: “Qual é o lugar do AMMA e sua principal contribuição?”. O que tem sido apontado como importante é a formação.

MARIA LÚCIA Discutimos muito e estamos começando a fazer a sistematização disso tudo. A atuação política produziu enfrentamentos no Sistema Conselhos de Psicologia, federal e regionais, com quem priorizamos trabalhar, pela necessidade de incorporar o racismo como elemento que produz sofrimento psíquico. Os Conselhos podiam fazer esse trabalho junto aos profissionais, porque têm a capacidade de fazer campanhas. Em 2002, saiu a primeira campanha, fruto de nossa intervenção: “O preconceito racial humilha, a humilhação social faz sofrer”. Eu e duas companheiras, Jesus [Moura] e Cida [Maria Aparecida Silva Bento], fomos conversar com a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), para pensar como introduzir o tema do racismo no Sistema Conselhos. É interessante que quem assina a primeira ata de constituição do CFP é a Virgínia Bicudo. Ela fica invisível em todas as dimensões, no Sistema Conselhos e na Sociedade Brasileira de Psicanálise (SBP), na qual era uma



nós pensamos o racismo como algo estrutural, com dimensões sociais, políticas, econômicas e psíquicas. O preconceito tem uma dimensão mais subjetiva, como a interiorização de representações e estereótipos a priori, que podem ou não se comprovar

participante ativa. Nós desenvolvemos um trabalho que resultou em oficinas no Conselho, para pressionar que o tema fosse incorporado. Aqui em São Paulo, passamos em todas as subsedes, fazendo oficinas de enfrentamento ao racismo institucional. Discutíamos o básico: o que é racismo, discriminação, preconceito e estereótipo, como se materializa o racismo e o que produz.

PERCURSO Como vocês diferenciam racismo e preconceito?

MARIA LÚCIA O racismo é a ideologia máxima. O preconceito e a discriminação são materializações do racismo.

DEIVISON Se pensarmos a partir da filosofia crítica, há uma diferença em relação a como o movimento negro e o AMMA trabalham. Nós pensamos o racismo como algo estrutural, com dimensões sociais, políticas, econômicas e psíquicas. O preconceito tem uma dimensão mais subjetiva, como a interiorização de representações e estereótipos a priori, que podem ou não se comprovar. A discriminação, quando se materializa, pode ser orientada ou não pelo preconceito, e também por um projeto político consciente, e não apenas equivocados. Não temos trabalhado com a ideia de

que o racismo seria a ausência de conhecimento, mas o pensamos como dispositivo de poder, que pode abrir mão, ou não, de informações sobre a realidade. É uma ideologia que sustenta a estrutura de poder. Temos trabalhado com essa forma de pensar, sabendo que existem outras análises teóricas e definições.

PERCURSO Como se deu a associação do AMMA com o Programa de Combate ao Racismo Institucional (2001), ligado à ONU e a uma agência britânica?

MARIA LÚCIA A introdução do conceito de racismo institucional foi um momento importante para o AMMA, e o livro *Identificação e abordagem do racismo institucional*, dá essa dimensão. Até então, trabalhávamos com a ideia de racismo individual e as instituições ficavam isentas. Esse livro foi distribuído nacionalmente, gerando demanda de oficinas no Brasil inteiro. O Programa de Combate ao Racismo Institucional aconteceu como resultado do plano de ação da Conferência Mundial contra o Racismo, que ocorreu em Durban, na África do Sul, em 2001. Esse plano de ação definiu que todos os Estados presentes eram responsáveis pelo enfrentamento ao racismo e pela elaboração de proposições de políticas públicas que o combatessem. Não estávamos tratando só do racismo aos negros, mas do racismo em geral, de xenofobia. Esse plano gerou vários frutos no Brasil. Um deles foi esse Programa de Combate ao Racismo Institucional, que foi um projeto de cooperação internacional entre Brasil e Grã-Bretanha, representada pelo Department for International Development (DFID), que não está mais no Brasil. Esse projeto propunha, como introdução do trabalho, uma experiência em dois municípios, Salvador (BA) e Recife (PE), em todas as secretarias. O outro foi a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que é uma secretaria de produção de políticas para a população negra, com *status* de ministério, ligada diretamente à presidência da República. Hoje não existe mais, a ministra Damares Alves encostou em uma gavetinha.

DEIVISON Gostaria de acrescentar uma questão histórica que é a mobilização das mulheres negras no Brasil em defesa de políticas públicas de igualdade racial, que vem da década de 1990. Houve um trânsito latino-americano do movimento das mulheres negras, e um trânsito também de *lobby* junto às agências multilaterais, que terá grande peso na Conferência Mundial. Estamos em 2000 para 2001, o governo é de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que já tinha reconhecido a existência do racismo. Esse trânsito gera uma mobilização nacional do movimento negro para a participação na Conferência. Temos um processo nacional de construção de propostas para que a delegação brasileira, que era a maior comitiva, levasse a Durban. Edna Roland foi a relatora desse processo brasileiro. Nesse momento, o movimento negro não está dentro do governo, mas tem algumas inserções. Temos a Luiza Bairros na Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e a Fernanda Lopes no DFID, que propiciavam uma incidência internacional. Quando acontece a Conferência em Durban, já tínhamos uma carta de sugestões de políticas públicas para o Estado brasileiro, na área da saúde, com propostas consistentes e com conhecimento técnico, que incluía a saúde mental.

MARIA LÚCIA Já vínhamos construindo essas propostas e sugestões no Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), da ONU. A Luiza Bairros articula um grupo e vamos para a Organização Mundial da Saúde (OMS), em Washington (Estados Unidos), fazer uma intervenção concreta na OPAS, que propunha a formulação de uma política efetiva de saúde para a população.

DEIVISON É daí que vem a política de saúde da população negra. Não é apenas uma proposta da ONU, mas temos uma articulação do movimento de mulheres negras brasileiras que, na ausência de um espaço no Estado, vai buscar articulações fora. Quando Luiz Inácio Lula da Silva ganha a eleição, em 2002, encontra um movimento articulado e com uma política nacional de saúde da população negra já desenhada, que diz: “Você é das massas? Aqui está a nossa proposta”. Na educação,

»»

o conceito de racismo institucional, que é criado pelos Black Panthers, na década de 1960, com outra conotação, passa a ser a espinha dorsal do argumento que o movimento negro traz para esse Estado que se propõe a atender as demandas dos movimentos sociais

por sua vez, a mobilização resultou na Lei 10 639, e o mesmo com a política quilombola. O movimento negro fechou o cerco e aciou o governo que chegava apresentando políticas já desenhadas para o enfrentamento do racismo, com propostas técnicas para cada área.

O conceito de racismo institucional, que é criado pelos *Black Panthers*, na década de 1960, com outra conotação, passa a ser a espinha dorsal do argumento que o movimento negro traz para esse Estado que se propõe a atender as demandas dos movimentos sociais. O movimento vai dizer: “Não importa se o indivíduo é bem-intencionado, e sim o que cada instituição está fazendo para combater e o que deixa escapar ao não olhar para o racismo”.

PERCURSO Em linhas gerais, quais políticas públicas foram propostas?

MARIA LÚCIA A política nacional de saúde das mulheres negras, por exemplo, é uma política federal. A Lei 10 639, introduz o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar, do Ensino Fundamental à Universidade.

DEIVISON No caso da saúde, já havia um acúmulo de pesquisas, com dados que comparavam



*não há diferença
na forma como o racismo
afeta homens e mulheres.
Acho que há combinações,
como racismo e machismo,
com diferentes implicações
em homens e mulheres*

brancos e negros e mostravam as disparidades de doenças e de morte entre eles. A política provocava os serviços de saúde a aprimorar os diagnósticos e oferecer respostas, que iam desde desenvolver sistemas de informação que permitissem olhar para a dimensão raça/cor, mas também respostas de formação, de RH, que atendessem à discussão racial. Ela listava a criação de indicadores de desigualdade por raça e promovia um incentivo às pesquisas que dessem conta de captar os efeitos do racismo nas mais diversas instâncias da saúde. Era um pacote. Essa política é posteriormente oficializada e publicada como portaria, atribuindo responsabilidades para as três esferas de gestão em relação à saúde da população negra. E o conceito de racismo institucional foi uma grande ferramenta.

MARIA LÚCIA Foi a grande ferramenta para podermos responsabilizar não só as instituições, mas também o Estado.

DEIVISON Esse também foi o argumento para o Sistema Conselhos.

PERCURSO Na Conferência de Durban, foi considerada a criminalização do Estado na questão do racismo?

DEIVISON Esse debate aconteceu na Conferência, mas não se chegou a um consenso, porque a questão da Palestina estava em pauta e havia uma discussão sobre o reconhecimento do genocídio, sobre o racismo de Estado e o que isso implicava do ponto de vista de reparações e de penalizações internacionais. Como Israel se retira, os Estados Unidos também resolvem sair. Isso foi em 6 a 8 de setembro de 2001, e logo acontece o 11 de setembro. A Conferência sai de cena e o atentado passa a ser o foco. Não houve consenso entre as nações, embora essa fosse a demanda, pensar o racismo como crime contra a humanidade e ampliar sua noção para racismo implícito e não ficar apenas com o declarado. Esse era o *lobby* do movimento oficial dos Estados-membros e das articulações das sociedades civis. Os debates eram tensos em todos os âmbitos. No Sistema ONU, ou há consenso ou se faz uma carta de recomendações. Ainda que tenha saído apenas uma carta, ela foi o elemento-chave para a constituição da SEPPPIR e das políticas de igualdade racial no Brasil. Por conta da SEPPPIR, o Brasil passa a ser referência latino-americana de políticas de igualdade racial.

PERCURSO Existe alguma diferença na forma como o racismo afeta mulheres e homens? Vocês realizam trabalhos voltados especificamente para o cuidado com as mulheres?

MARIA LÚCIA Eu diria que não há diferença na forma como ele afeta homens e mulheres. Acho que há combinações, como racismo e machismo, com diferentes implicações em homens e mulheres. O lugar em que o machismo sempre colocou os homens fez com que os homens negros não pudessem pensar a sua subjetividade. Na atualidade, começam a surgir grupos sobre masculinidade, com homens brancos e negros. Começam a procurar atendimento psicológico e reconhecer a necessidade de se pensar, enquanto homem e negro. As mulheres já vinham buscando atendimento, ao reconhecerem o racismo como elemento que produz sofrimento. Acho isso importante, porque é preciso entender o AMMA como uma clínica



ampliada e implicada e não como uma clínica de consultório.

Os integrantes e as integrantes, além de atenderem e estarem na lida política, participavam das oficinas que tinham uma dimensão pessoal. A metodologia pressupunha momentos de olhar para si e para seu racismo, como ele se materializava. Propunha que as pessoas escrevessem uma carta, fazendo um exame sobre si mesmas. Nem sei quantas pessoas passaram por essas oficinas e quantas milhares de cartas escreveram. Existem algumas cartas horrorosas, mas que são belíssimas... “Eu sei que eu sou racista, não gosto de negro.” Como eram anônimas, cada um podia declarar o seu racismo. Temos um material imenso, mas que nunca tivemos tempo de sistematizar.

DEIVISON Agora, tem uma discussão que tem nos acompanhado, pensar psicologia e racismo implica apenas considerar a oferta de atendimento psicológico aos negros, seja individual ou coletivo, ou implica pensar que esse atendimento tem alguma particularidade? Essa é uma questão teórica sobre a qual temos nos debruçado. Hoje, já existem várias respostas diferentes circulando tanto no Brasil quanto internacionalmente.

PERCURSO Poderiam nos contar um pouco sobre isso?

MARIA LÚCIA No AMMA, pensamos psicologia e relações raciais, o que significa implicar brancos e negros no processo de discussão, desconstrução e enfrentamento. Nessa dimensão, compreendemos que o racismo não foi produzido por nós e que somos alvo do racismo. Há uma responsabilidade nacional nesse enfrentamento. Não dá para pensar só naquele que sofre o racismo, mas também naquele que o produz. Nessa dimensão, necessitamos de parcerias com a sociedade brasileira e, assim, criamos uma rede de psicanalistas atentos. Temos discutido junto a esses psicanalistas o que é o racismo, através de vinhetas clínicas e discussões de textos. São espaços de desconstrução do imaginário que pressupõe que o branco não está incluído. Mas há outro movimento, no Brasil, que chamamos de afrocentrado, que acha

*há algo que é comum
às duas tendências,
que nos une, que é a
reflexão sobre os limites
da universalização da experiência
europeia como referência
para a construção
do saber psíquico*

que o branco nunca vai compreender e que está fora dessa discussão. Hoje, há essa disputa de narrativa que, não sei ao certo, se é uma disputa ou uma construção, porque [ambas as narrativas] vêm se desenvolvendo paralelamente. Ainda não estão se conversando.

MARILZA Esse processo ainda é embrionário. É o pessoal jovem, muito afeito a essa questão, que tem se mobilizado.

DEIVISON Existe essa discussão no plano teórico, mas tem também um sentimento de parte da população negra que entende a importância do atendimento clínico, mas que se nega a ser atendida por um profissional branco. Há uma desconfiança. Entendem que esse profissional nunca os acolherá, que a escuta não será devida.

Paralelo a isso, há algo que é comum às duas tendências, que nos une, que é a reflexão sobre os limites da universalização da experiência europeia como referência para a construção do saber psíquico. Até que ponto os referenciais culturais e epistêmicos, dão conta de pensar a experiência colonial e de racialização, na medida em que não foram problematizadas. Como contemplar outras produções culturais, tanto em relação a dispositivos de cuidado quanto a referenciais culturais



Ao pensarmos a concepção espiralar do AMMA, se coloca um conjunto de questões que não são pensadas. Por exemplo, damos nossa atenção aos mitos gregos, herdeiros da produção egípcia, mas discutimos pouco os mitos egípcios. O que perdemos, enquanto referencial humano e civilizatório, quando não discutimos a macumba?

e simbólicos. Ao pensarmos a concepção espiralar do AMMA, se coloca um conjunto de questões que não são pensadas. Por exemplo, damos nossa atenção aos mitos gregos, herdeiros da produção egípcia, mas discutimos pouco os mitos egípcios. O que perdemos, enquanto referencial humano e civilizatório, quando não discutimos a macumba? O que seria a Pombajira como mulher sujeito do seu desejo? O quanto tudo isso está presente no imaginário cultural mas escapa das formulações que só têm a Europa e a Grécia como referência. O que nos une é a crítica ao eurocentrismo, que perpassa a produção de saber ocidental. E a psicanálise é parte disso.

PERCURSO Essa conscientização e esse conhecimento histórico-cultural faz parte da formação que vocês propõem aos profissionais?

DEIVISON Sim.

MARIA LÚCIA Antes de falar da formação, gostaria de falar sobre a desconfiança que é real, histórica e presente. Há uma negação concreta da existência do racismo. Temos trabalhado a necessidade de se discutir a branquitude. O branco precisa começar a olhar para si e para a sua história e ver qual tem sido seu papel como elemento dominador.

DEIVISON E, em que medida, esse papel pode se refletir, de forma irrefletida, no atendimento clínico, quando uma queixa de racismo aparece. A forma como essa queixa será recebida explica parte dessa desconfiança.

MARIA LÚCIA Sim. Eu mesma vivi essa situação. Nunca tive uma analista negra e estou com setenta anos. Comecei minha análise há quarenta anos e foi uma luta com a minha analista, porque ela dizia que não existia racismo. Eu dizia: “Existe!”. Contava e não tinha escuta. E a escuta é a principal ferramenta do psicanalista, se ele não consegue escutar essa queixa, a relação e a possibilidade de atendimento à população negra é colocada em xeque.

DEIVISON Se essa discussão não estiver presente na formação do profissional, será difícil esperar que chegue sozinho à essas conclusões e possa ofertar um cuidado qualificado para essa população.

PERCURSO Pode falar um pouco mais sobre essa dimensão eurocêntrica da psicanálise? Quais são as principais críticas ou incômodos?

DEIVISON A primeira crítica foi essa que coloquei sobre a universalização da experiência europeia, como se ela pudesse dar conta de todas as variáveis sociais. Outra, seria o quanto esse eurocentrismo implica uma certa cegueira em relação ao racismo e aos seus efeitos psíquicos.

NOEMI Tem a ver com o quanto a psicanálise se empobrece, ao não levar em conta e negar essa outra informação, reiterando o racismo e a discriminação. Voltando à pergunta sobre a psicanálise brasileira, que outros elementos nós, como descentrados da América do Sul, brasileiros, podemos, enquanto psicanalistas ampliados na sua visão, trazer de enriquecimento para a psicanálise?

DEIVISON Pensando nessa provocação da Noemi, eu insisto no ponto de vista do repertório cultural. Para o movimento negro, é caro pensar que, mesmo com a colonização, existe um universo cosmogônico e cosmológico que não se perde. E que ainda acompanha a vida concreta das pessoas, mas não é levado em consideração pelas instituições oficiais, nem de educação, nem de saúde.



Volto ao exemplo da Pombajira: ela está lá, como uma mulher que não é a histérica da era vitoriana. Ela circula como um referencial nas comunidades. Do ponto de vista de repertório, já temos um empobrecimento ao não considerar essas dimensões.

PERCURSO Em termos de símbolo, da simbologia?

MARILZA Sim, e o que isso representa para essa população e para todos nós.

DEIVISON Temos insistido que não é só o negro que perde com o racismo. Defendemos que interessaria à psicanálise e à psicologia se debruçar sobre essa cultura que é nossa. Outra questão é olhar para a realidade latino-americana e brasileira, que é colonial, e isso implica dinâmicas de poder que não foram problematizadas pelos clássicos, contribuindo para a surdez em relação às queixas de racismo que são negadas, relativizadas ou reproduzem a fala do racista: “Não. Mas olha por outro lado, não é isso”.

PERCURSO Seria da ordem da recusa?

DEIVISON Sim, e aí a implicação se dissolve.

NOEMI Mais que dissolver, enlouquece.

DEIVISON Exato. Nesse sentido a ideia de racismo institucional é muito interessante. É claro que, em geral, o profissional se empenha na escuta, mas, se não estiver atento, pode deixar escapar. Isso coloca uma outra questão teórica: o que significa estar atento? Como contribuir para que a reflexão geral sobre o racismo se some à escuta singular. É uma questão delicada sobre a qual temos nos debruçado no AMMA, mas ainda não publicamos. Nossa divergência com a vertente, que chamamos de afrocentrada ou de psicologia preta, é que essa percepção correta dos aspectos sociais acaba chegando na frente da escuta individual. E pode ser que aquele indivíduo está trazendo um sofrimento que não é da ordem racial, embora ele seja negro. Ou que o racismo atravessa aquela questão, mas tem o papai e a mamãe. Essa dialética é muito sutil e temos travado disputas dentro do movimento negro que discute a psicologia.

*nossa divergência
com a vertente, que chamamos
de afrocentrada ou de psicologia
preta, é que essa percepção
correta dos aspectos sociais
acaba chegando na frente da escuta
individual. E pode ser que aquele
indivíduo está trazendo
um sofrimento que não
é da ordem racial,
embora ele seja negro*

PERCURSO Como é importante, no atendimento clínico, a escuta do testemunho do traumático que se repete. Vocês participaram da Clínica do Testemunho?

MARIA LÚCIA Não. Questionamos como seria fazer uma Clínica do Testemunho que contemplava as décadas de 1940 a 1980, sem pensar a escravidão no Brasil; sem levar em conta que os instrumentos de tortura foram inaugurados com os negros. Essa é uma crítica nossa que não levaram em consideração naquele momento.

DEIVISON Para a militância negra brasileira, é uma violência fazer qualquer discussão sobre tortura que comece e acabe na ditadura. Para nós, a tortura foi presente em toda a história do Brasil, e continua. Existe um estranhamento que está posto na discussão política, e no plano teórico essa concepção do traumático é fundamental. Há uma reparação que ainda não foi feita, nem por parte das estruturas de poder, nem dos dispositivos de cuidado.

MARIA LÚCIA Quando a escravização não é discutida e só se considera a violência de Estado nas décadas posteriores, há um impedimento da nossa participação e do enriquecimento do debate. Estou dizendo coletivamente, mais do que



*no plano subjetivo,
não poder dar conta de
determinados estereótipos
de masculinidade e feminilidade
implica também em sofrimento
psíquico. O que é ser
um homem negro,
em uma sociedade patriarcal,
no século XX?*

pessoalmente. Em nenhum momento fomos chamados, e ficamos exilados dessa discussão, olhando o que acontecia, o que gerou muita irritação. A primeira pergunta que fiz e ninguém respondeu foi: como discutir violência de Estado sem discutir escravidão, tortura e violação dos direitos dos negros?

NOEMI E os povos indígenas também?

MARIA LÚCIA Os indígenas, então... É pior ainda! É pior ainda na medida em que foram extremamente dizimados... Você não tem um milhão de indígenas hoje.

PERCURSO Além da escravidão, a política de Estado eugenista teve uma responsabilidade muito grande, foi uma política de extermínio, de exclusão e de marginalização do negro, que se relaciona com o ideal de embranquecimento e com a falta de oportunidades para os negros.

DEIVISON Além de passar pelo século de escravidão sem reparações econômicas ou simbólicas, há um racismo que se atualiza pós-escravidão. Esse é um ponto que escapa até na minha área, nas ciências sociais. Não é só um efeito do passado, mas de projetos de poder que se atualizam. Existem estudos mostrando a influência da

eugenia na política do Getúlio Vargas, na saúde pública e mental. A ideia do negro como um ser biológico inferior, portador de um cérebro inferior, está presente até a década de 1940, na literatura oficial de qualquer área.

MARIA LÚCIA Ela persiste no imaginário até hoje e faz com que continuemos vivendo processos de genocídio. O negro é assassinado todos os dias. É um projeto de extermínio concreto para além do que se dá, quando não se tem trabalho, casa e saúde.

DEIVISON No plano subjetivo, não poder dar conta de determinados estereótipos de masculinidade e feminilidade implica também em sofrimento psíquico. O que é ser um homem negro, em uma sociedade patriarcal, no século xx? Tem que ser o provedor, mas não arruma emprego, não consegue cumprir o papel. Ou se você é uma mulher negra que só consegue emprego em casa de família, com relações semiescravistas. O que isso implica para o arranjo familiar? As relações de produção não se modernizaram. Nossa sociedade continua patriarcal, se a mulher entra no mercado de trabalho e o homem não, ele não cuida dos filhos, que ficam sozinhos. É um conjunto de violências.

Precisamos pensar sobre o que é ser branco em uma sociedade em que os brancos foram senhores durante trezentos anos. O que isso implica na capacidade de se sensibilizar? Que elite é essa, em que uma criança branca recebia um menino preto como brinquedo, um preto que não era visto como criança. O nome infante nunca coube para a população negra. Então, é necessário olharmos para esse processo e pensar que, alguns problemas que vivemos atualmente, mesmo que não apareçam como sintoma de racismo explícito, são marcados pela forma que a nossa sociedade aprendeu a lidar com determinada parcela da população.

PERCURSO Em certos setores, um orgulho do passado colonial.

DEIVISON As pessoas falam com orgulho que têm uma avó pega no laço, ou o orgulho do lugar da casa-grande, o quanto foi romantizado e mistificado. Apresentado como símbolo de não racismo.



A ideia de que o português é menos racista porque se misturou, é a maior *fake news* que já inventaram. Diferente do europeu, que vai com as suas famílias para o norte dos Estados Unidos, o português vem sozinho, não vem para ficar, vem para enriquecer e voltar. A partir da violência, do estupro, se reproduz com negros e índias, em relações completamente hierárquicas. Não que já não houvesse hierarquias de gênero entre as mulheres europeias, mas eram outros contextos, o consentimento não está posto se você é escravo. Essa mistura que Gilberto Freire apresenta como o símbolo do não racismo é efeito do oposto. Quando acaba a escravidão, a mistura aparece como um projeto de extermínio dos negros. Pensa-se em como acabar com os negros e se apresenta a mistura.

MARIA LÚCIA Que é uma política de embranquecimento que existiu no Brasil.

PERCURSO É o que o Abdias do Nascimento fala?

DEIVISON O Abdias faz essa denúncia, nomeia o que o movimento negro já está fazendo. Essas são questões não só dos negros, são questões do Brasil sobre a qual a psicanálise não tem se debruçado ao pensar esse sujeito que não é um sujeito que está no éter.

PERCURSO Você ia falar de reparação? Que políticas de reparação vocês consideram fundamentais a serem realizadas?

DEIVISON As reparações precisam se expressar em medidas concretas, políticas e econômicas, que não aconteceram. Saímos da escravidão com projetos que impediam a reforma agrária. O Florestan Fernandes falava disso, o Brasil é marcado por transições pelo alto, que impediam a democratização efetiva das riquezas e dos espaços de poder.

Mas também há uma reparação simbólica. Se pensarmos no holocausto e na necessidade de falar para não esquecer e não repetir, até hoje, precisamos justificar o porquê falar de racismo. As pessoas falam: “Mas vocês são ressentidos. Por que querem falar disso?”. Tem uma reparação no plano simbólico que não foi feita, no sentido de reconhecer a dimensão de violência do Brasil.

as reparações precisam se expressar em medidas concretas, políticas e econômicas, que não aconteceram. Saímos da escravidão com projetos que impediam a reforma agrária.

O Florestan Fernandes falava disso, o Brasil é marcado por transições pelo alto

Ainda ostentamos o lugar de um país pacífico, apesar de arranhado pós-2013. E isso é extremamente violento.

NOEMI A democracia racial.

DEIVISON Sim, esse espaço da democracia racial, da cordialidade. E não é verdade. Os crimes de ódio contra imigrantes são geralmente contra imigrantes africanos, não tratamos de forma igual. A ideia de passividade sempre foi um mito que encobre diversas instâncias de violência. Além da reparação no plano simbólico, existe uma outra, política, a se fazer. O racismo está refletido na organização social brasileira, e aí entra o debate do racismo institucional: o que as organizações fazem concretamente para perceber e combater o racismo no seu espaço? Um curso de psicanálise que custa mil reais... preto não vai fazer! Quais políticas e dispositivos concretos nós criamos para que pessoas de fora desse grupo possam ser incluídas? Quais políticas o Conselho Regional de Psicologia (CRP) pode desenvolver? Porque pode acontecer de se dizer que faz para não fazer, que é o que chamamos, no existencialismo, de má-fé. No plano concreto, implica repensar as estruturas e os espaços de poder para os desracializar. Existe também uma



o Sedes apresentou recentemente um curso de extensão, “O lugar do político na clínica psicanalítica”. A questão do racismo estava na grade curricular, as pessoas se interessaram, foi super-rico. Mas durou só dois meses, uma gotinha no oceano. Tinha que ser o ano todo!

dimensão currículo-pedagógica. Como pensamos a produção de conhecimento do ponto de vista da pesquisa e da formação dos profissionais da psicanálise, por exemplo, e da saúde mental como um todo? Os currículos estão sendo revisitos para dar conta dessas questões? Temo que não. No geral, temos visto que, se não tiver um negro para fazer o debate, ele não acontece. Pensar reparações é pensá-las em diversos âmbitos.

PERCURSO Voltando ao Programa de Combate ao Racismo Institucional, ele foi a única política pública que realmente aconteceu? O livro *Identificação e abordagem do racismo institucional* é muito interessante, com várias linhas da psicologia fundamentando o racismo. Ele teve uma grande divulgação? Surtiu efeitos?

MARIA LÚCIA Não. Sabe por quê? Primeiro, porque precisaria que os gestores incorporassem e assumissem o tema. Segundo, porque o Estado tem uma rotatividade tão grande dos profissionais, que capacitamos mil e, daqui há um ano, eles já saíram. E terceiro, porque o próprio racismo impede o avanço.

Durante o ano de 2016, fizemos uma formação, em Guarulhos (SP), para 1 500 participantes

de toda a rede da saúde. A discussão envolvia temas do racismo e da incorporação do quesito raça-cor para termos um diagnóstico de saúde da população. Em 2018, saiu um boletim que não falava nada sobre a composição racial dos usuários de Guarulhos. Fomos um ano para lá, duas vezes por semana! Eram 1 500 pessoas, de todas as categorias.

PERCURSO A Tânia [Corghi Veríssimo] fala da recusa ao racismo predominando no laço social, que é um mecanismo difícil de ser trabalhado. Esse seria um dos principais obstáculos?

MARIA LÚCIA Sim. A recusa é a grande questão, porque se recusa a mudar de lugar.

PERCURSO O curso de psicanálise a mil reais a que vocês se referem é o do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae?

MARIA LÚCIA Sim. A recusa está posta no Departamento.

MARILZA Em todas as instituições, não só no Sedes.

DEIVISON É uma questão geral, se pensarmos no Brasil.

MARIA LÚCIA Sim, mas em uma instituição que se propõe a conversar, que tem o grupo de trabalho “A cor do mal-estar: psicanálise e racismo”, e que o que escuto, de relance, é que quando começa a discussão, se produz um tremendo mal-estar... Claro que entendo que tenham pessoas comprometidas, no Sedes e no Departamento, mas a massa que resiste é tão grande, que se avança muito pouco.

MARILZA O Sedes apresentou recentemente um curso de extensão, “O lugar do político na clínica psicanalítica”, com um número de vagas pequeno, destinado não só a psicanalistas, mas a várias categorias. A questão do racismo estava na grade curricular, as pessoas se interessaram, foi super-rico. Mas durou só dois meses, uma gotinha no oceano. Tinha que ser o ano todo! Nesse curso, tinha uma minoria negra entre os alunos, o que só foi possível por conta do preço. O interesse em fazer cursos é tremendo em todas as instituições, mas o alto custo é uma forma de exclusão, de recusa.



MARIA LÚCIA Mas também a maneira como se é recebido. Tem um pedaço do Sedes que é nórdico! A Sociedade Brasileira de Psicanálise então... Ali é Suécia direto!

DEIVISON Sim, mas acho importante não pesonalizar o que é de um plano político e o que é próprio das instituições no Brasil. Acho que essa resistência tem um elemento subjetivo. E, de novo, estou olhando como sociólogo. O que é se perceber no lugar do poder? Quando você se viu, a vida toda, como um crítico do poder e, então, se percebeu como parte do poder, é um lugar indigesto, incômodo. Como um homem em um debate sobre gênero. Você não quer estar naquele lugar, quer achar que só o Jair Bolsonaro é machista e você, não. Nas instituições que pensam o social, por vezes, se mistifica a própria imagem. O [Slavoj] Žižek falava para o pessoal do Occupy Wall Street: “Não se apaixonem por vocês mesmos, porque vocês são cheios de falhas”.

PERCURSO O narcisismo.

DEIVISON Sim. A Cida Bento chama isso de pacto narcísico da branquitude. Há uma dificuldade em se reconhecer como parte do problema: “Vocês são legais para caramba, tem uma grande contribuição e sem vocês o mundo seria muito pior. Mas, ainda assim, reproduzem o racismo”. O pulo implica nesse reconhecimento e tem algo que trava aí, logo de cara. Mas tem uma outra questão, teórica, política e ideológica, que é a de como o mito da democracia racial foi eficaz a ponto de, ao se pensar as contradições sociais, só se pensar no plano de classes. Como se a própria classe, no Brasil, não fosse racializada. No plano imaginário, ninguém dúvida que, ao se olhar uma pessoa preta, ela já é colocada em um lugar da pobreza. Assim como fazemos com a pessoa branca. Não estamos dizendo que a classe não é determinante para pensar as desigualdades, mas que há uma racialização da classe que não é vista. Muitas vezes, quando trazemos o debate racial, mesmo as pessoas que se mobilizam e reconhecem a desigualdade têm dificuldade

*tem uma outra questão,
teórica, política e ideológica,
que é a de como o mito
da democracia racial foi eficaz
a ponto de, ao se pensar as
contradições sociais, só se pensar
no plano de classes. Como se
a própria classe, no Brasil,
não fosse racializada*

em entender o que estamos falando, porque só pensam na classe como elemento. Uma terceira questão é que existe uma socialização da qual o negro não fez parte. As pessoas nunca se incomodaram com a ausência do negro, sempre viram o negro apertando o botão do elevador ou limpando.

Se, por um lado, avançamos pouco, com o Programa de Combate ao Racismo Institucional, por outro, depois de um tempo, a SEPPPIR incorpora a questão do racismo como política e vai incidir sobre os demais ministérios dos governos de Lula e Dilma Rousseff, para pensar em como esse tema poderia ser contemplado. Houve muita resistência. No governo Dilma, quem estava no Ministério da Saúde eram os militantes de esquerda da Reforma Sanitária, e eles falavam: “Como assim raça? Raça é retrocesso, estamos pensando o social, a universalidade do SUS”. E, aí, volto para a provocação do eurocentrismo. De que universal se está falando? Isso é tão radical que tivemos uma reforma antimanicomial, inspirada na Itália, sem discutir o racismo! E Franco Basaglia se inspirou em Frantz Fanon. Naquele momento, haviam poucos negros nos espaços de visibilidade para influenciar o debate. Pensar as



*conquistamos
a constitucionalidade
das ações afirmativas e os negros
entram nas universidades.
Não é um grande número, mas faz
muita diferença na qualidade
dos intelectuais negros. Foi uma
mudança importante, mas também
gerou muito sofrimento,
inclusive suicídios*

reparações implica olhar para um conjunto de questões muito complexo.

MARIA LÚCIA Mas, veja, de uns dez anos para cá, a comunidade negra adquire maior visibilidade. Conquistamos a constitucionalidade das ações afirmativas e os negros entram nas universidades. Não é um grande número, mas faz muita diferença na qualidade dos intelectuais negros. Foi uma mudança importante, mas também gerou muito sofrimento, inclusive suicídios. As universidades públicas eram o espaço de formar dirigentes no país. Como é se sentar com a sua empregada doméstica ao lado? Veja o que os jovens estão vivendo nas universidades públicas. Não temos capital suficiente para criar uma clínica em cada esquina. O apoio psicológico para os jovens deveria ser papel da universidade. Acho difícil pensar na ignorância sobre o racismo, porque abrimos esse debate nacionalmente, na televisão, no rádio e na rede. Se as pessoas escutassem sobre o racismo poderiam ir atrás de outras informações. Mas de cara dizem: “Ah isso é mimimi. Lá vêm eles! O meu pai veio como imigrante e, hoje, temos casa, sítio, fábrica”. Tem, porque veio como imigrante em outras condições, com recursos muito mais assegurados.

PERCURSO Em relação às cotas, muitos acham que deveriam ser apenas em relação à classe social e não à negritude. O que vocês pensam?

MARIA LÚCIA Veja, quem reivindicou por ações afirmativas, no Brasil, foram os negros e, depois, elas foram incorporadas aos pobres. Mas isso ninguém diz. Embora tenham sido os brancos que inventaram as ações afirmativas. Por exemplo, a cota do boi, que assegurava espaço na universidade para filhos de fazendeiro, todos brancos com muito dinheiro. Também não se fala disso.

PERCURSO A luta dos movimentos negros, as políticas afirmativas e esses avanços que se deram nesses últimos anos criaram alguma mudança na construção da identidade da negritude?

MARIA LÚCIA Sim. O que está havendo hoje é fruto disso. É um movimento identitário que consideramos difícil, complexo, mas percebemos sua construção. E se não há repercussão, se as políticas que conquistamos não são implementadas, nos sentimos muito sozinhos. Foi um movimento que aconteceu, nas décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos, e que começa a acontecer aqui. E precisamos ficar espertos, porque todas as grandes empresas estão de olho. E me pergunto se não é apenas uma forma dos empreendedores alavancarem os seus produtos.

DEIVISON Agora, no plano social há transformações substanciais e uma dissolução da ideia de harmonia. O professor Valter Silvério, sociólogo, fala que a atuação do movimento negro, nas últimas décadas, provocou mudanças irreversíveis no projeto de identidade nacional que nos pautou durante o século xx. Identidade essa em que o negro entrava com o corpo, o samba, a capoeira, mas não nos espaços de poder. E Sueli Carneiro tem alertado que a atuação do movimento negro recoloca o conflito racial em outros termos. Uma vez que fomos bem-sucedidos em explicitar a existência do racismo, isso tira o racista do armário e recoloca o conflito. As tensões serão cada vez mais explícitas. Temos discutido se o racismo é velado mesmo. Velado para quem? Quem não vê? Nesse momento, há uma licença



para determinadas afirmações que antes não existia. Uma reação ressentida à luta negra. Então, estamos em outro lugar, que traz outros limites e outras possibilidades, porque o conflito explícito também permite reações explícitas.

As ações afirmativas permitiram, tanto no plano de cotas quanto nos cálculos de admissão do ProUni, uma ampliação de negros nas universidades. Isso é irreversível. Na minha geração, todo mundo é filho de empregada doméstica. Daqui para a frente, vão ser filhos de pessoas que já estão em outros lugares. Tem um impacto do ponto de vista geracional e de acúmulo de riquezas que ainda não conseguimos mensurar.

E tem impacto também do ponto de vista do imaginário, porque os negros não estão mais só nos espaços subalternos. Embora ainda sejamos minoria nos espaços para o qual não fomos pensados. O número de negros parlamentares, por exemplo, ainda é algo vergonhoso, mas é maior do que já foi. Na produção de conhecimento, o aumento no número de professores negros é perceptível nas universidades. Os professores que eram contra as cotas reconhecem que elas foram um dos melhores acontecimentos na história da educação brasileira. Dizem que um grupo com experiências diversas amplia o repertório e enriquece o debate nas aulas. Mas isso começa a pressionar a produção de pesquisa. A galera negra tem cobrado de seus orientadores estudar a questão racial. Como não entendem disso, falam: “Eu não entendo, mas faz aí”. O estudante tem que fazer sozinho, sem respaldo, ou o professor negro vai ter cinquenta orientandos. Ao mesmo tempo, existe um enriquecimento da produção de conhecimento que era impensável há vinte anos.

Sáímos do lugar em que estávamos, mas, embora esse processo não tenha sido revolucionário como precisava ser, ele produziu fissuras significativas, repletas de contradições, em todas as áreas. Retomando a Lúcia: os estudantes negros entram em universidades que não foram pensadas para eles e nas quais nunca se pensaram. Isso implica sofrimentos que não estão formulados. A universidade já prevê órgãos de acolhimento

as ações afirmativas permitiram, tanto no plano de cotas quanto nos cálculos de admissão do ProUni, uma ampliação de negros nas universidades. Isso é irreversível. Na minha geração, todo mundo é filho de empregada doméstica. Daqui para a frente, vão ser filhos de pessoas que já estão em outros lugares

aos estudantes, mas nunca parou para pensar no racismo. Esses estudantes não se sentem acolhidos ou representados, pela bibliografia, pelo RH, pelos professores ou pelos colegas.

MARIA LÚCIA Há um quadro assustador de adoecimentos em todos os níveis, seja na graduação ou na pós-graduação. Ninguém sabe o que fazer.

PERCURSO Quais são as principais queixas desse sofrimento psíquico?

MARIA LÚCIA É o não lugar. A invisibilidade, o não reconhecimento, o não respeito pelo outro. Existem experiências de jovens que levantam a mão e o professor passa batido, não dá voz. Ou, quando falam, nega-se a fala e dá valor à do menino branco que disse o mesmo. As condições materiais são uma outra questão. Não é simples, para um jovem negro, ir para um curso integral de medicina, porque precisa comprar livro, tirar cópias, comer e se locomover. As famílias não têm recursos e os das universidades estão cada vez menores. Então, esse jovem passa por processos difíceis.

MARILZA Nas universidades, além da surdez, há uma cegueira para o corpo negro, uma invisibilidade do seu significado.



*entrou o Deivison
na mesa, entrou um negro.
Tudo o que o Deivison é
desaparece, e o que aparece
é o negro da sociedade colonial,
permeado de uma série de fantasias
que apontam para a demonização
ou animalização*

MARIA LÚCIA É maluco isso. Porque ele é invisível, mas também é superexposto, é uma experiência ambígua. Todo mundo te vê e nega isso, mas na hora em que você se coloca, se torna um corpo atacado. **DEIVISON** Fanon traz imagens que considero um repertório rico para pensar a psicanálise. Fala sobre o que é ser negro em uma sociedade na qual não é visto como singularidade, mas que não deixa de ser percebido como corpo racializado: entrou o Deivison na mesa, entrou um negro. Tudo o que o Deivison é desaparece, e o que aparece é o negro da sociedade colonial, permeado de uma série de fantasias que apontam para a demonização ou animalização. Essa racialização pressupõe que o meu corpo vai incomodar quando eu chegar.

A Neusa Santos Souza fala do quanto o racismo coloca o negro em um lugar de constante vigília e como isso implica um sofrimento que impede vivenciar outros sentimentos que nos compõem enquanto humanos. Claro que o sofrimento é da experiência humana, mas o racismo traz uma repetição de situações que faz com que você chegue à conclusão que o problema é você.

PERCURSO Voltando aos efeitos das políticas afirmativas, vocês avaliam que está constituindo

uma geração diferente que tem alegria e identificação com sua cultura?

MARIA LÚCIA Sim. Está confluindo para um mútuo reconhecimento que, no limite, esbarra em pensar a sociedade como um todo. Eu só quero estar com negros, ser atendido por negros, só compro de negros. É um lugar de reconhecimento, de prazer e de valorização. É um lugar de empoderamento, o que não significa que aquilo que mostro no grupo está incorporado quando estou sozinha ou entro sozinha em um lugar.

Fiz um grupo em um lugar eminentemente branco, com menos de vinte por cento de negros e eu perguntava para os brancos: “De manhã, quando olha no espelho, o que se pergunta?”. Não tem resposta. “Você se pergunta o que vai enfrentar hoje, porque é branco?” Nada. Perguntei o mesmo para os pretos e uma moça diz: “Fico pensando que roupa tenho que vestir, se meu sapato está adequado”. Outra falava: “Tenho que enfrentar minha mãe dizendo: ‘Arruma esse cabelo, as pessoas não vão te respeitar!’”. Um jovem falou: “Será que a polícia vai me parar? O táxi vai me levar?”. Imagina isso todo dia. Isso é o racismo. Todos os seus movimentos estão sendo vigiados. **DEIVISON** Você deixa de ser sujeito da ação e passa a ser reativo. Chego à universidade e não me vejo no referencial teórico, nos exemplos, nos filmes ou nas obras de arte. É meio enlouquecedor. Porque você diz: “Você não está vendo o que estão fazendo comigo?”. E todos falam: “Não! Eu só vejo o humano, não vejo desigualdade racial”. Aí a pessoa surta. Aí falam: “Nossa, como essa pessoa só vê racismo em tudo”.

MARIA LÚCIA É um cansaço!

PERCURSO O governo atual traz retrocessos na luta do movimento negro?

MARIA LÚCIA Muito! Mais do que retrocesso, legítima o genocídio, acaba com as conquistas que fizemos. Para todo mundo, mas há um agravamento para os transexuais, indígenas e negros; é um desastre!

DEIVISON O pacote anticrime do [Sergio] Moro, na nossa interpretação, é um ataque direto às



para nós, defender o Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamental, porque seu desmonte implica a desassistência da população negra e indígena. Defender o SUS é uma questão racial. Assim como defender as universidades

comunidades negras. Temos discutido sobre as oscilações democráticas do Brasil; elas foram para quem, quando existiram? Mesmo em nossa democracia jovem, tivemos oscilações que trouxeram expansão de direitos, mas que não chegaram à população negra. Seja em relação ao acesso ao consumo ou em relação à noção de cidadania. Mas, de fato, o governo atual representa um ataque direto, e já conseguimos medir as consequências em relação à legitimidade do assassinato de pessoas negras. Apesar disso, a resposta não é voltar ao período anterior.

MARIA LÚCIA A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 7 de novembro de 2019, de uma pessoa só ser presa quando esgotar todas as possibilidades, é fundamental para nós. Embora, quarenta por cento dos presos ainda não tenham sido julgados e quem tem acesso ao trânsito em julgado é quem tem grana. De toda forma, é importante, mas não nos beneficia.

DEIVISON Pensar as contradições entre universal e particular é muito caro para nós. O debate passa pela distribuição de privilégios e de poder e por qual a disponibilidade para mexer nessas estruturas que estão colocadas há anos. E que não estão só no governo Bolsonaro, mas também entre nós, compromissados com a transformação social.

MARIA LÚCIA Não é só a direita que não faz; a esquerda tem uma resistência muito grande.

PERCURSO Quando você fala sobre a decisão do STF, quer dizer que não haver prisão em segunda instância significa uma mínima possibilidade de ampliação de direitos?

MARIA LÚCIA Sim. Isso não quer dizer que todos os nossos presos vão sair da cadeia. Mas, em tese, abre uma porta a mais. Assim como o direito de crianças não serem aprisionadas quando as mães estão presas. Direito que foi conquistado, mas que não significa que todas as crianças saíram da prisão, porque não tem advogado, não tem um Estado que forneça defesa. Os estados deveriam fornecer uma lista das mulheres com filhos para que pudessem ser soltos. Dizem que não têm como fazer. A lei nos favorece, mas

não há suporte suficiente, precisaria de uma rede enorme de advogados para tirar todas as crianças da cadeia.

DEIVISON Isso traz uma pergunta interessante sobre a questão das reparações que, por um lado, implica ações direcionadas à população negra, mas que, por outro, implica estar atento às ações universais e se perguntar até que ponto e a quem elas beneficiam. É uma pergunta implícita que escapa. Essas duas leis não têm a ver diretamente com a questão racial, mas sim no seu efeito concreto, quando olhamos quem é preso no Brasil. Para nós, defender o Sistema Único de Saúde (SUS) é fundamental, porque seu desmonte implica a desassistência da população negra e indígena. Defender o SUS é uma questão racial. Assim como defender as universidades, porque o atual desmonte implica um encolhimento de recursos, que já está prejudicando os estudantes negros. Para quem ganha uma bolsa de quatrocentos reais, se tiver respaldo econômico familiar, é só uma perda de bolsa. Para outras pessoas, significa abandonar a universidade. Pensar a desmilitarização da polícia é fundamental. O problema é quando esse debate é feito sem considerar a extensão dessa militarização



a questão nem era o feriado, que nem sempre é bom para nós. A ideia era encontrar uma data que tivesse um significado de luta efetiva, embora reconheçamos que havia um movimento de negros abolicionistas que lutavam noutra direção

sobre as comunidades negras, desde a escravidão. Também nos interessam as políticas universais, não estamos propondo que só se olhe para os negros, e sim que se pense a dimensão racial em todas as instâncias, porque não estão isentas do racismo.

PERCURSO Uma das perguntas que queríamos fazer é sobre o feminismo negro e sua produção.

MARIA LÚCIA A questão do feminismo negro é estrutural, as mulheres negras têm sido carro-chefe de grandes mudanças. Em 1988, realizamos 1 Encontro Nacional de Mulheres Negras da modernidade brasileira. Foi em Valença (RJ) e tínhamos 450 mulheres. Foi esse encontro que fomentou o contorno nacional e tornou Durban possível. Trabalhamos sobre todas as políticas, fizemos, inclusive, a crítica ao movimento negro: antes a gente fazia a cama e os homens se deitavam, estavam no púlpito fazendo discurso. Esse encontro faz uma virada. Hoje, não existe ação sem o movimento de mulheres. Bell Hooks e Angela Davis têm dito: “Vocês produzem mais do que nós. As referências que vocês têm no Brasil já avançaram”. Essas autoras são efeito da ação das mulheres negras do Brasil.

PERCURSO Estamos próximos do dia 20 de novembro, o dia da Consciência Negra. Como vocês pensam essa data?

MARIA LÚCIA Pensamos, lá atrás, quando fizemos a transição de 13 de maio para 20 de novembro, na década de 1970. A transição teve uma pessoa chave, o Oliveira Silveira, de Porto Alegre (RS), mas foi um movimento que aconteceu nacionalmente. Aqui em São Paulo rodamos o interior fazendo a discussão desta passagem para pensar seu significado e como fazer.

NOEMI Mas é um feriado que não acontece no território nacional.

MARIA LÚCIA Não. A questão nem era o feriado, que nem sempre é bom para nós. A ideia era encontrar uma data que tivesse um significado de luta efetiva, embora reconheçamos que havia um movimento de negros abolicionistas que lutavam noutra direção. O 20 de novembro representa a única república livre que houve no Brasil, o Quilombo dos Palmares, que reunia brancos, negros e indígenas e que existiu por cem anos na resistência. Produzindo e vendendo para o Estado.

DEIVISON Assim, novembro virou esse momento de reflexão sobre o racismo, de denúncias e propostas.

PERCURSO Em relação ao governo atual, vocês têm pensado em alguma forma de resistência?

MARIA LÚCIA Há um grupo chamado Coalizão Negra, que reúne organizações de todo o Brasil, e tem atuado, inclusive, no âmbito internacional. Nos reunimos com Angela Davis para pensar estratégias de articulação e estivemos duas vezes nos Estados Unidos. Foram feitas denúncias na Organização dos Estados Americanos (OEA). Muitos trabalhos estão acontecendo. A Coalizão é importante porque reúne grupos e forças que, em muitas circunstâncias, não se conversariam.

DEIVISON Agora, vivemos um momento de desarticulação das agendas coletivas, o que coloca desafios também para o movimento negro. Os primeiros meses foram um susto. Sou capoeirista e é como levar uma rasteira. No primeiro momento, penso: “De onde veio essa perna?”

O movimento negro se coloca junto aos outros nesse momento de: “E agora?”. De não saber como criar mobilizações de massa mais substanciais. Mas, ainda assim, muitas parcerias continuam sendo feitas. Do ponto de vista da criminologia existem articulações entre movimentos e organizações de defesa dos direitos. No plano da saúde, a Rede Nacional de Saúde da População Negra se mantém fazendo ações, mesmo depois do golpe. O movimento continua pautando os municípios porque, agora, não se tem mais escuta no Estado para essas demandas. Nas universidades, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABS) também cumprem seu papel, respaldados por uma política pública. E existem coletivos de estudantes negros que criam dispositivos de cuidado.

PERCURSO Vocês sentiram falta de algo que não perguntamos e que seria importante aparecer?

MARIA LÚCIA Quero fazer uma propaganda. Em 2010, secretariamos o primeiro encontro nacional de psicólogos e pesquisadores negros, aqui na Universidade de São Paulo (USP), no Departamento de Psicologia Social. Fizemos um segundo em Recife (PE). Ano que vem, em outubro de 2020, em Goiás, faremos o terceiro. Faço a coordenação geral dessa articulação nacional e estamos organizados nas cinco regiões do Brasil. Esse encontro terá como eixo a descolonização e a psicologia das relações raciais. Vamos começar a solicitar apoios e pensei no Sedes, em relação ao uso das dependências, para realizar um grande encontro e pretejar o Sedes, de cabo a rabo!

DEIVISON Queria aproveitar o gancho, e falar da falta de circulação de estudos importantes na formação dos profissionais. Estou pensando na Virgínia Bicudo, na Isildinha [Baptista Nogueira], na Neusa Santos Souza, na Cida Bento. E falar,

também, na explosão que houve, no último decênio, de produção de artigos, de dissertações e teses que pensam o racismo e o sofrimento psíquico. Em todas as abordagens. Hoje, não é desculpa dizer que não há produção que subsidie esse debate.

MARILZA A literatura estrangeira a respeito também cresceu, a Bell Hooks, por exemplo.

PERCURSO Ficamos interessados em saber do Kairú NKosi, tão jovem, qual a sua participação no AMMA?

KAIRÚ NKOSI Putz, cara! A minha participação? **DEIVISON** É o filho do entrevistado. Nós fazemos um grupo para jovens em parceria com a Ação Educativa, com a psicóloga Lidiane Araújo.

PERCURSO Você faz parte desse grupo?

KAIRÚ Sim. Significa muito para mim, porque eu estava meio sem rumo, as pessoas me faziam sentir meio biruta. Eu era o cara que chegava para militar, o revoltado da história, e precisava de alguém para me identificar. Na Ação Educativa, achei essa gente e me senti muito bem. Eu podia falar de todas as coisas com quem era da minha idade, um grupinho de militantes. Somos exemplo para a galera mais nova. É legal saber que outras pessoas conhecem Malcolm Angela Davis; saber que também já entraram no mercado com medo do que os outros iam pensar. Um dia, eu e meu amigo branco estávamos no mercado, eu tinha vinte reais no bolso, a gente ia comprar umas coisas para comer. Aí, entrou outro garoto branco, que nem tinha muita cara de *playboy* e foi pegar o dinheiro na bolsa e ninguém reagiu. Na hora que fui pegar os meus vinte reais no bolso, o cara do lado quase pediu clemência. Gosto de compartilhar esse tipo de coisa e não estava achando onde até entrar na Ação Educativa.

Adela Stoppel de Gueller
 Alexandre Saadeh
 Cassandra Pereira França
 Margarida (Kika) Melhem

Realização Camila Junqueira, Cristiane Abud Curi, Gisela Haddad, Thiago Majolo e Vera Zimmermann.

Adela Stoppel de Gueller é psicanalista, mestre e doutora em psicologia clínica PUC-SP, pós-doutora em psicanálise pela UERJ, professora do curso de especialização em teoria psicanalítica da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (Cogeae) da PUC-SP, coordenadora do Departamento de Psicanálise com Crianças do Instituto Sedes Sapientiae.

Alexandre Saadeh é médico psiquiatra e psicodramatista; doutor pelo Depto. de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP; supervisor do Serviço de Psicoterapia do Instituto de Psiquiatria da USP no Hospital das Clínicas (HC); coordenador do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual (AMTIGOS) do Instituto de Psiquiatria da USP no HC; professor colaborador do Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP; professor doutor do curso de psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde (FaCHS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); membro da World Professional Association for Transgender Health (WPATH) desde 2018.

Cassandra Pereira França é psicanalista, doutora em psicologia clínica pela PUC-SP, professora do programa de pós-graduação em psicologia da UFMG, coordenadora do curso de especialização em teoria psicanalítica da UFMG e do Projeto CAVAS/UFMG (Projeto de pesquisa e extensão com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual). É membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi e do Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP); psicanálise e clínica ampliada.

Margarida (Kika) Melhem é psicóloga pela PUC-SP, psicanalista e aspirante a membro pelo Depto. de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, mestre em psicopatologia clínica pela Universidade Ramónn Llull da Catalunha (Espanha). É coordenadora do ambulatório AGE – Generidades da Santa Casa de São Paulo, voltado ao atendimento psicológico da população LGBTQIA e idealizadora do projeto Cozinha como Experiência.

1 Para informações sobre as histórias das crianças, acessar: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44034765> (Joana) e <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/retrato-de-uma-menina/> (Melissa).

Corpos que pedem para serem ouvidos:

as questões de gênero na infância

As histórias de Joana e Melissa, duas crianças transgênero, ganharam publicidade nos últimos anos e contribuíram para o debate em torno do atendimento de crianças que desejam trocar de sexo¹. Ambas foram atendidas no Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual (AMTIGOS) do Hospital das Clínicas (HC) de São Paulo. Os pais das crianças relatam que, desde muito pequenos, seus filhos davam sinais contundentes de desejarem pertencer ao outro sexo. Ambas as crianças, por exemplo, ameaçaram cortar seu pênis e viviam com tristeza o fato de haverem nascido meninos. Graças à insistência dos pais de Joana, o AMTIGOS passou a atender crianças a partir de 2011. Em 2018, já atendia cem adolescentes e cinquenta crianças, e havia 140 menores de dezoito anos em espera.

Não há como ignorar o debate atual em torno do lugar das identidades, seus processos individuais de subjetivação, suas lutas por emancipação política e reconhecimento social. Se o masculino, o feminino, o corpo, o desejo, as práticas, a identidade sempre estiveram em questão, na atualidade parece importante pensar a diversidade sexual e seu impacto sobre a criança e o adolescente quando a lógica que organiza os sujeitos passa da diferença sexual para a diversidade sexual. Se certas subjetividades, sexualidades, corpos e famílias – transexuais, queer, intersexo, famílias mono, homo ou pluriparentais – ficam excluídas do campo da inteligibilidade, isso afeta o modo como são tratados na cultura e, por decorrência, na clínica.

Os fenômenos trans em especial impactam a todos, psicanalistas incluídos, ao afirmar uma condição de radical indeterminação no campo da sexualidade. Quando se trata da infância, as transidentidades interrogam e apontam uma ruptura epistemológica, ao revelar que as identificações



de gênero definidas em função do aparelho genital designado podem ser um caso particular dentro de uma multiplicidade possível de identificações.

Como pensar, fora dos padrões normativos, uma psicanálise da pós-transsexualidade, que esteja atenta à multiplicidade, à diversidade e à subversão característica da sexualidade humana e também ao sofrimento desses sujeitos em processo de constituição?

A seção “Debate” da revista *Percurso* convida alguns debatedores para pensar o tema.

*tem chamado minha atenção
a inclinação dos adultos
que se encarregam dos cuidados das
crianças (pais, médicos, professores,
juízes, etc.) em tomar a fala e as
brincadeiras das crianças de modo
literal, supondo que essas manifestações
não requeiram decifração*

Adela Stoppel de Gueller

Concordo: “Não há como ignorar o debate atual em torno do lugar das identidades, seus processos individuais de subjetivação, suas lutas por emancipação política e reconhecimento social”; e as crianças, atentas, como sempre estão, àquilo que o discurso social coloca em pauta, não ficam de fora desses debates. Elas se incluem com seus sintomas e demandam ser escutadas. Também exigem um “lugar de fala”. A questão é, no entanto, como interpretar “isso” que fazem ouvir.

Tem chamado minha atenção a inclinação dos adultos que se encarregam dos cuidados das crianças (pais, médicos, professores, juízes, etc.) em tomar a fala e as brincadeiras das crianças de modo literal, supondo que essas manifestações não requeiram decifração. E temos de reconhecer que a psicanálise contribuiu de forma decisiva para que isso acontecesse. Por isso, parece-me importante explicitar dois assuntos que Sigmund Freud deixou ambíguos.

1. Em *A interpretação dos sonhos*, Freud afirmou que os sonhos das crianças não requeriam interpretação, já que expressavam de forma direta o desejo inconsciente. Isso permite que, por extensão, o jogo seja lido como uma formação do inconsciente que se manifestaria a céu aberto. Então, se um menino quer brincar de usar as roupas da mãe, os pais podem entender que ele quer ser como ela, ou seja, uma mulher.

Desde que, em 1927, Melanie Klein propôs analisar crianças tomando o jogo como equivalente da associação livre, o brincar das crianças foi entendido como um equivalente do dizer. Mas é necessário concluir que, se o jogo vale como fala, não pode ser transparente, já que está sujeito à opacidade, ao mal-entendido e à multiplicidade de sentidos possíveis de toda expressão da linguagem humana, e, portanto, como toda fala, requer interpretação. Até os primeiros choros dos bebês demandam que o adulto cuidador se pergunte: o que isso quer dizer? Parafraseando e invertendo a afirmação de Donald Winnicott, podemos dizer: todo bebê sabe enlouquecer a mãe apresentando enigmas difíceis de serem decifrados. Por isso, preocupa quando os adultos mostram ter certeza sobre o que se passa com o bebê.

2. Em *O poeta e o devaneio* (1908), Freud disse que devíamos levar o brincar das crianças a sério. Vale a pena contextualizar essa afirmação que visava marcar uma posição que teve início com Aristóteles e continuou até a Idade Média, desqualificando o jogo. Para se contrapor, Freud disse que o brincar devia ser levado a sério, assim como deviam ser levados a sério os sonhos e o fantasiar. O que devia ser distinguido do jogo era para Freud a realidade (e não a seriedade). Para não confundir a realidade do jogo com a realidade efetiva, ele propôs o termo “realidade psíquica”



*considero fundamental
escutar as crianças,
mas dar a elas um lugar
de fala é diferente de obedecer
a seus pedidos, por mais
contundentes que sejam*

recortando assim para o jogo o campo próprio da representação. Não é por acaso que em francês e em inglês brincar é também atuar, representar.

Para Freud, então, o jogo, quer dizer, a representação, o faz de conta, o que é de mentirinha, é a atividade preferida e mais intensa da criança. Daí que podemos definir a infância como um tempo de ensaio cuja atividade fundamental é brincar, quer dizer, explorar toda a diversidade possível de papéis que o “faz de conta” permite. Essa me parece ser a dimensão que se perde quando os pais de Melissa e Joana levam a sério as demandas das filhas, quando o juiz autoriza a alteração do documento de identidade e quando o ambulatório do HC administra inibidores hormonais. Entendo que, ao fazer essa opção, decide-se encerrar o tempo da infância.

Essa me parece ser a discussão mais importante para avançar sobre esse complexo assunto das crianças transgênero, já que, ao encurtar o tempo da infância, se produz como resultado a psicopatologização e a medicalização. Assim como hoje qualquer criança que desvia o olhar dos adultos desperta alarme, também um menino que brinca com bonecas faz suspeitar que se trata de uma criança trans. Falta aí levar em consideração a dimensão da linguagem própria dos humanos, ou seja, a dimensão do enigma própria do significante. Tomar de forma literal os “sinais

contundentes de desejar pertencer ao outro sexo” decorre de uma visão da linguagem calcada na linguagem dos animais, que toma gestos (significantes) como signos ou sinais, desconsiderando a dimensão do equívoco e a confusão estrutural de línguas que há entre os adultos e as crianças.

Mas quem poderia sancionar se, nesses casos, trata-se de uma representação ou de realidade efetiva? Os adultos são ali convocados para decidir sobre essa questão, são eles que decidem quando a hora do jogo acabou, são eles que decidem se é possível brincar com fogo ou se isso está proibido.

Considero fundamental escutar as crianças, mas dar a elas um lugar de fala é diferente de obedecer a seus pedidos, por mais contundentes que sejam. As crianças sondam os adultos para poder situar e diferenciar o que é de verdade e o que é representação, o que é possível e o que é impossível, o que está proibido e o que é permitido. Recusar-se a traçar esses limites não torna as crianças mais felizes, transforma-as em pequenas tiranas despóticas que se afogam em gritos sem sentido. Não devemos esquecer que a proibição funda o desejo e que a falta de bordas acaba afundando as crianças na depressão.

Assim como se discute a minoridade penal, também se discute a antecipação da idade que permitiria a um jovem mudar de gênero sem autorização de seus pais. E os casos elencados são o exemplo mais extremo dessa reivindicação, já que ultrapassam a idade permitida pela lei para tomar essa decisão e, por isso, envolvem a ação conjunta dos pais.

Desse modo, o que por um lado pode ser lido como reconhecimento do estatuto pleno de civilidade das crianças e dos jovens, por outro pode ser interpretado como a eliminação da infância, compreendida como um tempo em que o sujeito não tem ainda pleno uso da razão e, portanto, não está em condições de se responsabilizar por seu atos.

Vale lembrar que os *infans* eram para os gregos os não falantes no sentido de que não tinham pleno uso de razão (*logos*). Por isso, não eram

considerados cidadãos, ou seja, não votavam. Nesse conjunto, além das crianças, estavam incluídos as mulheres e os escravos. Isso permite pensar porque as grandes lutas de direitos sociais e políticos da atualidade são o das mulheres e dos negros que, até pouco tempo atrás, eram considerados *infans*, ou seja, seres sem fala nem uso pleno da razão.

No Brasil, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que vai comemorar trinta anos de existência, mas ainda as crianças não têm direito de votar. Têm, no entanto, direito de trocar de gênero e de nome social? Faça essa provocação para propor que, se levarmos a sério esses assuntos, as crianças também teriam de poder votar, ou seja, ser consideradas capazes de se responsabilizar plenamente por suas escolhas.

Como estamos longe de uma proposição como essa, prefiro, por enquanto, situar a infância como um tempo de indeterminação. Assim a definiu Freud ao falar sobre o polimorfismo perverso da sexualidade infantil. Curiosamente, foi pouco tempo depois de *Três ensaios* que Werner Heisenberg, em 1927, propôs para o campo da física seu “princípio da incerteza”. Hoje, podemos dizer que o efeito Heisenberg se disseminou como metáfora em todos os campos de conhecimento: nas artes, na política, na teoria do gênero, na biologia. Fronteiras fluidas, híbridos variados e globalização são exemplos dessa disseminação.

Porém, sabemos que tudo aquilo que é indefinido causa angústia, tanto nas crianças quanto nos adultos. Então a solução é definir, como se interveio nos casos de Melissa e Joana? Penso que para preservar o lugar da infância precisamos

Alexandre Saadeh

Identidade de gênero na infância

Uma criança que se diz menino ou menina ou as duas possibilidades em diferentes momentos está falando muito de si mesma e dos tempos atuais. Não basta mais o sexo para nos definir; aliás, nunca bastou...



*prefiro, por enquanto,
situar a infância como
um tempo de indeterminação.
Assim a definiu Freud ao falar
sobre o polimorfismo perverso
da sexualidade infantil*

sustentar o tempo da indefinição, do polimorfismo e do faz de conta. Precisamos sustentar que só saberemos depois.

Deixo aqui uma última provocação. Talvez seja mais interessante inverter o raciocínio e pensar que “os fenômenos trans [...] ao afirmar uma condição de radical indeterminação no campo da sexualidade”, demandam o direito de preservar certa condição infantil polimorfa na vida adulta, ou seja, reivindicam poder continuar a brincar como as crianças, sem ter de definir o que é ser e o que é parecer, sem ter de delimitar de forma precisa o que é realidade e o que é ficção. Demandam o direito de transitar por fronteiras e de poder dissolvê-las sem se preocupar em separar a atuação da não atuação, mas já foram crianças e sabem os riscos que correm ao brincar com fogo. As crianças, ao contrário, precisam de um adulto para adverti-las: cuidado! Com isso não se brinca.

Mas, historicamente, sempre foi baseado no sexo, genitália e anatomia, o poder de se dizer quem se é. Ainda estamos no começo de grandes mudanças, mas reconhecer que uma criança tem muito a dizer sobre si mesma e sua identidade é



*já triei muitas crianças
que choravam uma infância
reprimida, estrangulada e espancada
por valores religiosos, teóricos
ou ideológicos. Essas feridas
deixam cicatrizes horrendas,
com custo altíssimo no
desenvolvimento infantil*

algo novo; impensável há quinze, vinte anos no Brasil.

Qualquer criança nasce com seu cérebro estruturalmente pronto e com as conexões necessárias para seu desenvolvimento. Faz parte desse *hardware* a identidade de gênero de cada ser humano. Por volta dos três, quatro anos de idade, essa identidade é revelada para o mundo de maneira mais convicta e intensa. É muito comum entre as crianças dessa faixa etária pedir confirmação se é menina ou menino, ou se os brinquedos e roupas são de menina ou de menino. A identidade de gênero é exatamente essa noção de se saber menino ou menina, homem ou mulher, garoto ou garota. O comportamento e o papel de gênero são a expressão da identidade de gênero naquela cultura ou ambiente social; a isso podemos chamar de gênero.

No Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual (AMTI-GOS), do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, nossa maior preocupação é não causar danos nem às crianças nem às famílias. Queremos ajudar essas famílias a entender melhor seus filhos, suas identidades de gênero e quem são na realidade; quanto às crianças, queremos ajudá-las em seu reconhecimento identitário, que é individual e único, importante e precioso em todo desenvolvimento que ainda está por vir.

Crianças sempre falam sobre si e quem são; nós só precisamos aprender a escutar. Elas demonstram o tempo todo quem são, só precisamos decodificar, sem impor, sem ser arrogante; com humildade para reconhecer que nem sempre sabemos tudo e que as crianças podem nos guiar nesse percurso conjunto.

A psicanálise tem muito a contribuir e a se reconstruir nesse tipo de jornada que se anuncia faz algum tempo.

Muito precisa ser revisto e revisitado nesses tempos. Não dá mais para uma psicanalista impor a uma menina trans que ela não pode nem deve se nomear por questões teóricas da psicanálise. Como assim, se a escolha do nome é dela e isso lhe pertence legitimamente? Tamanho autoritarismo (que não vem nem pertence à psicanálise) não pode sobreviver em prol de teorias pessoais que não ajudam, mas atrapalham no autorreconhecimento dessas crianças. Chamá-las de histéricas, enquadrá-las num conceito teórico ou ver nelas um interesse farmacológico ou medicamentoso ignora o sofrimento inerente no que se é e não poder ser; trata-se de reforçar o acreditar que existe algo errado consigo; é dizer para essa criança que ela não pode existir em plenitude, muito menos se nomear.

Já triei muitas crianças que choravam uma infância reprimida, estrangulada e espancada por valores religiosos, teóricos ou ideológicos. Essas feridas deixam cicatrizes horrendas, com custo altíssimo no desenvolvimento infantil. E sofrem todos: criança, família, sociedade. Sim, pois elas frequentam escolas, clubes, parquinhos, igrejas.

Para isso, precisamos nos afastar do comportamento expresso e mergulhar nos significados e vivências reais dessas crianças. Deixar de lado referências teóricas que não servem mais. Estar aberto a criar novas.

Já fui questionado muitas vezes por pessoas que nunca tiveram contato pessoal ou profissional com crianças com incongruência de gênero, mas com crianças com comportamento expresso do gênero contrário ao seu sexo. Alguns profissionais particulares acompanharam uma, duas, três,

no máximo. E se outorgam o direito de falar em defesa das crianças e contra o diagnóstico. Essa é uma hipocrisia que custa caro! Especialmente para as crianças que passam a ser vistas teoricamente e não particularmente. O diagnóstico existe para defendê-las e protegê-las, não as adoecer. E essa questão do diagnóstico se resume em saber que existe e é de fundamental importância para a proteção das crianças que apresentam incongruência de gênero.

No AMTIGOS, acompanhamos mais de 85 crianças e suas famílias, além de darmos orientação e supervisão para as escolas. Com adolescentes, estamos acompanhando 185. Parece pouco, mas, para um trabalho que se iniciou há pouco mais de oito anos de forma pioneira no Brasil, é um feito e tanto.

As crianças se autodefinem, queiramos ou não acreditar. Comportamento expresso é outra questão. Comportamento, todos vemos; já quem a criança é, só no vínculo, na escuta, na disponibilidade empática. Recursos fundamentais para esse trabalho e que herdamos da psicanálise.

Uma grande psicanalista brasileira já me questionou sobre “hormonioterapia e cirurgia” que o AMTIGOS realizaria nessas crianças... E afirmou com ênfase que obteve informações fidedignas disso. Nada mais absurdo! Gostaria de saber quem tem interesse em boicotar esse trabalho que é realizado de forma ética e segundo protocolos bem estabelecidos. Outros dizem que as crianças devem ser crianças e só brincar como quiserem. O que concordamos! Mas as que têm variação de gênero não são como as outras crianças e necessitam de apoio, confirmação, espaço e, principalmente, afeto. É esse o nosso trabalho com as crianças. Entendê-las, apoiá-las, reconhecê-las. Isso pode ser transformador.

Os trabalhos produzidos no início dos anos 2000 – que afirmaram que apenas 6-23% das crianças com esse diagnóstico permaneceriam com ele no início da puberdade e buscariam hormonioterapia e cirurgia – estão sendo revistos, pois incluíram crianças com comportamento *cross-gender* e não necessariamente com incongruência de gênero. Com isso, a confirmação diagnóstica no início da



*as crianças se autodefinem,
queiramos ou não acreditar.*

*Comportamento expresso é outra
questão. Comportamento, todos vemos;
já quem a criança é, só no vínculo,
na escuta, na disponibilidade
empática. Recursos fundamentais para
esse trabalho e que
herdamos da psicanálise*

puberdade não se mantinha, o que gerava essa distorção e o intervalo tão grande.

Hoje sabemos a importância do diagnóstico e do acompanhamento ao longo da infância, sem intervenções, sem uso de recursos biotecnológicos, mas apenas afetivos e de validação das vivências ou experimentações presentes nas vivências infantis, o que leva a um melhor diagnóstico e acompanhamento ao longo do tempo. Nosso papel com as crianças é preventivo, evitando sofrimentos desnecessários, e quando do início da puberdade, aí, sim, para impedir as mudanças corporais definitivas e indesejadas, discutir com a família e o pré-púbere a adoção do bloqueio do eixo hipotálamo-hipófise, que retarda a puberdade. Ele já é usado para casos de puberdade precoce e muito bem estabelecido e estudado. Completamente reversível, se for o caso, e, sendo bem acompanhado, os riscos de efeitos colaterais são mínimos.

O discurso de proteção da infância para impedir o uso de bloqueadores ou mesmo de hormônios cruzados a partir dos dezesseis anos de idade não se sustenta. As crianças trans estarão desprotegidas e expostas às mudanças corporais indesejadas e que as expõem a *bullying*, abuso de drogas, automutilações, depressão, tentativas de suicídio e suicídio que extrapola e muito o que se vê na adolescência cisgênera.

Nosso trabalho visa proteger essas crianças e deixar que se desenvolvam segundo sua



essa problemática impõe a urgência de se refletir sobre as reverberações no narcisismo dos pais e, por derivação, no narcisismo da criança, quando nela se presentifica um desencontro entre o corpo biológico e a identidade de gênero esperada pela cultura

autonomia e verdade. Não impondo nem direcionando, simplesmente permitindo que existam e sejam como querem.

A revisão de posicionamentos teóricos dentro de todas as linhas psicodinâmicas, psicológicas e mesmo psiquiátricas deve ser estimulada,

Cassandra Pereira França
A fábrica das forças da alma

A complexidade do tema colocado neste debate convida-nos a prosseguir com uma tarefa deixada por Freud, para as futuras gerações de analistas, ao registrar no artigo “Sobre o narcisismo: uma introdução” as seguintes palavras:

Os distúrbios aos quais o narcisismo original de uma criança se acha exposto, as reações com que ela procura proteger-se deles e os caminhos aos quais fica sujeita ao fazê-lo – tais são os temas que proponho deixar de lado, como importante campo de trabalho ainda por explorar.²

Cem anos depois, uma problemática como essa que estamos focando impõe a urgência de se refletir sobre as reverberações no narcisismo dos pais e, por derivação, no narcisismo da criança,

gerando novos conhecimentos e novas práticas para novos tempos, nos quais as expressões individuais, não hegemônicas, possam ter lugar e atingir patamar de respeito, consideração, inserção social e validação. Essa é a proposta maior do AMTIGOS, que se situa dentro do Instituto de Psiquiatria. A possibilidade de transformar um local aversivo para crianças em um lugar onde podem brincar, sentir-se bem e viver sua integralidade é outra conquista e objetivo que temos conseguido nesses anos de trabalho intenso, sério, ético e de compromisso.

Estivemos e estamos sempre abertos a diálogo, conversa e exposição. Sem maneirismos nem ativismos histriônicos. Nosso papel é divulgar que as crianças e os adolescentes trans existem e que é possível acompanhá-los na tarefa de diminuir exclusão e sofrimentos e validar sua autonomia e individualidade. Sem adesão à nenhuma teoria fechada, mas lidando com cada indivíduo em todas as suas particularidades.

quando nela se presentifica um desencontro entre o corpo biológico e a identidade de gênero esperada pela cultura – constatação que tem o poder de jogar os pais numa espiral enlouquecedora. Num primeiro momento, desorientados com a queda vertiginosa de seus valores identitários, buscam a todo custo identificar de quem é a culpa por não terem conseguido cumprir o “mandato da sexuação” de sua cria pela lógica reinante – tarefa que sentem ser de sua inteira responsabilidade, uma vez que estão completamente misturados com o filho, que está sendo banhado pelas projeções da imagem dos pais (do que se foi, do que se gostaria de ter sido), ou ainda, de suas figuras idealizadas. Se o narcisismo primário se constitui graças a essa ilusão de imortalidade e de continuação da existência através do prolongamento nos filhos de nossos traços

2 S. Freud. Sobre o narcisismo: uma introdução, p. 109.

identitários, o que acontece quando se constata a insubordinação radical dos filhos à aceitação da imposição de uma identidade? Sem dúvida, haverá uma fratura narcísica extensa, capaz de fazer ruir a base dos constructos psíquicos edificados até então, seja nos pais, seja nos filhos, pois “depor a onipotência narcísica sob a coação da realidade implica um trabalho que não se realiza sem sofrimento”³, e deixa em seu rastro um sentimento de fracasso e vazio diante da vida. A impotência advinda dessa experiência vai provocar ataques tanto ao psiquismo dos pais quanto ao dos filhos. A consequência imediata será o risco de desmonte do par parental (tal como pode ocorrer diante de um filho psicótico), justamente, em um momento em que precisariam estar unidos para a tomada de posicionamentos sensatos diante da criança.

E ela? O que pede aos pais? Uma operação psíquica extremamente difícil: o descenramento do Ego – condição *princeps* para que se possa respeitar os desejos nascentes em um psiquismo em constituição e que não seja apenas uma extensão do psiquismo dos pais. Aliás, a situação como um todo pede mais ainda: pede que o Ego dos pais exercite sua capacidade de inovação. Além da operação suprema do ego de se adaptar à realidade, é bom lembrar que sua outra meta é também a de “intervir no mundo externo alterando-o e nele produzindo, deliberadamente, aquelas condições que possibilitem a satisfação”⁴. Afinal, mesmo diante de tudo o que está saindo diferente do que se esperava na construção da identidade sexual da criança, ela depende, essencialmente, do apoio dos pais para se organizar (no plano emocional) e enfrentar as batalhas que terá de travar com todos aqueles que terão dificuldade em considerá-la um semelhante, exatamente porque ela evocará a diferença e fará claudicar a repressão e o recalamento que incide sobre as pulsões sexuais.

Assim, os pais, mesmo estando em frangalhos, terão de encontrar um meio não só de proteger a sua cria como, acima de tudo, de percorrer, novamente, os caminhos narcísicos iniciais



*assim, os pais, mesmo estando
em frangalhos, terão de encontrar
um meio não só de proteger
a sua cria como, acima de tudo,
de percorrer, novamente,
os caminhos narcísicos iniciais
quando “o sangue errou
de veia e se perdeu”*

quando “o sangue errou de veia e se perdeu”. Estou defendendo aqui o argumento de que é fundamental que nossa escuta analítica comece pelos pais – afinal, a psicanálise tem as ferramentas para dar contenção à angústia do ser humano e dela extrair derivados que possam ajudar na reconfiguração dos esboços dos ideais do eu – aqueles que começaram a ser delineados nos tempos inaugurais do narcisismo primário. Precisamos ouvir os ecos sonoros da música que embalou aquele momento mítico da *Sua majestade o bebê* e que agora embala o luto por um projeto narcísico que se desfez: “Ah... Se ao te conhecer... Dei para sonhar, fiz tantos desvarios, rompi com o mundo, quebrei meus navios, me diz agora para onde posso ir...”⁵. Ajudar os pais a redesenhar os sonhos e desvarios de seu amor pelo filho representa a possibilidade de religar o narcisismo transvazante dos pais: a sua capacidade de voltar-se para outro ser.

E se preconizamos análise para o par parental como medida emergencial na maioria desses casos, é porque sabemos quão desastroso pode ser o estancamento do investimento narcísico dos pais na fundação do narcisismo primário. A grande seqüela recairá sobre o resíduo do narcisismo infantil, o *Selbstgefühl* – termo empregado por Freud e que pode ser compreendido em dois sentidos: um é a consciência de uma pessoa em relação a si mesma (sentimento de si) e o



tendo sempre a ter uma conduta mais conservadora, acreditando que nossa tarefa é a de preservar os tempos narcísicos da infância para o brincar e o sonhar, ambos permeados por diferentes níveis de questionamentos e elaborações dos limites do corpo e da alma

outro é a vivência do próprio valor com relação a um sistema de ideais (sentimento de autoestima). Se, de fato, acreditamos que é o objeto externo que provê um sistema exógeno de regulação da autoestima e de preservação da coesão do sentimento de si, a dedução que se segue é de que a consequência negativa para o narcisismo primário será um déficit intrapsíquico em que predominará a vulnerabilidade da autoestima – o que deixará o sujeito especialmente sensível a fracassos e desilusões. Este é exatamente o ponto em torno do qual se centram as minhas preocupações frente às intervenções da medicina na infância ou na puberdade: o risco enorme de que, enquanto o sistema defensivo do aparato psíquico não for muito bem trabalhado em análise, nenhuma intervenção médica poderá responder, a contento, às fantasias grandiosas que defenderão a fortaleza narcísica esvaziada.

Além do mais, se não houver contenção da angústia dos pais, eles provavelmente não conseguirão proteger a infância da ansiedade reinante no adulto contemporâneo que exige decisões que portam uma imediatez assustadora e atropelam o tempo processual do vivenciar, pensar e elaborar. Esta é a impressão de que somos tomados, de modo arrebatador, ao ler o artigo “Retrato de uma

menina: ser transgênero aos 11 anos”. Entretanto, por conhecermos o caso apenas por uma reportagem jornalística, devemos suspender qualquer juízo crítico e ponderar que, se houve o acompanhamento de uma equipe multiprofissional, deve ter tido motivos muito bem embasados para tomar tais decisões. É sempre bom lembrar que a verdade é filha do tempo e que, em nosso campo de trabalho, só no *a posteriori* saberemos se uma conduta profissional foi ou não a mais adequada para aquele sujeito.

Eu tendo sempre a ter uma conduta mais conservadora, acreditando que nossa tarefa é a de preservar os tempos narcísicos da infância para o brincar e o sonhar, ambos permeados por diferentes níveis de questionamentos e elaborações dos limites do corpo e da alma. Acredito que decisões mais definitivas devem ser deixadas para depois dos tempos da adolescência, quando o rearranjo identificatório vai nos apresentar uma estrutura psíquica mais estável. Em casos como esses que ora debatemos, sabemos quão árduo e longo são os caminhos entre os exercícios fantasmáticos identificatórios e os processos de simbolização correspondentes e que demandam um processo de acompanhamento analítico de reconstrução egoica, de diminuição da intensidade dos processos de cisão do Ego, de aceitação da incompletude do ser – condições apriorísticas para o delineamento das trilhas do desejo –, aquele que, de modo soberano, vai arrematar os contornos identificatórios de cada sujeito. Lado a lado, nessa trajetória, estará postada a nossa esperança de poder ajudar o nosso pequeno paciente a romper com a escravidão e a dependência absoluta do reconhecimento e da admiração dos outros – o que poderia jogá-lo em um ciclo constante de reparações estéticas em função da idealização de uma imagem fixa, fechada em si mesma, e que não apresenta nenhum defeito –, verdadeiro ícone da idealização do Eu Ideal.

Enfim, o que precisamos mesmo é admitir que a subjetividade contemporânea pede, além de uma revisão de alguns paradigmas da psicanálise, o aprofundamento justamente daquilo que

3 L. Hornstein. *op. cit.*, p. 52.

4 S. Freud. *op. cit.*

5 etra da música “Eu te amo”, de Chico Buarque de Holanda.



*atualmente encontramos
uma atmosfera dentro
da maioria dos serviços
destinados a essa população
impregnada por uma necessidade
diagnóstica cada vez
mais precoce*

ficou insuficiente na vasta produção freudiana: o campo da teoria do narcisismo e da identificação. Tarefa que “convoca todos a trabalho” – de minha parte, coube a decisão nada fácil de trazer a público o que pode ser produzido na análise de uma criança quando tem de se haver com o rebaixamento da sua autoestima, devido à incongruência entre o modo como se percebe e o modo como é percebida pelo seu entorno. Foi esta a intenção da publicação de *Nem sapo, nem princesa: terror e fascínio pelo feminino*⁶: convocar os analistas a participar do debate, mas do ponto de vista dos questionamentos e das angústias da criança, a partir da sua palavra e dos seus desenhos.

Margarida (Kika) Melhem

As duas histórias apresentadas pelo texto refletem o momento histórico, contemporâneo, em que as múltiplas manifestações de identidade de gênero ganham visibilidade e, portanto, são alvo de reflexões e questionamentos.

Para além da discussão acerca das transidentidades, há de se pensar sobre as transidentidades na infância. Nesse caso, temos de observar e entender o que esses novos movimentos performativos de gênero trazem ao debate atual e como a psicanálise pode contribuir nos entendimentos dessas neossujeitidades e, ao mesmo tempo, situar na sua conceitualização o que são pilares de sua teoria e o que está marcado pelo tempo histórico.

As histórias de Joana e Melissa são apresentadas pelas mídias como “crianças transgênero”, mas será que devemos designar crianças com uma identidade *trans*? Atualmente encontramos uma atmosfera dentro da maioria dos serviços destinados a essa população impregnada por uma necessidade diagnóstica cada vez mais precoce. Ao mesmo tempo que se tem um movimento forte de despatologização das identidades trans – conquistado principalmente pelo árduo trabalho da militância –, temos encontrado nesses serviços uma forte necessidade

em se definir uma identidade como transgênero logo nas primeiras manifestações identitárias ainda na infância. Na minha opinião, justamente esse diagnóstico tão determinista dado nos primeiros anos de vida é que deve ser questionado. Pensemos com Freud e Jean Laplanche, que trouxeram aportes importantes a cerca dessas temáticas para embasar esse questionamento.

Em 1905, ao escrever os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud introduziu um novo e polêmico conceito, a sexualidade infantil, descoberta que foi fundamental para ampliar o conhecimento sobre a neurose humana e os conflitos inerentes ao campo da sexualidade na vida adulta.

Partindo dessa sexualidade infantil que é perversa e polimorfa, Laplanche afirmou se tratar de uma sexualidade ligada mais à fantasia do que ao objeto, ou seja, autoerótica, regida pela fantasia e pelo inconsciente. Para isso, usou o termo Sexual, um neologismo ao termo sexual empregado por Freud. O termo Sexual, em contraste ao sexual freudiano, abarca tudo o que é do domínio da teoria freudiana da sexualidade ampliada e, em primeiro plano, da sexualidade infantil perverso polimorfa. Ou seja, há uma ampliação ao termo proposto por Freud.



*Laplanche, recorrendo a Stoller:
“Em Stoller, é o gênero contra
o sexo, pois aderindo
ao gênero, ele livra grande
parte da problemática
de qualquer conflito”*

Este Sexual seria anterior à diferença dos sexos ou, se quisermos, à diferença de gêneros. Seria oral, anal ou paragenital.

Segundo Laplanche, o Sexual se funda nas potencialidades conflituosas, no recalque, no inconsciente e na fantasia. Pensar uma binariedade para o Sexual, é pensar muitas vezes em uma marca da negação, ou seja, do recalque, onde aspectos importantes, para além do gênero, ficariam de fora.

A conceituação freudiana sobre uma sexualidade infantil foi recebida em sua época com muito estardalhaço, e é ainda hoje difícil para muitos pensar sobre uma sexualidade em crianças, o que gera muita resistência ao debate.

Como reconhecer e lidar com algo difícil de aceitar? Como se permitir observar nas crianças algo da ordem do Sexual, difícil de nomear e de dar contorno? Pensando na resistência a termos e conceitos ligados a esse Sexual tão difícil de aceitar, Laplanche, recorreu a Stoller: “Em Stoller, é o gênero contra o sexo, pois aderindo ao gênero, ele livra grande parte da problemática de qualquer conflito”. Isso significa que, ao se estabelecer uma relação apenas entre os termos sexo-gênero, esse Sexual fica completamente ausente de observação ou interpretação, ocupando um lugar de reprovação, ficando cada vez mais recalcado.

Para a psicanálise, temos três termos fundamentais em jogo que não devem ser excluídos ou ignorados nestes debates e que operam concomitantemente na subjetividade de uma criança: o Sexual, o gênero e o sexo. Ao nascer, devido a seu sexo biológico, a criança é designada a uma identidade de gênero. Nesse caso, temos gênero e sexo operando juntos. No entanto, essa relação é bem mais complexa, pois envolve uma relação de simbolização com o gênero, que não é o sexo biológico, mas o sexo de uma anatomia fantasiada.

É importante ressaltar que, além do diálogo que devemos estabelecer entre esses três elementos – Sexual, sexo e gênero –, é necessário pensar em uma dialética estabelecida entre a criança e o adulto com quem ela se relaciona. Nunca há só a criança, ela está sempre em relação, em um diálogo estabelecido com o outro ou com o grupo social que a cerca.

Laplanche fala da simultaneidade criança-adulto. Temos de nos interrogar sempre se a criança é causa do adulto ou se o adulto reinterpreta livremente a criança. É necessário que a criança seja posta na presença do outro, ou seja, do adulto.

Nesse sentido, talvez a psicanálise não deva partir de uma definição de identidade de gênero feminina ou masculina tão precoce, já determinada na infância. Essa binariedade definida tão precocemente pode nos tornar cegos ao Sexual ou a qualquer outra manifestação simbólica da criança. Deveríamos suportar não enquadrar em conceitos teóricos ou diagnósticos as manifestações da criança. É importante poder suportar o não conhecido, o transitório, o que ainda não tem uma forma acabada ou uma resposta direta.

É importante acolher a criança dando-lhe um espaço lúdico, em que o terreno da fantasia ganhe espaço, para que ela possa manifestar e significar o que surge dentro de um enquadre analítico em que operam aspectos inconscientes. Deixar o Sexual infantil se manifestar, tanto em crianças como em adultos, este seria o objeto da psicanálise.

É importante ressaltar também que os atendimentos de Joana e Melissa, tendo ocorrido dentro de um ambulatório transdisciplinar de identidade

de gênero e orientação sexual, ganharam um peso transferencial significativo. Um paciente de ambulatório público estabelece uma transferência não só com quem o atende como também com a instituição que o recebe. Essa marca fica posta no atendimento e, ao meu ver, tem relevância para o olhar que se direciona ao paciente. Além disso, a criança nunca é compreendida de forma isolada, mas inserida no meio ao qual pertence – o pequeno social, como se refere Laplanche (pais, parentes próximos, amigos, cuidadores), e o âmbito social mais amplo (cultura, sociedade, instituições). É fundamental que esse diálogo criança-adulto seja levado em conta na observação e no atendimento das crianças, junto com todo esse entorno implicado na constituição dessa subjetividade.

Os desejos dos pais sempre estão em cena. Pais esses que ouvem e interagem com seus filhos

a partir de suas próprias fantasias. Nesse sentido, estabelece-se uma relação que marca a criança a partir da sexualidade infantil recalcada dos pais. Ou seja, as mensagens enigmáticas as quais se refere Laplanche e que precisam encontrar algum tipo de metabolização por parte da criança.

Por esses motivos, o indivíduo precisa ser compreendido nessa totalidade, e não no olhar isolado posto sobre ele e seus “fenômenos trans”. Também é necessário ajudar esses pais a suportar a ambivalência e a ambiguidade apresentada por seus filhos.

Em suma, há nesses fenômenos de transidentidades, vivenciados cada vez mais precocemente, algo de desconhecido e transitório que precisamos suportar e observar, evitando que a angústia desse desconhecimento se transforme em definições apressadas ou respostas limitadoras.

Referências bibliográficas

- França C. P. (2017). *Nem sapo, nem princesa: terror e fascínio pelo feminino*. São Paulo: Blucher.
- Freud S. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução.
- Freud S. (1926). Inibição, Sintoma e Angústia.

Territórios e fronteiras: por onde pisa o psicanalista de crianças?

Ane Marlise Port Rodrigues

Comentado por:

Eliana Rache e Audrey Setton Lopes de Souza

Ane Marlise Port Rodrigues é psicanalista de crianças, adolescentes e adultos pela International Psychoanalytical Association (IPA); membro titular com função didática da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre (SBPdePA).

Eliana Rache é psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), psicanalista de crianças e adolescentes da International Psychoanalytical Association (IPA), com formação na Asociación Psicanalítica Argentina, doutora em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP). Autora de *Travessia do corporal para o simbólico corporal*, publicado pela Editora CLA. Coautora de *Roussillon na América Latina*, publicado pela Editora Blucher.

Audrey Setton Lopes de Souza é psicanalista. Membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP) e professora no Instituto de Psicanálise da SBPSP. Membro do Departamento de Psicanálise da Criança no Instituto Sedes Sapientiae, onde é professora. Doutora em psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente aposentada do Instituto de Psicologia USP. Autora de escritos psicanalíticos em livros e revistas especializadas.

A situação relatada aconteceu há quase trinta anos. Podemos pensar que se tratava de uma analista iniciante, sem experiência suficiente para manejar “mais analiticamente” a cena posta em ação.

Mas, se fosse hoje, faria diferente?

Lembro-me de ter exposto o ocorrido a colegas. Os comentários oscilavam desde “eu jamais faria isso”, “não é papel do analista”, “a mãe teria de ser encarregada” até “conseguiu transformar merda em adubo”. Numa direção de comentários, parecia que eu estava violando fronteiras do enquadre, em outra, sentia-me com maior espaço para pensar livremente.

Naqueles tempos, o conceito de *enactment* não era tão presente em nosso meio e tudo o que saísse da conduta convencional e esperada para um psicanalista, era catalogado como atuação.

Transitar entre várias fronteiras torna-se o dia a dia do psicanalista de crianças e adolescentes. Depara-se e é desafiado com a interseção dos territórios do intrapsíquico e do intersubjetivo, com as relações de domínio entre pais e filhos e entre irmãos e familiares, com a escola e com outros profissionais envolvidos no atendimento, entre outros possíveis territórios e fronteiras a transitar.

Por onde pisa Cátia?

Ao abrir a porta da sala de espera e convidar Cátia para atravessar o corredor e entrar na sala de análise, deparo-me com a mãe, sentada na cadeira, parecendo novamente exaurida pela filha e dizendo: “Para, Cátia! Vai pisar tudo com cocô! Ela pisou num cocô de cachorro lá



na rua e vem pisando por tudo. Olha, aí! Já encheu o tapete da A. de cocô!”

Cátia, agora perto dos seis anos, dirige-me um olhar de quem sabe o que está fazendo. Depois, olha para o tapete no qual segue pisoteando. Faz um movimento de entrar no corredor interno e na sala de atendimento, no embalo de pisotear por tudo (fica levantando e baixando os pés como quem carimba o tapete).

Vejo-me dizendo que, para entrar, teria de tirar os tênis. Primeiro diz que não vai tirar, mas, em seguida, concorda. Desamarro e tiro-lhe os tênis, levando-os nas mãos, juntamente com o tapete da sala de espera.

Já na sala de atendimento, digo-lhe que hoje ela tinha vindo com muita vontade de pisar com cocô por todo o meu chão e o meu tapete. Dá um sorriso de quem concorda e diz que tirei os tênis dela.

A: Sim, tirei, para te ajudar a não encher todo o chão de cocô e porque, pelo jeito, não ias conseguir parar sozinha. Tua mãe também não conseguiu te ajudar a parar, ela não tirou o teu tênis.

C: E agora tu limpas o tênis para mim?

A: Vem, vamos até a pia do banheiro, podes me ajudar.

Pego um lápis e vamos ao banheiro. Sob o olhar atento da menina, que faz que não com a cabeça quando lhe alcanço o lápis para me ajudar, vou tirando cocô das ranhuras de seu tênis sob a água da torneira. Vai apontando onde tem e pede que tire tudo. Está muito atenta e fica contente quando terminamos.

Enquanto estamos “nesse trabalho”, digo-lhe que fiquei pensando em “por que será” que ela tinha se aproveitado tanto do cocô do cachorro na rua para tentar encher as minhas coisas de cocô.

C: Não sei, mas deu vontade.

A: Também não sei, mas lembrei que na última vez saíste bem brava comigo.

C: É mesmo!!

A: Lembra por quê?

*eu jamais poderia contrariá-la,
por exemplo, escolhendo as cores
com que pintaria o meu desenho
enquanto ela pintava o dela
ou as roupas da boneca*

C: Não lembro bem. Alguma coisa quando a gente brincava.

A: Uma coisa que aconteceu é que não te obedeci, quando querias mandar em mim. Não fiz tudo o que querias.

Relata o momento em que arrancou a boneca da minha mão porque não pus nela o sapatinho que queria. Eu quis escolher o sapato, e Cátia não aceitou.

Vínhamos trabalhando em como desejava ter sempre o comando e o controle: eu jamais poderia contrariá-la, por exemplo, escolhendo as cores com que pintaria o meu desenho enquanto ela pintava o dela ou as roupas da boneca. Sempre teria de perder os jogos para ela. Frequentemente, tapava com suas mãos os ouvidos quando eu falava algum pensamento que me ocorresse para introduzir algum significado no brinquedo ou jogo.

Nesse momento, nada respondeu, mas parecia ter ouvido. No primeiro ano de seu tratamento, por várias vezes, eu tinha a sensação de que não me escutava. De fato, ocorria de não me ouvir, imersa em um mundo à parte do qual me excluía. Ou, quando me incluía, sentia-me mais como uma extensão sua do que alguém com existência própria. No decorrer do segundo ano de tratamento, já se conectava mais com a minha fala.

Sem me ouvir, sem ter de pensar, sem ter de se perceber e de me perceber, não precisaria mudar nada em seu funcionamento hermético, autoritário, violento, onde se isolava num mundo em que se sentia muito só. Sentia-se poderosa pelo medo que a mãe tinha dela, pelas dificuldades



difícilmente Cátia aceitava algum limite. A medicação prescrita pelo médico foi interrompida pelos pais por acharem que não estava fazendo efeito

dos pais em contê-la e transformar seus estados de desorganização.

Pego um pano para secar os tênis. Vejo que está muito satisfeita quando me olha e diz: “Obrigada, A.”. Digo: “Gostas muito quando a gente te ajuda a segurar essa brabeza cheia de cocô. Te sentes cuidada e mais calma. Ficar sozinha com tudo isso é bem ruim”.

Sáimos do banheiro para a sala de análise. Pede uma casa de madeira para brincarmos de família. Repete uma brincadeira anterior na qual os pais têm um filho que tiraniza a todos e eu vou sendo os outros personagens. Quando inventou essa brincadeira, exigia que eu obedecesse às suas orientações. Mas a essas alturas, já suportava melhor algum obstáculo à realização de todas as suas vontades e acontecia de eu não cumprir com suas ordens por meio de algum personagem.

Há dois anos em tratamento, vinha tolerando melhor que eu fosse um outro, diferente dela.

Antes de chegar a mim, fizera avaliações neurológicas devido à sua impulsividade e ataques de raiva, quando quebrava várias coisas. Tinha muitas brigas com os pais, irmãs mais velhas, colegas e professores. Difícilmente aceitava algum limite. A medicação prescrita pelo médico foi interrompida pelos pais por acharem que não estava fazendo efeito. Havia tentado um tratamento anterior, mas já de início mostrou seus ataques de fúria nas sessões “quebrando o consultório da terapeuta” (*sic*). Esta encerrou a avaliação, dizendo que o caso era “químico”.

Por ocasião de sua primeira sessão comigo, aos quatro anos, a mãe entrou puxando a filha

para dentro à força. Cátia estava furiosa e agredia a mãe com socos e pontapés. Não queria ter vindo. Já dentro da sala, arremessou um relógio (tipo despertador, que uso para verificar o tempo da sessão) contra a parede, quebrando-o em pedaços.

A mãe, imediatamente, começou a catar os pedaços do relógio. Vou na direção da menina, que parecia solta no espaço, num quadro de agitação e fúria. Instintivamente, segurei o seu corpo, sentei-me no divã, entrelaçando-a com minhas pernas e braços. Se debatia, tentando me morder, dar cabeçadas e se soltar.

Falei mansamente e devagar: “Como Cátia ficou assustada em vir na A.! Também nem me conhecia! Já tinha ido a outros lugares e não estava gostando nada disso. Está muito zangada”. Também lhe disse que não sabia por que ficava tão furiosa, não só ali comigo, mas também em sua casa, no colégio, nas festinhas de aniversário de colegas. Mas que talvez juntas poderíamos descobrir e entender o que acontecia com ela.

Quando me dei conta, estava falando em tom bastante suave e nos embalando, sentada no divã. Aos poucos, foi se acalmando e pediu que a soltasse. Ao soltá-la, novamente tentou quebrar coisas e tive de contê-la por mais duas vezes nessa sessão.

Nas entrevistas iniciais com os pais, a mãe dizia ter medo da filha e que não conseguia ter domínio algum sobre ela. O pai reagia à agressividade da filha dando-lhe palmadas ou colocando-a de castigo, trancada no quarto. Os pais eram vistos regularmente e já estavam conseguindo dar mais limites e continência à filha por ocasião da cena na sala de espera. Sentiam-se perdidos e perplexos com o comportamento da filha. Em grau de intensidade menor, lembravam-se da avó paterna que era muito briguenta e impulsiva.

Posteriormente ao “dia do cocô”, numa sessão de sexta-feira, quis fazer bolas de jornal que prendíamos com fita adesiva em volta, dando um formato esférico.

Durante a semana, havíamos trabalhado em sua maior percepção de que na minha vida existiria um outro, um marido. Não havia, até então,

imaginado essa possibilidade. Sua reação havia sido de espanto, de surpresa, mais do que de ciúmes. Já podia me perceber mais separada dela e que, além disso, na minha vida existissem outros além dela. Também começaram a aparecer pesadelos com figuras de ladrões que invadiriam a casa e matariam alguém. Considerei o surgimento dos pesadelos como um grande progresso, pois até então não aparecia esse tipo de material onírico.

Voltando às bolas de jornal, quis uma brincadeira em que cada uma jogaria as bolas na outra. Enquanto brincávamos disso, o assunto era o fim de semana e o que cada uma de nós faria. Conta que iria passear com os pais e irmãs para visitar os avós noutra cidade. Quer saber o que vou fazer.

Pergunto se imagina que vou passear com alguém, já que ela vai passear com a sua família. Responde: “Garanto que vai passear com teu marido!”. Nesse momento começa a jogar as bolas de jornal com raiva e força em mim. Digo: “Nossa! Ficou mais brava comigo depois de imaginar que eu ia passear com meu marido. Até parecem bolas de cocô!”. Diz, bem satisfeita: “Aí tu ias ficar toda cheia de cocô e fedorenta e teu marido não ia te querer”. Sigo: “E eu ficaria só para ti! Quanto ciúme!”.

Uma organização mais neurótica, com maiores possibilidades de triangulação edípica, de figurabilidade e de simbolização, começa a se fortalecer e a emergir. No final da sessão, estamos as duas rindo daquela brincadeira. E fomos cada uma para o seu fim de semana.

Método analítico *versus* técnica

Em reuniões clínicas, comenta-se uma maior presença de pacientes com estruturas não neuróticas, em que predominam mecanismos de defesa como cisão/*splitting*, em vez de recalque. Os excessos traumáticos (também traumas narcísico-identitários descritos por René Roussillon) estariam predominantes sobre as configurações neuróticas, quando a criança alcançou transitar pelo complexo edípico e desenvolveu a latência. A latência entendida enquanto uma organização psíquica



no início de seu tratamento, Cátia pedia papel e canetinhas para desenhar. No entanto, esse material servia como veículo de descarga de tensões e de sua descrença em si mesma e no outro

em que o ego se encontra diferenciado do outro, o superego está desenvolvido como herdeiro do complexo de Édipo e é possível ter recursos estruturais para ingressar na cultura, saindo da endogamia para a exogamia.

Mesmo que mantenhamos o método analítico (com a associação livre, a atenção flutuante e o trabalho na transferência) para acessar os derivativos que chegam do inconsciente, recebemos pacientes em quem a possibilidade da associação livre será um resultado do trabalho analítico desenvolvido anteriormente, por tempo indeterminado e variável caso a caso. Portanto, as variações da técnica clássica, já criativamente introduzidas pelas pioneiras na psicanálise infantil por meio da técnica do brincar e do jogar, seguem desafiando o psicanalista que recebe casos de não neurose, crianças, adolescentes e adultos.

No início de seu tratamento, Cátia pedia papel e canetinhas para desenhar. No entanto, esse material servia como veículo de descarga de tensões e de sua descrença em si mesma e no outro (enquanto possibilidade transformadora de seus sofrimentos). Sistemáticamente, a folha de papel acabava toda furada e rasgada, e as canetinhas tinham suas partes destruídas.

O caminho para um uso mais simbólico para o papel e seus desenhos ainda teria de ser percorrido por mais tempo, mas sua impulsividade já estava em vias de maior contensão. Ficou bem feliz quando conseguiu desenhar o contorno de um parque de diversões com brinquedos dentro. Comentei que naquele momento já dava para desenhar e brincar mais, pois já



*a clínica mostrava que
o paciente fazia parte de um campo
transgeracional em que traumas
e conflitos não elaborados
passavam de geração
em geração*

suportava melhor quando o desenho não saía exatamente como queria e sabia que eu poderia ajudá-la se quisesse. Também disse que, quando sua mãe não ficava assustada com sua brabeza (via que eu não ficava), a segurava e acalmava, e seu pai não batia nela nem a trancava no quarto, sentia-se bem mais tranquila, como se fosse num parque para brincar.

O transgeracional

O trabalho com os pais, em sessões mensais, acolhia as queixas, o desânimo e a falta de esperanças sobre melhoras da filha. O pai a comparava com sua própria mãe, que sempre fora impulsiva e batia nos filhos. Tivera uma relação conflituosa com ela. Referia que só melhorara depois da meia-idade, quando aceitou ir ao psiquiatra e tomou medicação estabilizadora de humor.

Mostrava-lhe como essa relação difícil com sua mãe se atualizava com a filha. Só que agora quem batia era ele. Era bastante acessível e queria melhorar a relação com Cátia. Sentia-se muito triste quando batia, podendo identificar-se com a filha em seus choros e gritos (ele-filho que apanhava da mãe).

Quanto à mãe da paciente, já estava em tratamento individual quando trouxe a filha. No entanto, seu tratamento não alcançava modificar seu medo das crises de fúria de Cátia. Somente em sessões sistemáticas (na época, uma sessão por mês no primeiro ano de tratamento e, depois, mais espaçadas) com o marido junto

ou ela sozinha, pudemos entender que temia ser violenta com a filha se usasse sua força. Não se imaginava capaz de ser firme sem ser violenta. Na família da mãe não havia histórico de violências. Seus pais eram percebidos como adequados. Algo de uma tendência à passividade na avó materna era percebido na mãe de Cátia. Pensamos que sua passividade poderia estar encobrindo seu temor de ser violenta na abordagem das crises de fúria da filha.

No decorrer de poucos meses, os pais já haviam mudado o manejo dos momentos difíceis, contendo fisicamente e conversando com a filha até que se acalmasse.

Numa linha mais kleiniana, pela qual iniciei meu aprendizado, a ênfase era o trabalho do intrapsíquico com a criança, sem maior espaço para os pais. Nessa época, contudo, já me agradava a abordagem de Donald Winnicott, que considerava que o contexto psíquico dos pais influenciava primariamente os problemas e as capacidades dos filhos (não eram somente projeções e reintrojeções de fantasias inconscientes, dentro de um universo de objetos externos e internos). Porém, a inclusão cada vez maior dos pais no trabalho analítico com a criança ou o adolescente foi se dando aos poucos na minha clínica, na medida em que a clínica mostrava que o paciente fazia parte de um campo transgeracional em que traumas e conflitos não elaborados passavam de geração em geração. Isso não quer dizer que os problemas da criança sejam mero sintoma da patologia parental. Considero que o paciente também contribui com sua carga pulsional e suas possibilidades egoicas nos destinos de sua neurose ou de sua não neurose. No entanto, é inegável o poder da mãe e do pai (e do ambiente e da cultura) sobre o pequeno ser em desenvolvimento.

Sessões conjuntas do paciente com ambos pais, com mãe e pai em separado, com avós e babás tornaram-se mais uma das ferramentas técnicas no trabalho com crianças e adolescentes. Muitos avanços na área da psicanálise de crianças e adolescentes são possíveis pela abordagem da área vincular e transgeracional.

Do quantitativo pulsional ao qualitativo: a busca pelo objeto em Cátia e Marcos

O objeto é fundamental na continência e transformação de angústias e conflitos e na construção das estruturas psíquicas do ser.

Conforme o relatado anteriormente, a intensidade pulsional de Cátia não encontrava na mãe nem no pai a possibilidade de transformação de quantidades (excessos, raivas, fúrias) em qualidades (qualificação simbólica por palavras, desenhos, brincadeiras e jogos). O medo que a mãe sentia da filha, deixava Cátia cada vez mais assustada com a própria agressividade. A impossibilidade da mãe de contê-la a deixava vivenciando agonias terríveis e primitivas, como ficar solta no espaço sem ter onde se agarrar (cena em que quebrou meu relógio na primeira sessão de análise, quando a mãe foi em direção ao relógio quebrado, deixando-a solta no espaço). Tampouco o pai conseguia tranquilizar a filha, pois revivia os fantasmas da relação com uma mãe violenta e repetia o traumático ao bater na própria filha.

Foi necessário criar um novo espaço, na linha de um espaço potencial e de uma área intermediária, para que Cátia, sua mãe, seu pai, o fantasma da avó paterna e outros personagens pudessem entrar em cena e com a analista fossem transformando o quantitativo, com os excessos traumáticos, em qualidades simbólicas, sonhos, elementos úteis para o fantasiar, para o brincar e para a vida onírica e de relação com o outro.

No trabalho com Cátia, houve forte envolvimento e investimento afetivo dos pais no tratamento da filha, resultando em grandes evoluções e amadurecimentos em todos.

Já Marcos encontrava-se em situação bem mais difícil. Seu pai não aceitava que o filho necessitasse de tratamento psíquico. Dizia que o filho só precisava fazer esportes e que a mãe do menino era responsável por todos os problemas dele.

Falhas importantes em ser sentido, contido e pensado pela mãe e pelo pai desde bebê ativaram em Marcos ódio e sadismo intensos, não adequadamente intermediados pelas figuras parentais.



*Marcos encontrava-se
em situação bem mais difícil.
Seu pai não aceitava que o filho
necessitasse de tratamento
psíquico. Dizia que o filho
só precisava fazer esportes*

Esse menino de nove anos nunca tivera um amigo, estando sempre sozinho no pátio da escola ou na sala de aula. No entanto, mostrava seu lado saudável e vital nas sessões quando brincava, buscando o contato com seus objetos e comigo.

Seus pais separaram-se quando tinha quatro anos. Permaneciam sob acusações e queixas mútuas desde então e não davam esperanças de que essa situação pudesse mudar. A mãe referiu ter um diagnóstico de depressão. O pai mostrava-se obsessivo e rígido em suas rotinas, com pobre alcance subjetivo. Morava com a madrasta de Marcos, a qual já tinha filhos de outro casamento e um filho com o pai. A madrasta não aceitava a presença de Marcos em sua casa. Além de ciúme, não gostava dele, achando-o muito esquisito. O pai encontrava com o filho no clube e em *shoppings*.

Sessão com Marcos

Estávamos no quarto mês de tratamento com três sessões semanais. Havíamos montado o cenário do personagem João, que seria ele mesmo com dezesseis anos, sem amigos e cercado por vários animais. Adorava cavalos, cães e gatos. No início da brincadeira, tinha havido uma tentativa de encontrar amigos, que o teriam convidado para uma festa. O personagem vai até o local onde seria a festa. No entanto, eles o enganaram, dando o endereço errado. Decepciona-se imensamente, retorna à casa e vai brincar com os seus animais. No cenário, temos ainda os bonecos de pano representando um pai, uma mãe, um irmão menor,



*penso que nesse movimento
de Marcos em torno do pai existe
seu desejo por ele; o desejo
pelo objeto que falta e que está
além da mãe*

uma irmã bebê e uma empregada. Eu me encarregava dos outros personagens, segundo ia me orientando nas falas e nas condutas. Primeiramente, fazia festas somente entre João e seus animais. Esses iam ficando mais violentos, ao que lhe dizia que estava começando a soltar os seus bichos, as suas feras. Quando, após certo tempo, perguntei se não ia deixar o irmão entrar na festa, primeiro recusou, mas depois permitiu. Deixou que montasse no cavalo e o fez cair, quebrando um braço e as pernas. O boneco do irmão ficou um ano na cadeira de rodas. O personagem da madrasta foi mandado para a prisão, depois para um planeta distante para nunca mais voltar e, por último, declarou que ela estava fora do jogo, que não existia mais na brincadeira: “Ela não existe mais” (*sic*).

As brincadeiras de cunho sádico em torno do personagem do pai adquiriram forma e pareciam expressar a busca de Marcos por um pai que registrasse verdadeiramente a sua existência. Colocava o personagem do pai sempre deitado na cama ou vendo tv: “Ele é muito parado, não se mexe para nada” (*sic*). Ordenou a seus animais que jogassem bombas perto do pai e no pai. Eu lhe dizia: “Queres fazer ele se mexer, nem que seja machucando”. Com as bombas, o pai teve uma perna quebrada e passou a andar de muletas.

Devido ao intenso frio com neve e gelo que foi tomando conta do sítio onde era a casa, queria que seus animais pudessem dormir dentro da casa. O pai estava de pé, perto da janela. Seguia dizendo que ele não fazia nada. Refere, então, que a calça do pai caiu (abaixando a calça do boneco),

mostrando sua cueca, que seria vermelha. Nesse exato momento, o animal que vai entrar em casa é um touro que, vendo o pai com a cueca vermelha, atinge-o, furando com seus chifres suas nádegas, seu ânus e seu corpo. O pai volta ao hospital para tratar dos muitos ferimentos. Penso que, frente à fragilidade materna, busca o pai, mesmo que sob roupagem sádica. Mesmo que a cena nos remeta a aspectos da sexualidade de Marcos, parece predominar uma forte vivência de desamparo.

Digo: “Esse pai não se mexe e deixa seu filho João tão sozinho com seus animais, agora foi castigado por ele, e que castigo!”. Ele concorda com a cabeça. Sigo: “Noutras vezes, tu também ficas tão sozinho com a mãe e a mãe muitas vezes está triste, nem quer sair de casa”. Concorda novamente.

Observa-se que Marcos tem de lidar com a falha materna já anterior à paterna. Reclamava da mãe por não sair para passear com o cachorro ou para outras atividades fora de casa. Nessa brincadeira, a mãe cuida da nenê, trocando fraldas e dando seu “mamã”. Mas os filhos se reportam à empregada sempre que querem alguma coisa.

Penso que nesse movimento de Marcos em torno do pai existe seu desejo por ele; o desejo pelo objeto que falta e que está além da mãe. A meu ver, está pedindo que o retire das indisciplinações com a mãe ou que o salve quando ela está em seus períodos de desinvestimento depressivo. Mas o pai, em geral, tem uma postura queixosa. Diz que as mulheres são muito mandonas, ou ciumentas e infantis, e que o melhor é não se meter com elas. Sem contar com o pai e desamparado em muitos momentos pela mãe, aumenta sua retração narcísica e, por vezes, parece preferir a apatia e a indiferença, como num desejo de não desejo. Diz: “Queria entrar para dentro de uma cúpula de vidro, não sair lá de dentro e não precisar me relacionar com ninguém” (*sic*).

Quando Marcos mostra-se sádico em sua brincadeira, ainda está lutando pela vida e pelo objeto. Mas a impossibilidade do objeto pode reativar o pulsional sádico e/ou narcísico (volta para o ego). Numa de suas raras iniciativas de interação



com colegas, Marcos está num shopping passeando com o pai, num sábado à tarde. Lembra que alguns colegas de aula estarão no cinema às 18 horas, vendo um filme que também gostaria de assistir. O pai reclama por não ter avisado antes, para que pudesse se organizar. Diz que pode deixá-lo às 18 horas e telefona para a mãe buscá-lo às 20 horas. Ela se recusa a sair de casa. Resultado: o pai o deixa na casa da mãe e Marcos não vai ao cinema.

Sabemos que, mediante o seu discurso, a mãe introduz o pai ao filho. Mesmo com a ausência ou morte do pai, ele permanece como inscrição psíquica no filho quando convocado pela mãe para ocupar o seu lugar simbólico: sua função paterna. Conforme Jacques Lacan, esse pai simbólico, ao intervir na relação dual imaginária entre mãe e filho, liberta-o da relação indiferenciada e incestuosa com a mãe. Porém, Piera Aulagnier lembra que o desejo do pai também conta, não sendo apenas a mãe que o convoca.

Com Marcos estamos no campo das dificuldades do ser, das cisões e retrações narcísicas com suas imensas feridas, com intensas vivências de desamparo. A triangulação necessita desenvolver-se mais. Temos uma detenção em seu desenvolvimento. É preciso trabalhar na construção do próprio ego e buscar ajudar os pais nas difíceis tarefas de parentalidade, em que a diferenciação deles com seus próprios pais e com seus filhos também necessita encontrar um território de transicionalidade e criação do novo.

Quando Marcos aceita o tratamento, gosta de vir às sessões e me coloca no lugar de vários personagens, brincando comigo, penso que mostra sua esperança de encontrar os seus objetos e de ser encontrado, mesmo com enganos e endereços errados no seu caminho. Quer a intermediação do objeto para lidar com a intensidade de seus afetos e busca pelo brincar, falar e pensar na sessão, dando comigo significado para dolorosas vivências. Há períodos em que parece ter desistido e que não pareço alcançá-lo, e dói muito. Nesses momentos, falo do que sinto: que estou muito preocupada com ele, que está muito longe, que parece que não vai voltar para brincar e conversar

*com Marcos estamos
no campo das dificuldades
do ser, das cisões e retrações
narcísicas com suas imensas
feridas, com intensas vivências
de desamparo*

comigo, que deve estar sofrendo muito para querer se fechar tanto assim. Como se fosse para sua cúpula de vidro. Reage incrédulo: “É mesmo, tu tá preocupada assim?”

Finalizando

Freud, no “Projeto” (1895), articula o enfoque econômico-quantitativo dos estímulos exógenos e endógenos sobre o aparelho psíquico com aspectos qualitativos: formação de barreiras antiestímulos e da memória; defesas; períodos de consciência e a percepção de qualidades; condição livre ou ligada de quantidades e processo primário e secundário; a ação específica para a experiência de satisfação por meio do auxílio alheio, etc.

Nas releituras do projeto de Freud, o papel fundamental do auxílio alheio (mãe ou cuidador) frente à imaturidade e ao desamparo da criatura humana é destacado. A barreira antiestímulos também é entendida como a possibilidade de a mãe usar seu processo secundário em contato com o processo primário de seu bebê para dar conta de quantidades de desprazer e dor em busca de alívio e transformação.

O conceito de *rêverie*, introduzido por Wilfred Bion, coloca o objeto diretamente implicado nas transformações de elementos beta em alfa para o desenvolvimento do psiquismo e da pensabilidade, aumentando a capacidade simbólica.

O psicanalista em geral, mas o psicanalista de crianças e adolescentes em especial, transita atualmente em territórios mais vastos e alargando



*desde sempre é sabido
que é o analista de crianças
(apesar de não lhe ser uma
prerrogativa) quem deveria estar
pronto para pisar os mais
diferentes terrenos*

suas fronteiras, sendo cada vez mais exigido em seus recursos intrapsíquicos e em suas capacidades de relação com os múltiplos outros do campo da realidade.

Considero que o psicanalista atual está mais solto e autorizado a entrar nas cenas propostas pelo paciente e seus familiares, exercendo papéis (*enactments* referidos por Roosevelt Cassorla)

Eliana Rache
De volta para o futuro

Agradeço à revista *Percurso* por ter me convidado a participar da seção “Debates Clínicos” e a tratar de tema instigante sobre a clínica de crianças: continua ela a ser igual ou teria mudado nesses trinta últimos anos?

Para localizar o trabalho do analista de crianças, o título do texto é sugestivo: “Por onde pisa o psicanalista de crianças?”. A resposta pode ser captada no uso mais singelo de nossa associação livre na sessão apresentada a seguir.

Uma criança, tipo indomável, adentra o consultório, cocô no sapato, provocação nos olhos, vai pisando e borrando por onde passa. Sim, justamente onde pisa o analista. Creio que está respondida a pergunta que compõe o título. Desde sempre é sabido que é o analista de crianças (apesar de não lhe ser uma prerrogativa) quem deveria estar pronto para pisar os mais diferentes terrenos.

Nos inícios não era bem assim. O terreno kleiniano, escrupulosamente delineado, dizia-nos

sobre os quais terá de pensar e buscar entender. Assim, esse agir torna-se importante parte da compreensão da dinâmica emocional em jogo, desde que se dê conta do que está se passando no campo analítico. As análises do analista mais longas e aprofundadas, com uma maior instrumentação teórica e técnica, permitem que “se brinque” mais livremente no espaço do tratamento.

É fundamental a presença de outros para estabelecer ligações entre o cindido/recalcado e a palavra, fazendo com que assim um sentido possa emergir.

Tanto Cátia como Marcos eram crianças que mantinham esperanças de encontrar sentidos e uma melhor compreensão de suas manifestações emocionais ou condutas. Puderam levar-me em seus caminhos, fazendo-me andar por territórios desconhecidos e repletos de mananciais de sentidos, ampliando as fronteiras de nossas vivências.

que tínhamos de caçar a agressividade presente nas pobres criaturas. Projeção/introjeção era a dança programada, tendo por parceiros a mente da criança e alguma outra tela projetiva. A bússola expressa pela relação mãe-bebê orientava como e quais elementos – fezes, urina, leite – entravam e saíam do corpo da criança em sua relação com a mãe, sendo o valor de troca dado pelo sinal positivo ou negativo de acordo com a experiência boa ou má.

Acompanho o trabalho primoroso de nossa colega aqui apresentado, nos idos dos anos 1990, colorido pelo “frescor” (*freshmindness*) próprio de uma jovem iniciante no trabalho com seus pequenos pacientes. Para os padrões da época, vejo-a desenvolta, rompendo os cânones – “*lavando os tênis do pacientezinho*”. Para os padrões de hoje, vejo-a perfeita. Nesse sentido, pareceu-me um movimento tipo “*De volta para o futuro*” – o que está hoje em seu trabalho clínico já tinha estado lá há trinta anos atrás. Na primeira sessão apresentada,

respingos existem de marcas da época em que era kleiniana: a analista refere-se tanto a ela (analista) como à paciente usando os nomes próprios de cada uma: “Como Cátia ficou assustada em vir na A.”. Isso era uma prática absolutamente natural, o que deixava as chamadas “interpretações” distantes como que recitadas em um palco. Também fui acometida desses modismos. Mas como fazer diferente? Era a maneira de assim nos sentirmos verdadeiramente sacramentadas pelo grupo de analistas. O que fui deduzindo ao longo do tempo, à medida que fui declinando dessa prática, era que, para não colocar em evidência a pessoa verdadeira do analista nem daquela criança que estava ali de carne e osso, devia-se criar uma atmosfera na qual não se usasse pronomes pessoais. Se a analista entrasse no lugar do “eu” e o paciente no lugar de “você” ficaria comprometida toda a pureza que deveria envolver a transferência. Outro tipo de interpretação era aquele que transformava as emoções das crianças em “cocô” e “xixi” porque, ao se apresentarem dessa maneira, ficariam consagradas na ordem do arcaico incontestável, apoiando-se na teorização das equações simbólicas preconizadas por Hanna Segal nos idos dos anos 1960. Nesse mote, ouvimos nossa analista introduzindo “*bolas de cocô*” onde apenas a paciente a atacava com muita raiva por constatar que ela não era propriedade sua. De fato, as bolas eram atiradas com muita raiva, mas não precisavam ser de cocô para transmitir a dimensão agressiva.

Se não tivesse havido Melanie Klein, Wilfred Bion, Donald Winnicott e tantos outros, os analistas de trinta anos atrás não poderiam ter a liberdade de criar suas compreensões próprias num diálogo inexaurível com todos eles. É o que nos conta A.: num percurso iniciado nos moldes kleinianos, logo o ambiente é convocado e os pais passam a fazer parte constitutiva do tratamento das crianças. Em termos pedagógicos, estaria justificado dispensar os pais do tratamento se somente o superego parental fosse delegado ao superego do analista. Se assim o fosse, nesse tipo de funcionamento, cujas raízes pedagógicas têm em Anna Freud sua origem, não estaríamos



*sem Melanie Klein, Wilfred Bion,
Donald Winnicott e tantos
outros, os analistas de trinta anos
atrás não teriam a liberdade de criar
suas compreensões próprias*

com nosso pensar psicanalítico bem acessado para o trabalho.

O que teria acontecido com Cátia se assim tivesse sido? Teria visto na analista uma cópia de sua mãe ou de seu pai e seu comportamento continuaria igual – ela apenas teria ido para a “professora” psicóloga. Como compreender que o pai de Cátia fazia uma identificação com o agressor, sua própria mãe, e ficava infligindo em Cátia aquilo de que ele mesmo tinha sido vítima, isto é, dos ataques impulsivos de sua mãe? E quanto à mãe de Cátia? Ela sabia que tinha medo de Cátia, o que Cátia sabia também. Entretanto, o que não passou despercebido ao arguto olhar da colega é que, para a mãe, firmeza era igual violência, ser firme seria se opor a Cátia, contrariá-la, frustrá-la, levantar a impulsividade da menina... Optava por não usar de sua agressividade já que não sabia dosá-la. Com certeza, enfrentar Cátia seria ter de enfrentar sua própria agressividade, que era o que ela realmente temia.

Sem termos acesso a esses dados emocionais dos pais, não teríamos como desenredar aspectos psíquicos mesclados entre todos os integrantes da família e devolver o que é de quem e, com isso, liberar a criança para que ela, pouco a pouco, se aproprie do que lhe pertence. “*Isso não quer dizer que os problemas da criança sejam mero sintoma da patologia parental*”, como nos diz a colega, e, de fato, a criança terá de fazer respirar seu *self* verdadeiro em seu “*new beginning*” com a ajuda do analista.

Considero esse tópico do grupo parental ser recebido pelo analista de criança que está sendo



*devo a Winnicott
a entrada para sempre
do objeto, do ambiente
e do outro na minha
compreensão teórico-clínica*

tratada condição *sine qua non* para o bom resultado da terapia da criança/adolescente. A primeira questão de receber os pais está no fato de poderem ter contato com a pessoa que está tratando de seu filho e se sentir também acolhidos, com segurança para investirem no tratamento. Haja vista o trabalho delicado feito por A. na ajuda dos pais de Cátia, o que não pôde ser realizado com os pais de Marcos.

O quadro de Marcos (9 anos) era mais difícil. Não só começara a análise mais tarde do que Cátia (4 anos), como seus pais ainda mantinham acesas as farpas raivosas de uma separação mal resolvida. Nesse caso, seria necessário um investimento muito grande, pelo menos de um dos pais, para que o tratamento de Marcos pudesse vingar. A mãe deprimida não tinha a energia da qual o menino poderia se beneficiar. Se não conseguia ter luz nem para sua própria lamparina, como dedicá-la ao filho? Como entrar num espaço para ouvir falar de seu filho, aquele que nunca teve seu olhar? O pai, por seu lado, estava acomodado em sua nova família, não precisando de nada mais senão que Marcos não o ocupasse. Por meio de uma falsa atividade exuberante, estabelecia o que era bom para o filho: esportes e se livrar da depressão da mãe. Por aí vemos o quanto sua entrada para um espaço em que outras “verdades” iriam ser ditas mostrava-se bastante distante.

Na minha clínica foi entrando primeiramente a mãe do paciente. Aí eu estava numa linha winnicottiana na qual “o bebê não existia sem a mãe”. E devo a Winnicott a entrada para sempre do objeto, do ambiente e do outro na minha

compreensão teórico-clínica. Pouco a pouco foram entrando as “funções” e a pergunta era “quem exerce a função de mãe?” entre as babás, as tias e até o pai. O horizonte se alargava para saber quem poderia ocupar esse lugar que antes só cabia às mães. Mas, além de tudo isso, alguma característica do psiquismo da mãe poderia estar sendo complementar ao do pai, encobrindo áreas de seu próprio psiquismo e muitas vezes obnubilando o da própria criança.

Voltemos à clínica do caso Cátia. Era a agressividade o fio solto mais evidente – motivo da queixa. A mãe de Cátia negava sua própria agressividade, mas seu marido facilmente se tornava agressivo. No momento em que a mãe de Cátia começa a usar de sua agressividade, seu marido terá de conduzir melhor a sua própria. Terá início um tipo de circulação de agressividade alinhada de outra maneira no espaço entre o casal, e Cátia se beneficiará dessa situação. No caso de Marcos, pergunto-me o quanto da própria depressão negada do pai, escondida atrás de sua rigidez obsessiva e bravatas do tipo lugar-comum, não estava depositada na mãe de Marcos. Comecei a levar em conta essa abordagem da área da vincularidade, que foi me trazendo um enriquecimento e, mais, uma segurança no trabalho com crianças e adolescentes.

O transgeracional foi também acrescentado como ferramenta indispensável aos grupos parentais. A colega se deteve mais no trabalho do transgeracional, e como estou plenamente de acordo com os pontos alegados apenas tenho a me congratular com ela quanto a seu uso.

Por isso, hoje, quando recebo uma criança ou adolescente, digo aos pais que eu começo minha avaliação por um mapa das relações emocionais, ou, numa linguagem mais moderna, uma rede de conectividades entre os diversos membros da família. E, nesse sentido, vou começar a fazer perguntas que podem parecer estranhas a eles, mas é como vou poder conhecer a criança que chega, que nada mais é senão a semente de todas essas encruzilhadas afetivas emocionais.

Além desses arranjos, que foram sendo feitos no *setting* da análise de crianças e adolescentes,



nossa colega muito bem pinçou da clínica os pacientes não neuróticos dimensionados nessa clínica da contemporaneidade.

Conhecidos primeiramente como pacientes *borderline*, pacientes-limite e agora chamados não neuróticos, eles se impuseram ao mostrar uma sequência de processos psíquicos típicos de sofrimentos narcísicos identitários, reconhecidos em crianças, adolescentes e adultos. O desenho dessa clínica foi se configurando tendo o trauma como figura central, cuja violência, ao arrastar consigo aspectos do psiquismo para fora do circuito constitutivo do eu, comprometem-no em sua função de apropriar-se de si mesmo – falta em Ser. Além disso, tais clivagens ocasionam dois funcionamentos distintos do psiquismo de forma simultânea: uma delas segue as regras do princípio do prazer/desprazer, num imbricamento pulsional cuja especificidade está na representação; a outra é a não representada, que, sob a égide da pulsão de morte, segue os destinos da compulsão à repetição, dificultando qualquer ligação simbólica. É justamente assim que o inconsciente não recalcado se manifesta por meio do não representado em expressões como sensações, percepções, impulsos motores ou atos. Essas configurações, por não apresentarem representações, convocam o trabalho do negativo que se faz presente na contratransferência do analista e cuja habilidade consiste em saber o momento para introduzir as “construções faltantes”. Portanto, no trabalho com crianças, como nos dois casos aqui apresentados, fica mais evidente esses processos não representados do que em adultos.

No caso de Cátia vejo a questão da impulsividade, por onde entramos no sofrimento narcísico identitário em dois tempos diferentes. No momento da primeira sessão, a desorganização dos impulsos toma conta do quadro. A excitação não consegue ser transformada em pulsão e seguir seu caminho transformando-se em fantasia. Vejo uma perturbação inicial, talvez ainda do tempo da preocupação materna primária, na incapacidade da mãe de Cátia de fazer o *holding* e o *handling* da menina, o corpo a corpo inicial

quando a mãe foi catar os pedaços do relógio, não tinha condição de perceber que era a filha em pedaços que precisava ser contida, o que providencialmente foi realizado pela analista

de segurar e largar dentro de uma harmonização afetiva entre as duas, comprometendo o investimento das pulsões na relação, com consequências sérias para o desenvolvimento. Ao não se estabelecer o circuito das pulsões de vida, elas vão ser descarregadas predominantemente na ação. A primeira sessão é paradigmática nesse sentido. Cátia não queria ter vindo, “*estava furiosa e agredia a mãe a socos e pontapés [...] arremessou um relógio [...] contra a parede, quebrando-o em pedaços*”. Na verdade, quando a mãe foi catar os pedaços do relógio, não tinha condição de perceber que era a filha em pedaços que precisava ser contida, o que providencialmente foi realizado pela analista. Segurando-a contra seu corpo, dava o contorno físico tão necessário à integração (tão bem trabalhada por Winnicott!) de Cátia. Mas dava muito mais ainda com as palavras, no ritmo que ia imprimindo nesse corpo a corpo do embalar, até que Cátia “*foi se acalmando e pediu que a soltasse*”. Depois de dois anos de trabalho analítico e do desenvolvimento de Cátia, sua impulsividade está diferente. Apresenta-se contida dentro de um domínio sádico sobre o objeto (analista), conforme o texto nos indica: “*Vínhamos trabalhando em como desejava ter o comando de tudo, eu jamais poderia contrariá-la*”. E, se voltarmos para a sessão do cocô, acompanhamos a provocação agressiva na forma do desafio à analista – “*dirige-me um olhar de quem sabe o que está fazendo*” – e segue largando os impulsos ritmados nas carimbadas de cocô no tapete do consultório. As relações ainda sob a óptica narcísica do objeto mostram a dificuldade no trabalho com Cátia.



*escolhi pensar este material
privilegiando o que considero
uma “clínica viva do pensamento
kleiniano”, as modificações
técnicas oriundas das contribuições
dos pós-kleinianos*

Como já foi dito, o tratamento de Marcos era mais difícil não só pela falta do acompanhamento

Audrey Setton Lopes de Souza

Quero iniciar agradecendo o convite para participar desta iniciativa que propicia o diálogo com a clínica, a meu ver, parte imprescindível do aprendizado da psicanálise.

Também desejo ressaltar a relevância do debate sobre a clínica com crianças na dimensão proposta pela analista: “Territórios e fronteiras: por onde pisa o psicanalista de crianças?”. Há muito tempo, tenho conversado com colegas sobre a importância de discussões sobre o que fazem os analistas de crianças (e de adultos) em sua clínica, uma reflexão sobre a teoria da técnica, à luz dos novos aportes teóricos que cada vertente psicanalítica nos proporciona.

Quando nos propomos a partilhar experiências clínicas, recebemos narrativas e, como novos leitores, as interpretamos como um encontro entre a nossa sensibilidade e a intenção do narrador. O que pretendo apresentar é, antes de tudo, certa forma de escuta que pode emergir desse material. Reforço também a riqueza desta possibilidade de troca de olhares entre modalidades de escuta.

Agradeço também a liberdade e coragem da analista de nos apresentar esse rico material que nos convida a “*Transitar entre várias fronteiras*”, tornando-se “*o dia a dia do psicanalista de crianças*

familiar como ainda pela situação de desamparo psíquico que se encontrava. As situações traumáticas que carregam consigo, clivagens cindindo o funcionamento psíquico, podem ser observadas quando Marcos simultaneamente personifica, encena o brincar com bonecos, mostrando que tem condições de representar, e se retrai, não se representa, como o estado que ficou diante das consequências da não ida ao cinema, sua dificuldade de se ligar e ter amigos. São os aspectos em carne viva de seu psiquismo que ainda não encontraram uma pele simbólica para que com o analista fizesse esse trabalho de simbolização primária.

e *adolescentes*”. Ao discutir sobre “por onde pisa Cátia”, nos convida a refletir por onde pisam os analistas de crianças.

Seu relato se inicia apresentando as reações da mãe de Cátia às manifestações de sua filha. Seu desespero e impotência lançam luz sobre a importância da dimensão intersubjetiva para a construção de um objeto interno continente. A psicanálise contemporânea tem se debruçado sobre o papel do objeto como regulador das emoções e seu importante papel na construção das simbolizações. Tais insuficiências de simbolização geram manifestações, predominantemente, através do corpo ou do ato, e não raro confrontam o enquadre analítico e seus recursos, como a clássica posição de neutralidade, o silêncio e a inatividade do analista, as regras do *setting*, etc.

Ao apresentar sua narrativa, a analista vai tecendo hipóteses e construções teóricas com as quais concordo em grande parte. Escolhi, como recorte, pensar este material privilegiando o que considero uma “*clínica viva do pensamento kleiniano*”, as modificações técnicas oriundas das contribuições dos pós-kleinianos. Vou destacar as contribuições de Bick¹ para compreender os efeitos das primeiras relações na constituição de um objeto continente, capaz de acolher

1 E. Bick. A experiência da pele em relações de objeto arcaicas.



*o desespero da mãe
de Cátia poderia ser significado
como uma impossibilidade
de acolher as identificações
projetivas de sua filha*

as identificações projetivas e as ameaças de desintegração, vivenciadas no início da vida. Nessa fase a dependência do objeto é absoluta; a separação é experimentada como a perda de partes do próprio corpo. A autora destaca que o bebê, no início de sua vida, graças ao uso da identificação projetiva e às qualidades de *rêverie* da mãe, vive uma ilusão de continuidade com ela e, portanto, não é confrontado com a realidade da separação. Por outro lado, repetidos descompassos afetivos na dupla trazem à luz, precocemente, a realidade de corpos e mentes separadas entre o bebê e sua mãe; provocam perturbações no desenvolvimento da pele psíquica e podem levar à constituição de uma “segunda pele” através da qual “a dependência do objeto é substituída por uma pseudoind dependência, pelo uso inapropriado de certas funções mentais, com o propósito de criar um substituto para esta função de pele continente”².

Pensando sob esse vértice, o desespero da mãe de Cátia poderia ser significado como uma impossibilidade de acolher as identificações projetivas de sua filha, devolvendo a ela seu desespero e desesperança sem qualquer possibilidade de digestão dessas experiências emocionais, colocando em relevância o papel do analista nessas situações, e nos convocando a refletir sobre os desafios do campo analítico na atualidade, sobre as possibilidades de flexibilização do enquadre e do lugar do analista, quando nos vemos implicados, como objetos, nos processos constitutivos. Uma clínica na qual a intervenção psicanalítica deve dirigir-se para a possibilidade de criação de algo novo, que nunca esteve no campo psíquico, e não só para o que foi esquecido; significa conceber a análise como campo de construção de um objeto continente.

A descrição da analista de como pôde acolher as manifestações de sua paciente e seu sapato cheio de cocô, mostrando que não se assusta com ela, contendo-a e propiciando-lhe uma experiência de segurança, de poder encontrar-se com alguém que a ajuda a digerir suas sensações insuportáveis de ódio e perigo de dependência, culmina com sua fala que, a meu ver, traduz a

importância da experiência analítica na construção desse novo objeto continente: “A. Gostas muito quando a gente te ajuda a segurar essa brabeza cheia de cocô. Te sentes cuidada e mais calma. Ficar sozinha com tudo isso é bem ruim”. Também mostra todo o esforço necessário antes da construção de uma interpretação, como há um grande trabalho a ser realizado entre a dupla paciente-analista antes que a interpretação, em seu sentido mais usual, possa ser formulada.

O outro recorte clínico apresentado pela analista também aponta nessa mesma direção, ao mostrar a importância do lugar do analista que, desde a primeira sessão, se coloca ativamente contendo a agressividade da criança para poder, depois, conversar com ela. Precisou ativamente segurá-la para poder, em outro momento, formular: “Como Cátia ficou assustada em vir na A.! Também nem me conhecia! Já tinha ido a outros lugares e não estava gostando nada disso. Está muito zangada”. Além de lhe apresentar seu projeto analítico: “Também lhe disse que não sabia por que ficava tão furiosa, não só ali comigo, mas também em sua casa, no colégio, nas festinhas de aniversário de colegas. Mas que talvez juntas poderíamos descobrir e entender o que acontecia com ela”.

Estamos no campo do trabalho com a transferência negativa, campo no qual se situam os trabalhos pós-kleinianos sobre contratransferência e sobre a comunicação em análise de crianças e de pacientes mais comprometidos³. Tais trabalhos também apontam para modificações técnicas, decorrentes do uso clínico do conceito de identificação projetiva.



destacou o papel comunicacional dessa identificação projetiva, que consiste em introduzir no objeto um estado mental, como um meio de comunicar-se a respeito desse estado

Em 1946, Melanie Klein apresentou sua teoria da identificação projetiva, mostrando que a projeção pode se dar para dentro do objeto, alterando sua identidade, ampliando o conceito de transferência e, por consequência, o de contratransferência. Wilfred Bion⁴ retomou esse conceito e estabeleceu uma diferenciação entre identificação projetiva normal (ou realista) e anormal. Ele destacou o papel comunicacional dessa identificação projetiva, que consiste em introduzir no objeto um estado mental, como um meio de comunicar-se a respeito desse estado. Acho sempre importante destacar que essa comunicação só é possível se encontra aquele que a acolhe e decodifica. Tal visão intersíquica foi logo estendida para a sala de análise, para a relação analista-analisando, ampliando a compreensão da contratransferência.

Esse modelo de interação não verbal, característica da relação mãe-bebê, põe o analista no lugar daquele que exerce a função de acolher e transformar, por meio de sua *rêverie*⁵, as experiências não digeridas de seus pacientes, num trabalho muitas vezes para além das palavras.

2 *Idem*, p. 195.

3 E. B. Spillius. *Melanie Klein hoje: desenvolvimento da teoria e técnica*.

4 W. R. Bion. *Ataques ao elo de ligação*; W. R. Bion. *Uma teoria sobre o processo de pensar*.

5 Esse termo foi adotado por Bion (1962/1988) para se referir a um estado mental de receptividade da mãe que lhe permite acolher as emoções projetadas por seu bebê e dar significado a elas. A ideia é que o bebê, por meio da identificação projetiva, insere na mente da mãe um estado de ansiedade e de terror sentido como intolerável e ao qual é incapaz de dar sentido. A partir da introjeção dessa mãe receptiva e compreensiva, a criança é capaz de desenvolver sua própria capacidade de refletir sobre seus próprios estados mentais.

Outra perspectiva a ser destacada nesta análise é o sempre necessário trabalho com os pais, que precisam ser auxiliados em suas dificuldades de contenção das angústias de seus filhos. Fica claro em seu relato a dificuldade desses pais em exercer sua função de *rêverie* e como, enredados em suas dificuldades transgeracionais, viam-se impedidos de desenvolver sua parentalidade.

O conceito de parentalização refere-se ao processo pelo qual passam os pais para permitir que se tornem pais de seus filhos. Nesse trabalho interno, vivenciam profundas transformações identificatórias nas quais são reeditados conflitos antigos. A partir desses vínculos afetivos, construídos nesse interjogo interno e relacional, é constituído o processo de subjetivação da criança. No processo de construção da parentalidade estão envolvidos aspectos psíquicos inconscientes que são transmitidos por gerações: aspectos intergeracionais e transgeracionais. Vemos no relato apresentado, como esses pais são inundados por questões relativas à sua própria experiência arcaica, em aspectos que muitas vezes não foram elaborados, o que tornava difícil para eles sustentar o lugar parental necessário à sua filha.

Nesse sentido, o trabalho com os pais torna-se primordial e concordo com a analista quando aponta que:

[...] a intensidade pulsional de Cátia não encontrava na mãe nem no pai a possibilidade de transformação de quantidades (excessos, raivas, fúrias) em qualidades (qualificação simbólica por palavras, desenhos, brincadeiras e jogos). O medo que a mãe sentia da filha, deixava Cátia cada vez mais assustada com a própria agressividade. A impossibilidade da mãe de contê-la, deixava-a vivenciando agonias terríveis e primitivas como ficar solta no espaço sem ter onde se agarrar (cena em que quebrou meu relógio na primeira sessão de análise, quando a mãe foi em direção ao relógio quebrado, deixando-a solta no espaço). Tampouco o pai conseguia tranquilizar a filha, pois revivia os fantasmas da relação com uma mãe violenta e repetia o traumático ao bater na própria filha.

Todo o trabalho de construção desse objeto continente na análise, aliado ao trabalho com a

família, permitiu que Cátia pudesse caminhar em direção à simbolização de suas experiências, à renúncia ao modelo de relação bidimensional e à entrada em um modelo tridimensional que permite a emergência do triângulo edípico.

Passemos à reflexão sobre as questões da análise de Marcos, um menino de nove anos, praticamente sem amigos e que começa a ser apresentado pela analista como: “*Já Marcos encontrava-se em situação bem mais difícil. Seu pai não aceitava que o filho necessitasse de tratamento psíquico. Dizia que o filho só precisava fazer esportes e que a mãe do menino era responsável por todos os problemas dele*”.

Considerando a disponibilidade familiar para um trabalho analítico, não há como discordar da analista, mas, no que se refere às produções associativas de Marcos, encontramos um panorama bem diferente. Antes de pensar no conteúdo de suas brincadeiras, quero destacar sua capacidade de simbolização, que o permite expressar-se de forma a dar acesso ao conteúdo de suas angústias e fantasias nas quais podemos perceber, além do aspecto sádico, uma gama de significações que remetem às relações com seus objetos e seu anseio e esperança por novas relações.

A esperança, expressa no contato com a analista, é, a meu ver, diferente dos contatos iniciais de Cátia, que precisou da esperança inicialmente *na e da* analista, para, após a confiança construída na relação com ela, poder emergir para um modelo tridimensional de mente.

O relato da analista revela um ambiente familiar no qual prevalecem rivalidades entre os pais e uma dificuldade para dar lugar às manifestações de Marcos, como um terceiro descolado dos conflitos familiares; ele encontrou esse lugar com a analista. Marcos parece ter escolhido um modelo de retração de suas relações, por temer não conseguir lidar com suas fantasias sádicas decorrentes das dificuldades, suas e de sua família, para dar lugar às fantasias agressivas, mas encontra no ambiente analítico um espaço para representá-las e transformá-las. Tenho muitas dúvidas se são dirigidas a esse pai real ausente ou se, na relação transferenceal, reclama pela possibilidade de um terceiro (pai ou mãe) que o escute para além da rivalidade entre eles. Em um universo em que desvitalizadas possibilidades identificatórias lhe são oferecidas, Marcos se retrai, mas busca, no seu trajeto com a analista, um espaço para a construção de si mesmo.

Referências bibliográficas

- Bick E. (1967/1991). *A experiência da pele em relações de objeto arcaicas*. In M. Klein, *Hoje*. Rio de Janeiro: Imago.
- Bion W. R. (1959/1988). Ataques ao elo de ligação. In W. R. Bion, *Estudos psicanalíticos revisados*. Rio de Janeiro: Imago.
- Bion W. R. (1962/1988). Uma teoria sobre o processo de pensar. In W. R. Bion, *Estudos psicanalíticos revisados*. Rio de Janeiro: Imago.
- Klein M. (1946/1991). Notas sobre alguns mecanismos esquizoides. In M. Klein, *Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)*. Rio de Janeiro: Imago.
- Spillius E. B. (1988/1990). *Melanie Klein hoje: desenvolvimento da teoria e técnica* (vol. 1 e 11). Rio de Janeiro: Imago.

Psicanálise como direito

Thiago P. Majolo

Resenha de Elizabeth Ann Danto, *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social*, São Paulo, Perspectiva, 2019, 421 p.

Em 1919, no V Congresso Psicanalítico Internacional, em Budapeste (Hungria), Sigmund Freud apresentou seu artigo “Caminhos da psicoterapia psicanalítica” para aqueles que vieram as ser conhecidos mais tarde como as duas primeiras gerações de psicanalistas. Esse texto, que ainda é uma referência para o debate da clínica social, trazia o seguinte apelo de Freud: “A consciência da sociedade irá despertar, e fará com que lembremos de que o pobre deve ter tanto direito à assistência para sua mente quanto dispõe agora do auxílio oferecido pela cirurgia a fim de salvar a sua vida” (p. xx).

Na sua fala, Freud faz um chamado à consciência social de seus pares e do estado, buscando conduzir a psicanálise para a esfera da saúde pública, tratando-a não como um privilégio, mas como um direito. Essa proposta também deslocava o debate teórico para o campo da clínica e para a ampliação da oferta de tratamento. Esse movimento estratégico de Freud nos mostra sua aguda atenção às novas configurações sociopolíticas da Europa após a Primeira Guerra Mundial,

que viu a derrocada dos Antigos Regimes monárquicos e a ascensão da social-democracia.

Essa história é conhecida, faz parte das ainda atuais inquietações quanto à dimensão política da psicanálise. O que não se conhecia, porém, são as reverberações desse chamado de Freud em sua própria época. Como essa fala incidiu nos psicanalistas próximos a ele num momento em que a Europa inteira transformava radicalmente as antigas estruturas abaladas pela Primeira Guerra Mundial? Foi seguindo o esteio dessa pergunta que a historiadora e professora emérita do Hunter College – City University of New York, Elizabeth Ann Danto construiu seu objeto de pesquisa. *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social* foi lançado em 2005 e publicado em português em 2019, pela editora Perspectiva.

Ao reunir e analisar extensa documentação, Elizabeth conclui que “A evidência histórica oral e escrita, ainda que fragmentada, confirma que o movimento psicanalítico, nos seus primórdios, foi construído em torno de um núcleo político progressista, intimamente ligado ao contexto cultural da Europa Central entre 1918 e 1933, e que as clínicas ambulatoriais gratuitas eram uma implementação dessa ideologia” (p. xxxix). Pois é sobre a história, ou melhor, as múltiplas histórias dessas clínicas ambulatoriais nascidas na Europa Central no período entre guerras, motivadas pelas falas de Freud e levadas adiante por iniciativa de inúmeras pessoas ligadas ao movimento psicanalítico, que Elizabeth vai se debruçar em seu livro vencedor do prêmio Goethe.

A filosofia e a historiografia muito se detiveram sobre a teoria psicanalítica ao longo dos anos, promovendo importantes estudos de cunho mais epistemológico e genealógico dos conceitos freudianos e de seus sucessores, o que transformou o conhecimento psicanalítico essencial nos meios acadêmicos e, também, popularizou seu vocabulário e seu modo de enxergar o sujeito nos contextos sociais, políticos e principalmente familiares.

De modo diverso, a trajetória das mulheres e dos homens que construíram esses conceitos, seus ideais, suas ações e as estruturais e conjunturas

Thiago P. Majolo é psicanalista e mestre em história social pela Universidade de São Paulo (USP), membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e membro da comissão de Debates da revista *Percurso*.

a que estavam expostos e que os influenciaram sempre foi um objeto de menor preocupação desses estudos. Não raro a teoria psicanalítica e mesmo sua clínica ganharam ares universalistas e a-históricos, sob um suspeito véu de neutralidade política e ideológica. A própria prática clínica – corporificada nas salas de consultório – ou o corpo dos analistas sofreu um encurralamento estéril nessa confusão entre neutralidade e abstinência clínica. O desconhecimento da história das ações sociais e políticas das mulheres e homens por detrás dos psicanalistas das primeiras gerações muito contribuiu para se criar a ideia de uma psicanálise que se absteve e, portanto, deveria se abster do espírito de sua época.

Nada disso, porém, impediu o surgimento de inúmeras instituições, de iniciativas públicas e privadas e de analistas declaradamente engajados nas mais diversas ideologias sociopolíticas em prol da justiça social, em defesa dos direitos humanos e de partidos ou regimes democráticos, assim como não impediu o engajamento de outros tantos em regimes totalitários e de exceção, de participação em causas messiânicas, religiosas, ou em processos de massificação excludentes, sempre sob a insígnia e munidos de ferramental psicanalítico. A suposta a-historicidade neutra do movimento psicanalítico acaba invariavelmente retornando como uma farsa.

O que Elizabeth faz em seu livro é construir a dimensão histórica das duas primeiras gerações de psicanalistas, inserindo-os no contexto efervescente do entre guerras, no qual o comunismo e a social-democracia nascentes no mundo entravam em confronto com as antigas elites eclesiásticas e monárquicas. Seguindo a pista de um conhecido documento – o artigo de Freud no Congresso de Budapeste –, e emoldurada pelo ideário proposto por ele, Elizabeth puxa num fio associativo vasta documentação que faz retornar um recalcado na história do movimento psicanalítico. Vale então conhecer de que se trata esse recalcado, por quais caminhos ele se ocultou da consciência e por quê.

Em 1920, foi fundada a policlínica de Berlim (Alemanha), a primeira das clínicas ambulatoriais

a oferecer tratamento psicanalítico gratuito. Motivada pelo chamado de Freud no Congresso de Budapeste, a clínica de Berlim inaugurou um movimento que capturou o espírito progressista da época e as profundas transformações culturais advindas do modernismo europeu. A arquitetura ficou ao encargo do filho de Freud, Ernest, que, inspirado nos modernistas, mudou radicalmente o que se conhecia até então como um consultório psicanalítico, principalmente o estilo carregado de Freud. As salas da policlínica de Berlim eram minimalistas, o divã era simples, e o prédio em si era organizado de modo a deixar pacientes e analistas mais próximos, numa configuração menos hierárquica.

Entusiasmado com a policlínica de Berlim, Freud e outros analistas passaram a trocar cartas e fazer pressão junto aos governantes e entusiastas do movimento psicanalítico para encontrar meios de disseminarem as clínicas ambulatoriais em outras cidades europeias. A Europa após a Primeira Guerra Mundial estava depauperada, o número de indigentes, trabalhadores de baixíssima renda e pessoas empobrecidas pelo conflito era grande. Mesmo a burguesia nascente, da qual Freud fazia parte, havia visto seu capital se esvaír durante a guerra, e nesse contexto as clínicas poderiam atuar como centros de transformação social.

O avanço da social-democracia e do socialismo fez com que Viena (Áustria) passasse a ser conhecida nesse período como a Viena Vermelha. E, em 1921, o Ambulatorium abriu suas portas na cidade. Seguindo a mesma ideologia da policlínica de Berlim, o Ambulatorium de Viena funcionava numa área desativada dentro da ala de cardiologia do Hospital Allgemeines. Cinco anos mais tarde, em 1926, a Clínica de Londres (Inglaterra) também seria inaugurada, além de uma série de outras iniciativas em sete cidades, de Londres a Zagreb (Croácia).

Elizabeth Ann Danto narra em minúcias o surgimento de todos esses empreendimentos: seus financiadores, suas dificuldades junto ao governo, a origem e biografia de seus membros, de modo que o leitor vê surgir diante de seus olhos

um impressionante mosaico de cartas, papéis da burocracia estatal, fotos, fichas de pacientes entre outros documentos do período entre guerras, que mostram analistas longe de seus consultórios e perto das ruas das cidades, com sua preocupação voltada à construção de uma nova Europa, com a qual a psicanálise tinha muito a contribuir.

Movimentos pela modernização da educação infantil inspirados pelas ideias do jardim da infância de Maria Montessori, a arquitetura modernista nos novos conjuntos habitacionais para pessoas de baixa renda, o nascimento de uma burguesia social-democrata, o avanço das ideias da Escola de Frankfurt e do marxismo materialista... Tudo isso compõe um caldeirão de novidades no qual os psicanalistas se inseriram para debater e contribuir, absorvendo muitas novas ideias. Grande parte dos analistas era social-democrata, outra parte era socialista, outro grupo importante discutia a teoria psicanalítica sob o viés marxista, e assim formavam um conjunto de pessoas majoritariamente progressistas dentro do movimento psicanalítico, atentos às novas formas possíveis de configuração de um estado de bem-estar social.

A sociedade psicanalítica se montou centrada nas clínicas, voltada para a sobrevivência desses centros ambulatoriais. Os debates clínicos floresceram: seria benéfico um paciente ser atendido de graça? Qual seria a duração das sessões? O que a pobreza tinha a ver com a neurose? Os ambulatorios seriam clínicas-escolas ou sociais? Essas entre outras tantas questões ainda atuais ocuparam as duas primeiras gerações de psicanalistas. Diferentes entre si, os centros de atendimento trouxeram muitas propostas de trabalho. Dito de maneira geral, o serviço dos ambulatorios passou a ser gratuito para quem assim precisasse, e o pagamento ou não e o valor a ser pago eram tratados como questões clínicas e da assistência social. Os jovens analistas em formação recebiam gratuitamente análise didática com o compromisso de trabalharem na clínica por dois anos ou contribuir com uma quantia em dinheiro caso se ausentassem. Estabeleceu-se também por certo período um sistema de vales, em

que o analista que não pudesse cumprir horários nos ambulatorios deixava um vale em seu nome para ser trocado por sessões em seu consultório. Melanie Klein, Sándor Ferenczi e quase todos os demais analistas, incluindo Freud, trabalharam gratuitamente nas clínicas públicas, que atendiam majoritariamente pessoas pobres ou menos remediadas.

As regras de funcionamento e o modo de financiamento variavam entre os ambulatorios, mas *grosso modo* mobilizaram tanto o poder público quanto privado na criação de centros ambulatoriais públicos e gratuitos. Essa proposta, no entanto, encontrou focos de resistência externos e internos ao movimento psicanalítico. Por um lado, os analistas engajados sentiam dificuldades no financiamento e na manutenção das clínicas, ao mesmo tempo que eram atacados pelo meio médico, que enxergava a psicanálise como um método perigoso e capaz de roubar-lhes parte do espaço e prestígio social. Além disso, grupos mais à esquerda acusavam os sociais-democratas de oportunismo e em parte de assistencialismo. Internamente, travava-se uma batalha entre aqueles que desejam que a psicanálise e os psicanalistas se mantivessem numa posição de neutralidade sociopolítica e aqueles que acreditavam na tomada de posição, sendo Freud um ator ambíguo nesse cenário.

Danto se vale de todos os documentos possíveis a fim de alinhar a história que quer contar. Seguindo uma tradição historiográfica tipicamente estadunidense, aborda seu objeto de pesquisa com base em uma vastíssima documentação. Se por vezes a leitura pode ser exigente, e o leitor pode se perder na imensidão de personagens, fatos, cidades, instituições e conflitos, a sua escrita é também fluida e quase vertiginosa. O resultado do livro, por si só, é a constituição de um acervo que, antes fragmentado e por vezes oculto, agora está acessível a quem quiser conhecer a história do movimento psicanalítico do entre guerras e parte relevante da biografia de seus membros.

A autora segue uma linha estrutural muito influenciada pelo marxismo para costurar e

analisar sua documentação. O leitor se depara com sua análise histórica enquadrada dentro do viés das lutas de classes e dos conflitos de poder como máquina propulsora da história. Claramente, a autora se identifica com o movimento progressista que influenciou os psicanalistas da época, o que fica explícito em suas observações pessoais sobre o fenômeno que estuda. Como sabemos que a historiografia não é jamais imparcial, isso não constitui um problema. Mas certamente deixa alguns personagens em situação delicada.

Quem mais sofre, provavelmente, é Ernest Jones. Sempre reticente quanto à postura política de seus pares, chega a escrever para Freud dizendo que ele poderia seguir o caminho político que quisesse, mas que se abstivesse de declarar publicamente suas opiniões, sob o risco de a psicanálise ficar identificada com um movimento político e presa a um grupo. Ao que fica sugerido, foi Jones, responsável pela biografia de Freud e testemunha oficial dos primeiros momentos do movimento psicanalítico, um dos mais importantes operadores do recalque dessa história política e socialmente engajada das duas primeiras gerações de psicanalistas. No entanto, não podemos imputar apenas a Jones essa atitude. É notório o quanto o próprio Freud era bastante hábil em disfarçar partes significativas de sua biografia e do movimento psicanalítico. Ele se mostra particularmente preocupado em desvincular psicanálise de qualquer governo, assim como se preocupou em não a vincular ao judaísmo.

Com o avanço do nazismo nos anos 1930, rapidamente os ambulatórios vão sendo desmontados ou cooptados. Anna Freud e Jones creem ser possível manter vivo o movimento nas fimbrias do poder de Adolf Hitler, o que obviamente

não conseguem. Entre destruir a teoria e a clínica psicanalítica e transformá-la em arma de alienação das massas, o nazismo opta pela segunda opção, apoiando-se então nas teorias de Carl Jung para legitimar um suposto caráter heroico de Hitler. A proposta das clínicas passa a ser atender os indivíduos desviados para discipliná-los ou, em último caso, diagnosticá-los como impresentáveis à política totalitária nazista. O triste fim dos ambulatórios gratuitos marca um momento de extrema tensão entre os psicanalistas e entusiastas da psicanálise, alguns deles adeptos ao regime de Hitler. Marca também o final da vida de Freud que, depois de larga reticência, se exila em Londres.

Nesse livro de impressionante pesquisa e coragem, a autora nos leva a uma viagem minuciosa e apaixonante por um dos períodos mais profícuos da história da Europa Central, principalmente no que tange o nascimento das políticas públicas de assistência social. Certamente nos convoca a pensar no chamado de Freud ao propor tratamento da saúde mental como um direito, o que ainda não se concretizou. Ao fim, avaliando as posturas engajadas de uns e aparentemente neutras de outros, o leitor fica com uma dupla sensação: a de que há uma grande potência latente de transformação social na atitude cidadã da psicanálise, ao mesmo tempo que cabe às instituições psicanalíticas – tanto quanto aos próprios psicanalistas – a vigilância atenta aos desmandos dos governos de plantão, sejam eles quais forem. Certa autonomia crítica, o que é diferente de neutralidade, parece ainda fundamental para que a teoria e a clínica psicanalítica prossigam florescendo. Ou seja, exigir dos governos é diferente de estar a serviço deles.

Identidade, alteridade, ficcionalidade em Fernando Pessoa e Sigmund Freud

Sérgio Telles

Resenha de Nelson da Silva Jr., *Fernando Pessoa e Freud: diálogos inquietantes*, São Paulo, Editora Blucher, 2019, 332 p.

Freud sempre deu grande importância à relação entre arte e psicanálise, tema abordado em muitos de seus escritos. *Fernando Pessoa e Freud: diálogos inquietantes* se insere nessa linha de estudos psicanalíticos. Na obra estão compilados trinta anos de reflexões realizadas por seu autor Nelson da Silva Jr., professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), com doutorado pela Université Denis Diderot Paris VII, na França, no qual teve como orientador o respeitado psicanalista Pierre Fedida.

Quando um livro tem peso e consistência, costuma-se dizer que é uma obra “alentada”, ou seja, que tem alento, ânimo, esforço, coragem, valentia. Seguramente, Nelson da Silva Jr. merece tais elogios, pois adentra um terreno difícil que poucos se dispõem a desbravar – o rastreamento dos fundamentos filosóficos dos conceitos freudianos e a desconstrução de suas bases metafísicas –, empreitada da qual se sai muito bem.

O autor escolhe a obra de Fernando Pessoa como via para atingir seus objetivos. Considera-se que a obra de Pessoa é um desafio à filosofia, como ocorre em sua defesa do “paganismo”

contra as posições “crististas” (de cristianismo). Pessoa se referia à estabelecida oposição entre interioridade (“cristista”, implícita aos conceitos de subjetividade, identidade e psiquismo) e exterioridade (“pagã”, que valoriza a exterioridade, a espacialidade, o lugar do outro). Tal como a fita de Moebius, Pessoa evidencia uma superação da dicotomia interior-exterior, pois seus heterônimos não seriam figuras internas, mas, sim, figuras dramáticas que se localizam “fora”, num espaço ocupado habitualmente pelo outro. Fernando Pessoa enquanto ortônimo teria uma interioridade, enquanto heterônimo estaria “fora de si”, “outrificado”, transformado no outro. Assim, os heterônimos não seriam evidência de uma despersonalização patológica, mas uma mostra de identidade enquanto estrutura aberta para o outro (“pagã”), ao contrário do modelo de uma identidade fechada, acabada, totalmente constituída (“cristista”). Diz o heterônimo Ricardo Reis:

*Inúmeros outros vivem em nós
Se penso ou se sinto, ignoro
Quem pensa ou quem sente.
Sou apenas o lugar
Onde se sente ou se pensa*

Um dos pontos mais interessantes dessa discussão, e que se torna um dos argumentos centrais do livro resenhado, diz respeito à dicotomia dos discursos filosóficos encetada por Aristóteles em sua disputa com os sofistas, quando estabeleceu o princípio da não contradição, dividindo os discursos em duas categorias. Os discursos que obedecem a tal princípio (os filosóficos e seus derivados, como o científico) são os verdadeiros e valorizados, e os que não obedecem a ele (como a sofística e a literatura) são os falsos e depreciados, objeto de desconfiança. A quebra do laço aristotélico, que distinguia ficção e realidade e que os sofistas (e todos os praticantes dos discursos “suspeitos”) teimavam em ignorar, tem grandes consequências, pois transcende a ordem dos discursos e assume uma conotação ontológica, existencial – o próprio ser fica questionado. Nossas

lembranças, nossa identidade, nossa própria existência seriam apenas ficções?

Essa é uma questão central não só para a filosofia como também para a psicanálise. O autor pensa que o rigor aristotélico em considerar apenas o discurso filosófico e científico como veiculadores da verdade não reconhece a dimensão de verdade que a ficção também comporta. Ele mostra detalhadamente os processos psíquicos ocorridos durante a constituição do sujeito pelos quais se estabelece a distinção entre o mundo real e o mundo interno, não obstante permanecerem os dois em íntimo intercâmbio. Por isso mesmo, a abertura entre a ficção e a realidade seria inerente à psicanálise, condição que o autor chama de “ficcionalidade”. O tardio conceito freudiano de “construção” talvez ilustre a ideia do autor, na medida em que Sigmund Freud passa a ver a historicidade do sujeito não mais como o resultado de uma rememoração de fatos e dados reais – impossível de ser obtida – e, sim, como uma estrutura narrativa produtora de sentido. Assim, na busca de um passado sempre evanescente, se estabelece a aproximação entre psicanálise e ficção.

Freud via a psicanálise como científica e não queria que a confundissem com a literatura, apesar de reconhecer as afinidades entre esses campos. Causava-lhe incômodo a semelhança de seus casos clínicos com a ficção, bem como os ataques dos inimigos, que diziam ser a psicanálise um “conto de fadas científico” (Richard von Kraft-Ebbing). É compreensível a ambivalência de Freud, pois, se na consciência rege o princípio da realidade e sua lógica racional, no inconsciente vige o princípio do prazer, que não obedece ao princípio da não contradição e segue pressupostos semelhantes aos da sofística e da ficção. Nelson da Silva Jr. considera o texto “O inquietante”, de Freud, como uma expressão sintomática do impasse do mestre vienense frente a ficção e a arte.

O livro se divide em quatro partes e nove capítulos, que podem ser lidos na ordem escolhida pelo leitor.

A primeira parte trata de questões próprias ao sujeito, relacionadas a identidade, espacialidade,

temporalidade e alteridade. O autor mostra como a discussão entre Platão e Aristóteles sobre a catarse enquanto reguladora das paixões na *polis* reflete-se nos três modelos de aparelho psíquico pensado por Freud. Nos dois primeiros predomina uma estrutura identitária fechada, usada tanto na teoria traumática da histeria como na teoria subsequente, a das fantasias originárias e das pulsões. No primeiro caso, procurava-se recuperar uma identidade perdida, no segundo, procurava-se manter a identidade em homeostase. Com a introdução da pulsão de morte, a identidade deixa de ser o elemento organizador de tais modelos psíquicos. Entenda-se que o autor não propõe que haja uma impossibilidade de o sujeito estruturar uma identidade, apenas afirma que ela não é o único paradigma para se pensar o sujeito. A desconstrução da identidade fechada culmina em Freud com *Moisés e o monoteísmo*, quando fica claro que o monoteísmo, tido como uma especificidade do judaísmo, na verdade é uma criação egípcia incorporada pelos judeus.

Nelson da Silva Jr. pensa que, se antes havia um Freud platônico ou aristotélico, com a pulsão de morte aparece uma faceta mais próximo de Pessoa. Com a pulsão de morte, fica postulada a *necessidade* da agressividade entre os homens, pois é essa a forma de derivar a destrutividade para fora, para o exterior, evitando que ela incida sobre o próprio sujeito. Segundo o autor, essa condição é fundamental para a criação da noção de espaço e do outro por parte do sujeito. Disso decorrem importantes implicações, como a questão da primazia do exterior sobre o interior. A divisão dentro/fora surge apenas quando a pulsão de morte é dirigida para o exterior, criando-se então a espacialidade. Caso exista impedimento dessa manobra, há a possibilidade da não formação do espaço como representação para o sujeito, situação que é ilustrada pelo autor com a obra do artista plástico Odilon Moraes, como logo veremos. Essas são especulações metapsicológicas sobre as consequências teóricas e clínicas da pulsão de morte, além da instalação de certo pessimismo terapêutico em Freud, que passa a priorizar o pulsional constitucional em detrimento do traumático

na causação da patologia. Na transferência, o analista deve estar preparado para ser esse outro sobre quem a pulsão de morte necessariamente tem de defletir; ele não deve se deixar matar, mas mostrar-se como susceptível de morrer, vulnerável ao ódio do paciente, diz o autor. A troca do objeto meta da pulsão – eu ou o outro – seria decisiva para que se instalasse o simbolismo. O fato de o analista se mostrar como *possível* objeto de amor ou ódio ser mais eficaz que sua *efetiva* atualização como objeto desses afetos, seria, diz o autor, evidência da ficcionalidade na psicanálise.

A segunda parte do livro examina a identidade que se organiza em função do outro. Essa alteridade pode tomar diversas configurações, descritas nas hipóteses teóricas de Donald Winnicott (“mãe suficientemente boa”), Jacques Lacan (“mãe histericamente insaciável”) e Pierre Fédida (“mãe morta”), cada uma delas produzindo efeitos específicos no sujeito. Esta última (“mãe morta”) se oferece como uma alteridade negativa, uma ausência, um “ninguém”, que em Pessoa teria dado origem a seus heterônimos. Nelson da Silva Jr., que examina tais configurações na transferência, diz: “o ‘outrar-se’ seria então um terceiro modo de alteridade, alteridade interior que não exige a presença material de um outro para que seja eficaz no psiquismo” (p. 128).

Enquanto Pessoa se desfaz da identidade num ambiente cultural bem estruturado, o sujeito pós-moderno, com suas tatuagens e *piercings*, tenta organizar uma identidade literal no corpo, num campo social que transitou da morte de Deus para a morte do sujeito, das certezas garantidas pelo divino para a negatividade, a perda do sentido, o nada constitutivo do ser humano. Em outro capítulo, o autor destrincha o equívoco de Thomas Mann ocorrido nas comemorações dos 80 anos do pai da psicanálise, quando colocou Freud como legítimo representante do romantismo alemão. O autor faz uma longa e erudita incursão nos pressupostos estético-filosóficos (Immanuel Kant e Friedrich Schelling) que sustentaram o romantismo, mostrando o quanto esses se distanciam dos parâmetros freudianos.

Na terceira parte da obra, temos um estudo sobre a perspectiva na pintura e sobre a interpretação e os modelos hermenêuticos. O autor nos mostra como a perspectiva – e especialmente com a anamorfose, que é sua configuração mais radical – obriga o espectador a se submeter ao desejo do pintor, que designa o lugar a ser ocupado por aquele que olha a obra, o que é análogo à postulação lacaniana da alienação estrutural no desejo do outro. O sujeito perde a liberdade de ver a obra a partir do ângulo de sua escolha, como faria ao observar uma escultura ou entrar num espaço arquitetônico. Essa liberdade autolocalizatória que existiria antes da perspectiva é chamada pelo autor de “pré-perspectiva”, e ele a estuda na obra do já referido pintor Odilon Moraes, que questiona não apenas a perspectiva como ainda o próprio espaço. Dessa forma, o pintor procura mostrar não os inconciliáveis do ser humano, mas sua inumanidade, um “não existir, mas ser”. Vê-se que o que está em jogo são as questões ligadas à identidade e sua dissolução na despersonalização, na inexistência. Em outro capítulo, o tema retorna a partir da pergunta “*Who’s there?*”, primeira fala de *Hamlet*. Aí são também examinadas as relações entre hermenêutica, tradução e interpretação psicanalítica. Para tanto, o autor recorre a obras de Friedrich Nietzsche, Santo Agostinho, Friedrich Schleiermacher, Paul Ricoeur e Martin Heidegger.

A quarta parte do livro aborda mais diretamente a já mencionada questão da ficcionalidade em psicanálise. A obra de Pessoa, na qual as fronteiras entre ficção e realidade, existência e inexistência são tão presentes, facilita a compreensão de aspectos da teoria freudiana, especialmente aqueles ligados à pulsão de morte, a dissolução da identidade, a negatividade, a inexistência. Diz o autor: “Diferentemente de toda a literatura que se apresenta como ilusória, em oposição à verdade do cotidiano e da ciência, Fernando Pessoa coloca em questão a própria oposição como tal entre ficção e realidade. Nesse sentido, ele realiza uma obra que não é apenas de ficção – *ficção* no sentido de criações da fantasia toleradas pela cultura da

realidade –, e sim de *ficcionalidade*, a partir da impossibilidade de separação definitiva entre ficção e realidade” (p. 323). Pessoa recupera uma herança sofisticada rejeitada pelos bem pensantes e sua obra permite reconhecer a presença inquietante desta herança no pensamento freudiano.

Com *Fernando Pessoa e Freud: diálogos inquietantes*, Nelson da Silva Jr. empreende um abrangente périplo através da cultura, realizando uma densa elaboração teórica da metapsicologia psicanalítica, abordada de forma profunda e inteligente.

Interlocuções da psicanálise com a universidade

Maria de Lourdes Turbino Neves

Resenha de Cassandra Pereira França e Ana Cecília Carvalho (orgs.), *Universidade e psicanálise: um espaço de interlocução*, São Paulo, Zagodoni Editora, 166 p.

Psicanálise e universidade são temas que vêm sendo discutidos por inúmeros psicanalistas, sem perder de vista a questão elaborada por Sigmund Freud: deve-se ensinar psicanálise na universidade? Hoje não vivemos mais sob a indagação se deve ou não estar presente na academia, tanto que o contato inicial de muitos profissionais com a psicanálise se deu na universidade. A verdade é que a psicanálise tem se difundido não só por meio de seu ensino e transmissão na graduação como, principalmente, na última década, pelos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado. No entanto, mesmo que sua presença se mostre consolidada nesse espaço acadêmico, manter-se em pé como campo de produção de saber ainda gera embates e desafia a psicanálise a resistir enquanto uma ciência do singular.

Um exemplo de sua consolidação é mostrado pelos psicanalistas Ana Cecília Carvalho, Cassandra Pereira França, Eduardo Dias Gontijo, Lucio Roberto Marzagão, Maria Teresa de Melo Carvalho, Paulo de Carvalho Ribeiro e Riva Satovschi Schwartzman, que se empenharam na criação do

Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica (CETEP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Passados vinte anos desse feito, os autores relatam sua experiência no livro *Universidade e psicanálise: um espaço de interlocução*, como resposta à necessidade de atender a demanda dos jovens futuros psicólogos e psicanalistas.

O livro é composto de dez artigos, em sua maioria já publicados em revistas científicas, anais de congressos, fóruns, encontros, jornais e livros. Nessa produção, encontramos as convicções éticas que fundamentaram a criação do curso de especialização (*lato sensu*), proporcionando a formação de psicanalistas com criticidade no desempenho de suas funções. A obra apresenta a trajetória da inserção da psicanálise no curso de psicologia da UFMG desde a década de 1980, sua história como campo de pesquisa e atuação na universidade e o empenho de seus professores no intuito de legitimarem o estudo da psicanálise no universo acadêmico.

No primeiro texto, intitulado “A fertilização cruzada”, Eduardo Dias Gontijo se refere à trajetória do grupo de professores no Departamento de Psicologia da UFMG, suas motivações e frustrações, bem como as dificuldades encontradas para a inserção da psicanálise na universidade na década de 1980. Enfatiza que o ensino da psicanálise é possível e desejável na universidade, desde que se tenha uma perspectiva crítica da disciplina. E ainda salienta que, para que possa haver a fertilização cruzada que Freud mencionou, se torna necessária uma abertura intelectual para propiciar a troca acadêmica e, desse modo, ter motivação para estar sempre pesquisando, interessar-se em transmitir, ser capaz de cooperar e formar grupos com fins comuns a todos. Nessa perspectiva, o autor conclui que os projetos devem ser elaborados com paixão e amizade, pois só assim podem ser bem-sucedidos.

Entendemos que a inserção da psicanálise na universidade trouxe consequências para as instituições universitárias e psicanalíticas. De acordo com Mezan¹, para alguns psicanalistas, o primeiro contato com o ambiente acadêmico gerava certo

¹ R. Mezan. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Maria de Lourdes Turbino Neves é doutora em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

estranhamento, devido às diferenças com o ambiente clínico com o qual estavam habituados. Para o autor, geralmente, as universidades se aproximam mais das questões teóricas, indo do estudo aprofundado de uma história de vida à análise das condições que afetam determinados grupos na sociedade. Alguns trabalhos examinam conceitos centrais da psicanálise, outros abordam mais diretamente a prática clínica e há aqueles que tratam de estruturas psicopatológicas ou da clínica em instituições.

É no contexto universitário que vivenciamos a pluralidade de pesquisas psicanalíticas encontradas nos diversos núcleos de psicanálise que mantêm interlocução com outras áreas do conhecimento, como direito, literatura, educação e várias especialidades da clínica médica. É também por meio das pesquisas que a psicanálise tem buscado abordar, na contemporaneidade, as diferentes modalidades de sofrimento psíquico que remetem ao corpo biológico.

Como uma continuação do primeiro texto, no artigo intitulado “Fim da inocência”, Lucio Roberto Marzagão assevera que, na década de 1980, a psicanálise era exercida fora das universidades e que seus praticantes acreditavam ser portadores da palavra verdadeira ou psicanálise pura.

Entendemos que os psicanalistas de inúmeras escolas procuram programas de pós-graduação nas universidades pelos desafios que os parâmetros que sustentam a pesquisa na universidade podem provocar na aplicabilidade do seu aprendizado na experiência clínica. Também se beneficiam com a possibilidade de as pesquisas em psicanálise na universidade alinharem produção de conhecimento e demandas concretas da comunidade em suas vertentes de ensino, pesquisa e extensão.

No capítulo seguinte, Ana Cecília Carvalho traz o texto intitulado “Uma carta sempre chega ao seu destino”. Trata-se, supostamente, de uma carta escrita por Freud, em 5 de maio de 1938, encontrada na biblioteca de uma cidade dos Estados Unidos. Na referida carta, entre outros assuntos, o mestre reitera seu pensamento acerca

do ensino da psicanálise nas universidades. Apresenta uma posição favorável não só sobre a possibilidade da expansão do saber psicanalítico no meio acadêmico como também sobre uma prática clínica social mais ampla. Concorda que a inclusão da psicanálise como disciplina universitária seria de grande importância na formação de médicos e cientistas, ainda que, ele próprio, não soubesse como tornar tal inclusão possível dentro da estrutura educacional, confiando a responsabilidade de como efetivar sua entrada nos currículos dos cursos universitários à universidade, caso assentisse a importância do ensino da psicanálise.

Em seguida, Maria Teresa de Melo Carvalho faz uma releitura da metapsicologia como um dos lugares da experiência psicanalítica. Questiona: para que serve a metapsicologia? Ao longo do texto intitulado “A metapsicologia como um dos lugares da experiência psicanalítica”, responde com fineza intelectual, mostrando ao leitor que a metapsicologia está atrelada a características peculiares à construção do saber em psicanálise. A autora afirma que há um aparente descompasso entre a metapsicologia e a clínica e que isso pode ser entendido a partir de vários pontos de vista: pensar na crítica segundo a qual a linguagem da metapsicologia é distante da linguagem da clínica; considerar que a produção teórica nem sempre corresponde ao sucesso da prática clínica; entender que se deve levar em conta as diversas manifestações psicopatológicas que vêm sendo apresentadas em diferentes momentos, desde o nascimento da psicanálise até os dias atuais. Para a autora, a metapsicologia e a clínica sempre estiveram ligadas nos trabalhos dos grandes autores psicanalíticos (Melanie Klein, Jacques Lacan, entre outros), mesmo que a linguagem da metapsicologia seja distante da linguagem da clínica; distante tanto no sentido em que a metapsicologia não nos fornece, de forma direta, a maneira de intervir na clínica, como no sentido em que a singularidade de uma história clínica nunca será completamente apreendida pela universalidade do discurso teórico.

A história da metapsicologia freudiana resulta de contínuas descobertas do seu objeto, bem

como de sucessivos desvios em relação à descoberta inaugural. As teorias em psicanálise continuarão contribuindo com suas novas formulações ao conhecimento do nosso objeto, mas também se desviando dele em algum ponto. De acordo com Carvalho, ainda não terminamos de descobrir o inconsciente e a sexualidade infantil; daí dizermos que não está encerrada a tarefa de fundar o nosso campo, tarefa que é inseparável daquela que a cada dia estabelece uma situação clínica.

No texto seguinte, Cassandra Pereira França destaca as mulheres que Freud delineou, abordando com clareza o tema da feminilidade e fazendo um percurso histórico-social da mulher, do século passado até nossos dias. A autora trabalha o tema de forma poética, tendo como ponto de partida a obra freudiana, porém avançando em alguns aspectos ao tratar da feminilidade em três tempos: a inveja do pênis, a maternidade e a castração, mostrando que a mulher castradora é uma representação que atemoriza alguns homens e os leva a quadros de disfunção erétil ou, ainda, de ejaculação precoce. A autora conclui que os modelos de mulher apresentados na obra freudiana não são excludentes e que, tal como um caleidoscópio, se superpõem e formam novas configurações.

Ao pensarmos os escritos freudianos sobre a feminilidade, é necessário considerar também o contexto cultural daquela época. Dito de outro modo, as ideias de Freud não podem ser dissociadas do contexto social em que sua obra está inserida, de maneira que seus estudos fizeram parte e contribuíram para a legitimação do lugar social ocupado pela mulher na época e fomentaram as ideias de que, mesmo com a aceitação da diferença entre os sexos, se tem a perpetuação do primado do masculino.

Os autores Paulo de Carvalho Ribeiro e Maria Teresa de Melo Carvalho abordam com precisão intelectual os modelos do trauma em Freud e suas repercussões na psicanálise pós-freudiana. A primeira concepção de Freud sobre o trauma está na teoria sobre a patogênese da histeria; trata-se da teoria da sedução, momento em que o trauma é sempre um trauma sexual. De acordo

com o primeiro modelo do trauma freudiano, o psicanalista Jean Laplanche afirma que aquilo que se constitui como traumático pertence ao campo da sexualidade. O segundo modelo teórico de trauma na teoria freudiana está no texto “Além do princípio do prazer”, de 1920, no qual Freud faz uma analogia entre o trauma como afluxo de excitação vinda do exterior (da realidade externa) e a pulsão como afluxo de excitação vinda do interior (do psiquismo). No texto “Inibição, sintoma e angústia”, de 1926, Freud retoma a noção de trauma, para reexaminar o problema da angústia. Nesse texto, o mestre propõe que a angústia não procede do recalçamento, mas constitui um motivo para ele. A angústia aparece no Eu como um sinal para o recalçamento. Nessa teoria da angústia, é grande o peso conferido à realidade. Ribeiro e Carvalho finalizam dizendo que o trauma talvez seja o principal elemento de uma teoria capaz de juntar os conceitos principais da psicanálise.

No capítulo seguinte, Ana Cecília Carvalho, tendo como base os textos freudianos, faz uma reflexão com base em sua prática clínica, focalizando não apenas a tarefa do analista e o modo de sua execução como também os problemas encontrados nessa jornada. A autora ressalta o caráter indissociável da teoria com a prática, para que seja possível compreender de que modo se deu a constituição psíquica do sujeito que busca ajuda e as intervenções pertinentes na história singular desse sujeito. Em relação à experiência da psicanálise na universidade, a autora diz que há um ganho adicional, pois as interpelações dos outros campos de conhecimento (filosofia, artes, história etc.) se entrelaçam e eles, por sua vez, também são redimensionados pela inquietação trazida pela psicanálise em contextos em que o psicanalista habitualmente trabalha.

Entendemos que tanto as crescentes demandas sociais quanto as diferentes psicopatologias consideradas graves são motivos e desafios para continuarmos com as pesquisas psicanalíticas nas universidades. Essas demandas, enquanto objetos de estudos, favorecem o alcance do aprimoramento da terapêutica psicanalítica.

A propósito das patologias atuais, Riva Savovschi Schwartzman aborda a temática da escuta psicanalítica na síndrome de pânico, discutindo um caso clínico à luz da psicanálise. A autora aborda também as diferenças entre as conversões histéricas e os transtornos psicossomáticos e questiona a grande aceitação pela medicina psiquiátrica da doença de pânico, que prende o indivíduo a um diagnóstico e ao tratamento medicamentoso, assegurando-lhe a criação de uma proteção externa que foi rompida pela invasão do seu excedente pulsional. Na clínica de Freud, as conversões histéricas eram uma manifestação neurótica de uma época em que havia pressões entre a estimulação sexual e a impossibilidade de uma prática sexual satisfatória. No que tange à síndrome de pânico, a autora levanta a hipótese de que existe hoje uma idealização da independência pessoal e da autonomia, pressionando as pessoas a sair de suas cidades e a tentar a vida em outros lugares, obrigando-as a refazer suas referências. No entanto, o que adoce o ser humano não é necessariamente essa nova maneira de viver algo, mas o surgimento de algo que sempre existiu e estava oculto.

Paulo de Carvalho Ribeiro faz uma análise psicanalítica do filme *Eyes wide shut* (1999), de Stanley Kubrick, enfocando a relação entre revelação e paranoia. A referência à paranoia é evidente; o protagonista percebe que está sendo seguido e, embora não consiga ter clareza quanto à identidade do perseguidor, deixa claro que o motivo da perseguição se relaciona com sua entrada numa casa secreta e transgressiva, onde algumas mulheres transitam envoltas em enigma. Durante o filme, os diversos acontecimentos produzem nos protagonistas a suspeita de uma conexão enigmática que os interliga, ao mesmo tempo que os remete à ideia de morte associada ao encontro de uma mulher. O desejo do protagonista por essa mulher que se sacrificaria por ele parece se

confundir com um sentimento sobre si mesmo e com o impulso de desvelar todo o mistério que ela representa, mesmo que para isso deva se arriscar até a morte.

De acordo com o autor, a trama mostra a existência de uma sexualidade desagregadora das referências identitárias nos principais personagens, referências que se impõem da realidade externa e lançam o sujeito num fluxo de verdades que deveriam ter permanecido inconscientes, ao mesmo tempo que o engaja num processo de restauração, cujo resultado nem sempre é promissor. É essa significação sexual que adquire o *status* de uma revelação na medida de sua impossibilidade de ser reconhecida como própria, apesar da interioridade de seus efeitos. Desse modo, retrata uma verdade sobre a sexualidade e as relações entre homens e mulheres que não pode ser vista impunemente; é preciso pagar um preço para mostrá-la, mesmo que esse preço seja a morte.

Por fim, no texto “O destino precisa ser tão funesto?”, Cassandra Pereira França escreve uma carta a Freud, lembrando o mestre das cartas que escreveu para alguns expoentes da psicanálise no Brasil, compartilhando suas inquietações a respeito da psicanálise na universidade.

Como tantas outras disciplinas, a psicanálise pode ter lugar na universidade, mas sua existência ultrapassa os limites institucionais. A psicanálise sustenta-se no exercício clínico nos diversos campos em que atua. Desse modo, respeitando a ética psicanalítica, está sempre livre para criar seus princípios de rigor acadêmico e aplicar seu método de investigação, que inclui a transferência e a singularidade do caso clínico.

Acredito que a leitura dessa obra desperta novas inquietações e alimenta o espírito crítico de todos aqueles que se dedicam a produzir conhecimento fundamentado no método de investigação psicanalítica.

Melanie Klein: autobiografia comentada

Marina F. R. Ribeiro

Resenha de Melanie Klein, *Melanie Klein: autobiografia comentada*, Org. Alexandre Socha, São Paulo, Editora Blucher, 2019, 220 p.

Apresentar um livro é sempre algo desafiador e de considerável responsabilidade. Considero que os textos são sempre autorais, mesmo aqueles que são predominantemente teóricos. E aquele que escreve a resenha de um livro o faz inescapavelmente a partir de suas impressões e ressonâncias. O livro em questão é um convite à reflexão de como vida e obra estão inexoravelmente entrelaçadas, sendo que apenas um delicado e respeitoso trabalho de aproximação é capaz de iluminar algumas facetas desse amálgama.

Primeiramente, penso ter sido uma excelente ideia traduzir e publicar um texto kleiniano ainda inédito em língua portuguesa, tanto pelo seu caráter histórico quanto pela presença afetiva que emana nas linhas e entrelinhas. Alexandre Socha, organizador do livro, nomeia sua introdução de “Melanie Klein, personagem de si mesma”, introduzindo o leitor a uma instigante reflexão sobre o gesto autobiográfico: “o debruçar-se sobre as próprias memórias como um modo de apegar-se à

vida, bem como de despedir-se dela” (p. 16). O paradoxo emocional e o tom nostálgico capturam o leitor nessa apresentação, o *ethos* rememorativo, como escreve Socha.

Destaco que o livro apresenta a cuidadosa e implicada tradução de Elsa Susemihl¹, psicanalista e estudiosa da obra de Melanie Klein e de Wilfred Bion. Encontramos ao longo do texto notas que esclarecem e orientam o leitor e que demonstram seu conhecimento da obra kleiniana, atestando o valor das traduções feitas por psicanalistas.

A autobiografia de Klein está acrescida do comentário de quatro psicanalistas e ainda, no apêndice, há o testemunho de James Gammill sobre o seu contato como supervisionando de Klein entre os anos de 1957 e 1959, mesmo período em que os fragmentos autobiográficos foram escritos. Entre os comentadores, encontramos duas autoras nacionais (Liana Pinto Chaves e Izelinda Garcia de Barros) e dois internacionais (Robert D. Hinshelwood e Cláudia Frank), que juntos compõem de forma equilibrada e harmônica o livro.

Do texto inédito de Robert D. Hinshelwood, eu gostaria de destacar alguns pontos que considero pertinentes a questões da psicanálise contemporânea. Em primeiro lugar, a ousadia de Klein ao sustentar uma mudança de foco no trabalho de análise, da questão energética freudiana, para os afetos e suas angústias. Em segundo, sua problematização quanto à precisão da interpretação, sugerindo que o analista observe cuidadosamente o efeito de sua fala dentro da sessão de análise, levantando a questão da verdade emocional que se mobiliza e se procura traduzir no ato da interpretação. Se o analista for bem-sucedido em sua capacidade de colocar em palavras a angústia, de construir uma narrativa, é observável a mudança que se segue à interpretação: a criança passa a brincar livremente e o adulto, a pensar. O analista precisa ser capaz de capturar em palavras a dor da ansiedade. Como sinônimo de fantasias inconscientes, encontramos no texto de Hinshelwood a expressão “dramas narrativos”, referindo-se, talvez, ao vasto campo de pesquisa sobre a narratividade na sessão, a capacidade narrativa

¹ Apenas o apêndice foi traduzido por Paulo Sérgio de Souza Jr.

Marina F. R. Ribeiro é psicanalista, professora doutora no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Com Elisa M. U. Cintra, publicou o livro *Por que Klein?* (Zagodoni, 2018); é autora de outros livros e artigos. Coordenadora do Laboratório Interinstitucional de Estudos da Intersubjetividade e Psicanálise Contemporânea, LipSic (IPUSP e PUC-SP).

exitosa da dupla analítica, a linguagem de êxito² ou linguagem bem-sucedida, promovendo transformações no campo analítico.

A impressão é que Klein transferiu seu método de observar as narrativas do brincar das crianças para a observação das narrativas dos processos de pensamento de um adulto. É como se a “sala de brincar” passasse a ser o próprio espaço mental (p. 102).

No texto de Liana Pinto Chaves destaco a proximidade com minhas breves impressões descritas no final desta resenha: a autobiografia como um acerto de contas amoroso com seus objetos internos e externos e como uma reconciliação com a mãe, aproximando vida e morte. Chaves nos lembra que a autobiografia forma um mesmo conjunto de reflexões com o artigo publicado postumamente, intitulado “Sobre o sentimento de solidão”.

Cláudia Frank traz importantes dados históricos sobre a trajetória dos textos e do pensamento kleiniano na Alemanha, além de uma erudita apresentação de alguns autores pós-kleinianos e seus desenvolvimentos conceituais.

Izelinda Garcia de Barros enfatiza a importância da experiência com a maternidade e de como esta marca a proposta teórica e clínica de Klein. Destaca que a construção teórica kleiniana é fruto das trocas conscientes e inconscientes entre Sándor Ferenczi e Klein, entre 1912 e 1918, autor pouco citado em sua obra devido a questões políticas. A obra de Ferenczi sofreu uma condenação pelo silêncio, ficou por muitos anos banida dos institutos psicanalíticos. Na autobiografia Klein escreve que tem muito a agradecer a Ferenczi e que ele era um homem de talentos incommuns e tinha o traço de um gênio.

O apêndice escrito por James Gammill é um relato de sua experiência pessoal como supervisor de Klein. Comenta que se sentia à vontade com a “Sra. Klein” quando apresentava seu material clínico, o que nos leva a pensar que ela era acolhedora e continente com os psicanalistas próximos a ela. Ele relata que Klein lhe fazia contribuições precisas e consistentes, especialmente quanto ao

timing das interpretações e a escolha de palavras, enfatizando a importância de o analista conhecer o vocabulário do paciente e sua forma única de se expressar. Gammill escreve que para Klein era importante que um psicanalista fosse dedicado de maneira autêntica e profunda à psicanálise; e aqui encontramos uma preciosidade, um comentário de Klein sobre o trabalho de Bion:

O que é que ela [uma determinada analista] estava querendo dizer, então, quando afirmou que compreendia perfeitamente o que o Dr. Bion queria comunicar na conferência dele? Frequentemente tenho de reler várias vezes o texto das conferências do Dr. Bion antes de começar a captar alguma coisa daquilo que ele tem a dizer. Tenho a impressão de que ele trabalha com algo novo em psicanálise, mas não tem serventia alguma fingir que é fácil e evidente (p. 199-200).

É manifesto nesse comentário o respeito e a admiração que Klein nutria por Bion, seu paciente entre 1945 e 1953, que depois tornou-se um dos kleinianos mais geniais, conjuntamente com Hanna Segal, Herbert Rosenfeld e Money-Kyrle. Klein reconhece nessa fala citada por Gammill que Bion postulou um novo paradigma para a psicanálise. Seus textos epistemológicos foram publicados após a morte de Klein em 1960. Entretanto, ainda em seu livro de 1970, *Atenção e interpretação*, Bion se considerava um kleiniano, anos depois de ter formulado um pensamento original e autoral, provavelmente num gesto de gratidão e reconhecimento à sua analista.

Para finalizar a resenha do livro e capturada pelo *ethos* rememorativo da proposta do organizador Socha, relato algumas ressonâncias pessoais geradas pelo texto autobiográfico de Klein.

Breves impressões da autobiografia de Melanie Klein

Será a escrita autobiográfica a elaboração momentânea de uma vida? Chegando ao fim da trajetória, nós nos remetemos ao começo, na busca por aquilo

que inspirou o caminho, o sentido encontrado no *a posteriori* do percurso. Obra e vida inevitavelmente se entrelaçam, sendo produto da nossa racionalidade essa distinção insustentável. A narrativa autobiográfica pode ser lida como um sonho, assim como uma sessão de análise². Inspirada por esse vértice, teço alguns breves comentários. A autobiografia de Klein seria o testemunho de um processo de elaboração da experiência da proximidade da sua morte? Uma despedida amorosa?

O sentimento de nostalgia que transborda pelas margens do texto autobiográfico de Klein seria a busca pelo sentido do que a moveu na vida? Sentido alcançado no *a posteriori* e que implica um estado de lucidez daqueles que construíram recursos psíquicos para se deparar com a verdade emocional de suas vidas e com o árduo enfrentamento de suas perdas.

A leitura dessa breve autobiografia nos remete à construção de uma cena psíquica, uma cena onírica, na qual é possível se despedir da vida com amorosidade e sentimento de gratidão. Os vínculos amorosos podem ser compreendidos como um objeto bom constituído de cenas de trocas afetivas gratificantes, memórias em sentimentos. Já não há tempo para discórdias ou para os difíceis trabalhos do ódio. É preciso partir, carregando o que há de mais precioso na mente, as cenas amorosas que constituem nossos objetos bons. Em 1959, Klein escreveu:

Mas penso na minha infância como uma infância com uma boa vida familiar e daria qualquer coisa para tê-la de volta por um só dia; nós três, meu irmão, minha irmã e eu sentados em volta da mesa, fazendo nosso trabalho escolar, e os muitos detalhes de uma vida familiar unida (p. 42).

Klein descreve idilicamente a cena dos irmãos juntos na mesa fazendo os deveres, uma

cena amorosa que permaneceu vitalizada em sua mente. O estudo autodidático é uma marca da família. Klein indubitavelmente foi uma autodidata admirável, uma mulher além de seu tempo.

A leitura da autobiografia de Klein inspira-me à seguinte compreensão: morrer entrelaçada aos objetos bons significa morrer tranquila, sem a predominância de estados paranoicos de mente. A morte parece ser representada na autobiografia como um encontro com essas cenas amorosas que constituem o frágil tecido psíquico, sempre ameaçado por intensas turbulências. A morte ou sua proximidade pode ser uma experiência psíquica avassaladora. Como se despedir da vida de forma vitalizada e amorosa? Parafraseando Donald Winnicott: quero estar vivo quando morrer. Penso que Klein oferece ao leitor, generosamente, o testemunho da intimidade do processo de elaboração da sua própria morte⁴ e de sua vitalidade, como Socha escreve na introdução, o paradoxo entre apegar-se e desprender-se.

É algo relativamente comum diante da proximidade do fim da vida a experiência de que vamos, de forma imaginária, encontrar a mãe, quase como se voltássemos para o lugar de onde partimos, ou que a lembrança desse vínculo primordial que nos conduziu para a vida agora pudesse nos conduzir suavemente para a morte. Nas duas grandes cesuras de uma vida, nascer e morrer, temos a mãe ao nosso lado. A mãe real ao nascer e a mãe imaginada ao morrer. Klein escreve sobre morrer quase sem angústia, e talvez ela se inspirasse nesse momento na morte de sua mãe para que ela também tivesse uma experiência próxima. Tons de idealização estão presentes na sua escrita, mas talvez para o enfrentamento da cesura da morte esse sentimento seja necessário e apaziguador: “Nunca imaginei que alguém pudesse morrer do jeito que ela morreu, completamente de posse de suas faculdades mentais, calma, sem nenhuma ansiedade e, de forma alguma com medo ou relutante em morrer” (p. 54).

Klein descreveu com maestria os trabalhos psíquicos do luto e a criatividade que emerge da mais intensa das dores: a de perder entes queridos.

2 W. R. Bion. *Attention and interpretation*. Londres: Karnac, 1970/2007.

3 A. L. Scappaticci. A autobiografia de Wilfred Bion. *Psicanálise, uma atividade autobiográfica*. *Jornal de Psicanálise*, 51(95), 241-254, 2018.

4 A autobiografia foi escrita um ano antes da morte de Melanie Klein, sendo que ela já lutava contra um câncer.

Nossa autora escreveu que na elaboração dos processos de luto a pessoa perdida torna-se um objeto interno bom. Nesse texto autobiográfico ela descreve isso de forma surpreendente, aproximando a morte dos seus dois irmãos que tiveram a vida interrompida precocemente: sua irmãzinha Sidonie, quando Klein tinha quatro anos; seu irmão Emmanuel, quando ela tinha vinte anos⁵. Escreve sobre a profunda admiração que nutria por eles e de como ela tinha imagens vivas dos irmãos na sua memória: “A doença do meu irmão e sua morte precoce é mais um, entre os outros lutos na minha vida, que ainda permanece vivo em mim” (p. 48).

É bela a passagem na qual Klein escreve sobre como o irmão Emmanuel, que ela tanto admirava, fonte das suas inspirações, mistura-se em sua mente com o filho morto, Hans, com o filho vivo, Eric, e o neto Michael, descrevendo a plasticidade da experiência estética dos objetos na mente:

Meu filho mais velho, Hans, que morreu aos 27 anos de idade quando praticava alpinismo, tinha uma grande semelhança com meu irmão, particularmente em seus primeiros anos, assim como acho que também Eric tem. Penso, também, que meu neto, Michael, tem algo de sua aparência, mas posso estar enganada porque todas essas figuras tinham muito em comum nos meus sentimentos (p. 51).

Compreendo o objeto bom como uma reserva de memórias afetivas, um conjunto de cenas e de narrativas, um atravessamento de distâncias

atemporais⁶. Uma cena psíquica que funciona como uma tênue âncora na turbulência da transitoriedade da vida, favorecendo, mesmo que de forma breve, um reconhecimento de que somos nós, na turbina do tempo, que encontramos algo da pequena Melanie, uma invariância que se conecta com a Sra. Klein ao final de uma tumultuada, dolorosa e criativa vida.

O texto é o testemunho de uma mulher que teve a ousadia de sofrer a própria dor e de acreditar que isso é o que transforma, o que é verdadeiramente importante. O analista precisa encontrar o ponto de urgência, o ponto de maior angústia no aqui e agora da sessão ou da vida, “tocar” a ansiedade, como escreve Hinshelwood e ser capaz de construir uma narrativa bem-sucedida.

Ao ler a autobiografia, tenho a impressão de encontrar uma carta de despedida à vida, de alguém que parte com o sentimento de realização do que foi possível e de amorosidade pelos seus objetos internos e externos, com suas plásticas e únicas narrativas psíquicas. Klein, personagem de si mesma, como nomeia Socha.

Klein está de mãos dadas com seus objetos queridos e amados para morrer na companhia deles. Está nostálgica, generosa, entristecida, mas tranquila com suas realizações e com a continuidade do seu legado... “Dentro dos limites da capacidade humana, sinto que fiz algo que talvez no futuro possa se provar ter sido uma grande contribuição para a compreensão da mente humana” (p. 81).

5 Klein perdeu seu pai quando tinha dezoito anos, dois anos antes da morte do irmão. Seu pai era 24 anos mais velho que sua mãe e, na autobiografia, ela relata que ele já estava senil alguns anos antes de morrer. Após a morte do irmão Emmanuel, Klein casou-se com seu melhor amigo, Arthur Klein, inviabilizando em razão do casamento e do nascimento dos filhos a ambição de estudar medicina e psiquiatria.

6 E. M. U. Cintra & M. F. R. Ribeiro. *Por que Klein?* São Paulo: Zago-doni, 2018.

Filosofia e metapsicologia

Augusto Stiel Neto

Resenha de Luiz Roberto Monzani e Ana Carolina Soliva Soria (orgs.), *Freud: filosofia e psicanálise*, São Carlos, EdUFSCar, 2019, 203 p.

A metapsicologia como a descrição de um processo mental que abarcaria as dimensões dinâmica, tópica e econômica teve nos textos produzidos, especialmente, em 1915 sua mais clara expressão, fundamentando o alcance de textos anteriores, como o “Projeto” ou o capítulo VII de *A interpretação dos sonhos*. O caráter inacabado de uma conceituação da psicanálise revelaria a complexidade da construção de uma teoria que sempre teria na fluidez de seu objeto um ponto de constante inflexão. Daí uma maior aproximação ao campo da filosofia que ao campo das ciências tradicionais, entendidas como tais em seu contexto da época.

O livro *Freud: psicanálise e filosofia* é fruto do encontro ocorrido no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em São Paulo, em 2015, que promoveu a discussão acerca das relações entre filosofia e psicanálise, tendo como base os escritos metapsicológicos de 1915. O texto é organizado em torno de quatro eixos temáticos: *Civilização: Origens e Desdobramentos; Vida e Morte como Problema Metapsicológico; Psicopatologia e Metapsicologia; Sonho, Fantasia e Metapsicologia*.

Augusto Stiel Neto é psicanalista formado pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Luiz Roberto Monzani abre o primeiro eixo temático com o artigo “Totem e Tabu, uma revisão”. Para ele, o parricídio introduziu o humano no reino da culpabilização e da renúncia. O ataque cometido por “indivíduos sexualmente excitados” funda um processo civilizatório conflituoso de vocação neurótica que limita e exclui atitudes em torno do que seria o “ponto cardeal de toda civilização”: o complexo de Édipo. De um mundo de forças surge um mundo de direitos no qual a impossibilidade do retorno ao incesto faz surgir verdadeira obsessão primitiva que faz a razão de teorias “do tipo lévi-straussiano”, em oposição às que tentam explicar um fato social com outro fato social, sem levar em conta a fronteira fundamental do Édipo. Ao perder o objeto amado e ter ciúme do agente interditor, a angústia surge como única resposta da criança, cujo consolo é o tratamento igual a todos. Inveja e espírito de corpo caminham juntos. Não há um ponto de partida em que a cultura vem da natureza, mas um ato: o pai compele os filhos da horda à psicologia das massas, pois mesmo que substituído alguém ascende à sua condição. É o assassinato que efetivamente produz a transformação da psicologia coletiva em psicologia individual. Com a morte, surge o primeiro indivíduo cultural, da horda passa-se à aliança, do sensível passa-se ao simbólico, graças à memória de um assassinato que se reprimiu.

“Esquema filogenético e campo transcendental”, de Léa Silveira, toma o conceito de fantasia como eixo. Segundo a autora, em “Neuroses de transferência, uma síntese”, texto não publicado em vida, Sigmund Freud trabalha a hipótese filogenética da disposição à fixação na “escolha” da neurose fazendo um paralelo entre uma sequência cronológica da eclosão das neuroses, a era glacial e a horda primitiva. No texto sobre o “homem dos lobos”, Freud argumenta que a criança recorre a vivências filogenéticas quando suas próprias não são suficientes, pois as experiências não condizentes com o esquema hereditário são remodeladas pela fantasia, cujo material universal condiciona a experiência, o desejo e a constituição do sujeito.

Do esquema filogenético freudiano, a autora passa para o aspecto transcendental da estrutura lacaniana: na relação do sujeito com a linguagem, a cena primária freudiana teria seu lugar na articulação entre desejo e significante. A castração, antes de ser um salto filogenético é um corte que a linguagem produz entre o sujeito e as coisas sensíveis, uma fantasia universal cuja negação é um esforço para evitar a perda e um apego a um gozo ligado ao jogo de desejo da mãe e à identificação fálica imaginária. A natureza transcendental da fantasia é ligada ao “Outro”, que, enquanto significante, não possui referência em si e se reveste também da falta. Daí que nenhum objeto será adequado ao desejo e nada responderá sobre o significado desse sujeito evanescente.

Em “Por uma história sem finalidade”, Francisco Verardi Bocca e Daniel Omar Perez fazem uma análise da concepção kantiana progressista de filosofia da história e da concepção declinista freudiana baseada no controle da sexualidade, estabelecendo um contraponto com a ausência de finalismo presente no darwinismo. Este último é visto como um espaço livre tanto de “categorias opositivas que indicam o sentido do progresso ou do declínio” (p. 42) quanto das relações causais entre eventos e das categorias “metafísicas” ou “universais”, em que a evolução surge como um processo imprevisível, contingente e descontínuo, sem um resultado específico para além da reprodução e da conservação. Segundo os autores, de uma “racionalidade” que veria certa lógica nos processos naturais, Charles Darwin teria apontado que seres similares poderiam originar organismos progressivamente diferentes, quando novas estruturas surgiriam demandando novas funções. Para Darwin não haveria uma descontinuidade entre natureza e cultura, na medida em que esta seria uma sofisticação do instinto animal; porém, ao incidir sobre a natureza usando os critérios da utilidade e conveniência, o homem se emanciparia da dependência das variações nos processos naturais e, mais adiante, substituiria a seleção natural pelos processos educacionais, operando um

“*continuum reversivo*” (p. 53): uma verdadeira seleção doméstica por meio dos processos educacionais.

Em “Civilização e impulso: um dilema alemão”, Thelma Lessa da Fonseca aborda a perspectiva de Herbert Marcuse sobre Freud e Friedrich Nietzsche, na qual a civilização como produto histórico e construto humano seria passível de um processo revolucionário se entendida em sua radical imanência. Para Marcuse, é na civilização que está a “contradição que permite superar o antagonismo entre princípio do prazer e princípio de realidade” (p. 62), sendo a arte o elemento unificador, sublimatório, que permite tanto a fruição do prazer quanto o questionamento da razão dominante. Tal superação levaria em conta “impulsos” subjetivos que Schiller descreve como impulso sensível (passivo) e impulso formal (ativo). Ambos estão juntos na cultura e separados na civilização, abrindo espaço para um terceiro, o impulso “lúdico”, que atuaria como força mediadora entre o prazer sensível e o da atividade formal, trazendo a arte para o plano da realidade. Para Nietzsche, a apropriação do intuitivo pelo racional seria tributária de determinados períodos históricos, mas, mesmo assim, o impulso sensível buscaria outras maneiras de atuar, como nos terrenos do mito e da arte.

Ao abrir o segundo eixo temático, o artigo “O protagonismo da morte”, de José Francisco Miguel Henriques Bairrão, traz o tema da pulsão de morte como promessa parcialmente cumprida da clínica e da metapsicologia. O autor, ao citar Monzani, lembra que o inorgânico seria um dos ordenadores do pensamento freudiano e a morte percorreria sua obra enquanto conceito essencialmente negativo, localizado no Id e sem inscrição inconsciente, produzindo efeitos indiretos e abrindo a clínica ao social e ao transgeracional. Para André Green, o irrepresentável exige que a clínica ultrapasse o inconsciente, sendo a pulsão de morte mais ligada ao inexistir do que à agressividade, deixando à pulsão de vida o pressuposto da atividade. Mas também se admite uma “pureza do não ser” (p. 76) originária que a pulsão de vida

violentaria e a pulsão de morte restauraria. Em “Totem e tabu”, “a paternidade na morte e não o pai morto” (p. 76) admitiria a morte enquanto ponto de produção de sentido, um convite à enunciação, na elaboração lacaniana, que se materializa em significantes e nunca lhe permite se confundir com eles. Nesse ponto a morte seria mero indicativo de retorno a um estado prévio. O barulho da destrutividade e da dissociação não encaixaria bem como traço de uma pulsão silenciosa. Onde parece haver a ação da morte, na verdade, há uma revelação do impedimento de seu trabalho, na medida em que não há inscrição da ausência, mas sua condição. Abordar o sujeito pela negatividade e não pela positividade indicaria que “o analítico pode se mover mais à vontade que no campo da psicologia positiva” (p. 78).

Em “Considerações sobre a morte enquanto problema metapsicológico”, Sergio Augusto Franco Fernandes aponta a influência de Arthur Schopenhauer na construção metapsicológica da “repressão” e do “inconsciente”, na relevância dos aspectos sexuais na teoria da afetividade e no tema da morte. Em “Além do princípio do prazer”, Freud faz referência a Schopenhauer, para quem “a morte seria, ao mesmo tempo, o resultado e o objetivo da vida” (p. 85), o que traria à metapsicologia um imprescindível recurso teórico, apesar de esse objetivo monista não se coadunar com o dualismo pulsional. Em “O eu e o id”, o medo da morte se daria entre o eu e o supereu, quando o primeiro, abandonado de si mesmo, desinveste-se libidinalmente, como na melancolia. Isso porque diante da negatividade radical da morte, pulsão de morte, libido e narcisismo vinculam-se na metapsicologia para além do princípio inicial do arco-reflexo, das cargas e descargas de estímulos. A conceituação “biológica” de um desejo de morte atrelada à ideia de representação de uma situação de perigo teria facilitado a Freud enfrentar seu próprio medo da morte, na medida em que uma noção próxima à ideia de aniquilação da vida não faria parte do inconsciente. A morte vinculada a situações traumáticas vividas colocaria

mais concretamente a questão do desamparo, um sentimento soberano.

Em “Vivência de dor e pulsão de morte na teoria freudiana das neuroses”, de Fátima Siqueira Caropreso, a dor, inicialmente associada às vivências de caráter traumático (sedução), cederia lugar na estruturação do psíquico aos desejos e às fantasias sexuais, cujo conflito com a moralidade levaria à repressão, ao retorno do reprimido e à neurose. Freud refere-se a processos repressivos mais primordiais e, em “Além do princípio do prazer”, a processos psíquicos ligados a experiências desprazerosas, relacionados à compulsão a repetição e ao conceito de pulsão de morte. Mais tarde Freud traz a intensidade das pulsões, sobretudo as pulsões de morte, e a prematuridade do eu como fontes do trauma psíquico que levaria à fixação e à perturbação do desenvolvimento, impondo-se como obstáculo ao processo terapêutico. A pulsão de morte, pensada enquanto “inércia psíquica” e compulsão à repetição, torna-se decisiva na solidificação das defesas do sujeito mesmo diante da “viscosidade da libido” ou do “esgotamento da plasticidade” (p. 102) no funcionamento da psique. Sua inclinação ao conflito seria determinante para o embate entre as exigências pulsionais e a organização cultural.

Em “Condillac e Freud: o prazer enquanto princípio”, Carlota Ibertis aproxima Étienne Bonnot de Condillac de Freud trazendo a filosofia do século XVIII como aquela em que a ordem metafísica coloca a inquietude no lugar da referência ao absoluto. No “Tratado das sensações”, de Condillac, as capacidades mentais de um sujeito relacionam-se às expectativas relativas ao prazer ou desprazer, princípio já conhecido de tendência natural genérica. A experiência humana segue o caminho do movimento, cria hábitos ao longo da duração da existência, atinge objetos orientados segundo esse “princípio de prazer”, deixando o reino da imaginação em busca da realidade externa. O prazer e a dor são balizas de movimento mais complexos, numa espiral de busca por prazer sempre inalcançável, tendo a dor como freio.

No “Tratado dos animais” o convívio social diferencia o humano e influencia as necessidades e os desejos pela comunicação (linguagem), que se desloca de um estágio de evitação da dor para a consciência da própria conservação, alçando o desejo à esfera da necessidade, no campo moral dos “vícios” e “virtudes”. Em Freud, no entanto, o prazer teria um *status* ambíguo, necessário e ameaçador, associado ao proibido após a introdução da sexualidade infantil e podendo ser experimentado de forma alucinatória a partir de traços deixados no sistema. A realidade imporia novas regulações e exigências que desembocariam na atenção, no registro, na memória e no pensamento. Nessa passagem as energias antes livres são inibidas e tensionadas em um longo e tortuoso processo de idas e vindas, sem que prazer e realidade coexistam em uma psique cindida entre processos primários e secundários.

“Narcisismo e psicose, cem anos depois”, de Suely Aires, abre o terceiro eixo temático. Do campo da psicopatologia, Freud realoca o narcisismo no desenvolvimento regular do indivíduo, na transição do autoerotismo para o amor objetual. Movimento repleto de particularidades, diante das hipóteses da dualidade pulsional e do conflito psíquico, Freud aponta as neuroses como caracterizadas pelo deslocamento da libido de objetos reais para objetos fantasiados e as psicoses como situações de recusa da alteridade e desligamento da libido. Tais estados não seriam independentes, mas parte do funcionamento psíquico humano. Nesse contexto o delírio seria antes uma tentativa de cura diante do fracasso do investimento libidinal em objetos da realidade, em um retorno sobre o corpo que faz entrever a disjunção entre eu e imagem, entre conhecer e ver. Jacques Lacan, por sua vez, subscreve que o sujeito é sempre outro na importância de sua imagem especular e propõe, em relação às psicoses, o diagnóstico ligado a fenômenos de linguagem. Mais tarde ele utiliza o recurso do nó borromeano para apresentar a ideia de “corpo próprio”, quando na escrita de James Joyce se evidencia a tentativa de enovelamento

entre três planos (simbólico, imaginário e real), na hipótese original de uma psicose sem desencadeamento.

Em “Estudos sobre as psicoses e a metapsicologia em Freud”, Janaína Namba percorre a obra freudiana para focar o percurso da abordagem das psicoses, desde o “Manuscrito H” até os textos da segunda tópica. A autora salienta que Freud inicialmente identificava a paranoia como uma forma de defesa do psiquismo e via no mecanismo projetivo seu modo específico de repressão. O ego delirado seria fruto de um excedente sexual ocorrido em períodos posteriores do desenvolvimento psíquico. Os mecanismos de defesa fazem com que pensamentos “desinibidos” alcancem à consciência, retornando desfigurados ao sujeito. Por volta de 1910, a paranoia era o resultado de uma escolha de objeto heterossexual inibida, de um processo de fixação e dessublimação. Um recuo ao narcisismo primário manteria o sujeito em um universo sem investimentos de objeto para além de si mesmo. O produto dos processos defensivos do ego sempre será imperfeito e residual, legando aos psicóticos um esforço de trabalho psíquico cotidiano monumental.

Em “O desenvolvimento do eu a partir do mundo que o satisfaz e o potencializa e o mundo hostil que o ataca”, Fernando Silveira Corrêa trabalha os fundamentos da metapsicologia freudiana com base nos dois textos “Projeto de uma psicologia” e “Visão geral das neuroses de transferência”. No “Projeto”, a vivência da dor corresponde a grandes quantidades no interior do aparelho psíquico e faz com que este guarde “uma memória de caminhos eficientes de eliminação do estímulo” (p. 171). O pensar situa-se nos caminhos associativos entre uma imagem percebida e uma imagem do objeto desejado, registrando-o como uma transformação do percebido em desejado. As imagens de movimento mais econômicas, como as articulações sonoras linguísticas, colaboram com um mínimo necessário de energia e permitem o raciocínio teórico e consciente. Após o “Projeto”, a teoria da

vivência da dor é abandonada e o conceito de sexualidade infantil aprofunda a teoria das vivências de satisfação, com a noção de pulsão sexual fundamentando o desejo alucinatório e as metas provisórias. Sob outra óptica de “Visão geral das neuroses de transferência”, tradução da Imago de *Neuroses de transferência*, uma síntese, a autora se refere à era glacial como um mundo de perigos em que a libido se concentraria inicialmente no eu, depois se deslocaria em busca da satisfação, indo do autoerotismo à sublimação e se potencializando. Em seguida, Freud traria as psicoses como a psicologia dos filhos da horda diante da brutalidade do pai, cuja crueldade gera novas disposições: a submissão ao pai (hipocondria) que constitui novos laços sociais; o ódio coletivo ao pai (paranoia) que promove o esforço pela igualdade e a negação do poder; a identificação ao pai (melancolia) no retorno da agressividade, pressupondo uma coletividade agressiva e uma instância agressora.

No último eixo estrutural do livro, o artigo “A lógica do sonho” de João José Lima de Almeida aborda a metapsicologia freudiana no escopo de *A interpretação dos sonhos*, admitindo um agrupamento da filosofia contemporânea em quatro grandes vertentes: explicativa, compreensiva, descritiva e performativa. Para o autor, a filosofia de fundo presente em “Interpretação dos sonhos” seria compreensiva, à exceção do capítulo VII, cuja vertente explicativa teria como ápice os textos de metapsicologia que o autor descreve como uma explicação mentalista envolvendo forças, sistemas e energia, não verificável empiricamente e que busca fundamentar uma terapêutica dentro de um molde tópico, dinâmico e econômico, cujo caráter provisório aguardaria um futuro desenvolvimento científico. Nessa lógica dos sonhos, seu sentido revelaria um propósito: a realização de desejo em um caminho à revelia do sonhador, cujos pensamentos são cadeias associativas que distorcem, do latente ao manifesto, de maneiras inteligíveis apenas a quem sabe as regras de funcionamento ali colocadas e as matérias-primas de seu funcionamento. O aparelho psíquico surgiria

numa lógica proposta à luz do momento, em que sistema perceptivo e sistema mnêmico tentaram dar conta do consciente (e pré-consciente) e inconsciente – este mais disponível no estado de sono, graças à supressão da vigília, mas sujeito a profundas modificações devido à repressão.

Em “Fantasia e realidade nos escritos metapsicológicos”, Ana Carolina Soliva Soria salienta que Freud defende a interação entre corporal e representacional, com os processos somáticos se dando à margem da consciência. A objetividade de um julgamento nasceria no interior da subjetividade, que em sua incognoscibilidade se abriria à interpretação psicanalítica no preenchimento de lacunas e construção de cenas – assim como o inconsciente e a teoria, que se valem de metáforas e fantasias para dar conta do irrepresentável. Os afetos imporiam ao psiquismo a associação das representações, que do desprazer ao prazer constituem infinitas cadeias mnêmicas, organizadas por condensação e deslocamento nas redes de memória e direcionadas pelos caminhos de menor resistência a representações-meta, posteriormente alucinadas na regressão projetiva, de modo a repetir experiências de satisfação. Mas os investimentos psíquicos não esgotados voltam-se à motilidade nas pulsões de conservação, graças a uma barreira entre os sistemas mnêmico e perceptivo, na entrada em cena do pensamento: as representações perceptivas se juntam a representações abstratas internas, “revisão da primeira ligação de traços perceptivos” (p. 199), tendo a palavra como modo econômico de lidar com o sistema. Os traços qualitativos da coisa são unidos pela qualidade acústica da palavra com o acompanhamento de juízos imparciais de verdade ou falsidade na substituição do princípio do prazer pelo de realidade. No sono, as moções de desejo inconscientes não encontram o caminho da motilidade e são censuradas para não afetarem o desejo de dormir. O trabalho de condensação e deslocamento desfaz a ligação entre representação e palavra, impondo-se como sensação na alucinação onírica, sem a possibilidade da distinção entre real e irreal,

mas com a elaboração secundária a fornecer inteligibilidade. Se a realidade se limitasse a uma percepção do instante presente, de nada serviriam os traços de memória e o pensar não seria

tornar presente aquilo que foi percebido. Se o exame da realidade depende da cadeia de memória da subjetividade, a representação é sua condição prévia.

Ferenczi, o marginal imprescindível

Alfredo Naffah Neto

Resenha de Daniel Kupermann, *Por que Ferenczi?*, São Paulo, Zagodoni, 2019, 175 p.

É notável e, por vezes, quase incompreensível, que um psicanalista clínico do porte de Sándor Ferenczi tenha sido marginalizado do campo psicanalítico por tantos anos. Tendo sido considerado por Sigmund Freud um dos seus discípulos mais bem dotados e mais criativos, Ferenczi, entretanto, somente teve as suas obras traduzidas do húngaro para outra língua (o francês) a partir de 1968 e por esforço do seu discípulo Michael Balint. Isso, ao que consta, em função de maledicências lançadas por um dos seus analisandos, Ernest Jones (que o acusara de perturbações mentais nos seus últimos anos de vida), além, é claro, das

dissidências com o mestre Freud. Mas Ferenczi talvez tenha sido o primeiro a se preocupar incansavelmente com as limitações e o desenvolvimento da recém-criada terapêutica psicanalítica.

Quanto ao criador da psicanálise, tornaram-se bastante evidentes – com base no relato de alguns de seus pacientes¹ – o quanto ele estava muito mais interessado em utilizar a clínica para fundamentar as suas teses teóricas e difundir a psicanálise pelo mundo do que para amenizar o sofrimento psíquico daqueles que analisava. Frequentemente tomado por grandes simpatias (ou por grandes antipatias!) por seus analisandos, o que aparece, por meio dos relatos, é o quanto Freud, de fato, não praticava a suposta neutralidade analítica por ele tão apregoada. Talvez isso se deva ao fato de ter sido um psicanalista não analisado – pelo fato de ter sido o primeiro deles e o criador da técnica – e, portanto, ter menor contato com as suas inclinações inconscientes, passíveis de *acting out*².

Ao contrário do mestre, a maior preocupação de Ferenczi era o sofrimento de seus pacientes e o quanto teria de desenvolver e transformar a técnica psicanalítica para trazer-lhes alguma saúde psíquica. E esse talvez seja o maior mérito de toda a sua obra.

É, pois, extremamente oportuno o livro de Daniel Kupermann, produto de sua tese de livre-docência na Universidade de São Paulo, que realiza uma descrição cuidadosa e minuciosa das principais realizações teóricas e clínicas de Ferenczi. Um livro, pois, indispensável para todos aqueles que pretendam mergulhar nas filigranas de tão importante – e imprescindível –, obra que propõe, pela primeira vez na história da psicanálise uma *ética do cuidado*.

No capítulo 1, Kupermann já inicia o seu percurso procurando evidenciar o quanto a proposta analítica de Ferenczi se distingue daquela de Freud. Tomando o caso do “Homem dos Lobos” como exemplo, tenta evidenciar as limitações da técnica freudiana, eminentemente interpretativa, quando o que está em análise é um paciente difícil. Isso porque ela frequentemente se perde

1 P. Roazen. *Como Freud trabalhava: relatos inéditos de pacientes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

2 Fala-se muito da autoanálise de Freud, mas, ao que tudo indica, pelo relato de seus pacientes, não foi suficiente para possibilitar a ele um maior controle de seus afetos contratransferenciais ao longo das análises praticadas. Vale a pena, nesse sentido, ler o relato de seus pacientes – todos tornados psicanalistas, após análise com Freud – nas entrevistas realizadas por Roazen (*op. cit.*).

Alfredo Naffah Neto é psicanalista, mestre em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), doutor em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professor titular da PUC-SP no Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica – núcleo “Método psicanalítico e formações da cultura”. Publicou vários livros e artigos sobre psicanálise e música.

em rumações intelectuais – como se tudo se resumisse à montagem de um quebra-cabeça –, deixando em segundo plano a problemática dos afetos e o tempo necessário à perlaboração do paciente. Assim, Kupermann nos diz:

Uma análise que não respeita o tempo exigido pela perlaboração do paciente se tornará um mero exercício intelectual, cujo resultado será um analisando que sabe muito, mas para o qual o saber adquirido nada acrescentará de significativo para sua experiência existencial (p. 34).

Assim, não é à toa que Serguéi Pankejeff (o “Homem dos Lobos”) tenha tido de passar por outras análises, posteriores à realizada por Freud.

O capítulo 2 do livro inicia, então, a descrição da caminhada ferenciana pela criação da técnica ativa, suas controvérsias e seus limites. Baseada na ideia de que o paciente em análise tem de ser mantido em abstinência de qualquer tipo de gozo e de descarga pulsional, exigindo uma postura ativa – e, por vezes, diretiva – do analista, a técnica ativa peca exatamente por aquilo que havia de insuficiente na técnica freudiana: um desrespeito pelo tempo necessário de perlaboração do paciente. E Ferenczi logo percebe isso, abandonando-a, porém, sem abandonar a importância do princípio de abstinência.

No capítulo 3, Kupermann entra, então, no cerne das descobertas ferencianas, que trazem, novamente, para o foco a importância do trauma na constituição das psicopatologias, em grande parte encoberta nas teorizações freudianas pela ênfase dada às fantasias inconscientes, após a postulação de que as histéricas não tinham, de fato, sido abusadas sexualmente, mas tinham desenvolvido fantasias sexuais³. Resgatar a importância do trauma e da noção de *Verleugnung* – que Kaufmann opta por traduzir por *desmentido* – constitui o cerne da teorização ferenciana, que adentra, então, a problemática da confusão de línguas (a do adulto, da sexualidade genital; a da criança, da ternura e do jogo), da identificação com o agressor/sedutor e da

clivagem defensiva do ego. Em poucas palavras, Ferenczi deparava-se, na sua clínica, com pacientes abusados sexualmente por adultos e/ou submetidos a castigos cruéis ou, mesmo, obrigados a uma maturação forçada e prematura, para cuidar dos pais, em vez de serem cuidados por eles. Como mecanismos de defesa, tinham se identificado com o agressor/sedutor (a fim de internalizá-lo e poder melhor manipulá-lo por meio do processo primário) e realizado uma clivagem defensiva do ego. Além disso, ao buscarem outro adulto como testemunha do seu sofrimento, tinham sido frequentemente desmentidos em suas queixas e relegados à pura solidão. Constituía, assim, um tipo de paciente que viria a ser classificado, mais adiante, como *borderline* (pela escola inglesa) ou como paciente-limite (pela escola francesa).

No capítulo 4, Kupermann trata justamente da guinada da obra de Ferenczi, a partir de 1928, em direção à construção de uma ética do cuidado, na qual os principais conceitos cunhados são os de *tato* e *empatia*. A partir de então, a psicanálise deixa de ser uma busca detetivesca por sentidos encobertos para se montar um quebra-cabeça de peças que ligam a história sexual do sujeito à formação dos seus sintomas, para se tornar, antes de tudo, uma ética do cuidado. Importa mais, a partir daí, que se ofereça ao paciente um bom ambiente terapêutico – mediado pelo tato e pela empatia – e que se respeite o seu tempo subjetivo de perlaboração do que todas as rumações intelectuais interpretativas do analista.

O quinto e último capítulo do livro faz uma bela descrição do método terapêutico de Ferenczi – o último a que ele chegou, depois de várias experimentações –, denominado *neocatarse*. Trata-se, então, de criar condições terapêuticas propícias para que o paciente possa entrar num profundo relaxamento, capaz de propiciar – em função do nível de confiança criado – uma regressão terapêutica. Diz Kupermann:

No *setting*, a neocatarse se manifesta por meio da regressão *thalássica*⁴ e do jogo *compartilhado*, duas balizas do

estilo clínico ferencziano que fornecem a via de acesso aos núcleos clivados do analisando. Desse modo, o processo analítico favorece o exercício da ambivalência necessária para livrar-se da identificação tirânica com o objeto incorporado, condição para a emergência da autenticidade do analisando (p. 20-21).

O capítulo de conclusão retoma, enfim, o percurso realizado e as consequências principais das propostas ferenczianas, em termos psicanalíticos.

De forma geral, podemos afirmar que o livro de Kupermann é bastante bem escrito, tendo

clareza e elegância, possibilitando ao leitor acompanhar as aventuras psicanalíticas de Ferenczi com bastante fluência, mas sem incorrer em superficialidade em qualquer momento do seu percurso. Nesse sentido, serve tanto ao leitor menos conhecedor de Ferenczi e que queira ter uma primeira entrada na sua obra como ao leitor mais experiente, que queira localizar, na obra do psicanalista húngaro, algum tema importante.

Por todas essas razões elencadas, damos as boas-vindas a mais esse volume da Coleção Grandes Psicanalistas, também coordenada por Kupermann e publicada pela Editora Zagodoni.

- 3 Essa ênfase nas fantasias inconscientes – aliada a certa desconsideração pela problemática do trauma – seria seguida e desenvolvida por toda a linhagem kleiniana, incluindo Wilfred Bion.
- 4 “*Thalassa* – ensaio sobre a teoria da genitalidade” foi um artigo importante, escrito por Ferenczi em 1924, no qual retomou teses lamarcianas e afirmou a existência, no ser humano, de uma tendência à regressão ao ambiente aquoso da vida intrauterina, em função de uma suposta condição filogenética humana de ter advindo de um meio aquoso. Muito embora Kupermann associe a proposta ferencziana da regressão terapêutica a teses propostas no artigo citado, tenho uma leitura um pouco diferente. Tendo a ver “*Thalassa*” como um texto anterior à guinada de 1928 e vejo a proposta da regressão terapêutica muito mais associada à noção de *orfa* (*orpha*), cunhada por Ferenczi já no final de sua vida e que designa: “*o conjunto de forças vitais, organizadoras e inconscientes que nutrem as pessoas e as protegem de sucumbir em momentos de graves crises emocionais, [...] uma espécie de inteligência inconsciente superior*” (H. C. Khatuni & G. P. Sanches. *Dicionário do pensamento de Sándor Ferenczi: uma contribuição à clínica psicanalítica contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2009, p. 272). Nessa direção, vejo as regressões terapêuticas ferenczianas como conduzidas pela função *orfa* (mais que associadas à tendência *thalássica*), com a finalidade de possibilitar – graças a um meio terapêutico continente e capaz de referendar e testemunhar os traumas sofridos pelo sujeito – uma *reconstituição do ego cindido* e um *recomeço existencial*. Mas, obviamente, uma leitura não desmerece a outra.

Os prazeres da história bem contada e a alegria da palavra justa

Luís Cláudio Figueiredo

Resenha de Sérgio Telles, *Pecados do mundo*, São Paulo, Editora Patuá, 2019, 113 p.

As 113 páginas do livro de Sérgio Telles são ocupadas por onze contos e mais oito... Oito o quê? Ao ler, senti a alegria da palavra justa e o que me vinha à mente era parecido com o que sinto quando leio as poesias em prosa de Jacques Prévert ou de Francis Ponge. Oito poesias, portanto.

O humor levemente satírico e dramático, por vezes trágico, que encontro em Jacques Prévert estão presentes em quase todas aquelas pequenas peças do bem dizer. Mas há também, em todas elas, aquela capacidade de *dizer as coisas*, não tanto descrevê-las, mais apresentá-las, que é o que me encanta em livros de Ponge, como *Le Parti Pris de Choses*. É esta tomada de partido pelas coisas em uma fenomenologia quase que inteiramente intuitiva que encontro em poesias como “Relógios”, “Metafísica” e, principalmente, “A Mariposa”. Prosa, sim, mas discursividade zero neste dizer as coisas tal como se dão a ver e a pensar na intuição pura.

Mas nem Prévert nem Ponge: Sérgio Telles. Vali-me dessas experiências passadas de leitura apenas para ir me aproximando desta escrita muito original e comunicar aos leitores desta resenha um pouco do meu encantamento.

É uma arte difícil, esta, a da palavra justa, posta com absoluta precisão a serviço das coisas e

das experiências singulares do autor, mas que, justamente pela precisão do dizer, universalizam-se: uma palavra precisa para dizer o tempo, a fugacidade, as perdas, o vazio, a monotonia, as irrelevâncias, a morte, etc., como também a permanência, a compaixão e mesmo a esperança... Se o volume contivesse apenas essas oito poesias, *Dayenu!*, como dizem os judeus em uma reza do Pessach. Um volume fininho, mas que já seria para o leitor atento motivo de alegria e agradecimento: “Não é muito, mas só nos resta agradecer / por esse pouco que nos é concedido”, como lemos em “Chispas” (p. 37).

Mas há também os onze contos em que à alegria da palavra justa se soma o prazer das histórias bem contadas: personagens e enredos inventivos, bem armados e bem narrados, com aquela economia de recursos que caracterizam as oito poesias em prosa.

Anton Tchekhov¹ recomendava cortar o primeiro e o último parágrafos do conto antes de considerá-lo pronto para publicação. Não me dão exatamente esta impressão os contos de *Pecados do Mundo*. Mas, apesar de Sérgio Telles não haver seguido à risca o conselho do mestre russo, seus contos me transmitem justamente essa impressão de inesperado, contingência, absurdo, incompletude que talvez fosse o pretendido por Tchekhov ao deixar suas histórias sem começo nem fim. Elimina-se com esse procedimento a ideia de uma verdadeira conclusão: como a vida, os contos terminam, mas sem se concluírem, pelo menos sem a conclusão que daria lugar a uma “moral da história”, como em uma fábula edificante. Aí seria onde os escritores mentem mais, conforme nos conta Ivan Búnin. Sérgio Telles mantém-se no campo da verdade: “Verdadeira demonstração de Fé” termina no vazio, deixando o próprio título arder na ironia cáustica; o mesmo ocorre, de certa forma, em outro conto, “Animais portentosos”; já “Brilho no olhar” (outro título desconcertante), “termina mal”, mas em um mal completamente inesperado e contingente; há histórias em que se constrói um personagem memorável, inconsistente e totalmente esquecível, como o César de “A impenetrável opacidade das coisas”.

O tema das mortes nos assombra de diferentes modos, figuras e lugares e comparece em diversas histórias, em especial em “Um ar embalsamado”, em que o perfume da mãe – *Un air embaumé* – vem associado à cega corrida de um pequeno Édipo inebriado, fascinado e acuado pelo perfume para o buraco negro materno (escrevo isso constrangido, por enfiar um aroma de psicanálise onde não era chamada, onde o cheiro dominante é outro, o cheiro da mãe sensual e o cheiro da morte). Mortes de mãe e de pai estão no centro de algumas narrativas, como “Inconfidências” e “A última vez que minha mãe morreu”. E os temas do inesperado e do incerto igualmente nos perseguem, como no conto que dá título ao livro, “Pecados do mundo”, que termina com a não conclusão: “No mundo parecia vigorar uma grande desordem e o menino vagava atarantado, sem ter a quem recorrer, temendo a longa estrada que tinha pela frente” (p. 53). É nessa longa estrada que temos pela frente – se tivermos a sorte de continuar envelhecendo – que os contos de *Pecados do mundo* nos deixam, temerosos e atarantados.

A vontade é grande de continuar comentando um a um cada um dos onze contos, mas o espaço de uma resenha não comporta tanto. Porém, que fique registrada a ideia de que, tornando ainda mais precária e impossível uma conclusão, os términos a rigor não terminam: abrem-se sempre, para algo além, um além de absoluta trivialidade, como ao término de “A última vez que minha mãe morreu”, em que a morte da mãe e as desavenças familiares se encerram quando “Deixei-o acertando as contas com as cuidadoras e fui ajudar os homens da mudança a carregar os móveis” (p. 113). Ao contrário de Tchekhov, Sérgio

Telles não corta a mentira dos últimos parágrafos, mas os esvazia para se manter rente à verdade. O final de “A última vez que minha mãe morreu” nos faz lembrar da poesia “Metafísica”: “Tudo isso, num determinado momento futuro, terá irrevogavelmente desaparecido. Aí então, você pega a toalha, se enxuga e vai tocar a vida” (p. 56). É também o que ressoa do início ao fim em outra poesia, “Previsão”, que começa dizendo: “Tirando um ou outro coração machucado / tudo continuará igual / quando eu não estiver mais aqui” (p. 83).

Já falei das poesias e dos contos. Mas há mais: há a composição do livro entremeando contos e poesias e sempre carregando-nos pela alegria e pelo prazer em meio a territórios incertos quando não sombrios e fantasmagóricos.

Tanto nas poesias como nos contos, há sempre, em cada peça, uma dimensão reflexiva, mas é certamente dessa composição híbrida que ressalta a força de reflexão da escrita de Sérgio Telles.

Vai aqui uma confissão: ao receber o pedido para escrever uma resenha do livro de contos de um psicanalista, sendo eu psicanalista, affigi-me. Adoro ler, leio continuamente romances, contos, poemas, justamente para não pensar em psicanálise! Será que ia ter de enfiar psicanálise nesta resenha, estragando minha experiência de leitura? Mas não. A alegria das palavras justas e o prazer das histórias bem contadas, quando se aliam à reflexão produzem, exatamente o que se espera de uma boa psicanálise sem que nenhuma teoria seja forçada e trazida de contrabando.² Aliás, é disso mesmo que se trata em uma sessão: teorias fora daqui! Ideias psicanalíticas, deixem o espaço livre para as experiências e as coisas serem *intuídas, ditas, pensadas, refletidas!* É assim que nossas experiências emocionais e cognitivas – que incluem nossa condição corporal – podem ir sendo interminavelmente significadas, elaboradas, transformadas. Ler é minha particular estratégia para a autoanálise interminável, e um livro como *Pecados do mundo*, pela qualidade da escrita e pela inteligência literária de que dá testemunho, para mim, é puro mel, um tônico de vida e esperança.

1 A sentença “Depois de se escrever um conto, deve-se cortar o início e o fim. É aí que nós, escritores, mais mentimos” foi recolhida por Ivan Búnin em *Tchekhov. Recordações de um contemporâneo*, publicado em russo pela primeira vez em 1955, em Nova York (Estados Unidos). Devo essa informação a Samuel Titan Jr., a quem agradeço.

2 Quando me lembrei do Édipo, por exemplo, ao comentar “Um ar embalsamado”, foi completamente sem querer, mas ainda assim quase pedi desculpas.

Luis Cláudio Figueiredo é psicanalista, membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ) e professor da Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP)

Há mais: quando se encerram as 113 páginas de poesias e contos, vem mais uma. Passa meio despercebida e só dei com ela em uma segunda leitura, mas é indispensável, conforme reconheci na terceira vez que li o livro para escrever esta resenha. Nessa página sobressalente, Sérgio Telles fala de seu amor à literatura e de sua convicção de que ficção e poesia não se tornam menos importantes em tempos crispados pelas polarizações odientas que obstruem o espaço para pensar com

clareza sobre si e sobre o mundo. Ao contrário: “É que ele [refere-se ao editor Eduardo] como eu, acreditamos que, sem se refugiar nas torres de marfim, a literatura é a guardiã da imprescindível lucidez que deve ser mantida a qualquer custo” (p. 114).

Peço licença para fazer parte dessa seleta confraria e convido meus leitores a nela também ingressar: Viva a literatura! Viva a psicanálise! Viva a condição humana e nossos trabalhos!

Psicanálise implicada

Any Trajber Waisbich

Resenha de Márcio de Freitas Giovannetti.
*Clínica psicanalítica: testemunha
e hospitalidade*, São Paulo, Blucher, 2019,
175 p.

O que mais chama a atenção ao longo do livro de Márcio de Freitas Giovannetti é que, a cada momento, o autor se repensa, enquanto psicanalista. Por essa razão, seus artigos não apresentaram conclusões fáceis. Ousadia de um pensador que, apoiado em autores para além de sua área de conforto, introduz no corpo da teoria psicanalítica a função do analista como *testemunho*, termo utilizado por Giorgio Agamben para definir esse papel fundamental na historização do sofrimento humano. Mostra que o trabalho evocado por Primo Levi e levado adiante por Agamben é pleno de significado também ao ser considerado em relação ao fazer psicanalítico, ultrapassando fronteiras delimitadas.

Giovannetti nos diz que o analista deve se surpreender ao constatar que a tradição impede o pensamento; com isso, deve procurar sair da área de conforto do já pensado, o que não é tarefa fácil. *Área de conforto*: o termo por traz de seu pensamento que expressa, por oposição, o desassossego assumido como perspectiva.

O autor dispõe-se a percorrer um território virgem de toda análise, deixando-se levar por

aquilo que está vivo no conteúdo das sessões, sem prever seu percurso. Leva-nos a nos perguntarmos até que ponto nossa escuta analítica pode ser inovadora, quando não há sinalizações precedentes. Questiona hábitos sombreados por condutas repetitivas e sustenta a imprevisibilidade em cada ato, que por sua vez corresponde à ideia emblemática do fazer psicanalítico para um pensador que se considera esgotado em relação à prática que não leva a descobertas criativas.

Giovannetti faz referência a psicanalistas cujos escritos, a seu ver, fazem coro à empreitada que propõe e, ao mesmo tempo, discute com eles. Por exemplo, compartilha conosco o seguinte:

[...] concordo plenamente com Green, porém, acrescento: somente o espaço da transicionalidade sinalizado por Freud, conceituado só cinquenta anos depois por Winnicott, pela ruptura com o modelo rígido e radical de doença e saúde é que poderá ajudar tanto o analista quanto o paciente a se aproximarem da imensa perplexidade que a experiência da vida nos impõe (p. 44).

É verdade que o autor não abre mão das ideias de inconsciente, de transferência, de interpretação, de *setting* interno do analista e dos sonhos. No entanto, considera que todo o resto pode ser contestado. Além daqueles, também coloca suas concepções a dialogar com o novo e o inusitado, auxiliado por teóricos de outras áreas do conhecimento. Por exemplo, em “Esboço para uma cena primária e para uma cena analítica no início do séc. xx” (p. 25), menciona Jean Baudrillard (p. 27) e Paul Virilio (p. 28) como interlocutores.

Vamos acompanhando no livro a tarefa nada simples do psicanalista, que se depara com leituras *viciadas* das teorias, inúmeras vezes utilizadas durante pouco mais de um século. Observar o novo no velho é trabalho para especialista em sofrimento humano, e não há nada de diletantismo ao longo das 175 páginas.

Na coletânea de textos, escritos ao longo de uma vida profissional, encontramos artigos que se complementam, numa coerência reflexiva,

e outros que mostram novas tomadas de posição. Diríamos que se trata de uma obra de um errante das letras com a curiosidade de cientista, se não percebêssemos o trabalho sendo elaborado com base na construção de prototeorias a respeito de cada paciente, teorias que devem ser refeitas a cada momento. Nada de moldar o analisando, é a posição reafirmada.

Não vou me ater a todos os capítulos, até porque tiraria um pouco do mistério narrativo do livro. Embora não tenha selecionado nenhum deles com um critério específico, destaco “Sobre a função testemunho em psicanálise” (p. 17), no qual aparece a contundente frase que designa a função por excelência do psicanalista: “aquele que atravessou e viveu uma experiência até o final e pode, portanto, dar testemunho disso” (p. 17).

No artigo “Da transição do nome próprio à fala outra: revisitando a psicopatologia da vida cotidiana” (p. 36), o autor enfatiza a incapacidade do analista em acompanhar pacientes cada vez mais criativos; também denuncia essa fragilidade quando situações inusitadas se apresentam: “Como que reagindo às modificações da história... o paciente de que tratam as novas teorias psicanalíticas... é o homem dividido. Cindido, explodido” (p. 39).

Em outro capítulo, intitulado “Instinto: da teoria da autoconservação à teoria da mortalidade” (p. 44), encontramos a crítica de modos de entender a ideia da pulsão de morte que parecem qualificar a pulsão como *advinda do mal*; cito o autor: “É importante notar como o impacto da conceitualização do instinto de morte se reflete na produção teórica e na prática psicanalítica até o presente quando é tratado basicamente como agressão, ou autoagressão qualificado e identificado com o mal, numa forma maniqueísta de ver o mundo” (p. 54).

Já no artigo “O término do processo psicanalítico: rimas e rumos” (p. 57), o autor direciona o olhar para a abordagem do temor da morte nas análises. Diz ser um *mal olhar*, porque analistas tendem a não lidar com as idealizações, principalmente em se tratando das análises didáticas.

Essa tendência, aponta o texto, leva a uma institucionalização da conceitualização do que seja uma análise completa: “Impossível falar do término de uma análise isoladamente. Ele é uma consequência e uma decorrência de seu percurso: como a própria vida, alguns percursos mais bem-sucedidos que outros, dependendo do ponto de vista adotado” (p. 64).

Nos artigos sobre instituições, como “O divã e a Medusa” (p. 95), Giovannetti ironiza o aprisionamento dos profissionais, a fidelidade ao pai da horda primitiva, pai sempre ameaçador para todo aquele que questiona escolas. Seriam como filhos assustados por não conseguirem matar o pai devorador de pensamento. Como consequência, estabelecer-se-iam famílias *institucionalizantes*, impositivas de um trabalho efetivo, tornando-se obstáculos para o conhecimento e a liberdade.

Outro texto instigante é aquele que relata o percurso de uma análise pela internet – “Hospitalidade na clínica psicanalítica hoje” (p. 128) – e repensa o *setting* como o lugar do encontro, atravessando as fronteiras do estabelecido: “É absolutamente revelador que estas construções caminhem em paralelo com a construção ou desconstrução de um setting analítico possível, não clássico” (p. 134).

O autor revisita teorias psicanalíticas, incluindo achados contemporâneos que têm um papel fundamental na compreensão do mundo em que vivemos. Olha em volta e sai do consultório. Entra nas instituições, estuda seu caráter conservador e discrimina seu impacto na psicanálise, sem se esquecer de sua função agregadora e promotora de conhecimento compartilhado com outras instituições, como diz no artigo “Sobre a natureza e a função do currículo na formação analítica”: “Se não temos em nosso quadro docente colegas que sejam capazes de coordenar seminários nessas áreas, o instituto poderia fazer parcerias com a universidade...” (p. 110).

Descreve como a função do currículo está imbricada com a constante necessidade de atualização, argumentando que a permanência na instituição não leva a nada, caso o conhecimento

se torne estanque e impeditivo de algo transformador.

Muito antes de se tornar um tema atual na formação da Sociedade de Psicanálise, o autor já refletia sobre as dificuldades que tornam a escrita de relatórios tão penosa para muitos membros filiados. Para ele, escrever é se apresentar, deixar sua assinatura e atestar sua mortalidade: “No ato da escrita, ato solitário por excelência, a palavra se encontra em seu estado agonizante, é letra quase morta, por assim dizer, e seu poder comunicativo precisa ser resgatado... Na escrita é a ausência do outro que deve ser tolerada” (p. 77-78).

Por fim, no artigo “Uma questão hamletiana” (p. 79), o autor descreve o modo pelo qual Wilfred Bion questiona o sinal de oscilação na equação kleiniana que implica em fazer com que o paciente atinja a posição depressiva no fim de cada análise. Propõe colocar autores *em conversa* como

recurso para que cada analista possa se afastar de seu analista de formação.

A obra, não por acaso, inaugura o projeto de uma coleção voltada para a produção intelectual de psicanalistas ligados à Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), com curadoria de Marina Massi, uma especialista em trazer a memória e a história viva da instituição para o centro das discussões. Como se não bastasse, a introdução está a cargo de Cecília Orsini, estudiosa dos textos psicanalíticos, que os esmiúça com rigor e isenção.

Com tantos temas e tópicos, a leitura do livro de Giovannetti se faz necessária, sobretudo, para aquele que se deixa surpreender pelo inusitado da psicanálise, ciência antropológica que não explica nada e que se produz na interface da clínica com a teoria, desde que esta seja desvinculada de uma formação escolástica.

O noturno de todos nós: o conto-sessão

Miriam Chnaiderman

Resenha de Rodrigo Lage Leite, *O búfalo no laranjal*, São Paulo, Ed. Patuá, 2018, 99 p.

194

PERCURSO 63 : dezembro 2019

Um psicanalista escreve um lindo livro de contos. Um psicanalista que é contista ou um contista que é psicanalista? Sempre pensei que a literatura de modo específico e a arte mais amplamente muito teriam a dizer sobre o ofício do psicanalista. Nós, psicanalistas, trabalhamos com a fala, mas buscando o afeto, a pulsão. Esse não dito, esse silêncio que permeia a palavra, essa busca do desenho da palavra, da origem da linguagem, é isso que borbulha em nossa escuta. Uma escuta do não dito. Uma escuta de dois canais de rádio simultâneos, esse ruído imperscrutável porque múltiplo, em que manifesto e latente estão sempre simultaneamente presentes no esfumaçamento de uma atenção flutuante que se esparrama como neblina.

Há aqui uma inversão de vetores: não é mais a psicanálise que tem a verdade sobre a obra artística; pelo contrário, aprendemos muito da psicanálise e nos transformamos a partir de nosso mergulho na arte e no mundo. No questionamento dos parâmetros cotidianos perdemos permanentemente o chão rígido onde muitas vezes nos movemos. É preciso suportar o lodaçal, é preciso suportar os ondulares borbulhantes e, por vezes, assustadores do mar. A água escorre e muitas vezes refresca.

Rodrigo Lage Leite sabe disso. E é como escritor que lança seu surpreendente livro de contos

O búfalo no laranjal. É um livro de contos. Quem lê o livro desavisadamente está lendo um livro de contos. E é um lindo livro de contos. De fato, não precisamos saber que ele é psicanalista. Mas, como sei que Rodrigo é psicanalista, o livro me despertou inúmeras reflexões sobre a relação entre psicanálise e literatura. Pois, em sabendo da inserção do autor, surpreende a riqueza de sensações e as múltiplas possibilidades de linguagem que a escrita vai propiciando. A escuta psicanalítica não teria também a ver com a escrita? Em livro que publiquei baseado em meu mestrado, *O hiato convexo: literatura e psicanálise*¹, na minha busca que perdura até hoje de compreender o que constitui a escuta em psicanálise, eu propus que o psicanalista deveria ler como um poema a fala de seu paciente. Eu afirmei, em artigo que é uma síntese do livro:

É sobre estas questões que gostaria de pensar, sobre a convergência entre literatura e psicanálise, pois penso que, ao nível do que é específico da escuta psicanalítica, há algo que tem a ver com a produção literária em geral. Se assim for, a literatura poderia esclarecer-nos sobre o que constitui a escuta psicanalítica.²

O livro *O búfalo no laranjal*, enquanto literatura, e na radicalidade de uma escrita, faz pensar sobre a escuta psicanalítica. Muitas vezes, em diferentes contextos, indaguei-me sobre a especificidade dessa escuta. No que ela diferiria de um papo entre amigos ou em mesa de bar... Sempre pensei que transformamos o discurso em imagem; é preciso ter uma escuta que olha. O psicanalista transformaria a fala em uma sessão de análise, em uma escritura. Escritura no sentido que Jacques Derrida desenvolve³, escritura enquanto possibilidade de instituição de qualquer linguagem. Na sua escrita que produz deslocamentos na ordem do mundo, Rodrigo quebra um ordenamento que banaliza nosso cotidiano. Tratando muitas vezes de paisagens cotidianas, introduz a estranheza. No dia a dia, o olhar que busca o que não é visto. E que, se é visto, é apagado. O conto que abre a coletânea é lindo exemplo. Madruga, figura de

uma rua que só tinha como eira e beira as flores na calçada. Observada maldosamente, monstruosamente pela vizinhança medíocre. Cito esse trecho:

Foi quando não mais se aguentavam nos seus suores as velhas onanistas Carlota e Ermelinda e o velho Narciso afogado Malaquias e então veio o carro do cabo Valmir que tentou primeiro uma abordagem discreta a fazer dispersar a velha Madruga da calçada limpando de dúvida limpando de horror de medo e desespero a calçada calma secularmente calma da arruda alvim e ao perceber que a velha Madruga não entendia e que a mendiga perplexa apática afásica muda e triste não compreendia a ordem... (p. 16).

No fluxo, na ausência de pontuação, o discursivo é explodido em uma falta de ar insuportável que vai nos invadindo. A linguagem é ultrapassada em direção a sensações de dor e perplexidade.

Assim é no decorrer do livro, em cada um dos contos. Nesse primeiro conto, o comum de uma cidade onde quem se recorta é sufocado. Mas somos nós os sufocados. Lembro-me de um texto de Rodrigo que li no Facebook, em que conta de sua caminhada pelo centro depois do incêndio e desabamento daquele prédio/ocupação no Largo Paiçandu, centro de São Paulo (SP). É muito tocante. Rodrigo transforma-se na dor daqueles que acamparam em torno de seu antigo lar. Assim faz com todos os personagens de seus contos. Conseguimos viver, nós, cada um dos personagens. Há uma comunhão leitor/escritor/personagem.

Derrida muito nos ensina, ao realizar uma importante crítica à linguística e a um fonetismo vigente a partir de Saussure, propondo a

gramatologia como o trabalho com a escritura, condição da possibilidade de instauração de qualquer signo. A escritura sempre ameaçaria ao trazer a questão do corpo como constituição de seja lá o que for. Rodrigo expõe seu corpo em sua escritura e traz para primeiro plano o corpo de todos nós. Derrida realizou importante ensaio sobre Stéphane Mallarmé, “La double séance”⁴, em que afirma uma escritura dos gestos que seria inaugural: o mímico inicia uma página branca. Para Mallarmé, analisado por Derrida nesse ensaio, a mímica está mais perto dos princípios do que qualquer outra arte. O mímico não imita nada nem tem um referente anterior, ele é o próprio movimento da verdade. A verdade deixa de ser a adequação entre a representação e a própria coisa, entre aquele que imita e aquilo que é imitado: o mímico é um duplo de nada, é um espelho sem realidade, o que leva à desconstrução da própria noção de verdade, pois a verdade é que deve ser compreendida, contida nesse processo de um remeter infinito de duplos que duplicam duplos. Quando não há significante que implique um significado, quando o signo deixa de ter um referente, operar com signos deixa de ter como parâmetro a noção de verdade como adequação do signo ao referente.

Se o branco é constituinte daquilo que nos estrutura, poderíamos entender esse branco como a possibilidade de articulação de qualquer linguagem. É onde a literatura e as artes nos guiam como psicanalistas, explicitando o que fazemos em nossa escuta.

Rodrigo opera com esse branco em todos os seus contos. Sempre uma surpresa, algo que irrompe e tira o chão. Temas tabus se transformam em histórias de todos nós. O aborto, o sexo, a solidão, o câncer. O estranho se cotidianiza e o monstro se torna inseto a ser espatifado em noites de insônia. A escolha de trabalhar com contos deixa tudo isso mais em evidência. Monique Schneider tem um lindo ensaio sobre o conto, intitulado “O tempo do conto e o não tempo do inconsciente”⁵, ao qual tive acesso em versão divulgada pelo Departamento de Psicanálise do

1 M. Chnaiderman. *O hiato convexo: literatura e psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

2 M. Chnaiderman. Narrativa e imagem, movimentos do desejo. *Percurso*, n. 1, 1988; n. 35, 2005.

3 J. Derrida. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

4 J. Derrida. La double séance. In *La Dissémination*. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

5 M. Schneider. O tempo do conto e o não tempo do inconsciente. São Paulo: Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 1991.

Miriam Chnaiderman é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise, doutora em artes, documentarista.

Instituto Sedes Sapientiae, quando de sua vinda ao Brasil, em 1991. Afirma que no conto ocorreria “um estilhaçamento dos modos do discurso”, na medida em que se constitui entre o texto e a fala viva. O conto sempre desafiaria a tradição racionalista, segundo Schneider. Para ela, buscar o tempo do conto é ir contra “os movimentos de inspiração estruturalista”, “um combate de ‘Logos’ contra ‘Cronos’”. Acompanhada de Roland Barthes, Schneider fala que “isso que chamamos de tempo não existe, ou no mínimo, só existe funcionalmente, como elemento de um sistema semiótico: o tempo não pertence ao discurso propriamente dito”. Há um tempo submetido à lógica do pesquisador. Afirma: “assistimos ao combate do herói Logos contra qualquer monstro temporal que traz em seu seio um risco irreduzível de indiferenciação. O conto está ligado à infância e ao adormecer, a uma temporalidade que corre o risco de submergir ao noturno”.

“A noite escapava da sala e inundava a fazenda inteira. A noite começava dentro dela e se espalhava.” (p. 27). Assim começa o conto “O rondó da prisioneira”. Nesse início está condensada a escolha de Rodrigo pelo trabalho com contos. A escolha de submergir ao noturno. Assistimos a assassinatos de sapos, coelhos, figuras de nossa mitologia infantil. Nossa argamassa cotidiana em

escutas de falas que se tornam contos em nossos consultórios.

O terror, o terror noturno tornado realidade em conto atroz. No conto “Livros”, uma mulher com câncer vai ao encontro do marido e do médico e, na noite, vê sua casa assaltada. Um câncer não é um terrível assalto à vida? O simbólico tornado real. Afinal, toda arte seria um rasgo no simbólico em direção ao real.

O último conto, que dá nome ao livro, nos fala de um “laranjal indomável”. Em quadro de Goya, “o búfalo estático sob o olhar assombrado de uma espanhola obesa” (p. 98). Afirma Rodrigo: “O laranjal eu”. Uma laranja descivilizada: “e eu risonho e leve numa gargalhada alegre e alta que estuprava o mundo e mijava acre risonho sonoro sobre fileiras fileiras fileiras de laranjas esmagadas a produzir insuportável ansiedade em inigualável suco” (p. 99).

Rodrigo não teme suas fantasias. E isso é condição primeira para ser psicanalista. É como se, no trabalho com a ficção e a literatura, preparasse o laranjal de seu ofício de psicanalista. Assim explicita o que é ser psicanalista. Mergulhado nas trevas de seus fantasmas, prepara-se para os contos-sessões de seu cotidiano. Rodrigo brilha como laranja descivilizada, na sua clínica e na sua escrita.

Colaboradores deste número

Adela Stoppel de Gueller

Rua Dr. Homem de Melo, 736
05007-002 São Paulo SP
Tel.: (11) 3865-2370, (11) 3864-8702
adela@gueller.com.br

Alexandre Saadeh

Rua Domício da Gama, 92
05015-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3864-1782, (11) 99588-7015
alexandre.saadeh@hc.fm.usp.br

Alfredo Naffah Neto

Rua Dr. Alceu de Campos Rodrigues,
309, cj. 73
04544-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3045-3082
naffahneto@gmail.com

Ana Claudia Patitucci

Rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873-3457
anapatitucci@hotmail.com

Ane Marlise Port Rodrigues

Rua Carvalho Monteiro, 234, cj. 606
90470-100 Porto Alegre RS
Tel.: (51) 3332-2506
anemprodrigues@gmail.com

Any Trajber Waisbich

Av. Brig. Faria Lima 2013, cj. 9F
01452-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 98331-5537
anytw@uol.com.br

Audrey Setton Lopes de Souza

Rua Fradique Coutinho, 1945
05416-012 São Paulo SP
Tel.: (11) 3813-2131
asetton@uol.com.br

Augusto Stiel Neto

Rua Dr. Tomas Carvalho 780, ap. 91
04006-002 São Paulo SP
Tel.: (11) 99432-9948
astiel@gmail.com

Bela M. Sister

Rua Maranhão, 584/42
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666-6443
belasister@terra.com.br

Caroline Yu

Rua Ambrosina de Macedo, 152
04013-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 99668-4235
shanyuin@gmail.com

Cassandra Pereira França

Av. André Cavalcante, 131, ap. 701
30441-014 Belo Horizonte MG
Tel.: (31) 3409-5027, (31) 99618-2818
cassandrapfranca@gmail.com

Cláudia Sagula

Rua Austrália, 523
06345-300 Carapicuíba SP
Tel.: (11) 99675-2535
clodesagula@uol.com.br

Cristina Parada Franch

Rua João Moura, 647/103
05412-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081-4386
crisfranch@uol.com.br

Danielle Melanie Breyton

Rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873-3457
danibreyton@gmail.com

Deborah Joan Cardoso

Rua Inácio Pereira da Rocha, 142, cj. 305
05432-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3032-1385
deborah@santacruz.g12.br

Deivison Mendes Faustino

Rua João Bolognesi, 548
09121-000 Santo André SP
Tel.: (11) 98684-5404
sdeivison@hotmail.com

Eliana Rache

Rua Bélgica, 322
01448-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 9980-4844
elianarache@gmail.com

Heloisa Silva

Rua IQUITOS, 108
05444-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 97681-8000
helo.silva@gmail.com

Kairú NKosi

Tel.: (11) 98300-9415

Liliana Empanan

Rua Apinajés, 1709
01258-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 99203-3891
lilianaempanan@gmail.com

Lisette Weissmann

Rua Araguari, 817, cj. 91
04514-041 São Paulo SP
Tel.: (11) 99431-6233
lisettewbr@gmail.com

Luís Claudio Figueiredo

Rua Alcides Pertiga, 65
05413-100 São Paulo SP
Tel.: (11) 3086-4016/3083-3731/99942-2168
lclaudio.tablet@gmail.com

Margarida (Kika) Melhem

Rua Dr. Homem de Melo, 407/12
05007-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 98182-4688
kikamelhem@gmail.com

María Cristina Rojas

Manuel Ugarte, 2418 3ro A.
Ciudad Autónoma de Buenos Aires CP
1428
Tel.: +54 9 11 6712 9937
mcrojas51@gmail.com

Maria de Lourdes Caleiro Costa

Av. Paulista, 509, cj. 05
01311-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 99271-2485
lourdescosta@uol.com.br

Maria de Lourdes Turbino Neves

Rua Los Angeles, 775
78070-400 Cuiabá MT
Tel.: (65) 99982-3280
mariaturbino@terra.com.br

Maria do Carmo Vidigal Meyer
Dittmar (Lila)

Rua Jericó, 255, cj. 93
05435-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 99970-4699

Maria Lúcia da Silva

Av. Dr. Arnaldo, 2083
01255-050 São Paulo SP
Tel.: (11) 99152-5885
lucia@ammapsique.org.br

Maria Teresa de Melo Carvalho

Rua Bambuí, 25/1600
30210-490 Belo Horizonte MG
Tel.: (31) 99985-7082
mtmelo62@gmail.com

Marilza de Souza Martins

Rua Havaí, 62
01259-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 99329-0515
marilmartins@hotmail.com

Marina F. R. Ribeiro

Av. Prof. Mello Moraes, 1721
05508-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3091-1960
marinaribeiro@usp.br

Mario Pablo Fuks

Rua Angatuba, 646
01247-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3259-0922
mfuks@uol.com.br

Martha Gambini

Tel.: (11) 99981-1157
marthagambini@gmail.com

Miriam Chnaiderman

Rua Maranhão, 620, cj. 144
01240-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3666-4537
chnaide@uol.com.br

Noemi Moritz Kon

Rua Augusta, 2445, cj. 02
01413-100 São Paulo SP
Tel.: (11) 3083-6193
noemi.m.kon@gmail.com

Pablo Castanho

Av. Prof. Mello Moraes, 1721, Bloco F
05508-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3091-1963
pablo.castanho@usp.br

Renato Mezan

Rua Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo
Tel.: 3081-4851
rmezan@uol.com.br

René Roussillon

12, Quai de Serbie
69006 Lyon França
rene.roussillon@wanadoo.fr

Sérgio Telles

Rua Maestro Cardim, 560, cj. 194
013123-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3283-5767
setelles@uol.com.br

Silvio Hotimsky

Rua Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862-7743
silviohotimsky@hotmail.com

Thiago P. Majolo

Rua Itapeva, 202, cj. 63
01332-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 99969-4828
tmajolo@gmail.com

Vania Prata

Rua Dr. Diogo de Faria, 363
04037-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 5082-4194
vaniaprata@terra.com.br

William Zeytounlian de Moraes

Alameda Eduardo Prado, 793, ap. 23
01218-012 São Paulo SP
Tel.: (11) 99258-5378
w.zeytounlian@gmail.com

Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na Revista *Percurso* pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os artigos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecedidos por duas páginas contendo, separadamente, os seguintes dados:

♦ **PÁGINA 1:**

Título e nome do autor, sua qualificação (como deseja ser apresentado ao leitor), endereço (incluir CEP), telefones (incluir DDD) e e-mail.

♦ **PÁGINA 2** (não se aplica a resenhas):

Resumo do artigo enviado, com até cinco linhas, em português, e traduzido para o inglês, com redação ou revisão feita por um profissional da área. Enviar igualmente até seis palavras-chave, em português e inglês.

♦ **NA ÚLTIMA PÁGINA**

Deve figurar o número exato de caracteres do texto, inclusive espaços (limite de 35.000 caracteres+espaços para artigos; 20.000 caracteres+espaços para resenhas), e a data de envio do artigo ou da resenha para a revista.

♦ **TODAS AS PÁGINAS**

Devem incluir número de página no canto superior direito, e, no cabeçalho, o título do trabalho.

2. A página de rosto é destacada quando o artigo é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor. Portanto, para identificar de qual artigo se trata, o título deverá ser repetido no cabeçalho de todas as páginas do artigo.

3. Os artigos deverão ser entregues em nove cópias impressas, pessoalmente ou por correio (não é necessário ser via Sedex), à Secretaria do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, aos cuidados de Cláudia Dametta, Rua Ministro Godoy, 1484, cep 05015-900, São Paulo SP, Brasil. Não serão aceitos trabalhos enviados por e-mail.

4. As resenhas devem ser encaminhadas, via email, ao Conselho Editorial de Resenhas:

Camila Salles – camila_salles@uol.com.br;
Sergio Telles – setelles@uol.com.br;
Susan Markuszower – susanmark@uol.com.br;
Elisa Maria de Ulhoa Cintra – elcintra01@gmail.com;
Renata Cromberg – renatauc@uol.com.br;
Janaina Namba – janaina.namba@yahoo.com.br;
Pedro Mascarenhas – Pedro.mascarenhas@gmail.com.

5. Todos os textos serão analisados em detalhe pelo ple-nário do Conselho Editorial de Artigos ou do Conselho Edi-

torial de Resenhas. O Conselho Editorial de Artigos poderá, eventualmente, solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres. Uma vez aceito o trabalho, um membro destes Conselhos Editoriais transmitirá ao autor do artigo ou resenha eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, a fim de adequá-lo aos padrões da revista.

6. Os artigos enviados devem ter até 35 mil caracteres (com espaços), incluídas as notas de rodapé e não incluídas as referências bibliográficas do final. As resenhas devem ter até 20 mil caracteres (com espaços). Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas de publicação, antes de qualquer avaliação.

7. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por *Percurso*:

♦ **DESTAQUES:**

O que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.

♦ **INTERTÍTULOS:**

Colocar intertítulos para facilitar a leitura.

♦ **PALAVRAS ESTRANGEIRAS E TÍTULOS DE LIVROS:**

Devem vir em itálico, sem aspas, quando mencionados no texto.

♦ **TÍTULOS DE ARTIGOS:**

Devem vir entre aspas, em estilo normal, sem destaque;

♦ **CITAÇÕES:**

Devem vir entre aspas, com chamada de nota de rodapé contendo a respectiva referência bibliográfica. As citações de até três linhas devem ser incluídas no corpo do texto; citações de quatro linhas ou mais devem ser destacadas do texto, em parágrafo escrito em fonte menor.

8. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado abaixo:

♦ **NOME DO AUTOR:**

Em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.

♦ **CAPÍTULOS DE LIVROS:**

Título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem, cidade, editora, ano de publicação e página citada precedida apenas da letra “p.” Exemplo: N. Bleichmar e C. Bleichmar, “Os pós-kleinianos: discussão e comentário”, in *A Psicanálise depois de Freud*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1994, p. 286. Para livros sem menção a capítulo, apenas o título do livro em itálico, cidade, editora, ano de publicação e página.

♦ **ARTIGOS DE REVISTAS OU PERIÓDICOS:**

Título entre aspas, seguido do nome da revista em itálico, indicando número ou volume, local de publicação, ano e página citada. Exemplo: R. Zygouris, "O olhar selvagem", *Percurso* n. 11, São Paulo, 1993, p. 12. (Não se usa *in* antes do nome de um periódico).

♦ **TEXTOS CITADOS MAIS DE UMA VEZ:**

A partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder, *A arte de formar*, Petrópolis, Vozes, 2002, p. 45; segunda citação, Marcia Neder, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2009; p.70; terceira citação, Bacha, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Bacha, *A arte...*, p. 134; e assim sucessivamente.

♦ **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

Ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos: Levisky, D. *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007; Mezan, R. *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

♦ **PARA RESENHAS:**

Título da resenha, seguido da expressão "Resenha de", nome do autor, título da obra em itálico, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo: Freud, o fio e o pavio – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicoses: primeiros estudos*, Rio de Janeiro, Xenon, 1994, 274 p. O nome, qualificação, endereço, telefone e e-mail do resenhador devem vir no final do texto, seguindo o solicitado no item 1 destas Normas. Colocar na página de rosto as palavras-chave da resenha: não é necessário apresentar resumo ou abstract.

9. Procedimentos finais:

♦ **PARA ARTIGOS:**

Uma vez atendidas as recomendações do Conselho Editorial de Artigos, o artigo finalizado deve ser enviado, via e-mail, para o seguinte endereço virtual: artigos.percurso@gmail.com. O próprio Conselho Editorial se encarregará de encaminhar o arquivo definitivo do artigo para a Coordenação Editorial. Uma cópia impressa deve ser entregue/encaminhada pelo autor à Coordenação Editorial, aos cuidados de Renato Mezan - Rua Amália de Noronha, 198, CEP 05410-010, São Paulo, SP. Se o envio for via correio, pede-se que não seja Sedex, e sim correspondência simples.

♦ **PARA RESENHAS:**

Uma vez atendidas as recomendações do Conselho Editorial de Resenhas, o texto finalizado deverá ser enviado, via email, para:

Camila Salles – camila_salles@uol.com.br;

Sergio Telles – setelles@uol.com.br;

Susan Markuszower – susanmark@uol.com.br;

Elisa Ulhoa Cintra – elcintra01@gmail.com;

Renata Cromberg – renatauc@uol.com.br;

Janaina Namba – janaina.namba@yahoo.com.br;

Pedro Mascarenhas – pedro.mascarenhas@gmail.com,

que se encarregará de encaminhar o arquivo definitivo da resenha para a Coordenação Editorial.

10. Uma vez publicado o número, cada autor receberá cinco separatas do seu trabalho, além de um exemplar do número em que ele figura. Os trabalhos recusados não são devolvidos.

11. O *copyright* dos textos publicados em *Percurso* pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicita-se mencionar que a primeira publicação se deu na Revista *Percurso*, número tal, ano tal, páginas x-y. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no site da revista: <<http://revistapercurso.uol.com.br>>.

Onde encontrar *Percurso*

Belo Horizonte

Livraria do Psicólogo
Av. do Contorno, 1390
Floresta
Tel.: (31) 3303-1013 / 3428-5000
livrariadopsicologo@livrariadopsico
logo.net

Fortaleza

Livraria Lua Nova
Av. Treze de Maio, 2861
Benfica
Tel.: (85) 3214-5488

Goiânia

Dimensão
R. 1121, 249 – setor Marisa
Tel.: (62) 3281.4135
dimens@terra.com.br

Porto Alegre

Livraria Cultura
Av. Túlio de Rose, 85 loja 302
Tel.: (51) 3028-4033 / 3170-4033
dqmanzano@livrariacultura.com.br

Ribeirão Preto

Núcleo Tavola – Instituto de Formação e Pesquisa em Psicanálise, Psicologia e Ciências Humanas
R. Visconde de Abaeté, 210
Tel.: (16) 3623-5780
contato@nucleotavola.com.br

São Paulo

FNAC Brasil – Pinheiros
Praça Omaguás, 34
Telefax: (11) 3815.1099 r. 271
revistaria@fnac.com.br

Livraria APG
R. Monte Alegre, 948
Perdizes
Tel.: (11) 3871-2023 / 3862-9065
livrariaapg@terra.com.br

Livraria Cultura – Villa Lobos
Av. das Nações Unidas, 4777, loja 245
Tel.: (11) 3024-3599 / 3024-3570
rodrigoh@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Market Place
Av. Dr. Chucri Zaidan, 902, loja 222
Tel.: (11) 3474-4033
gaalmeida@livrariacultura.com.br

Livraria Cultura – Paulista
Av. Paulista, 2073, loja 153
Conjunto Nacional
Tel.: (11) 3474-4033
cgtorres@livrariacultura.com.br

Livraria da Vila
R. Fradique Coutinho, 915
Vila Madalena
Tel.: (11) 3814-5811

Livraria Pulsional
R. Min. Gastão Mesquita, 132
Perdizes
Tel.: (11) 3865.8950 / 3675.1190
pulsional@uol.com.br

Maura Book's
R. José Gonçalves Gomide, 545
Vila Guilherme
Tel.: (11) 2909.1959 / 3865-1232
mbooks@uol.com.br

Sorocaba

Psicologia no Cotidiano
Av. Presidente Kennedy, 316
Jardim Paulistano
Tel.: (15) 3327-2104
contato@psicologianocotidiano.com.br
www.psicologianocotidiano.com.br

Salvador

Colégio de Psicanálise da Bahia
Urania Tourinho
R. Alfredo Magalhães, 96, 1º andar
Barra
Tel.: (71) 3264-3202

Uberaba

Ilcéa Borba Marquez
R. Alfen Paixão, 599
Mercês
Tel.: (34) 3312.7761



A Dr. Contábil consiste na prestação de serviços contábeis, tributários, trabalhistas e societários e é composta de profissionais qualificados em constante atualização com o objetivo de atender com segurança nossos clientes.

Nosso objetivo é fornecer serviços de qualidade, com postura ética, diferenciada, competência e eficácia.



Acesse nosso site:

www.contabil.net

Avenida Caxingui 94 Butantã
CEP 05579 000 São Paulo Capital
Telefone (11) 3724 9440
menossi@contabil.net

Um produto desenvolvido por:

MEN0551
CONSULTORIA CONTÁBIL

Para assinar *Percurso*

- **Assinatura anual:** R\$ 190,00* (dois números).
- Por telefone:** ligue para (011) 3081-4851, das 9:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira. Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
- Por cartão:** ligue para (011) 3081-4851, nos mesmos horários. Tenha em mãos o número de seu cartão. Aceitamos Mastercard, Visa e American Express.
- Por cheque:** envie seus dados pessoais e cheque nominal para
Sociedade Civil Percurso
a/c Setor de Assinaturas
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP

Autorização para assinar *Percurso* por cartão de crédito

NOME:	_____	DATA:	___/___/___
ENDEREÇO:	_____		
CEP:	_____	CIDADE:	_____
		ESTADO:	_____
TELEFONE RES.: ()	_____	COM.: ()	_____
CIC:	_____	RG:	_____
E-MAIL:	_____		
Mastercard:	nº <input type="text"/>	<input type="text"/>	val.: /
Visa:	nº <input type="text"/>	<input type="text"/>	val.: /
AmEx:	nº <input type="text"/>	<input type="text"/>	val.: /
Quantidade de Parcelas:	<input type="checkbox"/> 1	<input type="checkbox"/> 2	<input type="checkbox"/> 5

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO – SETOR DE ASSINATURAS
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Tel/Fax: (11) 3081-4851

Você também pode nos enviar um e-mail (percurso@uol.com.br) autorizando-nos a debitar em seu cartão o valor da assinatura. Neste caso, seu cadastro será feito pelo telefone. Por favor, tenha em mãos os documentos necessários.

Alunos dos cursos do Instituto Sedes Sapientiae têm desconto de 25% (R\$ 142,50).

Impresso em São Bernardo do Campo SP, em abril de 2020,
no parque gráfico da Paym Gráfica e Editora,
para o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae